

natureza política
programa de extensão | ea ufmg



**NATUREZA
POLÍTICA:
RUPTURAS,
APROXIMAÇÕES E
FIGURAÇÕES
POSSÍVEIS**



**NATUREZA
POLÍTICA:
RUPTURAS,
APROXIMAÇÕES
E FIGURAÇÕES
POSSÍVEIS**

1ª EDIÇÃO

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o apoio; à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq) da UFMG e Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFMG a disponibilização de bolsas para nossos pesquisadores discentes; aos moradores e moradoras das Ocupações Eliana Silva e Paulo Freire a confiança; ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) o estímulo e a determinação; ao departamento socioambiental da VINA e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) a parceria; aos pesquisadores discentes do Programa de Extensão Natureza Política o entusiasmo.

APOIO



Equipe de pesquisadores

Coordenadora:

Profa. Dra. Marcela Silviano Brandão Lopes

Pesquisadores:

Profa. Dra. Denise Morado Nascimento

Profa. Dra. Luciana Souza Bragança

Equipe 2017

Pesquisa: Tecnologia social, economia solidária e sustentabilidade cultural nas ocupações urbanas autoconstruídas

Bolsista (PRPQ: PIBIC PROBIC - 01/2016): Mayumi Ikemura Amaral

Pesquisa: Dispositivos de Mobilização Social

Bolsista PRPQ: ADCR 05/2016: Ana Carolina Horta

Projeto de extensão: Mídias Comunitárias

Bolsista (PROEX - 07/2016): Maria Moura Soalheiro

Projeto de extensão: Artesanias do Comum

Bolsista (PROEX - 07/2016): Marcus Vinicius Barbosa Deusdedit

Equipe 2018

Programa de extensão: Natureza Política

Bolsista (PROEX - 07/2016): Cyntia Ornelas

Equipe 2019

Bolsista (PROEX - 04/2019): Matheus Silva Coelho

Bolsista: Luiza da Anunciação Guinho

Equipe 2020

Bolsista (PROEX - 03/2020): Luiz Eduardo Minks Pereira / Luara de Oliveira Assis

Bolsista: Luiza da Anunciação Guinho

Equipe 2021

Bolsista (PROEX - 12/2020): Luara de Oliveira Assis / Gabriela de Barros Grossi

Bolsista: Aluska de Farias Pereira

O livro "Natureza Política: Rupturas, aproximações e figurações possíveis" é uma publicação do programa de extensão Natureza Política, vinculado ao grupo de pesquisa Indisciplinar (EA-UFMG / CNPq).

EDITORES

Marcela Silviano Brandão Lopes (EA-UFMG)
Luciana Souza Bragança (EA-UFMG)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Aluska de Farias Pereira (EA-UFMG)
(Bolsista)
Gabriela de Barros Grossi (EA-UFMG)
(Bolsista)
Luara de Oliveira Assis (EA-UFMG)
Bolsista

CAPA

Aluska de Farias Pereira (EA-UFMG)
(Bolsista)

REVISÃO

Aluska de Farias Pereira (EA-UFMG)
(Bolsista)
Gabriela de Barros Grossi (EA-UFMG)
(Bolsista)
Mária Helena Souza Bragança

ENDEREÇO PARA CONTATO

Escola de Arquitetura da UFMG, Rua Paraíba, 697,
sala 303. CEP 30130-141.

O livro Natureza Política está disponível para download em
naturezapolitica.indisciplinar.com

Belo Horizonte, Dez. de 2021

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional [CC BY-NC-ND]

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro)

N285 Lopes, Marcela Silviano Brandão (Org.)
Natureza Política: Rupturas, Aproximações e Figurações Possíveis / coordenação editorial de Marcela Silviano Brandão Lopes, Luciana Bragança; projeto gráfico e diagramação de Aluska de Farias Pereira, Gabriela de Barros Grossi, Luara de Oliveira Assis. - 1. ed. - Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021.
211p.; PDF
(Coleção Redeversa)

ISBN 978-65-87808-31-4

1. Natureza. 2. Disputas territoriais. 3. Ocupações autoconstruídas. 4. Arquitetura e Urbanismo. I. Título.

CDD: 320

SUMÁRIO

13

APRESENTAÇÃO

por Marcela Silviano Brandão Lopes

25

RUPTURAS E REPARAÇÕES

29

Natureza política e sustentabilidade: limites e horizontes

por Luciana Souza Bragança, Marcela Silviano Brandão Lopes,
Gabriela de Barros Grossi, Aluska de Farias Pereira e Luara de Oliveira Assis

53

A Cidade e a Natureza - A natureza de uma complicada relação

por Carlos Smaniotto Costa

81

Cosmovisão ocidental e cosmopercepções outras da Natureza ou como escapar da percepção hegemônica da Natureza enquanto paisagem?

por Thais de Bhanthumchinda Portela

103

Utopias urbanas e outras economias

por Roberto Luís Monte-Mór

129

ENTREMEIOS

133

Assessoria técnica junto aos Territórios Populares: Tecnologia social biopotente e a cartografia coletiva como possibilidade

por Marcela Silviano Brandão Lopes, Luciana Souza Bragança,
Gabriela de Barros Grossi, Aluska de Farias Pereira e Luara de Oliveira Assis

163

Pensar a cidade sob a ótica da transdisciplinaridade

por Denise Morado Nascimento

187

Jogos como interfaces para Pedagogia Sócio-espacial

por Ana Paula Silva de Assis

- 209 **(Re)curso ambientais escondidos (uns perdidos) e o que flui como imaginário de Lisboa: aproximações a partir da Ciência Cidadã**
por Marlucci Menezes
- 225 EM CURSO**
- 229 **Do Vale ao Parque das Ocupações: agenciamentos em curso**
por Marcela Silviano Brandão Lopes, Luciana Souza Bragança, Gabriela de Barros Grossi, Aluska de Farias Pereira e Luara de Oliveira Assis
- 269 **A atividade do catador na pandemia e os movimentos de assessoria técnica**
por Viviane Zerlotini da Silva
- 301 **As Ocupações de Belo Horizonte como grupos sócio-espaciais e as diferentes fases de uma luta por moradia**
por Tiago Castelo Branco
- 329 **A pauta ambiental em movimento da luta por moradia**
Transcrição adaptada da palestra de Poliana de Souza Pereira Inácio na mesa temática "Em Curso" do I Webinário Internacional "Natureza Política: rupturas, aproximações e figurações possíveis"
- 345 **O poder público em ação em territórios sob conflitos socioambientais**
Transcrição adaptada da entrevista realizada com Cristiano Abdanur pelo Programa Natureza Política no ano de 2019
- 397 **Práticas socioambientais de corresponsabilidade empresarial: avanços e desafios na construção de uma rede de cooperação**
por Cláudia Pires Lessa e Sabrina Soares Cardoso

- 419 EXTRAVIAS**
- 423 **Produção audiovisual - Formação Transversal**
- 425 **Cromáqua**
por Gabriel Santana
- 447 **Cascata**
por Luara Assis e Sabrina Lopes
- 467 **Nossos olhares**
por André Delfino e Bárbara Tostes
- 483 **Era uma vez um rio**
por Aluska de Farias Pereira, Ana Beatriz Cucaroli, Gabriela de Barros Grossi e Lúcia Miranda
- 541 **Atta**
por Andriel Dias
- 653 **Linha do tempo do Programa Natureza Política**
- 675 **Jogo do plantio**

Apresentação

Marcela Brandão

Este livro é fruto da pesquisa “Resíduos Sólidos nas ocupações autoconstruídas: sustentabilidade sociocultural associada às políticas públicas”¹, desenvolvido em articulação com o Programa de Extensão “Natureza Política”², composto pelos projetos de extensão “Artesanias do Comum” e “Natureza Urbana”, e com a Pesquisa “Jardins Possíveis” coordenada pela professora Luciana Bragança.

Vale ressaltar que a pesquisa “Resíduos Sólidos nas ocupações autoconstruídas: sustentabilidade sociocultural associada às políticas públicas” é um desdobramento da tese³ de doutoramento da professora Marcela Silvano Brandão Lopes, desenvolvida no período entre 2011 e 2015, cujo objetivo era compreender e registrar as soluções da autoconstrução na perspectiva de suas potencialidades, ainda que sem negar as precariedades.

A tese dialogava com De Certeau (1994), no entendimento das maneiras de fazer como algo potente, justamente por serem procedimentos cotidianos populares e silenciosos, cuja possibilidade de subversão está associada à forma de agir tática da maioria delas, vis-

¹ Pesquisa “Resíduos sólidos nas Ocupações Urbanas Autoconstruídas” é financiada pelo CNPq, por meio do edital 2016/1

² Para mais informações sobre o Programa de Extensão Natureza Política, acessar: http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Programas_de_extens%C3%A3o#Natureza_Pol.C3.ADtica ou <http://naturezapolitica.indisciplinar.com/>

³ Para maiores informações sobre a tese, acessar: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9WRGLR>

to que, ao jogar com o imprevisível dos acontecimentos, os transformam em ocasiões, e, dessa maneira, “produzem, sem capitalizar” (DE CERTEAU, 1994, p.47). Nesse ponto, eles se diferenciam das práticas institucionalizadas, que são estratégicas, pois agem a partir de um “cálculo das relações de força” (DE CERTEAU, 1994, p.45), circunscrevendo sua ação a um lugar específico e funcionando em termos gestonários a partir de referências exteriores e estrangeiras a esse lugar (LOPES, 2015).

A tese foi desenvolvida junto aos trabalhos do Grupo de Pesquisa PRAXIS – Práticas sociais no espaço urbano, que atuava por meio de projetos de pesquisa e extensão nas ocupações autoconstruídas da região do Barreiro, em Belo Horizonte, mais especificamente nas ocupações Eliana Silva e Paulo Freire, ambas organizadas pelo Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)⁴. Na ocasião, foi possível constatar a existência de arranjos sociais, econômicos e tecnológicos singulares e potentes, pautados por práticas de resistência e de luta frente à questão habitacional e ao direito à cidade. Tais investigações resultaram no livro Saberes (Auto) Construídos (MORADO, 2015)⁵.

O projeto de pesquisa “Resíduos Sólidos nas Ocupações Urbanas Autoconstruídas” foi elaborado em 2016 e tinha como objetivo a aproximação da prática de coleta de resíduos sólidos da construção civil e os preceitos relativos à sustentabilidade socioambiental (HAWKS, 2019), à tecnologia social (BAVA, 2004) e à economia solidária (SINGER, 2002), visando, no horizonte, relações econômicas com-

4 Para mais informações sobre o MLB, acessar: <https://www.facebook.com/mlbminas/>

5 Livro Saberes (auto)construídos. Disponível em: http://issuu.com/praxisufmg/docs/saberes_automconstruidos

partilhadas e inovadoras entre autoconstrutores, empresas da construção civil e políticas públicas.

A investigação partiu do pressuposto que os discursos sobre as vilas, favelas e ocupações urbanas autoconstruídas é marcado quase exclusivamente pela precariedade e insalubridade desses territórios, dada a insuficiência de infraestrutura e estrutura construtiva e urbana, bem como os riscos geológicos. Em resposta a tantos problemas, se abrem, via de regra, políticas urbanas baseadas em remoção de moradores e/ou higienização do território, desconsiderando totalmente as singularidades dos modos de vida existentes e as construções autoconstruídas.

Em outra direção, propunha-se que a qualificação das perguntas e afirmações fossem feitas no encontro dos pesquisadores com o território, buscando evidenciar as soluções que já estão sendo engendradas pelos moradores na sua vivência cotidiana. Em outras palavras, o mapeamento de um território a partir unicamente da predeterminação dos problemas arquitetônicos e urbanos é insuficiente para compreendê-lo e, conseqüentemente, para se propor intervenções de melhoria. É preciso, antes, questionar os paradigmas que definem o que seja um problema espacial e uma solução adequada. Acredita-se que as respostas, muitas vezes, já podem estar sendo inventadas pelos moradores, e que essas soluções deveriam ser evidenciadas para uma abordagem mais respeitosa do território no qual se pretende intervir.

Cartografar e conectar as práticas cotidianas são condições para que haja a potencialização das soluções que já estão em curso e para a ativação de novos dispositivos arquitetônicos e urbanísticos. É necessário, pois, um reposicionamento do papel dos pesquisadores

inseridos nesse processo, tendo como horizonte a construção de mecanismos e de protocolos efetivos para a realização de um trabalho coletivo de fato.

Importante ressaltar que entre a escrita deste projeto de pesquisa e a sua aprovação junto ao CNPq se passaram 18 meses e muitas das atividades relativas à investigação pretendida foram realizadas nesse intervalo de tempo. Por consequência, novas redes de apoio foram articuladas mesmo antes do início oficial da pesquisa, como a com os projetos de extensão “Artesanias do Comum”⁶ e “Natureza Urbana”⁷, ambos vinculados ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar⁸, sediado na Escola de Arquitetura da UFMG.

Dentre as atividades realizadas ainda em 2016, é importante citar a mesa redonda com o tema “Natureza Urbana e a produção do comum”, com a presença de diversos movimentos sociais envolvidos em lutas culturais e ambientais de Belo Horizonte, São Paulo e Recife. Vale salientar que as lutas ambientais em curso em Belo Horizonte se davam em territórios localizados em bairros de classe média e média alta e para aproximar tais pautas à da luta por moradia e ampliar os conflitos socioambientais para os contextos urbanos mais vulneráveis foi também realizado um circuito pelas ocupações autoconstruídas da região do Barreiro.

Além da articulação com os projetos de extensão citados, as investigações junto às ocupações autoconstruídas se associaram a

6 Para maiores informações sobre o projeto de extensão *Artesanias do Comum*, acessar: https://www.facebook.com/pg/artesaniasdocomum/photos/?tab=album&album_id=753450554701241

7 Para saber mais informações sobre o projeto de extensão *Natureza Urbana*, acessar: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com>

8 Para mais informações sobre o Grupo de Pesquisa Indisciplinar, acessar: http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=P%C3%A1gina_principal

várias disciplinas de graduação da Escola de Arquitetura. A primeira foi a disciplina “PFLEX-Parque das Ocupações”, desenvolvida a partir de mapeamentos coletivos com os moradores das ocupações Eliana Silva e Paulo Freire, a partir dos quais foi possível evidenciar não somente a supressão da vegetação nas zonas de fronteiras entre os espaços edificados e área de preservação ambiental, mas também a construção de jardins e hortas, a presença de inventos construtivos realizados na escala da casa e dos equipamentos coletivos, além da rede de reciclagem e trocas em curso e do uso vivo das ruas e esquinas.

Os alunos da disciplina puderam, então, desenvolver propostas de urbanização mais adequadas para aquele território, que incluía tanto soluções de pavimentação e drenagem mais sustentáveis, como propostas de arborização compostas por árvores diversas – árvores da mata nativa (árvores de recomposição), árvores identificadas no mapeamento dos jardins (árvores dos afetos) e árvores protegidas por lei para extração (árvores de resistência). Vale pontuar que a indicação do plantio de árvores protegidas por lei teve uma intenção semelhante ao “ato de sequestro”, cujo refém, as árvores imunes ao corte, garantiria também a permanência dos moradores naquele território.

Com o término da disciplina, os projetos desenvolvidos foram sistematizados pelo grupo de professores e alunos integrantes dos projetos de extensão “Natureza Urbana” e “Artesanias do Comum”, resultando em um caderno, entregue no início de 2017 à coordenação das ocupações. A partir daí, esse caderno passou a ser usado como instrumento de negociação junto ao poder público do município, inclusive Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (UR-

BEL) e Companhia de Saneamento do município (COPASA), incrementando ainda mais a rede de agentes envolvidos na construção de um conceito de sustentabilidade sociocultural para aquele território. Desde então, o nome “Parque das Ocupações” passou a ser usado para identificar o projeto paisagístico e urbanístico do Vale das Ocupações, no qual estão inseridas seis (6) ocupações, dentre elas a Eliana Silva e a Paulo Freire.

No segundo semestre de 2017, o Projeto Parque das Ocupações passou a contar com a contribuição de técnicos do departamento socioambiental de uma empresa de gestão de resíduos, cuja sede está localizada no entorno das ocupações do Barreiro, a VINA-Gestão de Resíduos⁹. Deste modo, em julho de 2017, já havia uma rede forte, formada por pesquisadores, extensionistas, moradores e lideranças das ocupações do Barreiro, técnicos do poder público e agentes da iniciativa privada.

Nesse mesmo semestre, os projetos de extensão “Artesanias do Comum” e “Natureza Urbana” foram articulados formalmente através da criação do Programa de Extensão “Natureza Política”¹⁰, agregando também todos os pesquisadores e bolsistas vinculados aos projetos de pesquisa já citados, reforçando, assim, o tripé ensino-pesquisa-extensão, a partir, inclusive, do apoio institucional da UFMG com a disponibilização de bolsas de extensão e de pesquisa para alunos da graduação.

Para subsidiar teoricamente as investigações em curso e

⁹ Para mais informações sobre o departamento socioambiental da VINA, acessar: <https://vinaec.com.br/socio-ambiental/>

¹⁰ Para mais informações sobre o Programa de Extensão Natureza Política, acessar: http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Programas_de_extens%C3%A3o#Natureza_Pol.C3.ADtica ou <http://naturezapolitica.indisciplinar.com/>

para compreendê-la dentro do contexto neoliberal atual, foram elencados conceitos importantes, que fomentaram debates determinantes junto à equipe do Natureza Política. E para situar tais debates no recorte territorial da cidade de Belo Horizonte, foram estudados fatos históricos relevantes que contribuíram para a reflexão em todo o processo de investigação.

No que se refere à metodologia de pesquisa, adotou-se a Cartografia das Controvérsias, construída a partir de provocações feitas por Bruno Latour (2012) e sistematizada por um grupo de pesquisadores vinculado ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

Importante ressaltar que tal metodologia assume como pressuposto a relevância de todos os dados, sejam eles materiais ou imateriais, e, por isso, os levantamentos de campo foram realizados por meio de mapeamentos coletivos, com a participação ativa dos moradores do Vale das Ocupações e/ou de pesquisadores da Escola de Arquitetura.

A partir das análises destes levantamentos, foram elencadas diretrizes para as atividades de campo, realizadas por meio de oficinas, disciplinas e/ou mutirões.

Por fim, foram construídos preceitos para uma “tecnologia social biopotente”, ou seja, uma tecnologia social enraizada nos territórios populares, a partir da qual os conceitos de sustentabilidade socioambiental e de economia solidária devam ser conceitos construídos junto aos moradores desses territórios.

No intuito de incrementar as discussões realizadas durante o processo relatado, foi realizado um Webinário em maio de 2021, cujos textos apresentados e transcrições das falas dos palestrantes compõem o Livro que aqui se apresenta. Junto a estes textos, se in-

serem também os artigos escritos pela equipe do Natureza Política e por parceiros do Projeto Parque das Ocupações, compondo, assim, um diálogo organizado em 3 capítulos, a partir das seguintes temáticas: Rupturas e reparações, Entremeios e Em curso.

E para finalizar esse livro, o capítulo Extravias apresenta os trabalhos desenvolvidos na disciplina "UNI087 - Tópicos em Culturas em Movimento C - Natureza Política: rupturas, aproximações e figuras possíveis", ministrada pelas professoras Marcela Brandão e Patrícia Azevedo (Escola de Belas Artes- UFMG), que teve como proposta a elaboração de projetos audiovisuais sobre a temáticas do Webinário, abordadas aqui pelas vias do sensível, construídas por meio de linguagens abstratas e poéticas.

Referências

BAVA, S.C. **Tecnologia social e desenvolvimento local**. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (org.) Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: 2004.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

HAWKS, Jonh. **The fourth pillar of sustainability culture's essential role in public palnning**. Disponível em: <<http://www.culturaldevelopment.net/downloads/FourthPillarSummary.pdf>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

LATOURE, B. **Reagregando o Social**. Bauru: EDUSC/ Salvador: EDUFBA, 2012.

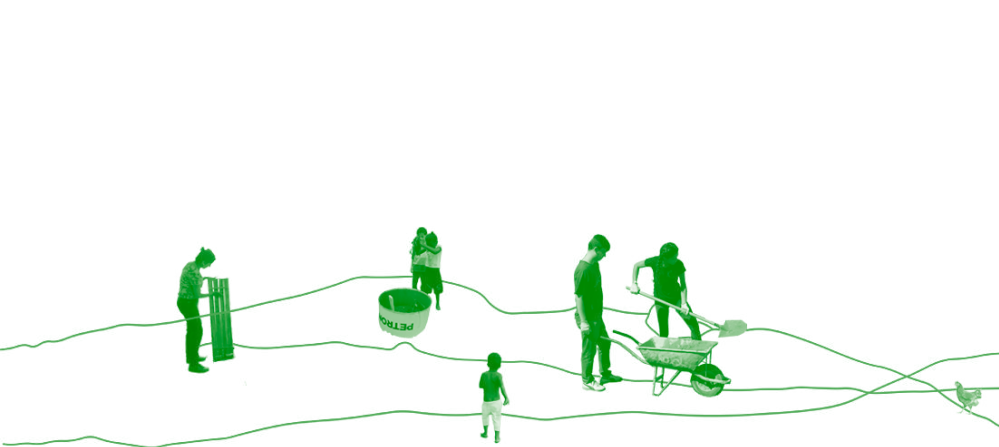
LOPES, Marcela S. Brandão **Artesanias Construtivas e Urbanas: por uma tessitura de saberes**. 2015. 276 f. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9WRGLR>> Acesso em: 10/08/2019.

NASCIMENTO, Denise Morado. **Saberes auto construídos**. Belo Horizonte: Com Arte, 2015.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.



01.



RUPTURAS E REPARAÇÕES

Os artigos que compõem este capítulo partiram das seguintes provocações: o conceito de Natureza não é natural, e sim uma construção social, visto que toda sociedade, toda cultura cria e institui uma determinada ideia de Natureza (PORTO-GONÇALVES, 1998). Assim, é possível afirmar que o termo Natureza é uma criação cultural e humana (DUARTE, 2005) e que existem diversas naturezas, com significados abrangentes e dependentes do objetivo e dos interesses envolvidos, atravessados, inclusive, pelo processo colonial.

Isto posto, surgem as questões: É pertinente ainda pensar em "natureza" para falar dos seres vivos? Considerando que a sustentabilidade está hoje associada às bases econômicas e à manutenção das explorações coloniais, é possível ainda recorrer a ela como uma forma de possíveis encontros e reparações?

Natureza política e sustentabilidade: limites e horizontes

Political nature and sustainability: limits and horizons

Luciana Souza Bragança, Marcela Silvano Brandão Lopes, Gabriela de Barros Grossi, Aluska de Farias Pereira e Luara de Oliveira Assis

Natureza política e sustentabilidade: limites e horizontes

O conceito de Natureza não é natural, e sim uma construção social, visto que toda sociedade, toda cultura cria e institui uma determinada ideia de Natureza (PORTO-GONÇALVES, 1998). Assim, é possível afirmar que o termo Natureza é uma criação cultural e humana (DUARTE, 2005). Para Bispo (2015), o entendimento do termo natureza desconsidera em sua definição outros cosmos, é produzido a partir de um ponto de vista único, sobre bases cosmo-fóbicas. Para outros cosmos, onde a separação entre humanos e não-humanos é irrelevante, o termo natureza sequer tem sentido. É pertinente também afirmar que existem diversas possibilidades, com significados abrangentes e dependentes do objetivo e dos interesses envolvidos, atravessados, inclusive, pelo processo colonial que privilegia algumas acepções. É a esse processo colonial que interessa separar aliados, rivalizar pautas complementares como direito à cidade, direito à moradia e lutas ambientais.

A partir dessa incapacidade do termo natureza de abranger a todos, sejam eles não-humanos, humanos ou aqueles “nem tão humanos assim” pois não estão inseridos nos processos neoliberais, que foram elaboradas as questões discutidas na mesa de abertura do seminário: Rupturas e Reparações, tendo como campo a cidade e a produção, o planejamento e o projeto do espaço urbano. As questões levantadas pelo programa Natureza Política se apresentam decorrentes da prática da extensão que desenvolvemos até agora. Elas serão

apresentadas no livro para abrir a discussão e reconstruir o percurso das reflexões que se apresentaram ao debate e foram gestadas na extensão, no ensino e apoiadas pelas pesquisas associadas.

Partindo do pressuposto que a metrópole contemporânea tem seu funcionamento e a estruturação de seu espaço diretamente vinculada a um conjunto de forças e dinâmicas advindas dos interesses do capital, é preciso compreender como tal vínculo se dá sob os preceitos da razão neoliberal. E para sustentar tal compreensão, recorrer-se-á ao conceito de “racionalidade política” ou “racionalidade governamental”, desenvolvido por Michel Foucault (2008). Para o filósofo, a noção de “governo” está associada à atividade de reger a conduta dos homens, a partir de técnicas diversas para governar, que atuam em domínios variados, tais como, escola, exército, fábrica. Para além de ser uma ideologia ou uma política econômica, trata-se de uma “racionalidade”, ou seja, de uma atividade de governo que organiza e estrutura a conduta dos homens, por meio de técnicas de dominação exercidas sobre os outros e de técnicas de si.

No que se refere à “racionalidade neoliberal” vigente, Dardot e Laval (2016) afirmam que a concorrência é o seu princípio universal e que o “sujeito empresa” é a figura central dessa racionalidade, um sujeito cujo desejo não é simplesmente afetado pelo apelo do consumo e da competição, mas também produtor de um estar no mundo baseado na eficiência e na acumulação individual. Aparentemente, o novo jogo neoliberal é aberto a todos, bastando aprender as suas regras para entrar nele. Entretanto, tais regras são construídas e legitimadas por meio de dispositivos de poder, que são cada vez mais subordinados à lógica do capital, ou seja, não há liberdade de fato. Essa mudança afeta de tal maneira o jogo democrático, que, segundo

esses intelectuais, estamos vivendo atualmente em uma “era pós-democrática” (DARDOT, LAVAL, 2016).

Como possibilidade de se contrapor à racionalidade neoliberal, Dardot e Laval afirmam ser preciso a construção de uma outra razão do mundo — uma “contraconduta”, capaz de se apresentar como oposição aos procedimentos de condução postos e como modo de se conduzir em relação aos outros: “a contraconduta como forma de resistência a essa governamentalidade [neoliberal] deve corresponder a uma conduta que seja indissociavelmente uma conduta para consigo mesmo e uma conduta para com os outros” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 400). Vale lembrar que o próprio Foucault (1979) já anunciava a mão-dupla que se estabelece em uma relação de poder: “lá onde há poder há resistência, e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1979, p.90).

No contexto latino-americano, entende-se que a colonialidade faz parte do projeto civilizatório da modernidade como forma de poder. A matriz colonial se baseia na naturalização de determinadas hierarquias: territoriais, raciais, epistêmicas, culturais e de gênero. Ao se espacializar essa forma de poder produz-se subalternidade e obliteram-se conhecimentos, experiências e formas de vida daqueles que são dominados (MIGNOLO, 2004 e ESCOBAR, 2016). A cidade formal é pensada a partir do colonizador, o que por sua vez, possibilita a reprodução e a manutenção das relações de dominação ao longo do tempo nas diversas esferas da vida social e essas relações de poder se transformam em espaço. Assim se dá tanto para o que diz respeito à moradia para aqueles nem tão humanos assim, quanto para a concepção do termo natureza que separa de um lado humanos no

polo da cultura e não-humanos no polo da natureza (LATOURE, 1994), ambos negligenciados em políticas públicas.

O paradigma do outro, pensamento proposto por Mignolo, abre a discussão para o entendimento dos territórios não formais da cidade sob a perspectiva da criação, da possibilidade e da diversidade em contraponto ao espaço moderno aos moldes do colonizador. Junto a esse paradigma os Pensamentos da Terra gestados pelos povos latino-americanos que tem na terra sua forma de estar no mundo confrontam os estudos ambientais ligados à sustentabilidade na medida em que mantém uma forte referência do lugar e suas práticas (ESCOBAR, 2008). “A luta pelo território transforma-se em luta pela autonomia e autodeterminação, em última análise também uma luta por todos os seres” (BRAGANÇA, 2021).

Nesse ponto é revelador entender, junto a Stengers (2002), que o capitalismo nos enfraquece, pois mata os possíveis e também a política, quando nos tolhe o pensamento com a profusão de desejos já prontos e desqualifica o outro como possível construtor do próprio desejo, dialogando, dessa maneira, com o conceito apresentado por Dardot e Laval (2016) a respeito da racionalidade neoliberal. Procurar e reafirmar essas outras existências, outros possíveis no território é, pois, um ato político de resistência, seja ela confrontativa ou não (BRAGANÇA, 2021). Para o autor decolonial argentino Walter Mignolo (2004), a colonialidade moderna não se inscreveu em um espaço vazio de significação. Mas sim em territórios onde humanos e não-humanos se relacionavam e onde o termo natureza sequer faz sentido. A pesquisa dos jardins, que está associada à atuação do grupo, pode ser um exemplo disso, pois ao mapear e trazer a luz territórios onde essa separação não é operada questiona a extensão dessa ideia ex-

cludente de natureza. Por isso também, “mais do que resistência, o que se tem é R-Existência, pois não se reage, simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (MIGNOLO, 2004).

Com relação ao Brasil, é possível identificar uma r-existência cotidiana, potente e subversiva em várias situações. Nas ocupações urbanas autoconstruídas, por exemplo, essas re-existências atuam como oposição a uma organização fundiária excludente ao transformar um terreno ou edifício que não cumpria sua função social, em outro, repleto de significações de ordem prática e subjetiva. Aparece também nos jardins cultivados nas casas e em áreas remanescentes onde o relacionamento multiespecífico se dá de forma não hierárquica e grandes conceitos como ecologia ganham significado cotidiano e fazem surgir na trama urbana mundos pouco vistos ou considerados no pensamento sobre o urbano.

No que diz respeito à questão ambiental, embora seja clara uma disputa de território nas cidades brasileiras entre água, mata ciliar, vegetação nativa, animais e os moradores que ocuparam esses territórios ambientais, não é fato que a população seja responsável individualmente por essa questão. A separação ontológica operada pela natureza moderna e a disputa por mais natural que se faça parecer não é absoluta. Ela se dá pela falta de alternativas de moradia para a população de baixa renda e faz com que essas disputas aconteçam com bastante frequência. Também a sujeição dos não-humanos, sua transformação em “bens naturais” e a completa desconsideração de sua alteridade ajuda a aprofundar problemas ambientais e a fomentar essas disputas por territórios (BRAGANÇA, 2021). Essa situação se dá pela exclusão em nossas cidades tanto de alguns humanos, que

para autores como Bispo (2015) estão mais perto das coisas, quanto de não-humanos, sendo aprofundada pela separação deles nos polos natureza e humanidade. É importante para o debate aqui proposto entender que essa separação não é universal e que a criminalização dessa população vulnerável demonstra racismo ambiental. Assim é premissa para nós do Programa Natureza Política que a questão ambiental precisa ser debatida em conjunto com a questão habitacional.

No planejamento das cidades o entendimento moderno de uma natureza a serviço do homem domina as propostas que podem também ser entendidas como cosmofóbicas. Entretanto, as contraconduas acontecem e são com elas que o programa atua. “No nosso mundo ocidental o processo de sedimentação da ideia de uma natureza objetiva e exterior ao humano e a ideia de humano não natural e fora dessa natureza teve início na era medieval onde foi gestada essa separação e se aprofundou principalmente com a industrialização” (BRAGANÇA 2021). A “humanidade do humano é, também, a trágica consciência da invenção moderna da exterioridade da natureza e da exclusão social” (HISSA, 2008, p.261). No conceito moderno de natureza ela é aquilo que se opõe à cultura e ao humano (LATOUR, 1994). Pessoas e os outros seres são afastados numa relação hierárquica.

“A aposta no crescimento ininterrupto que pressupõe o modelo capitalista e a conseqüente predação do planeta amparada na natureza excludente estão na raiz das questões que são levantadas ao se discutir ecologia, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável” (BRAGANÇA, 2019). A Organização das Nações Unidas, através de um relatório, publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, definiu os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. “Desenvolvimento sustentável é aque-

le que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (ONU, 2018). Esse conceito foi atualizado em 2002 na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável para: “O desenvolvimento sustentável procura a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes do mundo sem aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra” (ONU, 2018). Entretanto as respostas propostas a essas questões não abriam mão do crescimento econômico ininterrupto como norteador das soluções. São esses conceitos, que surgem nas conferências e que, na cidade, abordam esse entendimento e direcionam a política urbana. Essas relações baseadas no desenvolvimento sustentável e mais recentemente na economia verde podem reforçar, ao invés de questionar os desafios, pois pressupõe a manutenção, a sobrevivência, e não a inviabilidade do capitalismo predatório (BRAGANÇA, 2021).

Um novo papel do estado emergiu na década de 90 com a incorporação da participação da sociedade como um dos elementos do desenvolvimento sustentável muito baseada na ideia de governança e de um estado mínimo neoliberal. Costa (2008) e Herzog (2013) apontam também uma nova ética do discurso onde formas mais solidárias de vida social aparecem. Mas novamente há uma dificuldade em enfrentar e combater a assimetria de poder. Para Acselrad (2015) questionar o conceito de sustentabilidade à luz das desigualdades econômicas, sociais e culturais traz ao debate a importante questão de para quem é posta a sustentabilidade. Para o autor, mesmo que o discurso econômico tenha melhor se apropriado do termo, a noção de sustentabilidade está em disputa, abrindo-se uma luta simbólica entre diferentes práticas e formas sociais como portadoras da

sustentabilidade. Outra questão que fica à margem desses temas “é a existência de outras cosmologias e outras ontologias onde essas questões têm outros entendimentos. A agência de outros seres e seu papel relevante na vida da Terra também são completamente ignorados” (BRAGANÇA, 2021).

Enquanto os ecologistas falam do uso racional dos recursos naturais e das condições de sobrevivência de todos os seres vivos, os economistas se preocupam com o preço e com o valor de troca das mercadorias. Nesse sentido vale entender que expressões como desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade carregam em si contradições relevantes exponenciadas pela razão neoliberal. Numa sociedade onde a generalização das relações mercantis é a tônica, o ecológico fica subordinado ao econômico e o sustentável se afasta desse ecológico (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.113).

Uma tese muito difundida entre os ecologistas é a de que o homem está destruindo a natureza, todavia essa afirmação mais confunde do que esclarece no sentido de uma prática socialmente justa e ecologicamente responsável. É relevante entender que a individualização das questões mascara as grandes ações antropocêntricas devastadoras para a Terra e concentradoras de riquezas como a urbanização modernizadora, a exploração mineral. Retoma-se aqui a dimensão técnica da sustentabilidade, uma abordagem equivocada uma vez que desloca para o campo técnico um problema político e para o campo individual uma questão coletiva (BRAGANÇA, 2021).

Numa abordagem mais local construída pela pesquisa Resíduos Sólidos nas Ocupações Urbanas que cartógrafa os inventos cotidianos constituídos numa lógica do reaproveitamento, é sabido que as certificações emitidas para edificações são, via de regra, ancoradas

nos pressupostos da ciência e do mercado, norteadas por referências técnicas e científicas, e balizadas por parâmetros econômicos associados à geração de lucro e benefícios financeiros. A obtenção desses certificados gera uma capitalização das vantagens obtidas, na medida em que elas são transformadas em “diferenciais de projeto”, agregando valor comercial ao imóvel e maior lucro para as empresas fornecedoras. Ou seja, aquilo que é anunciado como ecologicamente correto paradoxalmente contribui também para preservar e alimentar a própria máquina do consumo, entendido aqui como sendo o verdadeiro problema do meio-ambiente, não apenas pelo seu caráter predatório e extrativista, como também pela exclusão social que produz. Nessa matemática perversa, a exclusão do debate de qualquer variante social, cultural e/ou política associada ao assunto é amparada, em algumas situações, pelos avanços tecnológicos, que funcionam como fortes avalistas, capazes de justificar e respaldar todos os disparates possíveis. Quando se tenta aplicar aos territórios auto construídos os preceitos desses certificados, possivelmente nenhuma solução autoconstruída atenderá os critérios exigidos, ou seja, serão classificadas como sendo “insustentáveis”, e para agravar, seus moradores e autoconstrutores são vistos como invasores de terra sem consciência ecológica. Mas se o olhar sobre tais conflitos for realizado sob lentes desenvolvidas anteriormente, o entendimento será outro, e, consequentemente, se abrirão outras possibilidades urbanísticas e arquitetônicas para as melhorias que se pretendem.

As ocupações organizadas por movimentos sociais de luta, realizadas em terrenos ociosos ou de prédios abandonados nos centros urbanos brasileiros, são, atualmente, um fenômeno forte e de grande repercussão. Pode-se afirmar que essas ocupações configu-

ram um movimento contra hegemônico de resistência e de invenção potente pela moradia, na medida em que questionam principalmente a propriedade especulativa e as políticas habitacionais, valendo-se do Estatuto da Cidade e da Constituição Federal de 1988, a partir do artigo que versa sobre a Função Social da Propriedade. No município de Belo Horizonte, esse processo se iniciou com uma dissidência do processo participativo para a habitação desenvolvido sob a gestão do prefeito Patrus Ananias, a Ocupação Corumbiara. Entretanto, foi a partir do ano 2010 que as ocupações em Belo Horizonte passaram a acontecer de maneira mais contundente e planejada. A presença de arquitetos e urbanistas nesses processos não é condição para que as ocupações ocorram, mas ela pode acontecer por meio de parcerias dos movimentos de luta pela moradia com coletivos (LOPES, 2015).

Na necessidade, não raro, acontecem ocupações em áreas de Proteção Permanente, surgindo aí um embate entre a luta pela moradia e os esforços para a preservação das áreas de proteção ambiental remanescentes no meio urbano. Todavia tal conflito não é exclusivo das regiões ocupadas pela população pobre. Há também, nas áreas nobres, uma tentativa por parte do mercado imobiliário de ocupar essas regiões, provocando muitas vezes intensa verticalização, baixa taxa de permeabilidade para a água e degradação de vegetação e biomas naturais, ignorando a alteridade dos não-humanos e a importância de um convívio mais harmônico para a qualidade de vida de todos. As construtoras pressionam o zoneamento ambiental tentando construir exceções legais, exercendo influência por meio de vereadores eleitos por seu financiamento que defendem seus interesses e do poder econômico (LOPES et al., 2018).

Se a ocupação desses espaços das plantas, animais e água

ambientalmente importantes nas cidades acontece, as práticas de relacionamento entre humanos e não-humanos também sobrevivem. Por meio dos jardins¹, territórios ambientais são preservados, conhecimentos tradicionais sobre as plantas e animais são mantidos, a medicina tradicional apoiada em conhecimentos botânicos ancestrais sobrevive, a alimentação dessas populações é complementada, as plantas ornamentais criam espaços de prazer e convívio, os animais podem sobreviver, a água encontra caminhos de infiltração. Essas outras práticas se espacializam mesmo sem uma confrontação direta e são resistentes pela sua existência e constituem territórios e territorialidades multiespécies (BRAGANÇA, 2021). Já a pesquisa Resíduos Sólidos nas Ocupações Urbanas cartografou uma rede de reciclagem e reaproveitamento de materiais da construção civil descartados nas caçambas inclusive por construtores que possuem selos e certificados ambientais, atividade tão recorrente nos territórios autoconstruídos, e que está associado à sustentabilidade resistente vivenciada no cotidiano.

Dentro dessa perspectiva, os territórios de atuação do programa — bairros de Belo Horizonte, áreas remanescentes, ocupações urbanas — podem ser entendidas como estratégias territoriais, práticas socioespaciais de resistências e r-existências decoloniais de grupos sociais, e também de não-humanos ainda que seja uma territorialização precária ou uma forma de escapar da precarização territorial e da predação ambiental (HAESBAERT, 2009). Importante

¹ Para a pesquisa os Jardins englobam os territórios multiespécies (de plantas animais, água, terreno, sol e humanos) onde humanos e não-humanos convivem diretamente e se relacionam com os não-humanos sem intermediação ou por meio da divisão de trabalho. São um micocosmo do infinito, uma cosmologia, uma representação de mundos (BRAGANÇA, 2021).

ressaltar que muitas dessas ações são protagonizadas por mulheres que possuem uma forte presença na organização comunitária de seus bairros e das ocupações, mobilizando afetos ligados ao cuidado e ao compartilhamento nas práticas do seu cotidiano.

Diante do exposto, nos interessa aqui investigar mecanismos possíveis para que as resistências (ou potências) sejam articuladas, a ponto de configurarem uma conduta, ou uma contraconduta. A necessidade de trabalhar essa questão torna-se ainda mais pertinente se entendemos que as dinâmicas do capital imobiliário e do neoliberalismo, que resultam nas cidades mercado, são a causa e a consequência dos conflitos aqui analisados. Cidades onde o avanço dessa prática provoca a perda de espaços para morar da população pobre nos centros urbanos, forçando a migração desses grupos para regiões não especulativas, não ocupadas e sem cumprir a função social ou que o zoneamento urbano não permite ocupação incluindo aqui as áreas de Proteção Ambiental. Faz também com que os não-humanos englobados no polo da natureza sejam objetos explorados e com os direitos aos seus territórios ignorados ou confrontados com os mais vulneráveis em disputas. Assim possíveis aliados são separados, pois tem igual relevância separar em lados opostos a luta por moradia e pelo meio ambiente fomentando conflitos. Trata-se de um princípio que se aplica a diversas situações na cidade, e que se relaciona, fundamentalmente, à separação ontológica operada pela ideia de natureza na modernidade e agora aprofundada pelo neoliberalismo em seu impacto na vida cotidiana e na reprodução social de forma ampla.

Para De Certeau (1994) há sempre algo que escapa aos dispositivos de poder e controle identificados por Foucault (1979), te-

ríamos então as maneiras de fazer das práticas cotidianas, cuja capacidade de subverter está no seu funcionamento silencioso e na sua atuação nas brechas do sistema hegemônico. Dialogando nesse entendimento, Deleuze (2006) afirma que as resistências podem ser engendradas em um outro eixo, fora do jogo entre o poder-saber, que funciona simultaneamente ao das relações hegemônicas, sem necessariamente anulá-las, mas impedindo que haja um impasse. Pelbart (2011) resume bem essa dinâmica, e encontra um termo que explicita a positividade dessa força, “biopotência”, ou seja, potência da vida. Como contribuição dos jardins a consideração da alteridade de outras formas de vida que não a humana nessas disputas amplia a discussão e faz ser possível ter aliados de todos os tipos nas disputas territoriais², amalgamando Ocupação e Direito Ambiental como uma luta incluyente pelo Direito à Cidade. Direito esse para todos os seres.

Na cidade de Belo Horizonte é exemplar para se entender as questões acima levantadas a disputa que ocorre entre os moradores que defendem um parque na Mata do Planalto, região da Pampulha, e a construtora Rossi. Com extensa área verde e vegetação remanescente da Mata Atlântica, e várias nascentes no terreno, essa mata é a única grande área verde na região norte de Belo Horizonte e sofre pressão para ser ocupada com 918 unidades habitacionais e 1.512 vagas de garagem. O direito à cidade para os não-humanos aliados aos não-humanos é disputado com o mercado imobiliário.

Belo Horizonte, diferentemente da maioria das cidades brasileiras, foi uma cidade que nasceu a partir de um projeto. Projetada para ser o lugar moderno da república, foi construída sobre o arraial

² Como exemplo podemos citar no projeto do Parque das Ocupações do Barreiro que teve como proposta o plantio de espécies imunes ao corte junto aos moradores territorializando essa aliança.

de Curral D’el Rey e tinha em seu desenho a proposta de fazer desaparecer, ou esquecer, sua marca colonial e rural. Para tal, era preciso desfazer-se dessa memória colonial, para época arcaica e caótica, e fazer surgir a forma higiênica, moderna como marco de outra civilidade: a moderna (BRAGANÇA, 2021). O projeto do engenheiro Aarão Reis foi dividido em zonas concêntricas: urbana, suburbana e rural. Ele previu uma expansão da cidade do centro para a periferia, ao contrário do que realmente aconteceu. As zonas suburbana e rural foram ocupadas primeiro pela moradia operária, em razão dos altos preços dos terrenos da zona urbana. “Nessas zonas não planejadas, os assentamentos, a despeito do projeto, guardavam na memória, nos costumes e nos espaços da cidade, as vivências que aproximam todos os seres sejam eles humanos ou não”. Na década de 1940, a cidade recebeu o título de “cidade jardim”³. Esse título se deve aos impactos do crescimento econômico e da administração desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que transformaram ainda mais o espaço urbano de Belo Horizonte. “Todavia o jardim que se pretendia desde o seu projeto era republicano — higiênico, controlado e delimitado — e afastado do jardim colonial e rural do arraial — diverso, não hierarquizado e com pouco controle”. O projeto proposto, em sua origem, desconsiderava outros cosmos presentes. A sustentabilidade e o pensamento ambiental já se iniciam em Belo Horizonte como imposição (BRAGANÇA, 2021).

Entretanto, desde a década de 1990, o poder público passou a empreender esforços na direção de um entendimento dos instrumentos de projeto, planejamento e gestão mais inclusivo, que consi-

³ A concepção de Cidade Jardim é baseada no pensamento de Ebenezer Howard.

dera todos os agentes presentes no território. A elaboração do Plano Diretor de 1996 foi pautada pela participação e integração entre diversos aspectos urbanos, além de alguns representantes da população, abrindo possibilidades para uma gestão urbana mais flexível e dinâmica. Como proposta de gestão participativa para a cidade de Belo Horizonte que pretende alargar o círculo das decisões políticas é relevante destacar também o Orçamento Participativo (OP) de Belo Horizonte que foi implantado em 1993 e teve sua primeira edição em 1994.

Ao longo dos anos, o formato do OP sofreu algumas alterações, como por exemplo: houve a criação do Orçamento participativo para habitação de cuja dissidência surgiu a primeira Ocupação na cidade; intercalado com a participação no OP cidade e OP habitação; a adoção do sistema de unidades de Planejamento (UP) e do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), separando em propostas distintas as moradias e a cidade além dos não-humanos que eram denominados meio ambiente. E por fim, ainda, ocorreu a vinculação do Plano Global Específico (PGE) ao Orçamento Participativo. Na metodologia atual utilizada pelo Orçamento Participativo Regional, a sua submissão acrítica às deliberações contidas no PGE é um desafio a ser superado, pois a limitação das demandas nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), por meio do PGE, leva a um congelamento e a um controle das manifestações populares. Embora seja necessário agregar ao OP um instrumento de planejamento, esse instrumento deveria seguir a mesma lógica do OP, aberta a proposições e mudanças além de integrar vários agentes (BRAGANÇA, 2005).

Há também uma contradição marcante na vida cotidiana e em seu planejamento por órgãos oficiais em Belo Horizonte: proble-

mas que afetam a todos são tratados individualmente, e há uma incapacidade de se agir coletivamente na direção de questões de caráter comum. Tal situação é reforçada por um excessivo desvinculamento, no planejamento, das questões da vida urbana entre si entendido aqui como Macroplanejamento Desintegrado que parte de uma totalidade imaginária, afastada da cidade real, mas que tem a ilusão de integrar todos os fatores urbanos. A própria estrutura organizacional também separa em “caixas” o pensamento sobre a cidade. Suas soluções são baseadas em modelos, ou esquemas ideais, concebidos a priori para assuntos desvinculados de outros. Esse procedimento tende a submeter a realidade pela força e a privilegiar alguns fatores estratégicos como a circulação (BRAGANÇA, 2005). A cidade real e suas possibilidades desaparecem. Para que a cidade siga sendo construída para o mercado imobiliário, é importante também transformar não-humanos em mercadoria, privatizando espaços comuns, o que é reforçado pela situação descrita e pela ideia de natureza.

Os pressupostos de projeto adotados pelo planejamento oficial, de maneira geral, seguem sequências metodológicas lineares: diagnóstico, projeto e construção, podendo acarretar em uma falsa leitura do que acontece no espaço em questão, visto que as existências e vivências são desconsideradas. Além disso, os elementos como água, vegetação são entendidos como elementos a serem controlados. A partir de um consenso produzido artificialmente, formula-se uma proposta. Dessa forma há uma tendência a promover, um controle técnico centralizado sobre a produção do espaço, onde as vivências, a origem rural de alguns desses territórios e as invenções cotidianas são sequer motivo de atenção. É exatamente por isso, para se identificar e evidenciar de forma mais ampla a relação dos moradores

com o território vivido, inclusive a porção considerada “natureza”, que atos e objetos precisam ser cartografados tendo como base outros pressupostos e outras ferramentas de campo. Os agentes não-humanos e suas interações com os humanos também não são tomados como relevantes, reforçando o domínio sobre os elementos naturais que caracterizam as propostas. Englobar também os não-humanos e suas agências é um desafio ainda mais expressivo que se coloca ao planejamento (BRAGANÇA, 2021) e é buscado na extensão.

A atuação do programa teve início com dois projetos distintos. No projeto de extensão Natureza Urbana destacam-se propostas de atuação junto aos movimentos ambientais na cidade de Belo Horizonte: Fica Ficus, Parque Jardim América e defesa da Mata do Planalto e a criação da Rede Verde que integrava esses movimentos e também movimentos de outras cidades como o Ocupa Estelita do Recife e o Parque Augusta de São Paulo em troca de experiências periódicas. No projeto de extensão Cartografias do Comum destacam-se propostas de atuação junto aos movimentos de luta pela moradia e as ocupações urbanas, se baseando em soluções do território, bem como no desenvolvimento do método cartográfico. A partir de um encontro que ocorreu no VAC (Verão Arte Contemporânea 2016) onde estavam os projetos Natureza Urbana e Artesanias do Comum, que hoje integram junto ao projeto Cartografia das lutas o Programa Natureza Política, a atuação junto às Ocupações Urbanas iniciou-se no Barreiro no vale do Jatobá com Projeto do Parque das Ocupações. Foi nesse momento em que as lutas ambientais, conduzidas principalmente pela classe média, encontraram a luta pela moradia e as populações mais vulneráveis. Desse encontro nasce a premissa de atuação do programa: a hibridação dessas pautas pelo Direito à Cidade como forma de

reforço mútuo.

As reflexões e a história de nossa atuação na extensão universitária apresentadas acima nos fez propor as questões para o debate do capítulo, questões essas que perpassam tanto a atuação da extensão do Programa Natureza Política quanto às pesquisas com as quais ela faz interface. Esse livro é uma forma de ampliar e estender para fora do grupo esse conhecimento e questionamento produzido e também de aprender com os colegas fomentando o debate e a produção de conhecimento. As questões discutidas na primeira parte do livro Rupturas e Reparações foram: Com base nas colocações, ainda é pertinente pensar em natureza para falar dos seres vivos? Considerando que a sustentabilidade está hoje associada a bases econômicas e à manutenção das explorações coloniais, é possível ainda recorrer a ela como uma forma de possíveis encontros e reparações? Quais outras ecologias são possíveis?

Referências

ACSELRAD, H. **Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana**. O Social em Questão - Ano XVIII - nº 33 – 2015, p. 57-67. BISPO DOS SANTOS, Antônio. Colonização, Quilombos, Modos e Significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

BRAGANÇA, Luciana S. **Do planejamento da circulação ao microplanejamento integrado**. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – NPGAU, Escola de Arquitetura, Universidade

Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BRAGANÇA, Luciana Souza. **Jardins possíveis**. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – NPGAU, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

BRAGANÇA, Luciana Souza.; RODARTE, Clarisse F. M. Pereira. **Memória, natureza e cidade**. In: ASOCIACIÓN DE ESCUELAS Y FACULTADES PÚBLICAS DE ARQUITECTURA DE AMÉRICA DEL SUR, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/memoria--natureza-e-cidade-?lang=pt-br>> Acesso em: 08 jul. 2021.

COSTA, Heloisa S. M. **Meio Ambiente e Desenvolvimento: um convite à leitura**. In: HISSA, Cassio Eduardo Viana (Org.): Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008, p. 79-107.

DARDOT, P., LAVAL, C. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

ESCOBAR, Arturo. **De baixo, pela esquerda e com a terra**. 2016. Disponível em:<https://singa2017.wordpress.com/2016/12/01/de-baixo->

rupturas e reparações

-pela-esquerda-e-com-a-terra/.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

HISSA, Cassio E. V. **Cidade e Ambiente: dicotomias e transversalidades**. In: Cassio Eduardo Viana (Org.): Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 259-281.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiplicidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

HERZOG, Cecília Palacow. **Cidade para todos: reaprendendo a conviver com a natureza**. Rio de Janeiro: Mauad X, Inverde, 2013.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LOPES, Marcela S. Brandão. **Artesanias Construtivas e Urbanas: por uma tessitura de saberes**. 2015. 276 f. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9WRGLR>> Acesso em: 10/08/2019.

natureza política

LOPES, Marcela S. Brandão; BRAGANÇA, Luciana Souza; BARBOSA, Marcus; AMARAL, Mayumi; RENA, Natacha. **Tecnologia social biopotente: Parque das Ocupações e extensão universitária**. Revista Indisciplinar, Belo Horizonte: 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32896>>. Acesso em: 10/08/2019.

ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> 2018.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2004.

PELBART, P. P. **A comunidade dos sem comunidade**. IN: Vida Capital, Ensaio de Biopolítica. São Paulo: Editora Iluminuras, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio Ambiental**. São Paulo: Record, 2016.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

A Cidade e a Natureza - A natureza de uma complicada relação

City and Nature - The nature of a complex relationship

Carlos Smaniotto Costa

Carlos Smaniotto Costa é Arquiteto Paisagista e Planejador Ambiental e doutor em Planejamento Urbano pela Universidade de Hanover (Alemanha). Ele é professor de Ecologia Urbana e Paisagismo no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Lusófona, Lisboa (Portugal) e investigador sénior no Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação & Desenvolvimento, onde coordena pesquisas e projetos nacionais e internacionais. Suas atividades de pesquisa tratam de questões de desenvolvimento urbano sustentável, espaços abertos e preservação da natureza em contexto urbano, desenho urbano e paisagístico e sociologia urbana.

A NATUREZA do problema

Em termos simples, o habitat humano é a cidade¹ e a sua construção transforma o meio ambiente, causando modificações e impactos de toda ordem. Os impactos antrópicos nos colocam em uma nova era – o Antropoceno, cujos ecossistemas, denominados de antropoceno ou antropogênicos, são um conjunto de ambientes naturais remodelados e com fortes alterações de origem humana (ELLIS; RAMANKUTTY 2007). Esses ecossistemas urbanos, embora ocupem somente 2% da superfície da Terra, consomem até 75% dos recursos naturais do planeta (UNEP 2013). Ao adaptar o meio ambiente e usar os recursos naturais, o ser humano foi capaz de alterar a composição do seu habitat, e criar um ambiente hostil que lhe causa problemas, tanto mentais, como a depressão e a ansiedade, como de saúde e bem-estar, sobretudo os causados pelas diversas formas de poluição. Essas alterações afetam, em última instância, diretamente o clima do planeta – embora todas as teorias destaquem uma intrínseca dependência do mundo natural para a sobrevivência humana.

Um ecossistema urbano, como os ecossistemas naturais, resulta da interação entre os componentes bióticos (plantas, animais, micro-organismos, e outras formas de vida) e os abióticos (solo, água, ar, clima e topografia), porém as características demográficas das populações humanas têm aqui um papel central e predominante. Os materiais usados na construção da cidade são, cada vez mais, arti-

¹ O termo cidade é usado aqui como referência para aglomerado humano.

PALAVRAS-CHAVE

Natureza e biodiversidade urbana, Preservação ambiental, Soluções baseadas na natureza, Decisões políticas, Investigação científica

KEYWORDS

Urban nature and biodiversity, environmental protection, nature-based solution, decision-making, Research

ficiais (asfalto, concreto, vidro, metal, plástico, etc.), embora ainda sejam encontrados materiais naturais e/ou seminaturais, pelo que, Bhatta (2010) considera o ecossistema urbano um sistema híbrido. No entanto, é visível a supremacia dos materiais antrópicos que associada à uma elevada densidade das áreas construídas, alto grau de impermeabilização das superfícies, agrava a concentração de poluentes no ar, culminando em um aumento significativo nas temperaturas das cidades em comparação com as áreas circundantes. Essas ilhas de calor são uma das características da urbe contemporânea. As causas e efeitos das ações humanas, das mudanças estruturais e duradouras no sistema natural, são conhecidas, estudadas e discutidas, compreendendo um grande leque de impactos – desde os diversos tipos de poluição (do ar, água e solo, ao que se somam as recentes preocupações com a poluição térmica e luminosa), ao uso não sustentável dos recursos naturais.

As preocupações apontam, há décadas, para a necessidade de uma mudança no paradigma da ocupação e exploração dos recursos naturais. As grandes áreas edificadas, as amplas extensões das superfícies impermeabilizadas e o uso de materiais antrópicos faz do ecossistema urbano um sistema híbrido, contudo, altamente artificial. O que o torna num verdadeiro paradoxo, uma vez que o natural, ainda que disponha de um pequeno espaço (físico), tem um papel crucial na remediação dos problemas. Damos à natureza as piores condições de desenvolvimento e regeneração: ar poluído e aquecido, espaço reduzido e estresse hídrico, para mencionar apenas alguns (Fig. 1). Esse paradoxo está também presente no discurso político, onde a discussão acerca do meio ambiente é cada vez mais presente. Talvez porque as evidências e as consequências, além de serem

incontestáveis, nos confrontam com realidades que gritam por soluções. Enquanto as preocupações ambientais estão enraizadas nos discursos, os déficits na pauta prática são muitos. Se, por um lado, existem provas de que a natureza traz benefícios pessoais e sociais, tendo um papel relevante na qualidade de vida urbana, por outro lado, continuamos a criar cidades biofóbicas (e não biofílicas²).

Fig. 01 A boa intenção já esteve presente, mas já foi ultrapassada pela realidade.

Fonte: GreenKeys Archive, 2008.

Além de possíveis ferimentos no tronco, o peso do automóvel compacta ainda mais o solo, reforçando a impermeabilização, o que pode danificar as raízes.



rupturas e reparações

Uma árvore de grande porte precisa de espaço para crescer. ● excesso de cimento provoca ● sufocamento das raízes, impedindo ● crescimento e ● fortalecimento do tronco das árvores.



● canteiro de uma árvore deve ser espaçoso para permitir a infiltração da água e nutrientes. Na imagem, além deste ser mínimo, foi cimentado, perdendo completamente ● seu objetivo.

A Natureza da solução

A construção das cidades e das suas complexas redes é uma das fontes do problema, mas nela também está a possível solução. Por causa dos efeitos negativos da urbanização, é necessário um grande esforço – individual e coletivo – para reduzir o seu impacto no sistema natural. A UNEP (2013) reforça esta ideia, considerando que “Cities must therefore be seen as the building blocks of sustainable development” (p 5), já que as cidades devem ser o berço de uma economia global verde e inclusiva (p 85). Retornamos, assim, ao tema da sustentabilidade – um lugar-comum nos discursos vazios, mas que, quando levado a sério, pode constituir-se em uma orientação eficaz.

Na reflexão e legitimação dos discursos pró-sustentabilidade, a natureza assume um papel vital. É evidente que sustentabilidade é um termo ambíguo, devendo, assim, sempre ser (re)negociado. No entanto, ao não incluir os objetos construídos pelos humanos, a própria definição de natureza é excludente. A sua raiz vem do grego φύσις (physis) e do latim nasci³, denotando aquilo que nasce por si, de forma natural, enquanto o que é “feito pelo ser humano” é denominado por cultura. Será que ainda faz sentido termos uma clara divisão entre natureza e cultura, visto que hoje restam poucos espaços naturais sem uma substancial ação antrópica? Ao mapear os impactos sobre os ecossistemas e definir o Human Influence Index (Índice de Influência Humana), WCS (2005) mostra que o grau de interferência

– a nossa pegada ecológica – é cada vez maior, observando que as áreas consideradas como 0 (natureza virgem e intocada), estão confinadas às regiões (ainda) inóspitas. A própria escala de avaliação de 0 (selvagem ou intocado) à 72 (totalmente modificado) demonstra uma grande tolerância com as consequências das nossas ações. Lembrando que uma das muitas definições de sustentabilidade diz respeito à capacidade dos ecossistemas de se recuperar das ações (ou agressões) humanas (EC 2020). Também os termos paisagem e paisagem cultural são usados para descrever a distinção que o ser humano faz entre natureza e o que ele próprio molda pelas suas ações. Vale lembrar que a natureza não é algo estático, pois mesmo sem as ações antrópicas, sofre alterações por processos naturais, tais como erosão, ação dos ventos e da chuva, etc. Portanto, a natureza não é somente vulnerável às atividades humanas.

O longo vínculo entre humanos e meio ambiente relaciona-se ao conceito de natureza. O ser humano aprendeu a “domesticar” animais e plantas. As plantas são a base da cadeia alimentar, e a produção agrícola sempre foi um fator econômico relevante para o desenvolvimento das sociedades. As plantas se tornaram fontes de energia, material de construção, recursos medicinais, etc. Além desses benefícios práticos, as plantas têm um valor espiritual, sentimental e estético, sendo-lhes atribuído significados simbólicos, conforme demonstram diferentes culturas, tradições, religiões, mitologias e folclore (COOPER et al. 2016). Elas marcam as estações do ano, tornam-se objetos religiosos, evocam temas na mitologia e são alimentos específicos em festivais e celebrações. Muitas cidades e quase todos os países possuem uma planta que os representam simbolicamente. A atribuição de diferentes valores às plantas é também uma forma de

³ Esta é também a origem do termo nação, que é uma pura construção humana. <https://etimologia.com.br/nato-nascer-nascimento/>

chamar a atenção e apoiar o seu reconhecimento como patrimônio natural. A título de ilustração, em 2019 a cidade de Hannover listou nove árvores e uma rocha em diferentes situações urbanas como patrimônio cultural, colocando-as ao mesmo nível que os monumentos e edifícios protegidos (LHH 2019). A diversidade dos temas ligados às plantas foi, durante séculos, abordada por diferentes áreas, como cultura, psicologia, horticultura, literatura, arquitetura, etc.; um assunto fascinante que, todavia, não será aqui discutido.

A solução com a Natureza

Para resolver problemas com a natureza, nada mais natural do que a envolver no desenvolvimento de soluções. As soluções baseadas na natureza (nature-based solutions) podem, assim, ser um caminho mais sustentável e que paulatinamente ganha terreno como estratégia política de desenvolvimento econômico da União Europeia - UE (MAES; SANDER 2015). A natureza não é algo novo na política, mas as evidências de que é necessário agir rápido para enfrentar os desafios ambientais levam a UE a englobar em suas metas econômicas (geração de empregos, crescimento e inovação) medidas de proteção ambiental. Esta posição é interessante ao reconhecer que não há desenvolvimento econômico duradouro sem o equilíbrio com a natureza. Em 2020 a Comissão Europeia lançou o Pacto Ambiental Europeu (European Green Deal), um plano de ação munido de verbas para, entre outros, investimentos locais e para a inovação buscando formas mais limpas, baratas e saudáveis de produção industrial (EC

2020). Assim, ao investir em green economy a UE segue um duplo objetivo - o cuidado com a saúde ambiental do continente associado ao desenvolvimento econômico. A natureza serve, assim, de inspiração para novas políticas. Ao reconhecermos que ela pode nos inspirar, somos chamados para estar ainda mais atentos às ações traduzidas em formas sociais. No sentido de bem público (commons), como definido por ARTOPOULOS et al. (2019), a natureza torna-se a base da cidade e o seu uso deve ser orientado por princípios como a solidariedade, justiça social e equidade, enquanto a construção da cidade tem como premissas conceitos como clima neutral (efeito climático neutro) e smart (inteligente).

A natureza como solução não deixa de ser cativante e desperta um grande otimismo, e sim, é necessário sermos otimistas quando falamos do futuro. Entretanto, não bastam estratégias, políticas ou análises, é preciso ter investimentos. Embora a natureza como bem público seja barato, ela não vem a custo zero. São necessários investimentos, principalmente em termos de espaço - um lugar onde a natureza possa crescer e se desenvolver - e espaço é um bem raro e caro nas cidades. Também são necessários investimentos em mão de obra para criar, manter, pesquisar e proteger esse espaço e assim expandir a infraestrutura verde da cidade. Vale ainda acrescentar que a promoção de ecossistemas saudáveis, infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza podem ser sistematicamente integradas aos instrumentos de planejamento urbano, não somente na área ambiental, mas sim e principalmente no uso e ocupação do solo, no planejamento de infraestruturas, de ambientes construídos. É evidente que muitos dos problemas são complexos e difíceis de combater através de programas territoriais, mas boas condições socioambien-

tais exercem influência positiva na maioria dos casos (MADANIAN; SMANIOTTO 2015).

Que o sistema econômico contemporâneo põe em risco seus próprios fundamentos ecológicos está adequadamente documentado. E que o equilíbrio ambiental está diretamente relacionado à nossa sobrevivência (o que ainda parece ser muito abstrato) e à qualidade de vida local, também está demonstrado através da experiência de diversos projetos e pela literatura científica. Falta-nos uma forma duradora e em grande escala de iniciar e levar a cabo a transição. Ao planejamento urbano cabe o papel crucial de guiar essa transformação e se tornar o gerador de grandes processos sociais, a fim de encontrar respostas e “construir” soluções para os multifacetados desafios da sustentabilidade. Os benefícios da natureza e das soluções nela baseadas são múltiplos e cumulativos. A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN s.d.), ao definir o que são as soluções baseadas na natureza, informa que elas trazem simultaneamente benefícios à biodiversidade e ao bem-estar humano.

A natureza transforma as cidades em espaços mais confortáveis e acolhedores. Cameron et al. (2020) demonstrou que há uma forte relação entre riqueza biológica e as reações humanas. Segundo os autores, os entrevistados relataram ser mais felizes em locais com maior biodiversidade (no caso do estudo, biodiversidade aviária), já que em áreas com maior diversidade os componentes naturais são mais abundantes e variados, e as cidades menos uniformes e monótonas. Com mais natureza e biodiversidade as cidades têm mais estruturas, texturas e cores, e ao introduzir o movimento, som e cheiros podem induzir um maior encanto e fascínio. Uma paisagem rica em estruturas verdes é também restauradora e contribui para a saúde

emocional, para que as pessoas se sintam física e psicologicamente mais saudáveis (THOMPSON 2012, 2013). Thompson et al. (2012) transmite uma mensagem clara: quanto mais espaço verde circunda uma pessoa, menos estressada e mais saudável ela será.

Segundo a IUCN (s.d.), as soluções baseadas na natureza, ao se desvincularem das grandes obras de engenharia, ou ainda, ao utilizarem materiais ecológicos e menos poluidores, causam menos impacto que uma abordagem de infraestrutura cinza, além de reduzir riscos climáticos. Thompson et al. (2012, 2013) são veementes ao afirmar que a natureza, agora representada pelas áreas verdes, enriquece a paisagem urbana, aumentando o grau de biofilia à cidade. Mas, “somente contar” com esses espaços não é suficiente – as áreas verdes precisam ser acessíveis a todos numa distância caminhável. O Projeto Greenkeys (2008) provou que a construção de áreas verdes é uma alternativa mais barata na solução dos problemas ambientais do que as obras de engenharia, como para purificar o ar, água, e no tratamento de águas pluviais. Pesquisas da Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos EUA mostram que as soluções baseadas em infraestrutura “verde” ou “natural” (são menos caras do que as cinzas [concreto]) e trazem uma ampla gama de benefícios para o tecido social e as economias locais. O que nos falta é o conhecimento sobre o efeito a longo prazo, uma vez que a pesquisa se dedicou, por muito tempo, às questões tecnológicas. Para conter uma encosta, uma árvore precisa de tempo até que as suas raízes possam fazer frente à erosão.

Resumindo, a natureza nas cidades possui várias características e pode ser encontrada em diversas formas, entre elas, parques e espaços abertos, várzeas, campos e áreas abandonadas, arborização urbana, jardins, quintais, etc. Cada uma delas desempenhando um

papel relevante seja na infraestrutura de mobilidade, enquanto local de lazer e interação, ou na conservação, em função dos recursos paisagísticos e méritos ecológico-ambientais (SMANIOTTO et al. 2008).

Soluções inteligentes em vez de oposições (desnecessárias)

Nos pontos anteriores tratou-se uma série de termos e conceitos (como natureza, soluções baseadas na natureza, infraestrutura verde, áreas verdes, espaços públicos). Isso porque eles estão intrinsecamente ligados e se complementam. Embora com conotações e nuances diferentes, eles convergem a um consenso - a proteção do ambiente para o equilíbrio ambiental e melhoraria a qualidade de vida. Como salienta Kaplan (1989), a natureza se refere a lugares próximos e distantes, comuns e incomuns, conservados e malcuidados, pequenos, médios e grandes, onde as plantas crescem de acordo com um projeto humano, ou mesmo como ato de rebeldia a este projeto como uma forma de resistência. O entendimento de “natureza” deve, portanto, ser amplo e inclusivo. Isto é, considerar a fauna (que muitas vezes é excluída) e não se limita àqueles lugares distantes fora das cidades ou aos lugares designados como “áreas naturais”. Ao contrário, a natureza deve ser concebida a partir de todas as oportunidades onde possa se desenvolver. Vale lembrar que para muitos habitantes, é no espaço público, na área verde em particular, que eles têm uma das poucas possibilidades de contato com a natureza (ou do que é

tomado por ela).

Abaixo lista-se alguns projetos de investigação em que a natureza, o espaço público e áreas verdes são uma componente central das pesquisas realizadas pelo grupo de trabalho CIDATE (Ciência cidadã no uso e apropriação do território⁴). Não cabe aqui discutir os objetivos, estrutura e resultados desses projetos, mas sim as lições aprendidas, que além de servirem de base para os projetos subsequentes, formam uma sólida base de conhecimento que será explorada nas próximas páginas.

Projeto	Objetivo Principal	Ano /Entidade Financiadora / site
URGE urban green and environment	Criação de um catálogo interdisciplinar de avaliação da performance de áreas verdes	2001-2004 - Comissão Europeia - 6º Programa Quadro
GreenKeys - Greenspaces as key of sustainable cities	Definir processos para a construção de uma <i>Urban Green Strategy</i>	2005-2008 - Comissão Europeia - Programa Interreg CADSE http://www.greenkeys.org/
Biodiversität im urbanen Raum – Wie? Forsting biodiversity in densely built up areas	Como aumentar a biodiversidade em áreas urbanas densamente ocupadas	2016 - 2018 2019 – 2021 German Nature Foundation Leibniz University Hannover & Hannover City Council https://www.staedte-wagen-wildnis.de
C3Places Use of ICT for co-creating inclusive public spaces	Como criar espaços urbanos mais inclusivos através de estratégias criativas	2017 - 2021 Comissão Europeia JPI UrbanEurope www.c3places.eu
Salute4CE Integrated environmental management of Small Green Spots	Como através de acupuntura urbana aumentar a biodiversidade.	2019 - 2022 Comissão Europeia Interreg Europe Central https://www.interreg-central.eu/Content.Node/SALUTE4CE.html
Cyted RUN Rios urbanos (Re)naturalizados	Como envolver a população na regeneração de rios urbanos	2021-2024 Programa Ibero-Americano Cyted www.cyted.org/es/run
VerDEsperto - espaço verde, atividade física ao ar livre nos tempos de Covid-19	Como a população usa espaços verdes para atividades físicas e as consequências da pandemia	202 -2022 Programa de Fomento a Investigação - Lusófona com fundos da FCT www.ceied.ulusofona.pt/pt/investigacao/projetos/verdesporte

A primeira lição se refere à importância do espaço verde - um espaço sem ser edificado e compactado, onde natureza possa se desenvolver plenamente, ainda que nos parâmetros determinados pela sua gestão/manutenção. Ao definir critérios multidisciplinares para a avaliação de áreas verdes, o projeto URGE identificou dois principais critérios ecológicos: a naturalidade do espaço (em contraste com artificialidade), avaliado pelo número de espécies endêmicas e a percepção da qualidade estética (o grau de naturalidade percebido pelos usuários), sendo que aqui foi detectado um grande contraste. Em um espaço verde urbano as pessoas avaliam mais a natureza na sua forma ornamental.

Esse fato, também é detectado em Hannover/Alemanha, onde aos poucos a cidade vem mudando a gestão dos espaços verdes e substituindo gramados por prados mais floridos e com plantas que servem de alimento a insetos, pássaros, e animais silvestres, etc., como uma maneira de aumentar a biodiversidade. Esse aspecto leva-nos a investigar de que maneira é possível aumentar a biodiversidade em bairros com alta densidade populacional e sem nenhuma oportunidade de conversão de áreas a serem destinadas a espaços públicos - pelo menos não a médio prazo. No âmbito do projeto “Biodiversität im urbanen Raum - Wie?” realizaram-se oficinas colaborativas com vários setores do Departamento de Áreas Verdes (manutenção, gestão de parques e jardins, projetos de paisagismo, produção de plantas), as cátedras de Projeto Paisagístico, Proteção Ambiental e Engenharia Paisagística da Universidade de Hannover, além de associações e vários ambientalistas locais para, além dos critérios de mapeamento de espécies e o processo de monitoramento, discutir sobre as lacunas de conhecimento cujo acompanhamento

científico possam preencher. A discussão e resultados são apresentadas em REICHWEIN, SMANIOTTO & WESTERHOLT (2019). As oficinas serviram ainda para catalogar as possíveis “formas” de criar oportunidades, isto é, criar pequenas manchas para a natureza no meio do conglomerado construído, exemplos seriam telhados verdes, jardins verticais, uso de plantas trepadeiras, cobertura vegetal nas linhas dos bondes e trens urbanos etc. O projeto da cidade de Hannover faz parte de um número crescente de cidades que ao investir em infraestrutura verde procuram também manter ou recuperar a biodiversidade. O Ministério Federal Alemão do Meio-Ambiente, através da Agência Nacional de Conservação da Natureza, criou em 2016 o Programa Wildnis wagen⁵ (literalmente “ousar ficar selvagem”) onde, em caráter experimental, as cidades participantes deverão modificar a gestão da infraestrutura verde, tornando-a mais propícia para incentivar o retorno de plantas e animais selvagens ao tecido urbano. O selvagem é um termo relativo e trata do uso de plantas endêmicas (e muitas não ornamentais) importantes para o funcionamento do ecossistema local, principalmente como fonte de alimento para insetos tais como abelhas, moscas, borboletas, entre outros, importantes polinizadores.

Hannover⁶ vem ganhando notoriedade no contexto nacional devido ao seu abrangente programa socioambiental, com padrões ecológicos elevados. O projeto de Hannover prevê mudanças na gestão dos espaços verdes; alguns espaços passaram a ser podados somente uma vez ao ano, sendo que o material podado só é retirado após alguns dias - para que possíveis animais e insetos possam ser

5 www.staedt-wagen-wildnis.de

6 www.hannover.de/Leben-in-der-Region-Hannover/Umwelt-Nachhaltigkeit/Naturschutz/Mehr-Natur-in-der-Stadt

rupturas e reparações

salvos; enquanto em outros não haverá mais interferência e serão deixados para se desenvolver livremente. É evidente que o ousar ficar selvagem não será igual em todas os espaços, haverá gradações e matizes diferentes, embora, em teoria, todos os espaços sejam propícios a mudanças. Uma condicionante são as realidades locais, que se fez logo compreender que as aspirações e interesses nem sempre se complementam. Nem todos vêm como positivo deixar espaços urbanos “sem manutenção” ou “sem controle”. A mudança da grama aparada a cada sete semanas para uma estrutura diversificada e com espécies consideradas “daninhas ou selvagens”, requer um intensivo trabalho de sensibilização e divulgação junto à população. Um papel relevante no processo de comunicação foi a divulgação do projeto junto às escolas e creches. Esses espaços selvagens passaram também a ser interessantes como salas de aula, onde se pode, por exemplo, aprender os processos biológicos e observar insetos – o que em uma área “bem cuidada” não era possível.

É exatamente este aspecto – o caráter selvagem – que desperta opiniões contrárias. Enquanto alguns habitantes reclamam da falta de cuidado e interesse pelo poder público, a análise da pesquisa de opinião mostra resultados positivos, onde também o pedido por mais ações e novos projetos é recorrente, incluindo sugestões como/onde se pode ousar mais vida selvagem - exemplos são apresentados na Fig. 2.

natureza política

Fig.
0 2

Exemplos da cidade de Hannover em se verifica a decisão de trazer mais diversidade ao restrito espaço deixado para as plantas.

Fonte: Smaniotto, 2021.

Uma estrutura mais colorida e diversificada da vegetação entre a pista de rolamento e ciclovia/passeio.



natureza política

Dois canteiros diferentes na mesma rua, o primeiro é mantido pelo poder público e o segundo pela população.



Também nesta área, há os projetos: 1) Salute4CE que, através da acupuntura urbana, dedica-se a criar espaços para a natureza onde estas oportunidades praticamente não existem. Um dos objetivos deste projeto, é investigar como a criação desses espaços naturais é percebida pela população; 2) RUN que na perspectiva de ciência cidadã analisará como o conhecimento local contribui para a criação de ambientes ribeirinhos mais saudáveis e com menos riscos.

A experiência de Hannover comprova que a estrutura urbana pode contribuir para a biodiversidade e mostra, mais uma vez, como é essencial envolver toda a população. Ao aumentar a diversidade biológica já faz do projeto um sucesso. O tecido urbano ganha novas estruturas, mais textura, novas aparências, assim, esteticamente, há uma clara melhoria. Do ponto de vista ecológico e econômico, a avaliação ainda está por ser finalizada. No entanto, há indícios de que os aspectos positivos sobressaem – pelo menos a redução do número de podas acarreta uma economia de horas/máquina e de mão de obra. A cidade mais selvagem também cria imagens e associações e pode criar vínculos sociais, além da valorização e melhoria do próprio ecossistema urbano. O caso de Hannover, uma cidade mais selvagem, mostra que, além do respaldo político, a transformação deve vir acompanhada por uma grande campanha de sensibilização e informação. Neste aspecto, o Projeto GreenKeys cunhou o termo “tool for talking” com o objetivo de delinear possíveis alternativas para a construção de uma “Estratégia para o Verde Urbano”, sendo que a base desta estratégia está assente na visão compartilhada e negociada pelos diferentes interesses.

Fig.
03

Um “alerta” na cidade de Rinteln, Alemanha sobre a floresta “selvagem”.
Fonte: Smaniotto, 2021



Conclusões: É necessário provocar mudanças

Um conceito amplo e abrangente de natureza considera não apenas as diferentes tipologias, mas também os pequenos elementos onde plantas e formações vegetais encontram um nicho. Resulta aqui um amplo entendimento de que os espaços urbanos podem ser ricos em ativos da natureza, tanto em espécies quanto em características da infraestrutura verde. Em um mundo cada vez mais urbanizado, elas, enquanto bens comuns, são componentes-chave da sustentabilidade. Elas assumem um papel fundamental nos esforços para melhorar o ambiente e a qualidade de vida, tornando as cidades lugares mais habitáveis. Ao influenciar positivamente a paisagem urbana, a identidade da cidade e do bairro, estas apoiam a diversidade ecológica – relevantes para as pessoas e importantes para um ambiente saudável (GreenKeys 2008, THOMPSON 2012, 2013). Assim, o caminho para cidades mais sustentáveis passa por espaços mais verdes e inclusivos.

O enorme potencial da natureza também representa desafios. A sua atração só pode ser benéfica se, em paralelo, compreendermos e experimentarmos mudanças positivas no tecido social. Com isso, é preciso reconhecer que as cidades não são entidades fixas, e sim ao longo da sua história suscetíveis a transições físicas, sociais e ambientais. Nesse sentido, há a concordância que esta mudança passa por:

Reduzir a exploração dos recursos naturais: o crescimento/desenvolvimento urbano deve manter a integridade dos ecossistemas e minimizar os efeitos negativos.

Investir em infraestrutura verde: importante para a proteção do capital natural e exige uma estrutura capacitadora que incentive e facilite projetos “verdes” nos instrumentos jurídicos, políticos e financeiros existentes.

Reduzir a dependência do transporte individual: a cidade car-friendly deveria fazer parte do passado - a cidade deve ser construída com mais espaços multifuncionais, voltada a criação de lugares em vez de apenas espaços. Uma menor dependência abre novas oportunidades, como espaços compartilhados, lugares seguros, atraentes e que incentivem a interação social e a biodiversidade.

Cidades inclusivas: um direito de todos os cidadãos de se beneficiarem de uma cidade sustentável, e ativamente se envolverem na sua construção.

Nos processos de mudança ou transformação, há três elementos importantes com os quais precisamos lidar: 1) a identificação dos catalizadores sociais, económicos, ambientais e políticos, bem como o seu reflexo nas políticas e/ou estratégias; 2) o espaço urbano e sua gestão (espaços livres, áreas verdes, conjunto edificado, infraestruturas, etc.); 3) as pessoas que vivem e vivenciam esses espaços, em todas as suas facetas. Esses três elementos são inseparáveis e exercem forte influência mútua. Devemos sempre pensar e agir simultaneamente sobre e com os três. Na reciprocidade está a chance de mudanças acontecerem. Nesta interação dois atores são fundamentais: de um lado temos quem cria e desenvolve boas ideias e as comunica; do outro lado, precisamos de políticos que sejam sensíveis

aos temas ambientais e os levem à pauta política. Só assim trilhamos um caminho mais sustentável.

Referências

ARTOPOULOS G.; ARVANITIDIS P.; SUOMALAINEN S. **Using ICT in the Management of Public Open Space as a Commons.** In: Smaniotto Costa C. et al. (Eds) *CyberParks – The Interface Between People, Places and Technology. Lecture Notes in Computer Science*, vol 11380, Cham: Springer, 2019. https://doi.org/10.1007/978-3-030-13417-4_14

BHATA, B. **Analysis of Urban Growth and Sprawl from Remote Sensing Data.** Heidelberg: Springer, 2010.

CAMERON; R.W.F.; BRINDLEY; P., MEARS, M. **Where the wild things are! Do urban green spaces with greater avian biodiversity promote more positive emotions in humans?.** *Urban Ecosyst*, n 23, p 301–317, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11252-020-00929-z>.

COOPER, N.; BRADY, E.; STEEN, H.; BRYCE, R. **Aesthetic and spiritual values of ecosystems: Recognising the ontological and axiological plurality of cultural ecosystem “services”.** *Ecosystem Services*, n 21, p 218–229, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2016.07.014>.

EC - European Commission. **EU Biodiversity Strategy for 2030 - Bringing nature back into our lives.** Bruxelas: Comissão Europeia, 2020.

_____. **A European Green Deal - Striving to be the first climate-neutral continent.** Bruxelas: Comissão Europeia, 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en. Acesso em: 10 mai. 2021.

_____. **Towards an EU research and innovation policy agenda for natu-**

re-based solutions and re-naturing cities. Final Report of the Horizon 2020 expert group on nature-based solutions and re-naturing cities. Bruxelas: Comissão Europeia, 2015.

ELLIS, E.; RAMANKUTTY, N. **Frontiers in Ecology and the Environment**, V. 6, n. 8, p. 439-447, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1890/070062>.

EPA - Environmental Protection Agency. **Green Infrastructure Cost-Benefit Resources.** Disponível em: <https://www.epa.gov/green-infrastructure/green-infrastructure-cost-benefit-resources>. Acesso em: 16 mai. 2021.

FAETH, S.H.; BANG, C.; SAARI, S. **Urban biodiversity: patterns and mechanisms.** Annals of the New York Academy of Sciences 1223, p 69-81, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.2010.05925.x>.

Greenkeys Team. **GreenKeys at your City**, Dresden: IOER, 2008.

IUCN - International Union for Conservation of Nature. **Nature-based Solutions for people and planet.** Disponível em: <https://www.iucn.org/theme/nature-based-solutions>. Acesso em: 16 mai. 2021.

KAPLAN, R.; KAPLAN, S. **The experience of nature: a psychological perspective.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

LHH – Landeshauptstadt Hannover. **Was Stadt und Region für den Erhalt von Flora, Fauna und Landschaften tun.** Disponível em: <https://www.hannover.de/Leben-in-der-Region-Hannover/Umwelt-Nachhaltigkeit/Naturschutz>. Acesso em: 10 mai. 2021.

MAES, J.; JACOBS, J. **Nature-Based Solutions for Europe's Sustainable Development.** POLICY PERSPECTIVE, v. 10, n 1, p. 121-124, 2015. <https://doi.org/10.1111/conl.12216>

MADANIAN, S.; SMANIOTTO COSTA, C. **A model for evaluating a greenbelt planning in the city of Qazvin (Iran) using MICMAC method.** Modelling Earth Systems and Environment, 3, p. 1503-1513, 2017. <http://doi.org/10.1007/s40808-017-0373-1>

Millennium Ecosystem Assessment, Ecosystems and human well-being:

current state and trends, p 54-55, Washington: Island Press, 2005
REICHWEIN, S.; SMANIOTTO COSTA, C.; WESTERHOLT, D. **Fostering biodiversity in densely built-up areas. A contribution to the debate on research needs.** In Menezes, M. & Smaniotto Costa, C. (Eds.), Neighbourhood & City - Between digital and analogue perspectives. Lisbon: Edições Universitárias Lusófona, p. 167-184, 2019.

SMANIOTTO COSTA, C. **Can we change processes in our cities? Reflections on the role of urban mobility in strengthening sustainable green infrastructures.** Journal of Traffic and Logistics Engineering, v.2, n. 2, p. 141-155, 2014.

SMANIOTTO COSTA, C.; PATRÍCIO, P. **The production of public open spaces and the deliberate exclusion of undesirables.** In Mačiulienė, M., Menezes, M. & Goličnik Marušić, B. (Eds.). Co-Creation of Public Open Places. Practice - Reflection - Learning. C3Places Project. Lisbon: Lusófona University Press, p. 55-69, 2020. <https://doi.org/10.24140/2020-sct-vol.4-1.3>

SMANIOTTO COSTA, C.; ŠUKLJE ERJAVEC I., et al. **GREENKEYS @Your City – A Guide for Urban Green Quality**, GreenKeys Project. Dresden: IOER, 2008.
UNEP. **City-Level Decoupling: Urban resource flows and the governance of infrastructure transitions.** A Report of the Working Group on Cities of the International Resource Panel. 2013. <https://www.resourcepanel.org/reports/city-level-decoupling>

THOMPSON, C. WARD; ROE, J.; ASPINALL, P. **Woodland improvements in deprived urban communities: What impact do they have on people's activities and quality of life?.** Landscape and Urban Planning, v n 118, p 79-89, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2013.02.001>

THOMPSON, C. WARD; ROE, J., ASPINALL, P.; MITCHELL, R.; CLOW, A.; MILLER, D. **More green space is linked to less stress in deprived communities: Evidence from salivary cortisol patterns.** Landscape and Urban Planning, n 105, p 221-229, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2011.12.015>

WCS - Wildlife Conservation Society. **Last of the Wild Project: Global Human Influence Index (HII) Dataset (Geographic).** Palisades, NY: NASA SEDAC, 2005. <https://doi.org/10.7927/H4BP00QC>.

Cosmovisão ocidental e cosmopercepções outras da Natureza ou como escapar da percepção hegemônica da Natureza enquanto paisagem?

Occidental worldview and other cosmoperceptions of Nature or how to escape the landscape hegemonic perception of Nature?

Thais de Bhanthumchinda Portela
Programa de Pós Graduação Arquitetura e Urbanismo,
FAUFBA, UFBA

Thais de Bhanthumchinda Portela é arquiteta urbanista, doutora em Planejamento Urbano e Regional e professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU/FAUFBA). Coordenadora do grupo de pesquisa CIPOs - Cidades Políticas, que investiga macro e micro políticas que agenciam os diferentes modos de fazer as cidades contemporâneas no contexto de crise climática e das sociotécnicas cibernéticas.

Ficando com o problema...

A proposta deste texto vem de um concerto de reflexões de pesquisa iniciada 2019 chamada “Direito à Natureza em tempos de crise climática e de espaços cibernéticos”. É uma pesquisa no campo da arquitetura e do urbanismo, que tange as fronteiras de outras disciplinas como a antropologia, geografia, história, filosofia, biologia e o direito e, que está inserida na linha “Processos urbanos contemporâneos” do Programa da Pós-Graduação que investiga “múltiplas e conflitivas problematizações vigentes sobre a cidade, desenvolvendo estudos e pesquisas de natureza teórica, crítica e empírica sobre o urbanismo enquanto campo de conhecimento em suas interfaces com a arquitetura e a paisagem, a política, a ação pública e privada, as tecnologias, bem como as práticas sobre a cidade, em suas dimensões de produção, regulação, percepção, apreensão e apropriação do espaço, nas suas várias escalas e níveis de abordagem.”

A pesquisa busca refletir, acompanhando a linha, as mutações dos sentidos de mundo em que a produção dos espaços é demarcada pela crise climática e por sociotécnicas cibernéticas. Questiona o que o campo da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano pode ainda propor, depois de seu umbilical alinhamento com as racionalidades modernas e desenvolvimentistas, que legaram à maioria dos seres vivos desse planeta um mundo em sistêmico desequilíbrio causado, entre outros fatores, pelos desenhos-desígnios de espacialidades dependentes dos combustíveis fósseis e de uso intensivo e exploratório da Natureza como recurso.

O nível de exploração da vida que legou o colapso do am-

PALAVRAS-CHAVE

cosmovisão - patriarcado - cosmopercepção - natureza

KEYWORDS

worldview - patriarchy - cosmoperceptions - nature

biente vivo do planeta passou/passa pelos projetos, planos, diretrizes e especificações, isto é, pelo desenho-desígnio¹ dos arquitetos urbanistas. Mesmo no Brasil em que esse desenho profissional do espaço não é solicitado pela maioria da população², os arquitetos urbanistas dão forma ao imaginário espacial exibido em revistas, sites, seminários, novelas, seriados etc., que se propagam como modelo/moda até os sujeitos assujeitados a esses regimes de visibilidade tornando os consumidores dos recursos naturais.

Este conjunto de relações sistêmicas e estruturadas de desequilíbrio na sociedade, em uma escala planetária, já é bem conhecida ao menos 30 anos se tomarmos o período da Eco-92³ até o momento da escrita deste texto (em 2021) e, muitos profissionais da área desenham em conexão com essas políticas, ou princípios, mais justos e sustentáveis. Mas, mesmo inseridos nas lutas pela justiça social, ambiental e cultural o desenho mais “bem solucionado” não impede o processo crescente e acelerado do risco que os espaços hoje oferecem para vida humana e não humana. A miríade tecnológica das sociotécnicas da cibernética⁴, antes entendida por vários como

1 O conjunto de instrumentos do campo sejam projetos, planos, diretrizes e especificações serão doravante nomeados apenas desenho.

2 Segundo a pesquisa, realizada com 2.419 pessoas em todo o Brasil, 54% da população economicamente ativa já construiu ou reformou imóvel residencial ou comercial. Desse grupo, 85,40% fizeram o serviço por conta própria ou com pedreiros e mestres de obras, amigos e parentes. Apenas 14,60% contratou arquitetos ou engenheiros. (CAU-BR e DATAFOLHA, 2021)

3 Encontro das Organizações das Nações Unidas no Rio de Janeiro, em 1992, marco da proposição das políticas sustentáveis para todo o planeta.

4 Cibernética é um campo de saber agenciado por cientistas de múltiplas disciplinas no pós Segunda Guerra que, em seu início, estudava a relação entre sistemas vivos e mecanismos de controle automático para controlar e regular a complexidade da comunicação entre seres vivos e máquinas para melhor tomada das decisões de governo. ETIM ing. cybernetics 'id.', emprt. ao gr. kubernētikē (sc. tekhnē) 'arte de pilotar, arte de governar'

possibilidade de desenho de espaços arquitetônicos e cidades mais “inteligentes” parece apenas nos levar ao desmontes de democracias e suas políticas de proteção social, ambiental e cultural, ampliando as desigualdades e a exploração de recursos da Natureza, já em desequilíbrio.

Posto tal problema, o que fazer? Como propor mundos, ou espacialidades capazes de fazer frente a tantas transformações? Como fazer escolhas para o desenho que não nos levem para um fim de mundo? Destas questões - que é a mesma para tantos outros pesquisadores, ativistas e dada a escala do problema até mesmo de governos - parte o esforço de reflexão do “Direito à Natureza em tempos de crise climática e de espaços cibernéticos”. Como esse é esforço coletivo, podemos acompanhar diferentes respostas à questão em comum. São das mais variadas e contraditórias. Abarcam éticas antropocentradas ou ecocentradas; afirmações favoráveis ou anti o conhecimento técnico-científico; discursos políticos, ao mesmo tempo plenos e esvaziados de sentido, como ecologia, sustentabilidade, comum, etc.; com esperança ou voltadas para pessimismo em relação ao futuro.

Fato é, a polifonia dissonante das respostas não permitiu até o momento que um modelo ou paradigma se fizesse hegemônico a ponto de se estabelecer como um princípio coletivo, bom suficiente para nos pilotar/governar para fora do mundo em colapso. Para os campos disciplinares, como o da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano, cujo fazer é centrado na busca de soluções para o melhor desenho do espaço tal dissonância e falta de governo/direção torna nossas práticas, em si, um fazer de riscos variados que não podem ser mensurados pela racionalidade e pelo controle do projeto ou

do plano.

Desenhamos sem garantias, sem rumo. As certezas modernistas e desenvolvimentistas não nos guiam mais e nos legaram o mundo em colapso, mas o que aí está não é sólido suficiente para embasar nossas decisões, tudo se desmancha no ar. O que garante que nossos desenhos sustentáveis e inteligentes não estão implicando em riscos futuros à vida, ainda desconhecidos - como o que aconteceu com o modelo desenvolvimentista rodoviário. As tais cidades e arquiteturas inteligentes são garantia de vida? Após a pandemia de 2020, após as transformações climáticas e a destruição das políticas públicas brasileiras por fakenews de redes sociais, das capturas greenwashing dos ativismos socioambientais entre tantos outros fatores entendemos que desenhamos em terrenos movediços, na incerteza. E, tomando-se tal contexto como fato - não há solução de desenho possível para tamanho problema.

Ignorar ou aceitar a angústia que vem colada à essa percepção do contexto e se manter com o problema? A primeira decisão é compreensível. A negação que leva a ignorância deve ser respeitada e entendida, porque a outra escolha, a angústia, envolve riscos - sim este é mais um. A modernidade racionalista conhece e valoriza o conhecimento, fez até um ramo da ciência para este, a epistemologia. Mas a agnotologia, o conhecimento da ignorância, é uma ciência que mesmo incipiente, nos faz entender a complexidade do problema - mas esse é assunto para outra hora. O que nos interessa aqui, com essas palavras, é deixar claro que escolher ignorar não é uma escolha menor, ou ruim. Perceber-se em risco é um agir positivo, e ignorar é uma resposta, assim como o conhecer. Caso se perceba em sofrimento e em angústia pelo problema acima descrito, pare de ler, procure

ouvir sua intuição e não os séculos de culpa e vergonha que lhe foram impostos pelas sociedades cristã e do esclarecimento alinhadas pela cosmovisão ocidental. Levante-se e vá dançar porque sua alegria faz parte da preservação da vida do planeta.

Caso você esteja bem, se sua curiosidade permite que fique aqui com o problema, tenho a oferecer uma das muitas reflexões possíveis, assim como Donna Haraway fez no livro "Staying with the Trouble: Making kin in the Cthulucene" (HARAWAY, 2016). A autora trouxe o fazer parentes e não bebês como um modo de manter a vida viva no planeta. Este texto traz uma outra oferta, mais uma dissonância na polifonia, e intenta um escape da percepção hegemônica da cosmovisão ocidental. Portanto o texto assume que tal polifonia é positiva e não um problema e que não há a solução para seu, nosso problema. A polifonia são linhas de desejos como diz Haraway, tateantes, de [re]criação do humano na terra, e neste ponto o texto se alinha a autora, somente outro humano pode fazer outro mundo, pois este da cosmovisão ocidental não tem concerto, reforma ou revolução que resolva.

Talvez, reinventar o humano seja o meio de escaparmos da produção do espaço capitalista e inventar novos desenhos para o espaço. Mas, afinal de contas....como chegamos até aqui?

O direito a...

Posto que estamos no campo da arquitetura, do urbanismo e do planejamento brasileiro, tomou-se como ponto de partida para a reflexão do “direito à Natureza” uma investigação da construção do conceito do “direito à cidade” na produção do espaço. Nas obras consenso acerca do tema - a saber o “Direito à Cidade”, ensaio de Henri Lefebvre de 1968 e a lei do Estatuto da Cidade, de 2001 – o conceito é distinto. No primeiro o direito à cidade advém do tensionando entre espaço campo/cidade e sociabilidade rural/urbana e propõe a urbanidade como um bem de direito seja para o campo como para a cidade. A junção da preservação do valor de uso dos espaços, seja na cidade ou no campo, com o direito à urbanidade em ambos é o que determina o direito à cidade para Lefebvre. O valor de troca, que faz do espaço uma propriedade privada, e mercadoria, é negativo para urbanidade e nega o direito à cidade, afirma o autor. Para o Estatuto da Cidade, o conceito é definido pelo acesso legal e regulamentado ao espaço pelas populações economicamente desfavorecidas nas cidades, colocando com bem de direito para essa população o acesso às infraestruturas urbanas. Seu princípio se baseia na legitimidade conquistada pelos movimentos sociais brasileiros que garantiram na Constituição de 1988 a função social do espaço (pelo seu valor de uso e não de troca, de mercadoria), e portanto, o direito à propriedade, sejam públicas ou privadas, nas cidades brasileiras podem ser questionados.

A Natureza, ou o direito a essa nestas obras, é presente pelo conceito de ambiente, que deve ser preservado e/ou conservado en-

quanto um recurso. No Estatuto há uma ética mais antropocentrada (o direito cabe a vida humana) e em Lefebvre um outro mais ecocentrado (o direito cabe para todas as espécies de vida) mas em ambos textos o “direito à cidade” põe em xeque o “sagrado” direito a propriedade privada e a liberdade total do proprietário em dispôr do que lhe é próprio- o espaço e todas as relações de vida nele contidas, ou seja, da Natureza da vida humana, não humana e do que não é vivo também.

Afinal, de onde vem esse “sagrado” direito à propriedade, à Natureza? Outras sociedades não tem esse valor naturalizado como nas sociedade ocidentais e ocidentalizadas. De onde vem?

Controle e domínio dos corpos...

Descobri com a pesquisa que esse direito que habita nossas leis já estava no direito romano, desde a antiguidade. A noção que perdura até os nossos dias de que é de direito, repartir geometricamente o espaço da Natureza, e dar ao humano o poder de dispor desse espaço de acordo com: usos estabelecidos, público ou privado; categorias de propriedade privada como latifúndio ou gleba; modos de aquisição como o usucapio, a doação de glebas pela benesse do governo ou pelo direito vitalício e hereditário do domínio proprietário da terra, desde que de pai para filho já tinham jurisprudência e aparato violento de governo para manutenção desses direitos. (MARNOCO E SOUZA, 1910) Essas noções definidas por um direito que garante o domínio e o controle da propriedade a partir de uma organização

familiar de pátrio poder - pater famílias, de patriarcado nos é estranhamente familiar.

São 3.000 anos de patriarcado⁵ que se faz proprietário do espaço, da Natureza, por meio da violência administrada por técnicas de governo que tem leis/códigos que vigem até hoje. As recentes atualizações, como a função social, lutam com uma subjetividade que nos coloniza há séculos, antes mesmo do Brasil ter existência. Na antiguidade romana apenas um dos filhos homens era escolhido para ser reconhecido diante da sociedade, com direito a casar, tomar empréstimos, fazer negócios e tornar-se proprietário. Os outros podiam ser esquecidos e até mesmo vendidos como escravos.

O chefe de família detinha o poder de decidir se apresentava ou não à sociedade um filho recém-nascido. As práticas de abortos, de homicídios dos filhos das escravas e de rejeição de crianças por má formação, por pobreza e por questões relacionadas à secessão de família eram exemplos de atos comuns permitidos por lei (MACIEL e AGUIAR, 2010).

Tal contexto sofreu transformações, com muita luta e resistência ao longo dos séculos, mas esse poder para controlar e dominar a Natureza, em múltiplas relações de vida, por um único senhor, um pater família, garantido pelo uso da violência de um governo militar não só se manteve como expandiu pelo planeta. A pulsão coloniza-

5 *Sabe-se de outras sociedades patriarcais, como as gregas ou chinesas, mas esta, em particular, nos legou o aparato jurídico que dá a forma do espaço e cuja socialidade nos é estranhamente familiar, próxima. Daí a escolha deste texto dessa gênese pela sociedade de castas patrifamiliares romanas de, aproximadamente, 30 séculos passados que conseguiram manter sua percepção de mundo colonizadora, dominadora, controladora por meio da administração da violência. Além de que, essa mesma sociedade da base para o aparato legal do poder da Igreja Católica, passo imprescindível para a formação da cosmovisão ocidental.*

dora dos romanos conseguiu estabelecer e naturalizar sua socialidade, imposta à diferentes povos, pelas técnicas de governo, isto é, pelo uso da violência legalizado por uma lei que impunha valores familiares e patriarcais das “castas⁶” romanas abastadas.

Estas castas enfrentaram resistências (como bem sabem os leitores de Asterix). Mas tais resistências permitiram, que nesse longo processo histórico, houvesse o aperfeiçoamento da administração/gestão/controle das populações - dos plebeus colonos, dos estrangeiros colonizados, dos escravos, das mulheres, das crianças e dos animais, nesta ordem de importância. Tais técnicas de governo e ordenamento jurídico incidiram sobre espaço colonizado naturalizando o “sagrado” valor da propriedade privados dos patrifamiliarcado ocidental sobre a Natureza - até hoje.

Controle e domínio das almas...

As resistências, entre outros tantos fatores, levaram à derrocada do pater família das castas romanas pelo domínio do espaço pelos ditos bárbaros ao mesmo tempo que uma sociedade de escravizados, de valores mais comunitários e universais hackearam o Império transformando seus padrões. A paz, a comunhão universal, o reconhecimento de igualdade entre os filhos de Deus eram valores muito distintos da violência do patrifamiliarcado privatista e coloniza-

6 *Castas, por serem grupos organizados por uma estrutura rígida de estratificação social, de caráter hereditário, isto é, que transmitem suas características para seus descendentes.*

dor(expansionista) dos romanos. Mas, fato é, esse encontro se deu e as castas romanas convertidas ao cristianismo conseguiram estabelecer uma nova forma de poder, o da Igreja Católica: essa soberania que violenta em nome da paz (estranho familiar, de novo) se dá de modo distinto, controla as populações não apenas pela força bruta contra o corpo mas também por uma força suave, contra as almas. Hackeando o pastorado cristão dos primeiros séculos do cristianismo as técnicas de governo das castas aprenderam a conhecer profundamente a consciência e a alma de cada sujeito para melhor administrar/governar a todos.

Quem bem historiza essas técnicas de governo é Michel Foucault, que narra o modo como o pastoreio cristão assujeitou os indivíduos às técnicas de obediência e vigilância exercida pelo crivo de méritos e punições que impunham a obrigação moral de dizer e obedecer a uma e única verdade, a da Igreja. Tais técnicas que remontam ao poder pastoral concebido pelos hebreus foram largamente usadas durante toda a Idade Média e, em conjunto com o aparato jurídico das leis romanas, fizeram desaguar a moderna racionalidade governamental do século XVI ao século XVIII – o Estado, esse poder soberano exercido pelo poder disciplinar, ou biopoder. (FOUCAULT, 2008a, 2008b)

Mas que técnica faz populações obedecerem a uma única verdade sem o uso da violência bruta? Como o poder pastoral conseguiu controlar as almas de populações através de cada indivíduo, por meios mais suaves?

Controle e domínio dos corpos e das almas por meio das imagens...

Marie Mondzain deixa pistas de que essas técnicas de controle suave da população foram feitas pela administração/economia das imagens inseridas num regime de visibilidades programáticas, que comunicam uma mensagem única, a da Igreja. O ver, para a autora, depende da liberdade do exercício sensível, e a Igreja aprendeu a manter o controle dos sentidos do sensível, aniquilando e assujeitando os indivíduos (seus corpos e suas almas), doravante sujeitos aos seus regimes de verdade.

O programa único das imagens eram geridas pela sua potência para se fazerem ídolo ou ícone e comunicarem mensagens. O conhecimento da potência das imagens para o domínio das almas é demonstrada na querela do iconoclasmo bizantino, no século IX. A gestão da Igreja disputava o exercício do sensível entre a doutrina de incorporação (próprias da imagem idólatra) ou de encarnação (próprias ao ícone). O ídolo é próprio para o consumo e age na satisfação do olhar sem que o sujeito possa agir em liberdade para a construção de um sentido próprio. “O ídolo é então tudo aquilo que ameaça a subjetividade, uma vez que essa relação é de consumo passional, fusal e fantasmática”⁷ (como nas imagens da publicidade, dos artistas, moda, etc. contemporâneas) Já ao ícone se propõe o regime da encarnação. O ídolo institui um objeto e o representa, o ícone institui

⁷ <http://cultureinjection.wordpress.com/2014/03/28/entrevista-com-marie-jose-mondzain/>

uma relação e evoca uma presença, uma significação, um símbolo de algo ausente à imagem, que precisa ser imaginada (como nas imagens da arte, que intentam esse regime).

Para Mondzain, a imagem se faz por meio de uma relação econômica no sentido de negociação entre o visível e o invisível. O sujeito, em liberdade, é quem rege tal economia de relação com a imagem enquanto ídolo ou ícone e é aí que situa a relação do sujeito que olha com o regime das visibilidades e a potência política das imagens. A disputa bizantina demonstra o conhecimento administrativo dessa potência política das imagens, da manipulação dos sentidos dos sujeitos ao regime de verdade única do governo pastoral. Pela imagem do divino dava-se a distribuição operatória e funcional de seu poder salvador” (MONDZAIN, 2013, p. 155) mas seja por meio do ícone ou do ídolo, esse conjunto de relações com as imagens construiu técnicas de submissões, silenciamentos e impossibilidade de objeções à governamentalidade da Igreja. Essa mesma técnica foi posteriormente usada pelos dos governos imperiais, que passaram a prescindir de controle das populações pela Igreja.

A relação com as imagens permitiu uma educação do ver da população, tanto dos colonizadores como dos colonizados, que passaram a se relacionar com o mundo por meio de imagens. Esse regime de visibilidades se aninhou nos corpos educados pela verdade de seus ídolos ou ícones, as percepções visuais levavam a compreensão das verdades do mundo. Só se confia no que se vê, como disse um santo. A pintura, a fotografia, o cinema, a realidade virtual são sociotécnicas aprimoradas ao longo dos séculos por esse regime de visibilidades programáticas, administrada por governos que fizeram passar pela hereditariedade, a violência do patriarcado familiar em

nome do bem, da paz, da comunhão. A dissonância desse regime de visibilidades é a base disso que chamamos visão de mundo, ou cosmovisão ocidental. Não a toa a visão é o sentido que dá sentido ao mundo. Fomos viciados em imagens e por elas somos controlados.

Imagens e leis para o controle e domínio da Natureza e da vida...

Não a toa um regime programático restrito e controlado foi organizado pelas Academias, produtoras de imagens, verdades e leis. A educação das populações (por meio das imagens) e a obediência às leis (do patriarcado colonizador) naturalizaram o controle e domínio do espaço, e da Natureza, gestaram na visão de mundo ocidental um sistema de controle e domínio único (hegemônico) das subjetividades. Até mesmo as revoluções proletárias, em países subalternizados, sucumbiram às sedutoras imagens dessa cosmovisão ocidental.

A Natureza não escapou aos regimes de visibilidade programática desta cosmovisão ocidental e foi feita imagem, por vezes ícone, por vezes ídolo de acordo com os interesses das castas patri-familiares ocidentais. A síntese dessa captura deu-se com a pintura renascentista e foi aprimorada ao longo desses séculos por meio de outras sociotécnicas vinculadas à produção de imagens. A imagem da Natureza se fez paisagem, um espaço extensivo em que a relação com a Natureza se dá pelo olhar e o que se enxerga é o que é permi-

tido ver. A Natureza passa a ser uma imagem para a fruição estética, uma imagem que sai dos quadros pintados e alcança os espaços dos jardins, dos parques, das áreas verdes mas que levam a “cegueira botânica” (incapacidade de perceber as plantas no ambiente), porque a relação é com a imagem é não com a multiplicidade das vidas em relação no espaço.

Como posto no início do texto, sempre houveram resistências. A criação, ou a arte, produziu regimes outros de imagens para além do seu uso administrativo, as leis se transformaram e legalizaram valores de uso pela função social tensionando as garantias hereditárias das castas patriarcais à privatização do espaço, as paisagens da Natureza foram resignificadas para além do que o olhar pode alcançar mas, todos esses movimentos de resistência foram recapturados e resignificados pelos interesses das castas. Um exemplo? A administração hegemônica das imagens de sustentabilidade para fazer o greenwashing que destrói a potência das lutas dos ecologistas.

A governamentalidade das castas, ao longo dos séculos, sempre capturou os valores das resistências, seja a comunhão cristã ou a ecologia, transformando esses valores em mercadoria, por meio da transformação do valor de uso em valor de troca. A captura sempre foi, e é, facilitada pela sedução das imagens e posteriormente, quando não já não há mais como, pelas leis. Mas estas se adaptam e, no fim, terminam por subjugar as populações aos interesses privados das castas.

Ponto de ruptura, as imagens e as leis não mais controlam e dominam a Natureza e da vida...

Entretanto, ao longo do tempo essa casta⁸ foi seduzida por seu próprio regime de visibilidades e iludiu-se com suas próprias imagens, acreditando em sua administração. As evidências de que a Natureza encontra-se num limite de ruptura e que não permite ser mais ser controlada e dominada foi negada de todos os modos mas esta vem numa escala e complexidade que nenhuma imagem ou lei, nenhum desenho pode solucionar, resolver o que aí esta. Enchentes, pandemias, desertificação são profecias que estão não exato momento sendo cumpridas e, vamos precisar aprender a viver nesse novo contexto.

Ficando com o problema...

Voltamos a dilema inicial: ignorar o problema ou aceitar a angústia e se manter com o problema - sabendo que para ele não há uma solução? É possível escapar da cosmovisão ocidental e sua

⁸ *As maiores riquezas do mundo ainda pertencem a dinastias ou clãs familiares e são controladas em sua maioria por homens, que acumulam a riqueza de 60% da população mundial.. Ver em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/>*

percepção hegemônica das imagens de controle da Natureza paisagem? É possível entrar em outra relação com o planeta que não seja novamente capturada pelas castas do patrifamiliarcado?

Uma pista, entre tantas que por aí estão...

O tensionamento do conceito da “cosmopercepção” em frente ao da “cosmovisão ocidental” feito pela epistemóloga decolonial nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí no texto “Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos” (em tradução livre de Wanderson Flor do Nascimento) nos permite estar na angústia e inventa possibilidades de outra relação com o planeta. A cosmovisão ocidental que iconiza ou idolatra a Natureza e define o que se permite perceber da mesma, pelo olhar educado fez do predomínio do sentido da visão uma “natureza humana”. Tornarmos senso comum a noção de que “Todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuíram órgãos similares. Mas a autora aponta:

A razão pela qual o corpo tem tanta presença no Ocidente é que o mundo é percebido principalmente pela visão. A diferenciação dos corpos humanos em termos de sexo, cor da pele e tamanho do crânio é um testemunho dos poderes atribuídos ao “ver”. O olhar é um convite para diferenciar. Diferentes abordagens para compreender a realidade, então, sugerem diferenças epistemológicas entre as sociedades. Em relação à sociedade iorubá, que é o foco deste livro, o corpo aparece

com uma presença exacerbada na conceituação ocidental da sociedade. O termo “cosmovisão”, que é usado no Ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, capta o privilégio ocidental do visual. É eurocêntrico usá-lo para descrever culturas que podem privilegiar outros sentidos. O termo “cosmopercepção” é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais. Neste estudo, portanto, “cosmovisão” só será aplicada para descrever o sentido cultural ocidental e “cosmopercepção” será usada ao descrever os povos iorubás ou outras culturas que podem privilegiar sentidos que não sejam o visual ou, até mesmo, uma combinação de sentidos (OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ. p.3)

Oyěwùmí mostra que a desnaturalização das nossas percepções tão educadas por regimes de imagens e leis de uma visão de mundo única é possível na medida em que outras cosmopercepções já existem neste mesmo tempo e espaço. Os autores ameríndios cada vez mais também nos ensinam outras possibilidades de perceber mundo. Mas não é justo transformá-los em heróis, em ícones ou ídolos, de uma jornada idealizada para a salvação dos ocidentais e ocidentalizados à beira de um precipício. Esse é o modo de captura que as castas sempre fizeram com os menores.

Sigo pistas para outros modos de fazer espaço cuidando da adicção às imagens e desconfiando das garantias das leis porque é assim que as castas nos manipulam para nossa subjugação. Precisamos construir um corpo permeável a outras verdades, ofertadas por outras percepções - para além daquilo que nos foi permitido ver, do que é normal. Precisamos criar um corpo que não transforme outras percepções em loucura, folclore, crença mas que seja atento também para as imagens de não-verdades que as castas produzem para desorganizar nossas resistências. De novo, desconfiem das imagens sedutoras – se você entra em gozo com alguma, desconfie. De um outro

modo, desenhe, sem imagens e ou leis. Não por serem um mal em si, mas por serem o modo pelo qual somos controlados e dominados, inseridos na cosmovisão ocidental das castas do patrifamiliarcado.

A proposta de contenção do que nos é habitual serve apenas para criar atenção para novos aprendizados, para que outras percepções de mundo sejam possíveis e que se tornem verdades que tornem obsoletos os regimes de visibilidade programática das castas, para diminuir o padrão de expansão colonizadora do patriarcado pelo progresso, o desenvolvimento, o crescimento sem limites. Mas lembre, isso não é solução, é a pista de um caminho que pode levar a nada. Não tem como virar modelo. Criar limites e contenções para que novas percepções possam surgir, as suas e não as minhas, talvez seja um meio de [sob]viver com esse problema. Siga as pistas que estão aí sendo deixadas por uma transformação já presente no espaço. Aprendamos à cheirá-las.

“Se você vier, pro que der e vier, comigo. Eu lhe prometo o sol, se hoje o sol sair. Ou a chuva, se a chuva cair.”

Referências

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257 de 10 de julho de 2001**. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

CAU-BR e DATAFOLHA, **Pesquisa 2015**. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/pesquisa2015/>. Acesso em 02. julho. 2021.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble: Making kin in the Cthulhucene**. Duke University Press, Durham e Londres, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

OYĔWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects** in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 391-415. Tradução para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento.

MACIEL, José Fabio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **Coleção Roteiros Jurídicos. História do Direito**. 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

MARNOCO E SOUZA. **Lente da Faculdade da Direito. História das instituições do direito romano, peninsular e português**. Preleções feitas ao curso do 2.º ano jurídico do ano de 1904 a 1905. Coimbra: França Amado Editor, 1910

MONDZAIN, MarieJosé. **Imagem, ícone, economia. As fontes bizantinas do imaginário contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

Utopias urbanas e outras economias

Urban Utopias and Other Economies

Texto originalmente publicado em:

Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões / Editores Mônica Viegas Andrade e Eduardo da Motta e Albuquerque; revisão de Maria Clara Xavier. Belo Horizonte: CEDEPLAR - UFMG, 2018. 440 p. (CEDEPLAR - UFMG 50 anos).

Roberto Luís Monte-Mór é Arquiteto e Urbanista (UFMG), Mestre (UFRJ) e Ph.D. (UCLA) em Planejamento Urbano. Professor e Pesquisador no Cedeplar/Economia e no NPGAU/Arquitetura, ambos da UFMG, em Belo Horizonte. Publica na área de teorias urbanas, economia popular solidária, planejamento urbano e regional e processos de urbanização, com foco em Minas Gerais e Amazônia. Coordenou o Plano Metropolitano de Belo Horizonte e seus desdobramentos (2009-19). Pesquisador do CNPq.

Roberto Luís Monte-Mór

Introdução

São tempos de mudanças extremas no mundo, das ameaças climáticas que tanto nos assustam às inovações tecnológicas que modificam velozmente as relações tempo/espaço e atingem praticamente todos os lugares do planeta. O antropoceno, termo utilizado para descrever esta fase em que o homem se tornou também agente geológico, traz implicações que ainda não fomos capazes de avaliar de modo integral.

São tempos perigosos, parece consenso, da escala global à vida quotidiana, de crises múltiplas, ainda que em níveis e modos distintos. A hegemonia do espaço abstrato próprio do capital globalizado, que articula ações econômicas diversas gerando impactos e vítimas de toda sorte, coloca populações em sofrimento permanente por todo o mundo. A nova crise do capitalismo globalizado é assustadoramente destruidora, e os espaços sociais quase instantaneamente conectados criam ilusões de isolamento ou de comunhão.

No entanto, outras grandes transformações também se anunciam, não há dúvidas, desde as grandes mobilizações populares de contestação e resistência até a impressionante emergência e o reconhecimento de inúmeros povos, culturas e cosmologias historicamente invisibilizados, avançando no sentido da construção de novas cidadanias e da politização do espaço de vida quotidiana.

A visão conservadora, ou de direita¹, centrada no indivíduo, projeta coletividades centradas também no interesse individual. O espírito do capitalismo, é sabido, soube explorar e se alimentar da visão micro, individualista, somatória de elementos isolados. A visão transformadora, ou de esquerda, focada na totalidade de processos sociopolíticos e culturais, enfatiza as esferas coletivas e os problemas comuns e soluções que implicam mudanças articuladas em várias escalas e aspectos da vida humana (e não humana).

Novas configurações nacionais, novos movimentos migratórios, múltiplos ataques xenofóbicos, negações várias de processos históricos coloniais, crises do capital e crises sociais e políticas decorrentes e, por fim, a grande crise ambiental planetária marcam esses tempos obscuros que estamos vivendo. É preciso, portanto, repensar a virtualidade que se anuncia, o sentido da utopia, do impossível que possa ser construído a partir do possível.

Antecedentes e pressupostos

O capitalismo ganhou forma mercantil definitiva a partir das cidades e, no final do século XIX, tornou-se hegemônico quando a indústria se impôs como atividade produtiva dominante. Desde então, o binômio cidade-indústria comanda o mundo. A crescente concentração de riquezas e o controle da maior parte da natureza

¹ Aceito, aqui, a distinção entre direita e esquerda feita por Gilles Deleuze no seu *Abecedário*; ver sua entrevista sobre a esquerda em: <http://intermedias.blogspot.com/1994/11/g-de-gauche-esquerda.html>.

e do trabalho pelo capital, como também do espaço-tempo mundo afora (mesmo onde a acumulação capitalista ocorre indiretamente), apontam para um aprofundamento das crises societárias, ainda que o capitalismo se recrie constantemente. Com Lefebvre (1978), aprendemos como o capitalismo sobrevive e cresce: reproduzindo as relações sociais de produção e ocupando e produzindo espaço (mesmo que não calculemos a que preço, enfatiza o autor).

O capitalismo, em sua versão fordista nos países industrializados, acenou para uma situação de pleno emprego, na qual o trabalho se beneficiava de ganhos de produtividade resultantes da ampliação da produção e consumo de massa. A mediação do Estado criava as condições gerais de produção e de reprodução coletiva. A proposta do fordismo implicava um processo permanente de incorporação de populações e espaços, trazendo em si um sentido inclusivo e extensivo. A reprodução das relações sociais de produção capitalistas sobre a terra, o trabalho e a riqueza coletivamente produzida, sob o comando da expansão industrial, aparecia como virtualidade inquestionável. Todo o mundo sob o comando do capitalismo (exceto os países socialistas) seria “modernizado” e eventualmente incorporado ao ciclo virtuoso do Fordismo e do Estado do Bem-Estar.

O capitalismo financeirizado contemporâneo combinado à “produção flexível”, implicando grandes sobrelucros tecnológicos multiplicados por veloz circulação, penetra, em sua fase neoliberal, nas mais diversas esferas da vida quotidiana. Não carrega mais a proposta incluyente que o caracterizava enquanto dinâmica industrial hegemônica; ao contrário, é hoje excludente, gera desemprego estrutural e reduz oportunidades de incorporação – senão pelo consumo – de parcelas cada vez maiores da população.

A produção do espaço urbanizado se torna, assim, também seletiva e “estratégica”, além de mais excludente e subordinada à lógica da financeirização que abarca setores e aspectos vários da vida social e tem as grandes cidades como seu locus privilegiado.

Entretanto, não é apenas nas cidades que se dá essa produção de espaço urbano, mas ao contrário, as formas e processos urbano-industriais se estendem por todo o espaço social em busca da apropriação da natureza e da geração das condições gerais necessárias à produção e à recriação dos vários capitais, além das condições de reprodução coletiva².

De outra parte, não parece mais interessar ao capitalismo contemporâneo reproduzir amplamente suas relações sociais de produção, restringindo-as a alguns setores e atividades, abrindo assim espaço para outros modos de integração econômica³ com os quais se articula e recria processos de dominação. Dessa forma, incentiva o resgate de modos de integração complementares, mas passíveis de controle, dadas as diferenças de renda e de riqueza que se verificam no centro da acumulação capitalista face às suas múltiplas e diversas periferias. Assim, o espaço, o tempo e as condições sociais para o surgimento e/ou fortalecimento de outros modos de integração social e econômica parece ser apropriado pelas próprias necessidades dos novos capitais hegemônicos, com ajuda e beneplácito do Estado. Esses modos de organização social e econômica centrados em relações domésticas e comunitárias de reciprocidade, além de múltiplas

² *Estudo clássico de Castells (1983) define o papel do urbano no sistema econômico capitalista: locus privilegiado dos meios de consumo coletivo necessários à reprodução da força de trabalho.*

³ *Para o conceito de modos de integração econômica, ver Polanyi (2012a), e para sua discussão no contexto do urbanismo, ver Harvey (1975).*

formas de redistribuição e de trocas em mercados não capitalistas, proliferam em lugares antes impensáveis no centro do mundo capitalista e ressurgem com força nas periferias incompletamente organizadas pelo capital.

Lefebvre distingue três grandes épocas na história mundial: a agrária, a industrial, e a urbana.

Três camadas. Três épocas. Três ‘campos’, não apenas de ‘fenômenos sociais’, mas de sensações e de percepções, de espaços e de tempos, de imagens e de conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e de práticas sociais: o rural (camponês), o industrial, o urbano... (1999, p. 37).

Estariamos hoje assistindo ao final da era industrial e ao início da era urbana, quando a urbanização se torna virtualmente planetária, colocando limites e redefinindo o industrial, “cujo significado não é mais suficiente, ainda que permaneça necessário”. (Lefebvre, 1999, p. 37).

A transição entre duas épocas se dá por meio da iluminação do “campo cego”, quando o “foco industrial” perde parte de sua luminosidade cegante e permite observar outras formas que crescem sob sua área de influência hegemônica. Olhamos o campo novo, o urbano, com olhos do industrial, o que não nos permite de fato enxergá-lo. “Assim, ontem, entre o rural e o industrial; hoje, entre o industrial e o urbano, não existe campo que não se vê?” (Lefebvre, 1999: 38).

A transição da era industrial para a era urbana significa também um deslocamento do foco da produção em direção à reprodução coletiva, da acumulação para a reprodução ampliada da vida coletiva (Coraggio, 1994). No âmbito da época industrial e no interior do campo cego, o urbano se reduz ao industrial, o cotidiano se submete

às exigências da produção, das empresas, dos capitais. O que tornaria possível a superação do “campo cego” e a (ante)visão de uma nova era?

Trata-se da praxis urbana, esta novidade do final do século XX que vem tomando todo o mundo, não mais apenas as cidades, mas todo o espaço social. Trata-se da politização do espaço (de vida) em torno das condições coletivas de reprodução. Com o advento da urbanização, intensificada nas grandes regiões metropolitanas e entendida para além das cidades para ganhar todo o espaço social, a política (e a cidadania) também se estendem, levando a praxis urbana virtualmente a todos os recantos do espaço apropriado, cada vez mais submetida à reprodução coletiva e, assim, objeto das utopias urbanas⁴.

Utopias urbanas

Em geral, quando se pensa em urbanização, fala-se de cidades. Muitos estudiosos da questão urbana veem o mundo a partir das cidades, ainda que já se esteja construindo uma crítica sistematizada desse pensamento citadista. De fato, o grau de urbanização nos países desenvolvidos – ou mesmo em países emergentes como o Brasil, onde 85% da população vive em cidades – explica, sem justificar, esse viés. Hoje, como reconhecido pela ONU, a maioria das pessoas do mundo vive em cidades, ou em lugares categorizados nos seus res-

4. Ver, a respeito, as colocações iniciais de Henri Lefebvre (1999) e discussões do caso brasileiro em Monte-Mór (2006, 2015), entre vários outros.

pectivos países como cidades.

Todavia, há cidades e cidades. O pensamento citadista está mormente centrado nas grandes metrópoles ou nas grandes cidades, que de fato são regiões urbanizadas que extravasam em muito os limites das cidades ou metrópoles, a exemplo das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, consórcios e outras regiões urbanizadas.

Há, entretanto, cada vez mais reconhecida no contexto mundial⁵, uma urbanização que se estende para muito além das cidades. Trata-se do que tenho chamado “urbanização extensiva” (Monte-Mór, 1994), hoje investigada em várias partes do mundo. Esse conceito, inspirado em Lefebvre (1999), explica a extensão das cidades sobre seu entorno a partir do “tecido urbano”, que leva as condições gerais de produção (urbano-industriais) a todo o território, a partir da “explosão” da cidade industrial. O “tecido urbano”, ou o “urbano”, é a forma/processo socioespacial resultante do encontro da indústria com a cidade. A indústria subordina a cidade à lógica produtiva, destruindo-a como obra coletiva e transformando-a também em produto. O valor de troca se impõe sobre o valor de uso, mercantilizando o solo e os próprios meios de vida. A cidade, agora industrial, implode sobre si mesma, recriando a cidadela como centralidade, onde se concentram a riqueza coletiva, o poder e a festa, enquanto as suas bordas explodem sobre o entorno, estendendo-se sob a forma de tecido urbano. Surge assim o urbano, segundo Lefebvre, o qual proponho ser entendido como um terceiro termo na dialética (da tríade) campo-cidade (Monte-Mór, 2007). Um terceiro termo que engloba os outros dois, sem anulá-los, ainda que os contenha.

5. Ver, como exemplo, a coletânea organizada por Neil Brenner, *Implosions/Explosions. Towards a Planetary Urbanization* (2014).

Esta nova realidade, o *urbano*⁶ (industrial), que se estende por todo o território, conduzido pelo “espaço abstrato” produzido pelo capitalismo industrial, ganha dimensões planetárias e tende a subordinar todo o espaço social à sua lógica. Entretanto, este urbano que se estende com o tecido urbano-industrial carrega também em si a potência da polis, a política, e com ela o sentido de cidadania, herança integrante ou contágio da cidade sobre seu território complementar, imediato ou distante⁷.

No Brasil, as condições gerais de produção urbano-industriais se estenderam (virtualmente) por todo o país a partir dos anos 1970, quando o fordismo internacional ganhou a periferia capitalista⁸, apoiado pelo Estado e pelo capital nacional. Essa “tríplice aliança” (Evans, 1979) engendrou condições institucionais e econômicas para atrair o capital industrial estrangeiro, além de sustentar a formação de uma poupança interna para investimentos do capital nacional na produção de um espaço urbano-industrial necessário ao consumo de bens fordistas, disseminando assim as condições gerais de produção e reprodução coletiva e gerando uma urbanização extensiva⁹.

Já nos anos 1980, os movimentos sociais urbanos perderam seu adjetivo, uma vez que índios, seringueiros, sem-terra, quebradeiras de coco, entre vários outros grupos do campo já estavam política-

6 *A ênfase no urbano como substantivo se refere à nova realidade, e não ao adjetivo de cidade (Monte-Mór, 2007). Para uma discussão da emergência do urbano no Brasil, ver Monte-Mór (2006).*

7 *Ver Avritzer (2008).*

8 *Alain Lipietz (1987) pergunta o que o fordismo veio fazer na periferia, qualificando-o como incompleto.*

9 *A poupança interna compulsória (FGTS) e voluntária (SBPE) constituiu o fundo de investimento que, através do BNH e outras instituições, financiou a produção do espaço urbano-industrial extensivo que garantiu as condições gerais de produção exigidas pelo capital industrial e pelo consumo fordista.*

mente organizados em escala regional e nacional. A partir de então, trata-se apenas de movimentos sociais dispersos e integrados em todo o país. O campo e a cidade se interpenetram cada vez mais, dificultando categorizações, enquanto o urbano se estende e requalifica o espaço social.

As sinergias sociais, culturais e políticas que se desenvolvem nas cidades, no campo e no urbano apontam para novas articulações e para o fortalecimento de novas (velhas, por vezes) formas de organização social, às quais estamos aqui nos referindo, com Polanyi e Harvey, como modos de integração econômica. É no bojo desses resgates e invenções que podemos, e devemos hoje, falar novamente de utopias. É exatamente nos períodos de crises e transformações profundas que o pensamento utópico se impõe, seja como antídoto, seja como inspirador de novas experimentações. Portanto, estamos falando de utopias concretas (Bloch, 2006; Münster, 1993; Löwy, 2016), da construção do que hoje aparece como impossível, mas que já está virtualmente anunciado como possível. Estamos falando de utopia como experimentação (Lefebvre, 1976) e seu espaço privilegiado é o urbano, é ali que se constroem as novas formas de luta pela emancipação.

Entretanto, essas utopias urbanas virtuais bebem também nas utopias camponesas, hoje redefinidas pelo urbano-industrial e pelo urbano-natural, rumo ao urbano-utopia (Monte-Mór, 2015). Por que? Porque o espaço de vida e o cotidiano ditam o sentido do porvir.

Outras economias

Nesse contexto, a economia não poderia deixar de sofrer profundas alterações. Nas últimas décadas, temos visto se fortalecerem outras economias, complementares à economia capitalista: economia ecológica, economia social, economia popular, economia solidária, economia da funcionalidade, entre muitas outras que ganham visibilidade e experimentação em todo o mundo, do sul global, onde sempre foram endêmicas, ao norte global, onde ressurgem reinventadas.

Diversas e com objetivos distintos, essas outras economias guardam pontos em comum. Um ponto central é a reprodução coletiva da vida, da escala local à planetária, com foco na questão ambiental, mas também na diversidade social e cultural. Por trás delas, além da óbvia ameaça ambiental planetária, está a crise da economia capitalista industrial em sua fase de financeirização globalizada, agravando seus processos de desenraizamento da realidade concreta e de exacerbação do espaço abstrato como modo dominante de articulação social e econômica, apartado de e ao mesmo tempo penetrando o âmago da vida cotidiana¹⁰. Podemos pensar que, à economia capitalista globalizada e à economia do setor público, articula-se uma economia popular urbana¹¹, tomada aqui como um conjunto que en-

globa a multiplicidade de outras economias fortalecidas nos espaços periféricos de resiliência e renascidas e redefinidas no próprio centro capitalista.

Outro ponto é a centralidade do “fundo de trabalho” (Coraggio, 1994), qual seja, são economias centradas na capacidade de trabalho dos participantes, organizados em formas que podem variar de unidades familiares extensivas e comunitárias até associações e cooperativas. Em todos os casos, têm por objetivo a reprodução ampliada da vida em oposição à acumulação de riquezas própria do capitalismo. Na maioria dos casos, implicam desalienação do cotidiano e do espaço de vida, trazendo de volta a alienação¹² como um conceito central, de longa tradição na economia política, mas ainda alienado do território, do espaço de vida e mesmo da natureza.

Um outro ponto ressalta o sentido coletivo e colaborativo, em oposição à competição acirrada e individualista própria do capitalismo e da cultura burguesa. Releituras várias vêm apontando para o sentido gregário e colaborativo que permeia a história, desde a sobrevivência do mais forte (teoria darwiniana), hoje revista como sendo dos grupos mais solidários, até o resgate do apagamento de experiências coletivas importantes que precederam à era moderna, sendo então invisibilizadas. Experiências comunitárias radicais, dos *narodniks* às experiências comunais de povos tradicionais vêm sendo avidamente estudadas e recuperadas em suas naturezas outras que apontam para formas diversas de convivência e de subsistência¹³.

Nesse sentido, essas outras economias retornam às raízes, à

10 As principais referências, que não poderão ser aqui discutidas, são Polanyi (2012a, 2012b) sobre o desenraizamento da economia de mercado, e Dardot e Laval (2010) sobre o neoliberalismo.

11 Uma referência à tríade econômica proposta por Coraggio (1994): economia capitalista inter-nacional; economia do setor público; economia popular urbana, aqui redefinida em outros termos.

12 Ollman (1984) traz uma ampla discussão das implicações da alienação na vida contemporânea.

13 Ver os artigos de Polanyi organizados por sua filha sob o título *A subsistência do homem* (2012b).

oekonomia, ao nomos do oikós, à gestão da casa, do espaço de vida, afastando-se do que Aristóteles chamava crematística (formação dos preços no mercado) para habitar o cotidiano. O espaço de vida ou o território ganham novos significados, organizando sociedades, fortalecendo identidades e garantindo subsistência. O trabalho, assim, ganha também outro sentido, buscando a desalienação, a construção de coletividades dentro das diversidades de modos de articulação, situando-se no cerne das próprias organizações socioespaciais. E, nesse contexto, novas relações com a natureza apenas começam a ser exploradas e redefinidas.

Propondo virtualidades para utopias urbanas

A revolução que hoje parece se anunciar, ainda que timidamente, está centrada no cotidiano, na (re)produção e apropriação coletiva do espaço de vida e na reprodução das relações sociais de produção não-capitalistas. Não industriais e produtivistas, mas urbanas e reprodutivas. Não se trata mais de uma revolução pelas armas para tomar o poder, como no último século. Não se trata de súbita mudança no modo de produção (capitalista), na estrutura social ou na esfera cultural do que se chama Ocidente (Europa e colônias industriais). Trata-se de mudanças paulatinas que questionam a hegemonia da exploração capitalista, que se fundam no caráter dialético e nas oportunidades geradas em uma crise societal que ultrapassa a crise do Estado e as múltiplas crises do capitalismo, sem negá-las;

pelo contrário, alimentam-se delas e se articulam a elas. Trata-se de pensar, compreender e explorar a crise planetária, que no seu limite coloca no centro das (preocup)ações a sobrevivência humana no/do planeta.

Neste sentido, a revolução contemporânea pode ser mais profunda, pois implica uma radical mudança de curso em escala planetária imposta pelo antropoceno¹⁴ (e por sua consciência). É, por outro lado, uma revolução gradual e permanente, em que outras economias organizadas segundo valores e sentidos distintos emergem e se fortalecem nos interstícios do capitalismo, ainda hegemônico, mas mostrando sinais crescentes da impossibilidade da reprodução ampliada de suas relações sociais de produção. Novos modos de integração social e econômica devem surgir no seio do capitalismo em fase informacional, com outras economias movidas por objetivos centrados na reprodução e sobrevivência coletiva, literalmente, dada a ameaça real da distopia do fim do mundo¹⁵.

Portanto, uma opção central em direção às utopias urbanas implica trabalhar por fora do capitalismo, fortalecendo outras economias, outras relações sociais de produção, e outras formas de produção do espaço que combatam a acumulação capitalista destrutiva. É preciso, assim, que essas outras economias busquem a perenidade, promovam formas sustentáveis de integração na e com a natureza, e superem velhas dicotomias gestadas e fortalecidas na modernidade ocidental engendrada no bojo do capitalismo industrial. As formas

14 *Antropoceno é um neologismo que tem já sua história e implicações. Aqui, é usado no sentido do período em que o homem se tornou agente geológico, alterando a natureza da terra, do ar, do mar e do subsolo, além de ser capaz de destruir o planeta pelo fogo.*

15 *Há mundo por vir? Perguntam Danoxsky e Viveiros de Castro (2014).*

mais eficazes, espera-se (não as mais eficientes), farão a transição. O progresso ganha sinal contrário, sem abandonar seu projeto de emancipação humana.

Nesse contexto, industrialismo e desenvolvimentismo estão sub judice, superados virtualmente. Crescimento econômico, parece evidente, não tem mais qualquer interesse para nós, exceto em setores específicos e sob condições específicas, quais sejam, socialmente apropriados e democratizados. Trata-se da superação das ilusões da modernidade tal como se apresentou nos últimos dois séculos: trata-se do “depois de”, do “pós”, do pós-tudo – pós-modernismo, pós-industrialismo, pós-desenvolvimentismo, pós-colonialismo, pós-capitalismo, e pós-tudo-mais¹⁶. Trata-se de uma crítica radical em preparação para os muitos novos mundos que estão pedindo para nascer, misturando-se aos muito velhos e tradicionais que estão renascendo.

Se a questão central que se coloca para um projeto de emancipação social são as condições gerais para a reprodução ampliada da vida, e não mais para a acumulação capitalista ou desenvolvimento econômico (praticamente a mesma coisa), alguns temas surgem também como centrais, entre eles, o mundo das diferenças, os espaços diferenciais propostos por Lefebvre. É no urbano contemporâneo que esses processos acontecem, nas cidades e no campo redefinidas, é ali onde cada vez mais deverão acontecer. Trata-se da sinergia territorial da política, da cidadania enquanto solidariedade e sentido do coletivo, do republicanismo, do humanismo, enfim, da utopia concreta que Bloch defende como resultante de uma filosofia da práxis, da esperança como afeto humano e possibilidade. E necessariamente

¹⁶ Monte-Mór; Ray, 1995.

experimental, acrescentaria Lefebvre.

Portanto, se estamos falando de utopias urbanas emancipatórias (im)possíveis, para sua experimentação alguns temas parecem centrais.

Natureza e território aparecem como temas centrais, sendo a inclusão da natureza, humana e não humana, como parte efetiva da vida cotidiana imperativa para sua (re)integração e para superação da dicotomia natureza-cultura, fruto da modernidade. Implícita está também a superação da dicotomia campo-cidade, ambos já em processo de redefinição com o advento do urbano (intensivo e extensivo).

Entretanto, assim como o urbano se estende sobre o campo, é preciso que a natureza¹⁷ se estenda também sobre as cidades. Não se trata de privilegiar o tecido urbano-industrial, mas sim, de produzir e fortalecer um tecido urbano-natural, central na produção do espaço como experimentação do urbano-utopia (Monte-Mór, 2015). Assim, à urbanização extensiva corresponde necessariamente uma naturalização extensiva, natureza e urbano se entremeando e redefinindo o espaço de vida (Monte-Mór, 1994).

A consciência das implicações do antropoceno, que parecem se disseminar rapidamente pelos meios digitais e em inúmeras práticas urbano-rurais, pode ser dos elementos mais mobilizadores na formação de novos valores e novas práticas socioespaciais. Na verdade, é a crise ambiental, e conseqüentemente dos espaços de vida, que dá maior visibilidade e voz, cada dia mais tonitroante, aos povos

¹⁷ O campo, ou o rural, hoje, estão muitas vezes tomados pelo capitalismo industrial, em uma de suas versões ambiental e/ou socialmente mais deletérias. Aqui, trata-se da natureza e não do rural-industrial, mas sim do campo comunitário e de base tradicional.

tradicionais e cria condições para que outras cosmologias se manifestem de modo mais livre, mais efetivo e organizado para além dos estudos antropológicos acadêmicos, ganhando os espaços políticos do quotidiano da vida urbana (intensiva e extensiva), ou seja, do espaço social como um todo.

Nesse contexto, o espaço social ganha importância tanto nas práticas socioespaciais que reafirmam o sentido concreto das práticas políticas, quanto na perspectiva do território, depositário e testemunho dessas práticas, onde se inscrevem condições de produção e reprodução, simbologias e dimensões culturais das comunidades, identidades e construções relacionais de agentes coletivamente articulados. O território e o espaço de vida contemporâneos implicam repensar a natureza como parte integrante do espaço social e da vida quotidiana.

Outros temas centrais para a superação contemporânea do capitalismo e da hegemonia da sociedade do mercado dizem respeito à valorização da vida quotidiana, do trabalho e do espaço de vida: A revolução deve estar centrada no quotidiano, já sabemos e muitos já o disseram. Para Lefebvre¹⁸, a (re)descoberta da vida quotidiana no século XX recolocou a questão da exploração, da alienação e da emancipação humana no contexto da superação do capitalismo. O foco na quotidianidade desloca o centro das preocupações da produção, em que a exploração da mais-valia se dá de forma mais evidente para a esfera da reprodução coletiva dos trabalhadores, ul-

¹⁸ Lefebvre publicou uma trilogia sobre o tema (Lefebvre, 2014): *Critique de la vie quotidienne* (1947); *Fondement d'une sociologie de la quotidienneté* (1962); *De la modernité au modernisme (Pour une métaphilosophie du quotidien)* (1981), publicada em inglês em único volume em 2014. Publicou também *La vie quotidienne dans le monde moderne* em 1972 (Lefebvre, 1991), em revisita ao tema sob uma perspectiva distinta.

timamente esquecida e pouco estudada nas suas múltiplas formas contemporâneas. Como explicita Lefebvre no prólogo d' *A crítica da vida quotidiana*, o que orienta sua obra é a alienação, partindo da crítica feita por Marx, em uma tentativa de superar o economicismo dominante no marxismo europeu do pós-guerra, enfatizando a visão sociológica presente no próprio Marx.

Nesse contexto, o trabalho ganha dimensão vivencial, diferenciada e própria de um quotidiano revolucionado e desalienado, no qual gradativamente a questão espacial – o espaço de vida – desponta em suas preocupações até delimitar a cidade e o urbano como um dos objetos centrais da investigação lefebvriana¹⁹. Portanto, desalienação na vida quotidiana e compromisso criativo na gestão do espaço marcam a revolução que se centra no urbano, marcando o deslocamento do foco na produção (acumulação) para ênfase na reprodução coletiva (e ampliada) da vida. As implicações para políticas públicas são inúmeras e estão evidentes no nosso quotidiano, nas inúmeras lutas contemporâneas em torno do espaço de vida, nas cidades, no campo e no urbano.

Outras questões centrais implícitas e derivadas daqueles temas acima listados são o aprofundamento da democracia e a autogestão. Elementos e valores centrais nas outras economias que se anunciam e se experimentam, esses processos de gestão democrática e participativa são intrinsecamente contraditórios com o capitalismo em suas versões contemporâneas. Sempre o foram, podemos dizer, mas na fase oligopolista sob domínio do capital financeiro, a

¹⁹ Em 1970, Lefebvre (1976) reuniu artigos publicados entre 1949 e 1969 sob o título *Du rural à l'urbain*, em que esclarece o deslocamento de sua preocupação com questões da sociologia rural para a vida urbana, dando origem a questões como o direito à cidade, a revolução urbana e a produção do espaço.

democracia (mesmo na sua forma representativa burguesa) tem se mostrado cada dia mais inviável. Os recentes golpes de estado na América Latina, e em particular o golpe jurídico-legislativo de 2016 no Brasil e suas implicações internacionais e desdobramentos internos, explicitam com clareza os limites da democracia nesse capitalismo altamente competitivo e globalizado. Particularmente, quando as forças democráticas apontam para um interesse crescente nas condições de reprodução coletiva e qualidade do espaço de vida, colocam limites cada vez mais estreitos ao industrialismo e à acumulação capitalista, evidenciando a democracia como incompatível com os interesses capitalistas nacionais e, principalmente, mundiais.

Várias das (outras) economias que despontam se centram na autogestão, como no caso da economia solidária, incentivada pelos governos brasileiros até o golpe de 2016. Hoje, como esperado, a economia solidária está sendo desmontada como política pública, mas sua força nos movimentos sociais parece aumentar a cada dia²⁰. Os processos decisórios autogestionários e de democracia radical ganham adeptos e experimentações por toda parte, e não apenas no Brasil, mas tanto no sul como no norte globais. De fato, as economias ecológica, social, popular e tantas outras buscam formas de gestão mais participativas, nas quais o envolvimento dos agentes seja mais coletivo, profundo e efetivo. Em países da América Latina, como Bolívia, Uruguai, Equador e México, entre outros (sem falar de Cuba e Venezuela, onde essas economias são mais profundas), os processos

²⁰ O IV Encontro Nacional de Agroecologia, em maio de 2018 em Belo Horizonte, contou com mais de 2.000 participantes inscritos e mais de mil participantes não inscritos, vindos de todo o Brasil durante a greve geral dos caminhoneiros, que praticamente parou o país por uma semana, mostrando assim a força da mobilização sociopolítica e institucional dessa economia nascente.

auto-gestionários resultantes de experiências associativas e cooperativas, por vezes oriundas de articulações com populações tradicionais, vêm ganhando visibilidade e suporte da sociedade e, muitas vezes, dos governos por meio de políticas públicas. Bancos populares, moedas locais, sistemas de trocas, além das cooperativas várias, têm crescido e apontado para alternativas populares, em que pese suas sérias limitações e dificuldades.

Finalmente, outro tema da maior importância discutido acima – que se articula com o tema anterior e se apresenta como uma área de investigação e experimentação profícua – são os modos de integração econômica, sistematizados por Polanyi e discutidos por outros autores. A domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição e os mercados de trocas não capitalistas podem ser observados em todas as economias no mundo, inclusive naquelas do capitalismo maduro e avançado. Nesses casos, têm sido fortalecidos e resgatados (na Europa, por exemplo, com bastante visibilidade) na esteira das preocupações ambientais e no aprofundamento dos movimentos sociais ligados às questões climáticas e do meio ambiente em geral, dos resíduos, da habitação, do transporte, entre outras. Formas solidárias ligadas à reciprocidade, formas de redistribuição com autogestão e democracia interna e formas de mercado de trocas não-capitalistas ligadas ao comércio justo ganham visibilidade nas redes sociais e até mesmo na mídia corporativa. As preocupações com essas novas (velhas) formas de organização, aqui tratados como modos de integração econômica, parecem crescer em interesse da população a cada ano.

Nos países pobres, onde o capitalismo penetrou de forma incompleta, esses modos de integração econômica persistem princi-

palmente no circuito inferior da economia²¹ constituindo alternativas de sobrevivência para parcelas expressivas da população e viabilizando processos complementares ao circuito superior capitalista, por vezes tornando-o mais competitivo globalmente e/ou mais viável internamente, por vezes atrasando ou impedindo seu desenvolvimento pleno. De qualquer modo, a permanência desses modos de integração econômica e seu fortalecimento no contexto da flexibilização do próprio capitalismo contemporâneo apontam para hibridismos crescentes, integrações e complementariedades inimaginadas há poucos anos e criatividades organizacionais e institucionais potencializadas pela apropriação das tecnologias de informação disseminadas pela globalização e pela urbanização extensiva. A articulação entre relações de produção capitalista e outros modos de integração econômica existe há muito, sem implicar conflitos que pudessem ameaçar a hegemonia do capital sobre as outras relações. A novidade, que pode ter impactos transformadores expressivos, parece ser a politização crescente e, principalmente, a incapacidade e/ou desinteresse do capitalismo em ampliar a reprodução das suas relações sociais de produção, como já argumentado, abrindo assim espaço para o fortalecimento e experimentação de formas resilientes que se consideravam superadas, ou fadadas ao desaparecimento. Ao contrário disso, elas vêm se fortalecendo e parecem responder mais amplamente aos valores e anseios das sociedades contemporâneas.

Dessa forma, voltamos à temática das utopias, aqui tomadas como urbanas e envolvendo cidades e campo em suas diversas manifestações. Se a era urbana expressa por Lefebvre se inicia no tempo

²¹ Milton Santos (1979) tratou dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos de forma pioneira, sendo referência obrigatória para se pensar a questão em países como o Brasil.

de superação da era industrial, concomitante ao período em que se impõe a consciência do antropoceno, o projeto coletivo de emancipação humana (e não humana) implica novas relações sicionaturais, a exemplo da proposta de contrato natural de Michel Serres (1991). O urbano-natural, como forma de superação do urbano-industrial sem extingui-lo, aponta para a emergência de uma urbano-utopia, em que questões como natureza, território, trabalho, vida quotidiana, espaço de vida, autogestão, democracia radical, novas organizações e institucionalidades, resgate e fortalecimento de outros modos de integração econômica e social fora e para além do capitalismo se apresentam como possibilidade de superação e reinvenção revolucionária. Ou seja, o que hoje parece impossível e utópico pode ser tomado como possível, concreto e experimental e, provando-se necessário, instrumental como resposta à crise societária planetária que vivenciamos. Cinquenta anos depois, podemos retomar frases de maio de 1968, quando parece que tudo se anunciava intuitivamente: sejamos realistas, peçamos o impossível!

Referências

- AVRITZER, L. **Terra e cidadania no Brasil**. In: Starling; Rodrigues e Telles (orgs.). *Utopias Agrárias*. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2008. p. 150-163.
- BLOCH, E. **O Princípio Esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ, Contraponto, 2006.
- BRENNER, N. (ed.). **Implosions/Explosions. Towards a Study of Planetary Urbanization**. Berlin: Jovis Verlag GmbH, 2014.

rupturas e reparações

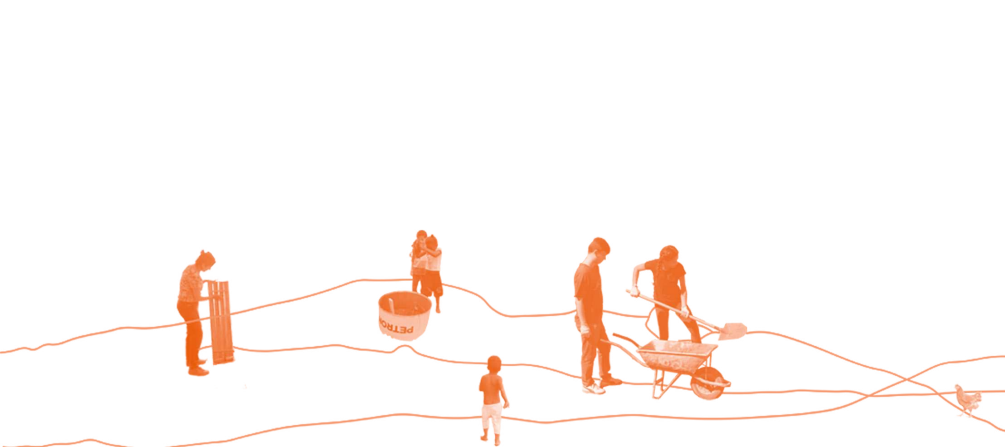
- CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORAGGIO, J. L. **Economia Urbana: la perspectiva popular**. Quito, Ecuador: Instituto Fronesis, 1994.
- DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir?**. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie, Instituto Socioambiental, 2014.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale**. Paris: Éditions La Découverte/Poche, 2010.
- EVANS Peter B. (1979). **Dependent development: the alliance of multinational, state, and local capital in Brazil**. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- HARVEY, D. **Social justice and the city**. London: Edward Arnold, 1975.
- LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Buenos Aires: Lotus Mare, 1976.
- LEFEBVRE, H. **The survival of capitalism: reproduction of the relations of production**. London: Allison & Busby, 1978.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford, UK; Cambridge, Mass., USA: Blackwell, 1991a.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991b.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **Critique of Everyday Life**. v. 1, 2, 3. London: New York: Verso, 2014.
- LIPIETZ, A. **Mirages and miracles: the crisis in global Fordism**. London: Verso, 1987.
- LÖWY, M. **Utopias. Ensaio sobre Política, História e Religião**. Organização de José Neves. Lisboa: Ler Devagar: Edições Unipop, 2016.

natureza política

- MONTE-MÓR, R. **Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano**. In: COSTA, G. M.; COSTA, H.
- S. M.; MONTE-MÓR, R. L. **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 55-69.
- MONTE-MÓR, R. **Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo**. In: FELDMAN, S.; Fernandes, A. (eds.). O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 93-114.
- MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Texto para Discussão, n.281. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.
- MONTE-MÓR, R. **Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. ; SILVEIRA, M. L. (eds.) Território: globalização: fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.
- MONTE-MÓR, R.; RAY, S. **Post-*.ism & the Third World: a theoretical reassessment and fragments from Brazil and India**. Nova Economia, 5(1), p. 177-208.
- MÜNSTER, A. Ernst Bloch. **Filosofia da práxis e utopia concreta**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- OLLMAN, B. Alienation. **Marx's conception of man in capitalist society**. Cambridge: Cambridge U. Press, 1984.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012a.
- POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.
- SERRES, M. **O Contrato Natural**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1991.

natureza política

02.



Partindo da afirmação que as realidades não são dadas exclusivamente pelas estatísticas e mapas oficiais, e que a explicitação de determinados dados em detrimento de outros está, quase sempre, associada a valores e interesses que a antecede, neste capítulo propõe-se discutir:

Como construir metodologias de pesquisa capazes de dar visibilidade às práticas em curso nos territórios autoconstruídos, sem qualificá-las previamente a partir de concepções pré definidas? Como afirmar a não neutralidade dos pesquisadores, e, ao mesmo tempo, estar aberto ao desconhecido?

*Assessoria técnica junto
aos Territórios
Populares: Tecnologia
social biopotente e a
cartografia coletiva
como possibilidade*

Technical assistance alongside the Popular Territories:
Biopotent social technology and collective cartography
as possibilities

*Marcela Silvano Brandão Lopes, Luciana Souza Bragança,
Gabriela de Barros Grossi, Aluska de Farias Pereira e Luara
de Oliveira Assis*

Assessoria técnica junto aos Territórios Populares: Tecnologia social biopotente e a cartografia coletiva como possibilidade

O Programa Natureza Política teve como desafio a construção de diretrizes metodológicas que dessem conta de mapear e dar visibilidade às práticas cotidianas em curso nos territórios auto-construídos, muitas vezes invisíveis aos olhos da academia e da ciência. Vale lembrar que o planejamento urbano costuma partir de um “Relatório de Diagnóstico”, ou seja, com a identificação dos problemas e das demandas no território, os quais são, via de regra, vinculados a critérios e a referências pré-definidas.

Entretanto, é sabido que as realidades não são dadas exclusivamente pelas estatísticas e mapas oficiais, e que a evidência de determinados dados em detrimento de outros está, quase sempre, associada a valores e interesses que a antecedem. Seria, portanto, pertinente iniciar qualquer processo de intervenção urbanística e arquitetônica a partir da problematização dos problemas e com a evidência das soluções já em curso. Assim, a partir desse mapeamento ampliado, dos acordos entre os envolvidos já territorializados, da equipe técnica e moradores, as estratégias necessárias para as intervenções pretendidas podem ser construídas na junção do saber

acadêmico e do saber construído na vivência no território.

Outra estratégia recorrente adotada para dar início ao trabalho dos arquitetos e urbanistas é a leitura do lugar. Ela se torna problemática quando tende a cair em uma ideia nostálgica e ingênua de identidade e homogeneidade e, isto posto capaz de transformar as cidades em cenário que servem tão somente à lógica de mercado (ARANTES, 1998). Na prática, os interesses não são coletivos todo o tempo e as identidades são várias e difusas, afinal nenhum grupo de vizinhança é uma comunidade a priori, esse é um processo em constante movimento e transformação (BARTHES, 2003). No caso das ocupações, o sentimento de comunidade é, muitas vezes, acionado a partir da construção coletiva de algum equipamento urbano, que pode funcionar como convocação para um grupo de pessoas se unirem em torno de um objetivo comum, em busca de um sentimento de grupalidade e/ou de pertencimento, mesmo que transitório e em transformação. Entretanto, essa grupalidade é continuamente confrontada com o sentimento real de incerteza da posse da terra e de uma possível e iminente expulsão do território ocupado (LOPES et al., 2020).

Apesar da importância do uso político do termo “comunidade”, é relevante que se tenha um entendimento da real dinâmica dos grupos sociais e não apenas dos grupos socialmente mais pobres, a partir de processos de associações provisórios, seguidos por rupturas e novas composições, em um processo contínuo e não-linear. As marcas deixadas pelas questões de classe são fundamentais para se entender as relações existentes nos territórios pobres, mas elas não esgotam o seu entendimento. Há diferenças de gênero, raça, religião, sexualidade, idade, entre outras que devem ser mapeadas e conside-

radas. O mapeamento de situações r-existentis vem justamente no sentido de considerar central as pré existências no território. Tomando o mapa como um instrumento político, uma ferramenta representativa que coloca narrativas em evidência, sejam elas hegemônicas, marginais, resistentes ou inventadas, é preciso cartografar e reconhecer narrativas construídas cotidianamente por mais invisibilizadas que elas estejam (LOPES et al., 2020).

Em outra vertente, a ideia de lugar sustenta também o planejamento urbano inspirado na gestão empresarial, que trata as cidades como empresas ou mercadorias e por isso, devem torná-las competitivas fontes de produção de renda (FERREIRA, 2007). No que tange à relação do projeto arquitetônico com sua execução e gestão, por serem recorrentemente entendidos como etapas distintas e sequenciais, é preciso buscar a aproximação de duas temporalidades distintas, a do projeto relacionada com um tempo futuro e a da execução, que, no caso das ocupações autoconstruídas, muitas vezes coincide com o tempo da urgência e da necessidade. Destaca-se que essa disjunção temporal está relacionada aos preceitos capitalistas, cujo modo de produção das técnicas está baseado em um tempo linear, que busca o controle da produtividade e a eficiência. O tempo das práticas coletivas não é funcional, nem puramente linear e cronológico, e sim do ato em processo, ou seja, de um planejamento flexível e aberto, atravessado constantemente pelos imprevistos e urgências. O que importa em processos que visam construções coletivas não é exclusivamente se chegar a um produto, mas agregar pessoas em torno de uma ação, em busca de interesses comuns, movidas pela vibração de se construir algo coletivamente (LOPES et al., 2020).

Por fim, pode haver um projeto pedagógico embutido na re-

lação dos arquitetos com o território, que se faz presente pela via da ciência ou da consciência sociopolítica. Em alguns processos participativos corre-se o risco de uma postura missionária que pode originar propostas predefinidas da qual se busca escapar. Com relação ao conceito de participação, tão caro aos processos baseados em importantes conceitos sociológicos, muitas vezes ele está baseado na ideia de algo que se concede, idealizado e decidido anteriormente por outra instância, e, por isso, passível de controle. Para se pensar em outros modos de fazer junto, vale lembrar do conceito desenvolvido por Roland Barthes (2003) sobre viver junto, associado a uma “aporia de uma partilha da distância”, e que não se estabelece na homogeneidade, mas “permite várias modalidades de encontro, que se desregula e se engendra na fluidez aleatória dos tempos e dos episódios” (BARTHES, 2003, p.13).

Afinados com essa percepção, entende-se que, em atividades de campo, não cabem pressupostos baseados na “conscientização”, “capacitação” ou mesmo “qualificação” de uns pelos outros. O grau de implicação de todos na ação deve ser determinante para provocar, nesse encontro de saberes e desejos, os agenciamentos e as conexões que produzem as redes. Tal mudança de perspectiva altera bastante a relação entre o pesquisador e o pesquisado, na medida em que o “objeto” de pesquisa é percebido como “sujeito”, com voz e saber a ser compartilhado.

Tecnologia social biopotente

Trazendo esta discussão para o campo da arquitetura e do urbanismo, é recorrente o entendimento que as favelas e as ocupações autoconstruídas são territórios marcados exclusivamente pela falta e pela precariedade. Tal afirmação, apesar de não ser completamente falsa, a nosso ver, simplifica e apaga as sutilezas de um procedimento mais complexo que o anunciado. É possível identificar ações e subversões criadas nesses territórios, que podem também ser caracterizadas como ações biopotentes dentro das cidades, tendo em vista que são engendradas nas brechas do poder instituído, denunciando a própria fragilidade e as contradições das instituições (LOPES, 2015).

Desse modo, mesmo que haja uma reprodução das formas hegemônicas de se fazer espaço e moradia, as invenções cotidianas estão presentes, seja por força das circunstâncias, seja pela imanente potência da vida. Essa percepção faz levantar algumas questões: será que pessoas acostumadas a produzir o seu espaço não possuem saberes importantes para solucionar suas próprias demandas? Será que tanto o técnico bem intencionado, como o engajado ou mesmo o crítico não estão apegados a um lugar de saber carregado de valores pré definidos? Será que o mesmo lugar da precariedade e da falta pode ser também um lugar de invenção e de criação? Será que há sempre por parte da academia um projeto pedagógico embutido, seja pela via da ciência e do humanismo, seja pela via da consciência sócio-política, que tende a fazer tábula rasa com os saberes locais?

(LOPES et al., 2018).

Para responder às questões levantadas, a equipe de pesquisadores do Programa Natureza Política mobilizou dois conceitos importantes para a produção acadêmica, inclusive, no que se refere ao fortalecimento do tripé pesquisa-ensino-extensão: tecnologia social e biopotência. As tecnologias sociais (TSs) reaplicáveis, segundo Lassance e Pedreira (2004), podem ser definidas como "um conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida" (LASSANCE JR.; PEDREIRA, 2004, p.66).

O conceito de uma tecnologia social biopotente é proposto aqui considerando que as ações dos pesquisadores não são neutras, e por isso exigem um posicionamento político transparente e aberto a novas contaminações. Esse entendimento dialoga com o conceito de "ator-rede" e carrega esta simultaneidade: o ator está submetido a forças de poder presentes na rede, mas também interfere e age nela (LATOURETTE, 2012, p.75). Trata-se, pois, de um conceito relacional do que seja ator, identificável pela sua ação na rede, mas que, ao mesmo tempo, considera essa ação incerta e deslocada. Portanto, na construção de uma tecnologia social biopotente é necessário o reconhecimento de que todos os envolvidos na ação configuram uma rede em constante movimento (LOPES et al., 2018).

Ao admitir o valor e a potência das contracondutas engendradas nas práticas cotidianas subversivas, inclusive no que se refere àquelas relativas à produção do espaço, o desafio para os pesquisadores e intelectuais passa a ser o de construir meios e instrumentos que não reproduzam a lógica de saber-poder, na qual o saber está localizado e restrito ao ambiente acadêmico. Nesse sentido, o con-

ceito de uma tecnologia social biopotente parte do pressuposto de que as invenções cotidianas presentes nos territórios socialmente vulneráveis possuem um caráter subversivo, na medida em que são engendradas nas brechas e à revelia dos dispositivos de poder e controle acionados pelos agentes da produção hegemônica do espaço, marcada, atualmente, por uma racionalidade neoliberal. A partir disso, propõem-se que tais invenções sejam entendidas como pontos de partida (LOPES et al., 2018).

Além do mapeamento das invenções em curso juntamente com as fragilidades dos territórios, é preciso que estratégias de construção de agenciamentos sejam planejadas. Entretanto, é fundamental que tal planejamento seja, ao mesmo tempo, estrategicamente pensado e bastante flexível.

Cartografias Coletivas

A cartografia foi o método adotado pela equipe de pesquisadores do Programa Natureza Política, por assumir a investigação como dispositivo de intervenção, produtora de acontecimentos abertos à imprevisibilidade da ação. Sendo assim, o encontro entre pesquisador e pesquisado, necessariamente, vai provocar desestabilizações, desencadeando a produção de novos conhecimentos e novas subjetivações. Nessa abordagem, o movimento alternado do observador-pesquisador, ora em direção ao processo que pretende analisar, ora se afastando dele, desestabiliza a separação entre sujeito e objeto, tornando sujeitos políticos tudo e todos os envolvidos nos

processos, com vozes e saberes a serem compartilhados, e, por isso, passíveis de transformação. Trata-se, pois, de uma disponibilidade para o desconhecido, que nos conduz a um processo de desterritorialização constante (LOPES et al., 2018).

Em função disso, para se cartografar um território, não se deve recorrer apenas às estatísticas e aos instrumentos de investigação que buscam comprovar ou refutar teorias pré-estabelecidas. Isso pode acontecer quando a investigação parte de questionários, sejam eles estruturados ou não estruturados, cuja estrutura se baseia em perguntas e respostas.

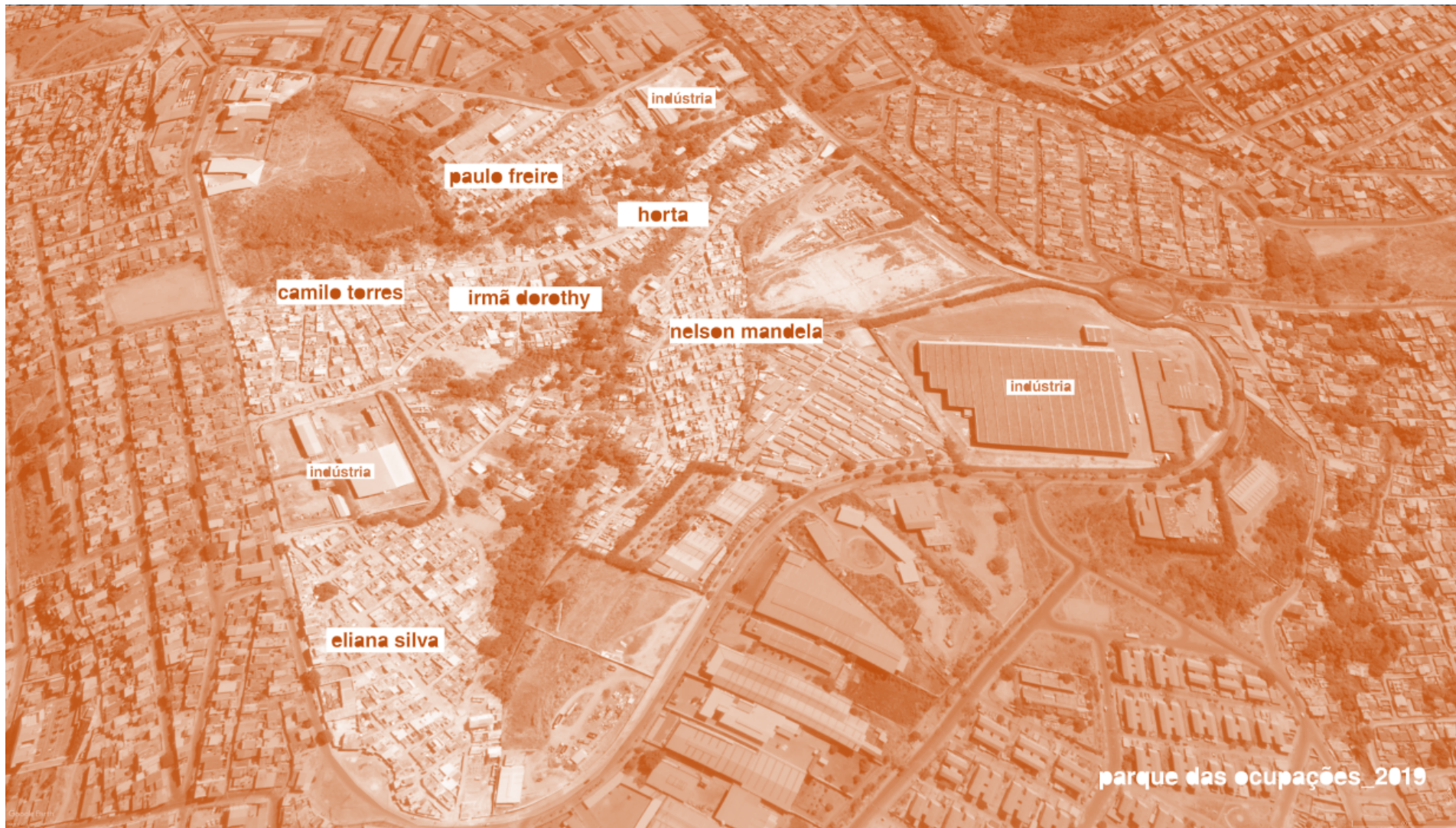
As pistas para essa cartografia podem ser encontradas tanto nas coisas físicas e evidentes, como também nas não palpáveis, que, ao serem mapeadas e evidenciadas, permitem a visualização e a transformação dos próprios envolvidos nesse processo, sejam eles pesquisados ou pesquisadores. E para que um processo cartográfico aconteça de fato - sob a forma de um jogo aberto sem respostas pre-estabelecidas e/ou conhecidas, mas de perguntas que podem gerar outras perguntas e muitas provocações - é preciso construir instrumentos de campo capazes de operar tanto visando a investigação quanto a intervenção, seja no território físico, seja na produção de novas subjetividades (LOPES, 2019).

Pesquisa-intervenção junto aos Territórios Populares

O Projeto Parque das Ocupações, coordenado pelo Programa Natureza Política, é desenvolvido junto às ocupações Eliana Silva e Paulo Freire. Ambas são coordenadas pelo Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), e estão localizadas em um Vale na região do Barreiro, onde também estão inseridas outras quatro (4) ocupações urbanas (Camilo Torres, Irmã Dorothy, Horta, Nelson Mandela) e algumas indústrias, todas disputando espaço com uma grande área verde (Figura 1).

Fig.
01

Gleba do Parque das Ocupações
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.



Inspirados no Método Cartográfico Indisciplinar¹, a investigação sobre o Vale das Ocupações partiu das perguntas simples (o que?, por que?, com quem?, com o que?, quando? e onde?), cuja rede de conexões foi sendo visualizada e analisada junto aos moradores, permitindo a construção de um território não apenas físico, mas vivido e transformado o tempo todo.

Em 2016, foi iniciado o mapeamento da relação dos moradores das Ocupações Paulo Freire e Eliana Silva com a natureza, a partir do qual foi possível perceber que apesar da subtração da vegetação nas fronteiras entre o território das moradias autoconstruídas e a área de preservação ambiental, o verde retornava às ocupações sob a forma de jardins, hortas e pomares, em vários quintais e frentes das casas, por motivos diversos, desde a necessidade alimentar, passando pela composição da renda familiar, até alcançar a memória afetiva associada aos sabores e aos cheiros das plantas.

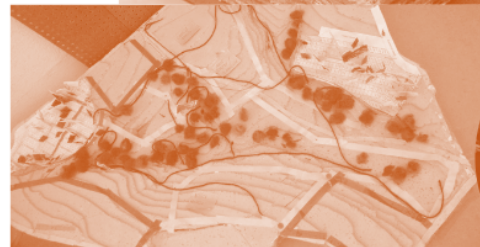
Fig. 02 Mapeamentos feitos pelos alunos da disciplina "PFLEX Parque das Ocupações" a partir de visitas ao território
 Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.

¹ Método de investigação construído por pesquisadores do grupo Indisciplinar (LOPES; RENA; SÁ, 2019)

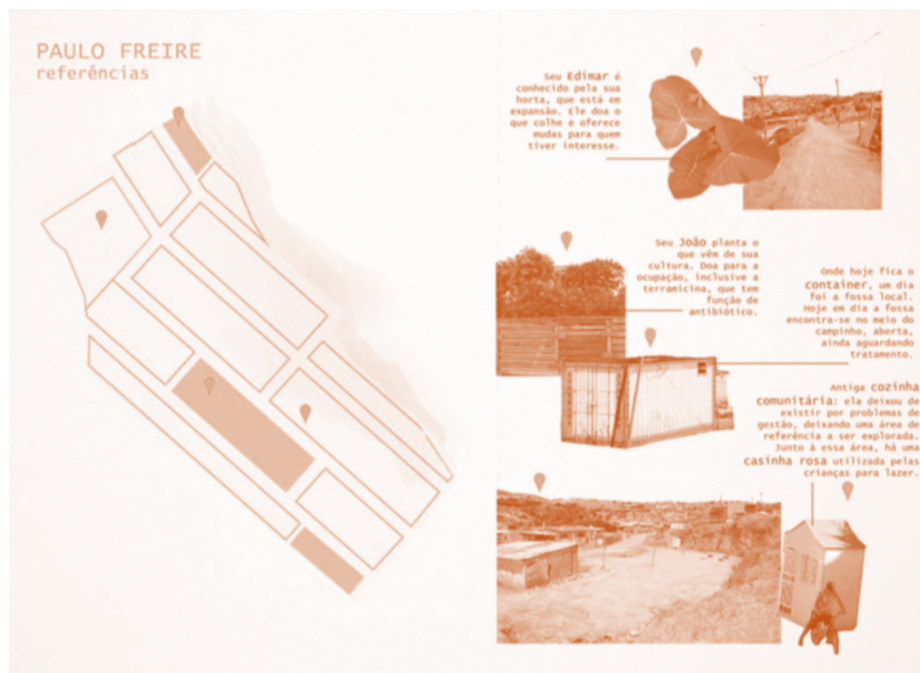
Mapas aterrizados

A primeira ação no sentido de entender o Parque das ocupações foi a elaboração de uma **maquete física**. Vários ícones foram utilizados tanto para coletar dados diretamente quanto para conversar com os moradores. A elaboração da maquete auxiliou a todos na hora de reconhecer cada local e analisar a altimetria. Foram incluídos **ícones, junto dos moradores**, que marcavam a presença de água, lixo, canteiros, hortas e residências.

O termo "Mapa Aterrizado" se refere às questões mapeadas no local das ocupações. São mapas elaborados a partir de pontos de vista próximos.



Maquete produzida por/ Mapa pelo grupo



ELIANA SILVA

espaços de encontro e crianças



PREÇO DO ALUGUEL
O aluguel é baixo, de R\$ 100,00 por mês, mas os moradores não têm acesso ao saneamento básico e a água é encoberta.

OS SERVIÇOS
O serviço de água é precário, com muitas interrupções e a água é encoberta.

SAÚDE DAS CRIANÇAS
As crianças sofrem de doenças respiratórias e diarreias devido à falta de saneamento básico.

ARTESANATO
A maioria dos moradores trabalha com artesanato, como a produção de cestos e colares.

CAMPUS DE OBRAS
O campus de obras é muito grande, com muitas construções em andamento, o que dificulta a circulação de pessoas.

ESPAÇOS PARA CRIANÇAS
Não existem espaços para crianças, o que dificulta o brincar e o aprendizado.

RELAÇÃO
A relação entre os moradores é muito boa, com muitos vizinhos ajudando uns aos outros.

REDE DE DRENAGEM
Não existe rede de drenagem, o que causa problemas de enchimento durante as chuvas.

ELIANA SILVA

jardins, hortas e pomares

Mapeamento realizado pelo grupo 3



- 1) Dona Antônio
- 2) Filha da Dona Eudi
- 3) Dona Terezinha
- 4) Cabelinho
- 5) Fábio
- 6) Sebastião
- 7) Sinval
- 8) Dona Cleusa
- 9) Júlio Cesar
- 10) Márcia
- 11) Dona Rita
- 12) Margarete
- 13) Rondinela
- 14) Gordinho

PAULO FREIRE

jardins, hortas e pomares

Mapeamento realizado pelo grupo 3



- Hortas Existentes**
- 1) João
 - 2) Edimar
 - 3) Horta Comunitária
 - 4) Penha
 - 5) Alexandre
 - 6) Kelton
- Animais**
- 1) Mary
 - 2) Seu Zé
 - 3) Nilda
- Ambos**
- 7) Seu Nadir

ELIANA SILVA

resíduos e artesanias



Resíduos
A maioria dos resíduos é descartada na rua, o que causa problemas de saúde e ambiental.

Necessidades e recursos
Os moradores precisam de mais equipamentos básicos, como geladeiras e fogões.

Casa de Vidro
A casa de vidro é um projeto de construção sustentável, que utiliza materiais reciclados.

pequenos jardins privados
Muitos moradores possuem pequenos jardins privados, onde cultivam hortaliças e frutas.

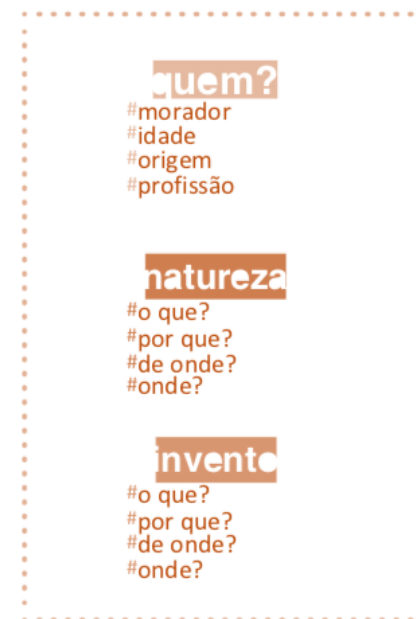
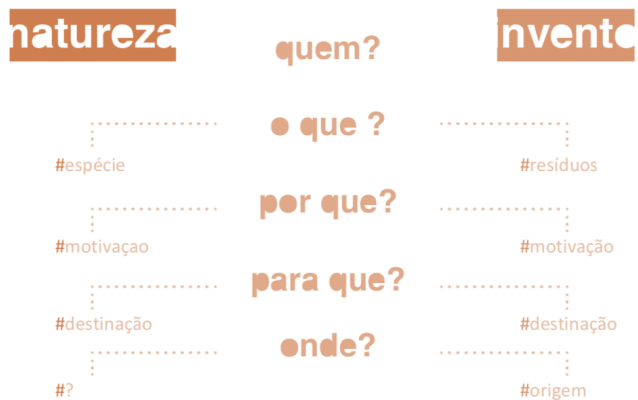
Dona Flávia
Dona Flávia é uma artesã que produz cestos e colares, utilizando materiais locais.

Comércio
Existem pequenos comércios locais, como lojas de artesanato e hortaliças.

entremeios

Em 2019, um novo mapeamento foi realizado na Ocupação Paulo Freire, onde foram entrevistadas 18 famílias, utilizando-se, desta vez, o Método Cartográfico Indisciplinar. Este mapeamento tinha como propósito mapear a coleta de resíduos sólidos, advindos da construção civil, e sua transformação em soluções para a construção de muitas das casas das ocupações autoconstruídas. Em paralelo, foi feito o mapeamento dos jardins das casas e a relação dos moradores com o seu plantio. Para haver um cruzamentos dos dois mapeamentos, foi elaborada uma única ficha para os levantamentos.

Fig. 3 Planilhas para mapeamento na Ocupação Paulo Freire
 Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.



	planilha de agrupamentos					
quem?	o que	para que?	onde?	de onde?	para onde?	
casa 1						
casa 2						
casa 3						

Desta forma, foi possível mapear: (1) o tipo de material coletado (O QUE): portas, janelas, pallets, madeirites, vasos sanitários, pedras de granito, divisórias, entre outros resíduos; (2) a origem (ONDE) dos materiais coletados: aqueles que estão em melhor estado são procedentes de doações de empresas da região, os demais vêm das ruas e das caçambas.

Muitas vezes os materiais coletados são destinados a um uso não óbvio (POR QUE), através da ressignificação desses objetos para outros fins, como um guarda-roupa transformado em vedação (Figura 4), latas de tinta em vasos de plantas (Figura 5) e pneus que são usados como contenção (Figura 6), etc.

Vedação de Guarda-Roupa desmontado
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão
Natureza Política.

Fig.
04





Fig.
0 5

Latas de tinta e baldes transformados em vasos de planta. Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.



Contenção construída com pneus
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão
Natureza Política.

Fig.
0 6

Por fim, no que diz respeito às motivações (POR QUE 2) dos moradores para essa coleta, foram identificadas: intenção de uso imediato, de doação, de venda ou de troca. Verificou-se também que, nos casos em que o material coletado está em ótimas condições, as pessoas optam por guardá-lo em algum lugar da casa, para quando surgir uma oportunidade, vendê-lo a um interessado, ou mesmo trocá-lo por algum serviço de construção. No decorrer das visitas, constatou-se que grande parte dos resíduos das coletas eram doados por e para familiares e vizinhos, configurando, assim, uma potente rede de trocas entre os moradores (QUEM).

A rede de trocas identificada nos levantamentos descritos no tópico anterior nos remete às reflexões feitas por Polanyi (2000) sobre os princípios de comportamento das economias empíricas, a reciprocidade e a redistribuição, baseadas na “ausência da motivação de lucro; a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência de qualquer instituição separada e distinta, baseada em motivações econômicas”, com garantia de ordem na produção e na distribuição (POLANYI, 2000, p.67). Um outro princípio abordado por Polanyi é o da domesticidade, ou “produção para uso próprio” (POLANYI, 2000, p.70). Já nas economias de mercado há um rompimento desses comportamentos, visto que o trabalho e a terra são transformados em mercadoria e dinheiro. Importante ressaltar que para Polanyi essas transformações não acontecem historicamente de forma linear, muito menos excludente. Esses procedimentos estão associados a diferentes motivações, e não a uma “evolução” das formas das trocas econômicas.

Entretanto, foi também possível identificar que as soluções inventadas no cotidiano, percebidas por nós como pistas importantes

de outro modo de se produzir espaços e materialidades e de se relacionar com as naturezas, via de regra, são substituídas pelos moradores das ocupações por soluções convencionais. Tão logo se ganha um dinheiro extra e, por exemplo, um carro é comprado, o jardim desaparece. O mesmo acontece em relação às artesanias construtivas mapeadas, tanto na escala da moradia, com a instalação de porcelanatos e construção de muros, quanto na escala urbana coletiva, na demanda insistente por asfalto para a pavimentação das ruas. As artesanias percebidas durante a pesquisa como sendo uma terceira margem subversiva estão, como tudo, no jogo dialético da produção do espaço.

Sobre o mapeamento dos jardins realizado na mesma ocasião, foram levantados 14 jardins particulares na Paulo Freire e 16 na Eliana Silva, além de 2 hortas comunitárias onde também se cultivam flores, uma em cada ocupação, 2 nascentes, 1 parquinho e 1 campo de futebol da Paulo Freire.

O foco do mapeamento estava nos jardins feitos por pessoas engajadas pessoalmente no plantio, cuja relação com os não-humanos (plantas, animais, água e solo) estava na ordem dos afetos e do cuidado. Por meio de uma observação participante dos jardins e de entrevistas de caráter etnográfico, a equipe de pesquisadores pôde constatar que os moradores da Ocupação Paulo Freire mantêm jardins em suas casas, principalmente, em função da sua origem em cidades pequenas e zonas rurais, trazendo, assim, as memórias dessa vivência cultural. A maioria cultiva flores, verduras, legumes e frutas e criam animais em suas casas ou em áreas coletivas da ocupação. Observou-se também que há ali uma demanda de cultivo para o sustento da família, a partir de plantações de ervas para temperos, remé-

dios, misturados a plantas ornamentais, que são cultivados por todos os familiares. Um exemplo disso é um morador de aproximadamente 40 anos, que não só cultiva várias espécies de plantas como também prepara o adubo artesanalmente, com os resíduos orgânicos da própria casa e mantém uma sucinta criação de abelhas para a polinização do jardim da residência de aproximadamente 18 m². Além disso, ele constrói uma rede de recebimento de resíduos e distribuição de adubo, fomentando as relações com seus vizinhos, com os animais e plantas, sendo possível afirmar que esse cuidado não é restrito ao ambiente doméstico, mas que se estende para o espaço coletivo da Ocupação. (BRAGANÇA et al., 2021).

Considerações finais

Em todos os levantamentos realizados, observou-se que, no que diz respeito às precariedades existentes nessas ocupações, elas estão presentes tanto na escala do território e da rua, quanto na escala da residência. Simultaneamente a essas precariedades, e via de regra por causa dessas, surgem inventos, que podem ser identificados tanto no uso compartilhado das ruas por carros, motos, bicicletas e pedestres, como em engenhosas soluções construtivas realizadas nas casas e nos espaços coletivos.

Entendendo a pesquisa como um ato de investigação e de intervenção nos territórios, todas as atividades realizadas em prol da melhoria nas Ocupações Eliana Silva e Paulo Freire tiveram a cartografia como dispositivo de visibilidades e, ao mesmo tempo, de cons-

trução de acordos sobre as diretrizes das intervenções. Sobre elas, o leitor poderá se inteirar recorrendo ao artigo escrito pela equipe do Natureza Política para o Capítulo 3 deste livro.

Referências

ARANTES, Otilia B. Fiori. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Edusp, 1998.

BARTHES, Roland. **Como viver juntos: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRAGANÇA, Luciana Souza; LOPES, Marcela S. Brandão; PEREIRA, Luiz Eduardo Minks; GUINHO, Luiza da Anunciação. **PARQUE DAS OCUPAÇÕES: DA NATUREZA OBJETO À NATUREZA SUJEITO**. Belo Horizonte, 2021.

FERREIRA, J.S.W. **O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Brasil, Petrópolis: Vozes, 2007.

LASSANCE JR., Antônio.; PEDREIRA, Juçara Santiago. **Tecnologias Sociais e Políticas Públicas**. In: Tecnologia Social – uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. Bauru: EDUSC/ Salvador: EDUFBA, 2012.

LOPES, Marcela S. Brandão **Artesanias Construtivas e Urbanas: por uma tessitura de saberes**. 2015. 276 f. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9WRGLR>> Acesso em: 10/08/2019.

LOPES, Marcela S. Brandão; BRAGANÇA, Luciana; BARBOSA, Marcus; AMARAL, Mayumi; RENA, Natacha. **Tecnologia social biopotente: Parque das Ocupações e extensão universitária**. Revista Indisciplinar, Belo Horizonte: 2018. Disponível em: <http://blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2018/10/RevistaIndisciplinar6_PROVA4.pdf>. Acesso em: 10/08/2019.

LOPES, Marcela S. Brandão; BRAGANÇA, Luciana Souza; COELHO, Matheus Silva; GUINHO, Luiza da Anunciação. **QUEM OCUPA CONSTRÓI CONTRACONDUTAS**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUC-MG). Belo Horizonte, v.26, p.141-182, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2019v26n39p141>.

LOPES, Marcela S. Brandão. **Quatro experiências extensionistas: Deslocamentos espaciais e narrativos**. Interfaces, Revista de Extensão da UFMG, v.7, n.1. Belo Horizonte, 2019. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/480>>. Acesso em: 10/08/2019.

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. **Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma**. VIRUS, São Carlos, n.

19, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 15 Nov. 2021.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

Pensar a cidade sob a ótica da transdisciplinaridade

Thinking the city from the perspective of transdisciplinarity

Denise Morado Nascimento é professora da Escola de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi Professora Residente do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT/UFMG). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelas Faculdades Izabela Hendrix, Mestre em Arquitetura pela University of York (Inglaterra), Doutora em Ciência da Informação pela Escola da Ciência da Informação/UFMG e Pós-doutora em Geografia pelo Instituto de Geociências/UFMG. Coordenadora do grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG e pesquisadora do CNPq. Organizadora dos livros "Saberes [auto]construídos" e "Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo". Autora do livro "O sistema de exclusão na cidade neoliberal brasileira".

Denise Morado Nascimento
dmorado@gmail.com

Antes de iniciar, gostaria de me solidarizar com todos os brasileiros em razão de tantas perdas, tantas mortes, que poderiam ter sido evitadas; apesar de tudo, fiquemos bem. Agradeço o convite feito pelas Professoras Marcela Silvano Brandão e Luciana Bragança para participar do Webinário Natureza Política e a provocação enviada sobre os pressupostos para a construção de instrumentos metodológicos da pesquisa no campo capazes de abrir um canal de interlocução interativo e não-hierárquico entre pesquisadores e comunidades. É nessa direção que organizei meus argumentos, explicitados em quatro eixos imbricados por minhas experiências e vivências como pesquisadora: metodologia, transdisciplinaridade, pesquisa e, por fim, jogo de linguagem.

Metodologia

Início meus argumentos compartilhando o entendimento da socióloga Maria Cecília Minayo (2014) sobre as questões epistemológicas e instrumentos operacionais de pesquisa: há pesquisadores que igualam o conceito de metodologia a métodos e técnicas e outros que o colocam no campo da epistemologia, assim como há pesquisadores que separam teoria e método e outros que os tratam de forma integrada e apropriada àquilo que se quer investigar. E não há nada errado em haver vários tipos de pesquisadores. Mas, assim como propõe Minayo (2014, p.44), metodologia, a meu ver, é:

PALAVRAS-CHAVE

metodologia, moradores, transdisciplinaridade, pesquisa, jogo de linguagem

KEYWORDS

methodology, residents, transdisciplinarity, research, language game

- (i) “discussão epistemológica sobre o ‘caminho do pensamento’ que o tema ou o objeto de investigação requer”;**
- (ii) “apresentação adequada e justificada dos métodos, das técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação”;**
- (iii) “marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.”**

Ainda que teorias e métodos sejam indispensáveis para qualquer pesquisa, a escolha metodológica “nunca se apresentará como uma simples soma de técnicas que se trataria de aplicar tal e qual se apresentam, mas sim como um percurso global do espírito que exige ser reinventado para cada trabalho” (QUIVY; VAN CAMPENHOUDT, 1998, p.15). A metodologia não é uma estrutura de técnicas, ainda que um conjunto de métodos se configurem, de forma importante, para o cumprimento eficiente da metodologia.

Nesse sentido, não dissocio teoria e metodologia. “As opções técnicas mais ‘empíricas’ são inseparáveis das opções mais ‘teóricas’ de construção do objecto”, bem colocado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1989, p.24). Isso quer dizer que, a pesquisa deve se pautar por escolhas metodológicas, não menos teóricas, ou vice e versa; ou seja, a pesquisa é inseparavelmente teórica e empírica, tanto específica quanto rigorosa, sendo, unicamente, escolha e construção do pesquisador. Por isso, não existe pesquisador e pesquisa neutros na medida em que toda escolha é sempre política, como o que é próprio do ser

político.

Também entendo, assim como Bourdieu (1989), que o avanço na produção do conhecimento só pode acontecer se a pesquisa pressupor a ruptura com os problemas pré-construídos sobre o que se quer investigar e que os problemas de pesquisa são socialmente produzidos, jamais meros dados objetivados e registrados. Me refiro, em especial, às pesquisas sobre a cidade, bem como sobre os seres humanos que ali moram, trabalham e vivem, independentemente das questões de pesquisa que queiramos abarcar, que, desse modo, se inserem, pressupostamente, no campo das Ciências Sociais e Humanas. Volto à Minayo (2014, p. 39-41) para distinguir pontos peculiares desse campo:

- (i) “toda investigação social precisa registrar a historicidade humana, respeitando a especificidade da cultura que traz em si e, de forma complexa, os traços dos acontecimentos de curta, média e longa duração, expressos em seus bens materiais e simbólicos”;**
- (ii) “não (...) apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e a sociedade dão significado e intencionalidade e interpretam suas ações e construções. (...) Os pesquisadores são, dialeticamente, autores e frutos de seu tempo histórico”;**
- (iii) a pesquisa lida “com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de idade, de religião ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos”;**

(iv) “a visão de mundo [do sujeito investigador e do sujeito investigado] está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho”;

(v) “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”.

Quivy e Van Campenhoudt (1998) afirmam que é preciso assumir o caminho da pesquisa em duas vertentes: (1) os conhecimentos são construídos com o apoio de quadros teóricos e metodológicos explícitos, questionados, elaborados e estruturados; e (2) estes mesmos conhecimentos são apoiados pela observação de fatos e elaboração de argumentos, amparados pela ambição de ideias, mas também interpretados pela experiência vivida. Neste sentido, pesquisar é tornar possível o diálogo entre os conhecimentos adquiridos e vividos e as indagações provenientes do novo e do desconhecido. Dessa forma, ao colocar em jogo teoria e empiria, entendo que é preciso falar sobre metodologia transdisciplinar.

Transdisciplinaridade

Primeira questão: olhar a cidade do ponto de vista exclusivo da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano não basta. A possibilidade de tratar nossas questões de pesquisa por abordagens e teorias de outros campos de conhecimento deveria ser de interesse de todos, mas no caso da cidade é inquestionável e deve ser pressuposto. Apesar de ser uma escolha teórica-metodológica de cada

pesquisador, entendo que é somente dessa forma que as pesquisas sobre a cidade podem avançar.

Segunda questão: o grande ganho ao acolher a transdisciplinaridade é perceber que há uma série de outros campos de conhecimento que contribuem profundamente para nossas questões em relação à cidade, e que, de forma importante, nos transformam à medida que o desconhecido nos traz outro olhar sobre o já conhecido. Essa proposta provoca outros caminhos, indissociavelmente teóricos e metodológicos, como outra forma de pensar.

Terceira questão: a transdisciplinaridade é um conceito que começou a ser estudado por volta dos anos 1970, tendo como uma das referências iniciais, o psicólogo Jean Piaget, o filósofo Hilton Japiassu, no Brasil, e, mais recentemente, o físico Basarab Nicolescu. Parto dessas referências e sigo por estudos teórico-metodológicos, e também propositivos, que entendem a cidade sob a ótica transdisciplinar (MORADO NASCIMENTO, 2020).

A transdisciplinaridade avança em relação à interdisciplinaridade porque há uma transformação de caminho teórico-metodológico à medida em que nos abrimos para aquilo que não é previsível. A transdisciplinaridade caminha para além do diálogo e da interação de disciplinas, é reflexão e comunicação profícua e, ao mesmo tempo, produção aberta de conhecimento e transformação de resultados. É outro caminho metodológico que inclui problematizar, analisar, se transformar para avançar e, inevitavelmente, alterar práticas.

Ao trazer o conceito de prática, refiro-me à teoria da ação prática de Pierre Bourdieu (2009), publicada em seu livro *La sens pratique*, em 1980. Segundo o sociólogo, há traços estruturais da sociedade e estratégias acionadas pelos agentes em situações sociais que

são operadas pelo uso da linguagem, atreladas aos significados das palavras e aos modos como os outros agem de acordo com o uso das palavras e as relações de poder. É importante entendermos que a cidade onde vivemos hoje é formada ao longo da história, mas tem as suas transformações constituídas nas e pelas práticas. Nada tem a ver com padrão de repetição, mas como nossas cidades funcionam, como as estruturas são historicamente construídas e como e quais estratégias usamos para agir e reagir diante dessas estruturas, transformando-as e transformando-se. Isso quer dizer que acionamos estratégias construídas ao longo do tempo, como agentes que se encontram em situações sociais, mas podemos transformar as práticas por meio das nossas ações e reações bem como das oportunidades que alcançamos em razão da nossa biografia social, herança cultural e formação educacional. Ou seja, existir no mundo é suficiente para transformarmos as estratégias.

Nesse bojo, proponho reconhecermos que as práticas no campo da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano são alimentadas por meio de, entre outros, conceitos, categorias, indicadores, índices, normativas e modelos. É preciso estar atento sobre o que, e em que momento, definimos e aceitamos essas regras. Foucault (2008) afirma que os conceitos aproximam diferenças e reduzem entendimentos. Se aceitamos conceitos, categorias, indicadores, índices, normativas e modelos como disposições inquestionáveis, perdemos a possibilidade da percepção do que se encontra encriptado; ou seja, definimos, achatamos, aproximamos e classificamos, abrindo mão da existência do desconhecido e do imprevisível.

Quando usamos a categoria “favela”, por exemplo, trazemos enunciados determinados sob uma específica ótica. Minimamente, é

preciso se perguntar: os moradores das favelas entendem o significado do conceito “favela” sob os mesmos critérios da Prefeitura de Belo Horizonte, do Banco Mundial ou do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)?

Considero qualquer classificação inapropriada e reducionista, não porque não reconheça as diferenças, por exemplo, entre territórios como favela e bairro de classe média. A questão que coloco em debate refere-se ao modo como as classificações são construídas, por quem são elaboradas e a quem serve, processos que configuram relações, tanto subjetivas quanto objetivas, direcionadas e violentamente impostas entre Nós e os Outros.

Judith Butler (2015) afirma que a classificação é necessária para entendermos o que é igual a nós e, em seguida, rejeitarmos o que for diferente. Isso quer dizer que aceitamos tudo que cabe na classificação “favela” a partir do que conhecemos para rejeitar o que não conhecemos da favela. No artigo “Moradia: é possível pensar em alternativas?”, sugiro que favelas, vilas, ocupações urbanas, ocupações organizadas, aglomerados, cortiços, aldeias, quilombos, mocambos, loteamentos periféricos, assentamentos informais, assentamentos subnormais, assentamentos precários, assentamentos de interesse social e habitação social sejam transformados em moradia; e pergunto se seria possível alcançar outro pensamento e outra lógica sobre a cidade (MORADO NASCIMENTO, 2019).

Portanto, o caminho que defendo é incorporar intrinsecamente o olhar do Outro em nossas pesquisas. Mas, é essencial entender que, para além de se incorporar o ponto de vista de outro campo de conhecimento, é preciso incorporar o conhecimento do Outro com o Outro, aquele que está fora da ciência, do conhecido, do previsível.

É fazer com os Outros, fazer com a sociedade. Sendo coerente com a proposição teórica de Bourdieu (1989, p.21), acato suas palavras: “só se pode realmente dirigir uma pesquisa (...) com a condição de a fazer verdadeiramente com aquele que tem a responsabilidade directa dela”.

No caso dos campos da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano, transdisciplinaridade é entender a produção da cidade com os moradores, se deixar transformar com essa produção e transformar a produção. Isso não significa abrir mão do que sabemos, das nossas capacidades, mas abrir mão dos instrumentos que nos dão poder absoluto nos processos de decisão sobre a cidade, historicamente construídos, portanto, previsíveis, conhecidos e violentos. A transdisciplinaridade na cidade significa, nesse contexto, articular diversas e desconhecidas dimensões sobre a produção da cidade. Significa, também, fazer outra pergunta se quisermos ter outras respostas: quais as práticas alicerçadas na produção da cidade, presentes nas relações entre indivíduos e grupos e conectadas às suas formas de vida?

Pesquisa

O que me faz olhar para a cidade sob outra abordagem é meu incômodo diante do que nós – arquitetos, urbanistas e planejadores urbanos, mas também geógrafos, advogados, etc. –, inseridos nos campos de conhecimento dominantes, construímos ao longo do tempo. Todos nós, privilegiados na produção de conhecimento, so-

mos parte das engrenagens que validam certos olhares.

Quando me aproximei dos moradores para assessorá-los na construção de suas moradias, abri mão do instrumento de poder, próprio do campo da arquitetura, isto é, o uso da linguagem técnica. Por isso, fui à procura de outro modo de me comunicar com os moradores que me permitisse conhecer outros saberes e construir espaços de forma compartilhada e colaborativa. Tornou-se lugar do enfrentamento político pois escolhe-se entre uma prática ou outra. Se quero construir alguma coisa com os moradores, preciso abdicar daquilo que me dá poder – a linguagem técnica, e, a reboque, conceitos, categorias, indicadores, índices, normativas e modelos. Abri mão do uso desse arsenal e busquei outra linguagem para construir outra lógica da prática entre moradores, arquitetos e pesquisadores. Essa proposta tem um profundo enraizamento na teoria de Paulo Freire (2004) e Lacan (1981) onde o lugar do encontro entre Nós e os Outros se faz possível pela linguagem.

Sigo apresentando quatro projetos de pesquisa e extensão do grupo PRAXIS-EA/UFMG,¹ da Escola de Arquitetura, que estão imersos na proposição teórico-metodológica transdisciplinar. Ainda que os projetos estejam aqui colocados de forma breve, pretendo ampliar a proposta da transdisciplinaridade por meio da sua vinculação à teoria da encriptação do poder que trata das ligações entre poder,

¹ O PRAXIS-EA/UFMG é grupo de pesquisa do CNPq, sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG (EA/UFMG), com projetos financiados e/ou apoiados por CNPq, Capes, PRPq e ProEx/UFMG, Ford Foundation, FUSP e Fapemig. Atualmente, o grupo está no Programa Grupos de Pesquisa do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares 2020-2022 (IEAT/UFMG). Coordenação: Profa. Denise Morado Nascimento e Prof. Daniel Medeiros de Freitas. [Ver <<https://praxis.arq.ufmg.br>>]

política, democracia e diferença, assim proposta por Sanín-Restrepo (2016).²

O primeiro projeto refere-se ao trabalho que realizamos na Ocupação Canto do Rio, em Nova Lima, Minas Gerais, com cerca de 30 famílias que enfrentavam processo de remoção porque ocupavam a encosta de um córrego em área de proteção ambiental.³ Encontramos, junto com os moradores, uma área muito próxima à que eles ocupavam, onde todas as famílias poderiam ser reassentadas em lotes a serem parcelados. Em seguida, os moradores apresentaram a proposta em reunião com a Prefeitura de Nova Lima, representada pelo Prefeito, assessores e Secretaria Municipal de Habitação (SMH). Entretanto, os moradores reportaram ao grupo PRAXIS-EA/UFMG que seria necessária uma nova reunião pois a Prefeitura não havia validado a proposta. Naquele momento, os moradores entenderam que eu, sendo professora da UFMG, deveria estar presente nessa segunda negociação para explicar a proposta em razão do meu inquestionável capital técnico-simbólico diante da Prefeitura.

Ao contrário, decidimos fazer uma maquete física, didática e de fácil visualização, e a entregamos para os moradores explicando que a Prefeitura estava fazendo jogo político por meio da linguagem e que caberia a eles impor suas narrativas para apresentar o que queriam, o que sabiam e o que precisavam. Após essa nova rodada de negociação, em outubro de 2016, o terreno foi “prometido” aos moradores. A nossa capacidade de projetar, bem como nossos saberes,

² Em geral, os verbos encriptar/descriptar são traduzidos do espanhol para o português como criptografar/descriptografar. Entretanto, optamos pela tradução encriptar/descriptar, como em espanhol, para manter o sentido do enterramento/desenterramento, e não codificação/decodificação.

³ [Ver projeto de extensão Diálogos: < <https://praxis.arq.ufmg.br/blog/dialogos/dialogos.html>>]

não foram abalados, mas abrimos mão do que nos dava poder – desenho técnico e narrativas, em prol da reversão da violência imposta por meio da linguagem aos moradores (dominados) pelos políticos (dominantes) na arena política.

Sem surpresas, o processo vivenciado com os moradores da Ocupação Canto do Rio foi permeado por contínuos conflitos políticos. Após a Prefeitura se sentir acuada a entender que a proposta apresentada pelos moradores estava tecnicamente correta, a disputa política persistiu em torno do desenho técnico do projeto de parcelamento. A proposta dos moradores foi passada à SMH, responsável pela continuidade do processo de doação do terreno aos moradores. Entretanto, o projeto de parcelamento dos lotes apresentado pela SMH, com ruas convencionais e lotes com testadas curtas e grandes profundidades, contrariava a proposta dos moradores que previa vias compartilhadas e lotes com dimensões proporcionais. A SMH parcelou os lotes em desacordo com os moradores com o objetivo de reduzir os custos de implantação das redes hidrosanitárias a serem executadas pela concessionária de água e esgoto. Quando contestada pelos moradores, a Prefeitura determinou que os mesmos desenvolvessem o projeto de parcelamento, sem abrir qualquer debate em torno dos prejuízos do projeto elaborado pela SMH que estavam relacionados às futuras casas (dimensão, ventilação, iluminação, acesso, relações de vizinhança, etc.). O grupo PRAXIS-EA/UFMG desenvolveu o projeto de parcelamento acordado com os moradores. Em setembro de 2018, o projeto de lei de desafetação e doação do terreno da Ocupação Canto do Rio foi votado e aprovado na Câmara Municipal de Nova Lima. Nesse momento, os moradores aguardam a finalização do processo de doação do terreno e o acesso aos recursos do Fundo

Municipal de Habitação para a execução das obras.



Fig. 01 Aprovação do projeto da Ocupação Canto do Rio, 2018.
Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2018.

O segundo projeto do grupo PRAXIS-EA/UFMG partiu da urgência em tornar acessíveis as informações sobre leis e políticas públicas, como esforço na direção de descriptá-las. Há alguns anos, fizemos workshops com os movimentos sociais que demandavam o programa habitacional do governo federal, Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-E), mas expunham inúmeras dúvidas sobre as normativas do mesmo. Com o objetivo de esclarecer as entrelinhas da Lei, descriptamos as condições de habilitação, contratação, fiscalização, financiamento, execução definidas pelo programa MCMV-E para os movimentos de luta por moradia de Belo Horizonte e Nova Lima e seus membros. A encriptação não estava só na linguagem da Lei, e que não permitia aos moradores entender o significado das palavras, mas também dizia respeito aos canais de comunicação, aos trâmites dos processos e aos agentes que as construíram; ali estão encriptados palavras, operações, processos, instâncias, instrumentos e canais com regras, protocolos, ritos, procedimentos e atos visíveis, mas em nada inteligíveis.



Fig. 02 Workshop PRAXIS-EA/UFMG com moradores, Escola de Arquitetura, 2014.
Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2014.

O terceiro projeto do grupo PRAXIS-EA/UFMG (2020) - Janelas Afora, Portas Adentro -, que é parte da Mostra Universidade Cidade⁴, reuniu vídeos curtos sobre territórios populares, construídos por seus moradores e identificados por características contrastantes e rupturas significativas em comparação à mancha urbana institucional. Os vídeos trazem narrativas dos moradores sobre os lugares que moram e sobre o que lhes dizem respeito. Por outro lado, representam processos de escuta que consistem em dar voz e lugar aos protagonistas dessas histórias.

Por fim, o quarto projeto – a plataforma digital Leitura do lugar – traz uma proposta de descriptação da cidade, que também incorpora o projeto Janelas Afora, Portas Adentro⁵. A plataforma reúne textos, fotos, desenhos, vídeos e áudios conformados pelos moradores, sem qualquer interferência dos pesquisadores, ou seja, distante dos conceitos, categorias, indicadores, índices, normativas e modelos dos campos de conhecimento da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano. Criamos essa plataforma para que os moradores contem suas histórias sobre os territórios que moram, ocupam e vivem, distante do nosso olhar cientificizado, especialista

4 A Mostra Universidade Cidade, com curadoria das Professoras Marcela Brandão e Junia Ferrari, da Escola de Arquitetura da UFMG, “realizada pelo Espaço do Conhecimento UFMG, junto ao Ministério do Turismo e do Instituto Unimed-BH, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, aconteceu entre 12 de dezembro de 2020 e 07 de fevereiro de 2021, por meio de plataformas digitais e intervenções urbanas. A proposta foi promover o diálogo, a conexão, a interlocução e o compartilhamento entre cidadãs e cidadãos de Belo Horizonte, seja a partir da produção material e imaterial acumulada nos diversos territórios (Centros Culturais da Prefeitura de Belo Horizonte), na academia (UFMG), ou decorrente do encontro entre esses saberes, de maneira a potencializar a dimensão urbana recentemente atravessada e desmaterializada pelo isolamento social” – Ver: <<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/mostrauniversidadecidade/>>
5 [Ver: <<https://praxis.arq.ufmg.br/sistema-exclusao/>>]

e hierarquizado. A plataforma Leitura do lugar pretende colocar na arena política um outro jogo de linguagem, protagonizado pelos moradores, e construir outra lógica da prática.

Jogo de linguagem

O termo jogo de linguagem foi cunhado pelo filósofo Wittgenstein (2009, p.19), em seu livro *Philosophical investigations*, publicado postumamente em 1953, para expressar a “totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela vem entrelaçada”, considerando-o uma forma de vida. O jogo da linguagem cunhado por Wittgenstein refere-se à prática do uso da linguagem atrelada aos significados das palavras, mas também ao modo como os outros agem de acordo com o uso das palavras. “Dar nome a algo é semelhante a afixar uma etiqueta em uma coisa”, diz Wittgenstein (2009, p.22), mas a quantidade de denominação dessa coisa faz parte do jogo que se amplia com a variedade de instrumentos da linguagem e seus modos de aplicação.

Aquele que captura a linguagem dos que produzem diferença e impõe esquemas qualificados e codificados de unidade e de identidade da linguagem, neutraliza ou destrói a diferença que é própria do Outro, por meio do exercício do poder e da presença da dominação. O jogo de linguagem encriptado, acompanhado do momento neoliberal brasileiro – esse padrão de poder de dominação, historicamente construído e transformado ao longo do tempo –, provoca transformações que direcionam a cultura, o trabalho, a cidade, a pro-

dução do conhecimento e as relações intersubjetivas e objetivas. “(...) Se a linguagem e seus significados estiverem encriptados e o lugar da enunciação e da comunicação da linguagem estiver ou reservado aos sujeitos qualificados ou negado aos sujeitos que produzem diferença, não existimos” (MORADO NASCIMENTO, 2020, p.34).

Vivemos sob práticas naturalizadas de forma que nossas ações e narrativas sustentam o jogo de linguagem vigente dominante. No documentário *Lords of water* (2019), o jogo de linguagem é evidenciado quando executivos da bolsa de valores de Nova York discursam sobre começar uma revolução por meio da privatização da água. Um investidor argumenta que a água, por cair naturalmente do céu, deveria ser de graça, e valoriza sua narrativa dizendo que o diamante, apesar de ser encontrado na natureza, não é de graça. Como se pudessemos viver sem água ou como se diamantes fossem necessários à vida.

Narrativas justificam e alimentam as práticas. E as perguntas poderiam ser: quem se beneficia da decisão de transformar água em commodity e quais são as estruturas presentes e as estratégias acionadas para efetivar tal decisão? Quando alguém diz - “vamos privatizar a água porque o Estado não tem capacidade de dar água para todo mundo, não tem força financeira ou capacidade de fazer obras” -, naturaliza-se, por um lado, o acesso à água para todos, mas, por outro lado, a justificativa da tarifa social para quem mora em territórios populares travestida em medida inclusiva, mas que se realiza, de fato, pela financeirização. Uma inclusão mercantilizada na medida em que o Estado discursa não ter capacidade técnico-financeira de provisão, e soluciona o problema por meio de instrumentos legais, como por exemplo a parceria público-privada (PPP). Nesse cenário, a PPP se re-

configura como marco que transforma as cidades e seus moradores por meio de pressupostos, categorias, leis, normas e procedimentos construídos a partir de interesses que beneficiam determinados grupos. A PPP, entre tantos instrumentos presentes na produção da cidade, é contrato administrativo-político perverso que se configura por uma lógica da prática que quer beneficiar a todos, mas, ao contrário, encripta direitos por meio da Lei que descreve os direitos para todos, mas não os implementa.

O jogo de linguagem só é possível de ser modificado se, e somente se, não fizer sentido aos que o protagonizam. Se esse jogo de linguagem criar ruído, atrito, estranhamento entre os agentes envolvidos, o jogo de linguagem pode se transformar.

Finalizando

Em tempos de pandemia e de ensurdecimento, a transdisciplinaridade torna-se verdadeira, possível e urgente. Migrar da “escuta colonizadora” para a “escuta transformativa”, assim colocado pelo psicanalista Christian Dunker (2017), é reconhecer que os Outros são Outros, existem, assim como Nós, e que podemos e devemos nos transformar com os Outros para existirmos nas cidades. As pesquisas, dentro da abordagem teórica-metodológica transdisciplinar, devem seguir o rigor, sem ser rígida, abrindo-se para o desconhecido e o reconhecimento das diferenças.

Se temos uma produção de cidade que ganha forma em razão de estruturas – como propriedade, encriptação, dominação,

poder, violência –, é porque temos um sistema de exclusão per se asentado no modo de produção capitalista, nada além disso. Por que devemos investigar a produção da cidade contemporânea, uma vez que o capitalismo já está posto e não há como revertê-lo? Olhar as estruturas significa abrir outros caminhos para reconhecer as estratégias, alterando-se as práticas em torno de seus resultados inevitáveis – as desigualdades sociais, econômicas, culturais, territoriais, ambientais e políticas (MORADO NASCIMENTO, 2020).

O sistema de exclusão segue com suas engrenagens para que os resultados das desigualdades sejam cada vez mais consistentes e coerentes, mantendo-se, assim, seu funcionamento. É disso que se trata o modo de produção capitalista. Nesse momento, existir na cidade neoliberal trata-se de sobreviver em relação ao outro. Não há como reverter a exclusão, mas é possível agirmos e reagirmos para minimizar as desigualdades a partir de nossas práticas.

Agradecimentos

CNPq, UFMG.

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DUNKER, C. **Como aprender a escutar o outro?** Casa do Saber, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zo-jk4kVtE8>>. Acesso em: 3 set. 2018.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LACAN, J. **O Seminário: Livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

LORDS OF WATER. Direção de Jérôme Fritel. França, 2019.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2014.

MORADO NASCIMENTO, D. **Moradia: é possível pensar em alternativas?** e-metropolis, n. 37, p. 6-12, 2019.

MORADO NASCIMENTO, D. **O sistema de exclusão na cidade neoliberal brasileira**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

PRAXIS-EA/UFMG. **Janelas afora, portas adentro. 2020**. Disponível em: <<https://praxis.arq.ufmg.br/janelas/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SANÍN-RESTREPO, R. **Decolonizing democracy**. London: Rowman & Littlefield International, 2016.

QUIVY, R.; VAN CAMPENHOUDT, L. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2.ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Jogos como interfaces para Pedagogia Sócio-espacial

Games as Interfaces for Socio-Spatial Pedagogy

Ana Paula Silva de Assis é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Minas (1996), Mestrado em Arquitetura e Cultura Urbana - Programa Metropolis - Centre de Cultura Contemporània de Barcelona e Universitat Politècnica de Catalunya (2003), Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017), com estágio doutoral na Central Saint Martins / University of the Arts London. Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais NPGAU/UFMG (2020). Professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Coordenadora do grupo de pesquisa Pedagogias Sócio-espaciais da UFOP.

Ana Paula Silva de Assis
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Minas
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
ana.assis@ufop.edu.br

Introdução

Este texto propõe um diálogo com as questões levantadas para o terceiro dia do seminário Natureza Política, cujo tema, “entremeios”, nos convida a refletir sobre a pesquisa e mediação no trabalho de campo, no sentido de desnaturalizar as percepções pré-concebidas, por meio de instrumentos que possibilitem uma comunicação não hierárquica entre pesquisadores e grupos sócio-espaciais.

Para contribuir com esse diálogo, serão apresentadas duas experiências que utilizam jogos de tabuleiro como ferramentas que possibilitam uma instância dialógica entre jogadores, entendidos como pessoas envolvidas na produção do espaço, sejam eles pesquisadores, técnicos, usuários ou produtores do espaço. O jogo possibilita o engajamento nas questões espaciais, independente destas identidades pré-concebidas, bem como os papéis atribuídos a cada uma delas, desconstruindo de antemão uma hierarquia intrínseca nas relações de produção do espaço. Os jogos apresentados – jogo do Manzo e jogo Rio – serão previamente caracterizados no contexto da pedagogia sócio-espacial, que será brevemente introduzida na próxima seção.

Os jogos Manzo e Rio foram produzidos e aplicados em contextos distintos. O Jogo do Manzo foi produzido para auxiliar no intercâmbio de conhecimentos entre os moradores da comunidade quilombola Manzo Ngunzo Kaiango e a equipe de assessoria técnica, na reformulação do espaço simbólico-religioso do terreiro de Candombé. O jogo organiza e disponibiliza o conhecimento ancestral da comunidade, possibilitando experimentações espaciais atentas à re-

PALAVRAS-CHAVE

jogos, pedagogia sócio-espacial, grupo sócio-espacial, assessoria técnica

KEYWORDS

games, socio-spatial pedagogy, socio-spatial group, technical advisory

alidade vivencial e epistêmica daquele grupo. O Jogo Rio não atende a nenhuma demanda específica, foi produzido para ser jogado por jovens moradores de comunidades periféricas de Belo Horizonte. O jogo propõe uma reflexão crítica sobre a relação entre a qualidade das águas dos rios que abastecem ou cortam as cidades e os modos de ocupação do espaço.

Serão apresentados o contexto nos quais os jogos foram produzidos, seguidos de uma explicação sobre a dinâmica de cada jogo, bem como algumas observações proporcionadas pela experiência com cada um deles. Na última seção, ao invés de um encerramento conclusivo, buscaremos refletir sobre a experiência com os jogos, com base em uma questão levantada durante a apresentação deste trabalho no seminário.

Pedagogia sócio-espacial

A pedagogia sócio-espacial, parte do pressuposto de que grupos sócio-espaciais desenvolvem e produzem conhecimento espacial, na mesma medida em que produzem seu próprio espaço. Silke Kapp (2018) entende por grupo sócio-espacial, não apenas um grupo de pessoas que compartilham o mesmo espaço, mas antes, “um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele” (Kapp, 2018, p. 223). Considerando essa relação constituinte entre o espaço e os grupos que o produzem, a pedagogia sócio-espacial consiste em um esforço de desalienação do conhecimento espacial,

reconhecendo a importância do conhecimento produzido para além dos limites da formação técnica e do debate acadêmico especializado.

A pedagogia sócio-espacial pode ser reconhecida em uma série de práticas, que tem como fundamento a construção de um conhecimento mútuo entre técnicos, academia e grupos sócio-espaciais por meio de interfaces que possibilitem uma relação dialógica entre os atores envolvidos na produção do espaço.

Para tanto, uma das etapas fundamentais dos processos da pedagogia sócio-espacial é o reconhecimento do conhecimento desenvolvido e acumulado pelos grupos sócio-espaciais na produção cotidiana do espaço. Entende-se que a sistematização e publicização do conhecimento acumulado pelos grupos sócio-espaciais cumpre um papel reificatório, no sentido de romper uma hierarquia pré-concebida entre o conhecimento técnico e o conhecimento da prática cotidiana, assumindo que ambos os grupos podem colaborar, em pé de igualdade, na construção do conhecimento espacial, bem como nas soluções para demandas espaciais apresentadas por estes grupos em contextos de assessoria técnica.

Neste sentido, a pedagogia sócio-espacial se alinha ao pensamento de Bruno Latour (2004) na defesa de uma “segunda empiria” (Latour, 2004). O autor propõe um deslocamento da perspectiva técnico-científica, ao questionar o modo pelo qual nos referimos às “questões de fato” para justificar enunciados científicos, formulados em uma esfera impenetrável e rigidamente consolidado e indiscutível. Latour então sugere que os fatos científicos passem a ser tratados como “questão de interesse” com o objetivo de democratizar o debate sobre a ciência. O autor entende a democratização do debate científico como um esforço no sentido de proteger e cuidar da ciência,

evitando que esta seja apropriada por interesses particulares, nem sempre comprometidos com a melhoria das condições de vida da sociedade.

Trazendo a proposta de Latour para a realidade sócio-espacial brasileira, onde a expansão urbana acontece predominantemente num contexto de informalidade e autoprodução espacial, com pouquíssimo planejamento e investimento público nas questões infra estruturais e de preservação dos recursos naturais, entende-se que tratar o conhecimento espacial como uma questão de interesse – público e coletivo – aproxima o debate espacial da perspectiva da produção social do espaço (Lefebvre, 1991), e abre possibilidades para a qualificação dos agentes envolvidos na prática espacial cotidiana, na assessoria técnica e na autoprodução e autogestão do espaço.

Ainda que esboçada de uma maneira bastante preliminar, os pressupostos da pedagogia sócio-espacial orientam a proposição dos jogos cuja experiência será relatada a seguir. Destacam-se em ambos os exemplos que serão apresentados, a intenção de criar uma interface dialógica, que possibilite a emergência do conhecimento dos grupos sócio-espaciais, de modo que possam dialogar com o conhecimento dos técnicos envolvidos na assessoria. Diante do tabuleiro do jogo, esta distinção entre papéis se torna menos rígida, já que ali, são todos jogadores.

O jogo do Manzo

Antes de apresentar o jogo, é necessário apresentar o contexto no qual foi produzido, que se refere ao histórico da comunidade quilombola Associação de Culto Afro Religioso Manzo Ngunzu Kaiango. A comunidade foi formada na década de 70, no bairro de Santa Efigênia, zona leste de Belo Horizonte e foi certificada pela Fundação Palmares em 2007. Em 2018 é reconhecida como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial de Minas Gerais. A associação se dedica à preservação da cultura afro brasileira, como o candomblé de Angola, os cânticos africanos, a capoeira e o coco. A comunidade é formada por nove famílias (aproximadamente 40 pessoas) que residem no mesmo terreno onde se encontra o terreiro de candomblé.

Em 2012, após várias notificações de risco, a defesa civil determinou a retirada compulsória dos moradores. A comunidade foi relocada em um abrigo temporário, enquanto eram realizadas as obras emergenciais a cargo da URBEL. Ao regressar para suas casas, a comunidade encontrou o terreiro modificado, com significativas alterações no seu espaço de culto religioso. As reformas realizadas desconsideraram a organização e a disposição de elementos simbólicos e sagrados do terreiro, o que impossibilitou a retomada das atividades religiosas e culturais realizadas no local. Em 2014, diante da necessidade de corrigir os danos causados pelas obras emergenciais, a Associação Manzo Ngunzu Kaiango, procurou a assessoria técnica da ONG Arquitetas sem Fronteiras (ASF).

Com o objetivo de conhecer melhor os aspectos simbólicos daquele espaço, foi produzido um jogo de tabuleiro, em uma parceria

entre a ASF e um grupo de pesquisadores e estudantes de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais¹. O Jogo do Manzo foi pensado inicialmente como uma ferramenta de tradução, que pudesse auxiliar a equipe de arquitetos envolvida na assessoria técnica a compreender as relações simbólicas entre o espaço do terreiro e a prática do candomblé e das atividades culturais que aconteciam no terreiro. A dinâmica do jogo busca relacionar os espaços do terreiro de candomblé ao sentido mítico de cada um de seus orixás.

O jogo do Manzo é composto por um tabuleiro e um conjunto de cartas, divididas em cartas de mão e cartas de mesa. O tabuleiro representa o terreiro, inicialmente sem nenhuma divisão espacial, sobre o qual serão organizados os espaços sagrados, representados por um conjunto de cartas de mesa (em formato de discos). Além das cartas de mesa, um outro conjunto de cartas (em formato convencional, de cartas retangulares) representa cada um dos orixás. Estas cartas contêm informações sobre a origem e o papel de cada entidade na estrutura sagrada do candomblé, e ainda, a sua associação com o espaço ritual. Estas cartas são distribuídas igualmente entre todos os jogadores, no início do jogo, e por isso foram chamadas de cartas de mão. Além dos orixás algumas cartas de mão são coringas e contêm perguntas sobre aspectos culturais do candomblé, estas só podem ser descartadas quando o jogador conseguir responder à questão colocada pela carta. O objetivo de cada jogador é acabar com as cartas de mão, que só poderão descer à mesa quando encontrarem o espaço equivalente no tabuleiro. Se na sua vez o jogador não puder

¹ O jogo do Manzo foi desenvolvido pelos estudantes (à época) Larissa Reis, Larissa Rodrigues, Marlon Morais e Wallace Moreira, sob a orientação das professoras Ana Paula Assis e Laís Grossi, que também presidia a ONG *Arquitetas sem Fronteiras*.

descer uma carta de mão, ele deverá retirar uma carta de mesa e dispô-la em seu respectivo local no tabuleiro. Dessa forma, as jogadas podem acontecer de duas formas: a primeira tentativa será sempre a de descer uma carta de mão, mas caso o jogador não consiga executá-la, por ainda não encontrar no tabuleiro o espaço correspondente, a segunda opção seria retirar uma carta de mesa e dispô-la sobre o tabuleiro. Esta segunda opção não permite que o jogador se desfaça de uma das suas cartas de mão, retardando assim a conclusão de seu objetivo, contudo, possibilita uma ação colaborativa para o jogo, já que mais um espaço ficará disponível para receber os orixás correspondentes, representados pelas cartas de mão que estão com os jogadores. A figura 1 apresenta os três tipos de cartas. Em azul, as cartas de mesa, que devem ser locadas no tabuleiro, possibilitando baixar uma das cartas de mão (em verde). As cartas de mão, apresentam cada um dos orixás e as cartas coringa (em laranja), colocam questões/desafios sobre a cultura do candomblé.



Fig. 01 Jogo do Manzo: Cartas de mão, cartas de mesa e cartas coringa.
 Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

Em uma análise do processo envolvido no Jogo do Manzo, percebe-se que, desde o primeiro momento, a equipe técnica estabelece uma relação de intenso diálogo com a comunidade. Para a elaboração do jogo foi necessário conhecer a fundo a cultura do candomblé, suas práticas espaciais, suas entidades e sua relação simbólica e sagrada com o espaço. Assim, o jogo parte de uma outra cosmovisão, que demanda uma outra racionalidade na compreensão do espaço, diversa da razão cartesiana de ordenamento do espaço ou de critérios técnicos-estético-sanitaristas adotados na reforma anterior do terreiro. Vale destacar que, este primeiro momento não envolve nenhum processo relacionado à concepção do projeto arquitetônico, trata-se apenas de criar as condições para o compartilhamento de um repertório simbólico, fundamental para a compreensão das relações espaciais envolvidas no terreiro.

Em um segundo momento, depois de elaborado o jogo, o ato de jogar envolvendo técnicos e comunidade, em rodadas consecutivas e com diferentes participações, possibilitou a experimentação de um leque de combinações espaciais possíveis dentro daquele mesmo terreiro. Entende-se que esse momento de experimentação seja fundamental para ambas as partes. Se por um lado, o jogo possibilita que o corpo técnico seja familiarizado e compreenda a dimensão simbólica do espaço, por outro, as pessoas da comunidade também passam a enxergar outras possibilidades para o arranjo espacial, que deverá ser elaborado colaborativamente em uma etapa posterior ao jogo. Além disso, em torno do tabuleiro do jogo, o diálogo se estabelece de forma fluida, permitindo que outras informações relevantes sejam colocadas, para além daquelas contempladas pelas cartas e dinâmica do jogo. Ao contrário de uma sessão dedicada a tomadas de decisões

sobre questões relativas ao projeto, o ato de se reunir em torno do jogo estabelece um outro tipo de comunicação, uma outra racionalidade, onde a cosmovisão do candomblé emerge não apenas como mais uma camada de informação, mas antes, como condição estruturante do espaço. Esse momento de troca, sem o compromisso das decisões projetuais, facilitará bastante o trabalho colaborativo que se segue, criando relações de cumplicidade e confiança em torno de um vocabulário e um repertório tornado comum para todos os jogadores.

Após o cumprimento da sua função original, no contexto da assessoria técnica, o Jogo do Manzo foi requisitado pelos moradores do quilombo para servir como ferramenta educativa de iniciação ao candomblé, na formação das crianças da comunidade.

O Jogo Rio

O jogo Rio foi desenvolvido para ser jogado nas Oficinas de jogos co-habitar a cidade². As oficinas foram realizadas com recursos do Edital Descentra Cultura (Belo Horizonte, 2014), da Lei Municipal de Incentivo à Cultural em Belo Horizonte. Este edital tem como objetivo descentralizar a oferta cultural que atualmente se concentra na região centro-sul da cidade, por meio do incentivo à realização de pro-

² A versão do jogo Rio utilizada nas oficinas foi desenvolvida por Ana Paula Assis, Aline Franceschini, André Bastos Inoue, André Siqueira, Eduarda Assis, Frederico Almeida, Isabela Izidoro, Marllon Moraes e Vitor Mattos.

jetos culturais nos equipamentos públicos da periferia. Portanto, em atendimento ao edital, o projeto das oficinas foi proposto para acontecer em quatro centros culturais, em diferentes regionais da cidade, com a previsão de uma oficina em cada centro cultural. São eles o Centro Cultural Pampulha, localizado na região da Pampulha; o Centro Cultural Vila Fátima, localizado no conjunto de favelas do Aglomerado da Serra, na região centro-sul de Belo Horizonte; o Centro Cultural Zilah Spósito, localizado junto às ocupações Zilah Spósito e Rosa Leão, na região norte de Belo Horizonte; e o Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira, localizado no mercado da Lagoinha, região noroeste da cidade. Os locais foram definidos levando em consideração a participação do programa Projovem, mantido pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS), da prefeitura de Belo Horizonte. O Projovem é um programa de formação complementar para jovens e adolescentes com idade entre 14 e 17 anos, desenvolvido nas áreas com os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) da cidade de Belo Horizonte. Portanto, a quase totalidade dos jovens participantes das oficinas era de moradores de favelas localizadas na periferia da cidade de Belo Horizonte.

Ao contrário do jogo do Manzo, que foi produzido para atender a demanda de um grupo sócio-espacial com necessidades bem específicas, o jogo Rio foi pensado para ser jogado por diferentes grupos, em diferentes contextos. O jogo mobiliza uma reflexão em torno da produção do espaço da cidade e a qualidade das águas dos rios que abastecem ou cortam aquela cidade. O tabuleiro do jogo representa o recorte de uma bacia hidrográfica com os afluentes de um rio principal, que poderia corresponder à conformação hidrográfica de muitas cidades.

Sobre o rio principal estão indicados três enquadramentos, com marcações que correspondem aos níveis de água e de poluição do rio. O enquadramento é um parâmetro estabelecido pela Agência Nacional de Águas - ANA (2007), e define uma classificação para a qualidade das águas com base em uma média entre o padrão atual de um rio, o padrão desejado, e o padrão possível. O jogo apresenta três classes de enquadramento, que vão influenciar o nível de dificuldade do jogo. Assim, a classe 1 requer um rio mais limpo, o que dificulta o jogo; a classe 2 permite um nível intermediário de jogo; e na classe 3, o rio é o mais poluído, portanto é uma categoria mais permissiva para o jogo. Antes do início do jogo, os jogadores são convidados a escolher qual das três possibilidades de enquadramento eles querem para o rio da cidade.

A dinâmica do jogo consiste em conformar, ao longo de seu desenvolvimento, uma cidade com todos os seus equipamentos e atividades, por meio das cartas de atividades e cartas acaso – respectivamente distribuídas para os jogadores no início do jogo e disponibilizadas para serem retiradas do monte. As cartas atividades devem ser baixadas sobre o tabuleiro, sem perder de vista a capacidade do rio de suportar tais usos, dentro do enquadramento pré-estabelecido. A marcação dos níveis de água e poluição vai sendo movimentada ao longo do jogo, à medida em que os jogadores realizam suas ações de uso e ocupação do espaço, de acordo com um fator numérico que é dado pela carta correspondente a cada ação (cartas atividades), não permitindo que o jogador realize a ação indicada pela carta se esta ultrapassar os limites do volume de água e de poluição estabelecidos pelo enquadramento. Vence o jogador que conseguir alocar primeiro todas as suas cartas de atividades no tabuleiro.

A figura 2 apresenta o tabuleiro do jogo rio em fase intermediária do jogo, quando algumas atividades já foram dispostas sobre o tabuleiro. Destaque para as pequenas argolas em acrílico, sobre o rio principal no centro do tabuleiro, que são os marcadores que se deslocam de acordo com os níveis de água e poluição, dentro do respectivo enquadramento.



Fig.
0 2

Tabuleiro do jogo Rio, cartas atividades, marcadores de poluição e nível da água. Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016).

Uma análise da experiência com o jogo Rio pode ser feita com base nos registros das gravações de áudio das sessões de jogo, que foram parcialmente transcritas. Além desse registro, foram gravadas também as rodas de conversa realizadas entre os monitores, logo após o encerramento de cada dia de oficina. Este último registro demonstrou maior eficiência para uma análise posterior, por apontar as falas mais relevantes dos jogadores que foram identificadas durante as sessões dos jogos. Tal conteúdo foi transcrito integralmente e, para esta análise, foram selecionados alguns trechos de ambos os registros, que demonstram como as relações dos jogadores com a cidade e as águas urbanas, se configuram durante o processo do jogo.

Por meio dos diálogos registrados, percebe-se que o jogo possibilita a emergência de outros modos de apropriação do território. No jogo Rio, em mais de uma ocasião, os jogadores reproduzem a lógica territorialista, de um espaço marcado pela relação dos moradores com o tráfico de drogas, percebida pelo uso da expressão “boca” para se referir a um recorte no território, que define o pertencimento dos moradores à uma determinada área e a um grupo específico. Esta situação pode ser ilustrada pelos seguintes fragmentos de diálogo.

“Não, a gente vai colocar tudo aqui na nossa boca” (jogador do jogo Rio). “Aqui já tem uma rede coletora, então por que você não coloca a rede coletora do outro lado do rio, que ainda não tem?” (monitor do jogo Rio). “Ah não, isso aqui é nosso, é nossa boca aqui” (jogador do jogo Rio). “O supermercado é nosso também, então os alemão vão chegar, aí vai ter troca de tiro” (jogador do jogo Rio). (Informação verbal, 04 de novembro de 2016).

Esta abordagem sequer havia sido imaginada nas etapas de preparação do jogo, quando foi jogado diversas vezes, com o objetivo de testar as diferentes formas de jogar. A configuração proposta aparece de forma dissensual (Rancière, 1996) para a nossa perspectiva hegemônica do espaço, contudo, em alguma medida, os jogadores também são confrontados por uma perspectiva diferente da deles, no momento em que o monitor questiona porque a rede coletora estava sendo colocada em um local onde já existia uma outra. Esta contra perspectiva é também uma abertura para que os jogadores questionem a própria lógica territorialista, que vai ser contraposta às necessidades da cidade para além dos limites de pertencimento individual.

Em algumas sessões os jogadores experimentaram diferentes formas de setorização da cidade, o que por princípio não corresponde à lógica contingente de produção do espaço informal. Esta setorização, em alguns momentos funcional (equipamentos culturais de um lado, industriais do outro), em outros afetiva (o menino não gosta da escola, então ela é colocada longe), não significa que o jogo esteja reproduzindo a lógica formal de produção do espaço, mas apenas a possibilidade de experimentar diferentes configurações espaciais e com isso despertar a curiosidade sobre a cidade e as suas dinâmicas.

O jogo Rio, na sua preparação inicial, coloca a possibilidade de escolher o enquadramento, o que pode facilitar ou dificultar o jogo da mesma maneira para todos os jogadores. Sobre esta escolha percebe-se um conflito entre os interesses individuais e os interesses coletivos, que é tratada de diferentes maneiras pelos jogadores, de acordo com estes dois fragmentos de relatos dos monitores:

“Tem horas que eles pensam em estratégia, que eles racionalizam e pensam para ganhar, e tem horas que eles pensam no bem da cidade” (monitor). “E aí o cara não queria fazer mais estrago nenhum. Então, chegava na vez dele, ele podia baixar. O rio estava bom! Mas ele dizia “não, não, não, vou deixar...”, sabe? Então, esse objetivo que é de manter o rio estável, a qualidade do Rio, ele não ganha no final do jogo” (monitor). (Informação verbal, 11 de novembro de 2016).

Em todas as sessões com o jogo Rio, a discussão inicial sobre o enquadramento ocupou um bom tempo antes do início do jogo. É interessante observar como a possibilidade da escolha, por si só, mobiliza a atenção dos jogadores. Independente do enquadramento escolhido, ou se a estratégia adotada foi vencedora, o que importa neste momento é que os jogadores consigam fazer a conexão de que a qualidade da água dos rios urbanos é consequência de uma escolha coletiva.

Breve Reflexão sobre o lugar e o limite dos jogos

Uma das perguntas levantadas durante o seminário Natureza Política, questiona o alcance dos jogos enquanto ferramenta para mediação de conflitos espaciais. Tal questionamento nos leva a refletir sobre determinadas limitações para a utilização dos jogos. Antes de iniciar tal reflexão, cabe destacar que os jogos apresentados neste trabalho não têm o objetivo de solucionar conflitos e tampouco de gerar produtos (planos, projetos, diretrizes e etc). São antes, interfaces

voltadas para a promoção do diálogo, o compartilhamento de saberes, a reflexão crítica e a ampliação dos imaginários sobre as formas de produzir e ocupar os espaços.

No campo da Arquitetura e do Planejamento Urbano, os jogos utilizados como ferramentas participativas ou colaborativas são conhecidos como jogos para co-design e co-planning. Embora algumas iniciativas nesse sentido podem apresentar resultados bastante positivos para a produção colaborativa ou até mesmo a mediação de conflitos, cabe questionar em que medida estas ferramentas podem ser consideradas jogos. Definir o que é ou não um jogo, não é tarefa simples. Algumas atividades podem conter diferentes níveis de gamificação, que a tornam mais ou menos próximas de um jogo. Porém, em um entendimento mais rigoroso do que é um jogo, entendemos que a sua essência esta na liberdade concedida aos jogadores, pelo simples fato de que o jogo é diferente da realidade. Nossa aposta no jogo como ferramenta para a pedagogia sócio-espacial é fortemente reforçada pelo entendimento de que, ao jogar, o jogador pode experimentar diferentes papéis, descomprometidos com o enrijecimento das posições que ele é levado a assumir na vida real. Assim, ao utilizar o jogo como uma ferramenta para a tomada de decisões que tem implicações diretas na realidade, seja na materialidade do espaço ou em compromissos assumidos, o jogador é privado daquela liberdade de experimentação essencial ao jogo. Além disso, é preciso estar atento, para que a gamificação das ferramentas de tomadas de decisão, não recaiam sobre formas instrumentalizadas de participação, resultando em jogos previsíveis, que pouco contribuem no sentido de uma proposição transformativa para o espaço.

Não é intenção dessa breve reflexão, negar as possibilida-

des de contribuição dos jogos em processos decisórios ou de planejamento e projetos colaborativo, contudo, há que se reconhecer as limitações dos jogos, para que assim se possa explorar a fundo sua potencialidades em determinadas etapas de processos participativos/colaborativos. Assim como no exemplo do Manzo, o jogo cumpriu uma importante função de compartilhamento de conhecimentos, no estabelecimento de vínculos de confiança, e na criação de um vocabulário comum, que possibilitou que a relação de colaboração entre assessoria técnica e grupo sócio-espacial, se desenvolvesse com muito mais facilidade.

Referências

AGÊNCIA Nacional de Águas - ANA. **Panorama do enquadramento dos corpos d'água do Brasil, e, Panorama da qualidade das águas subterrâneas no Brasil**. Brasília: ANA, 2017. Disponível em: http://pnqa.ana.gov.br/Publicacao/PANORAMA_DO_ENQUADRAMENTO.pdf . Acesso em: 15 jun. 2021

BELO HORIZONTE (2014, 03 de junho). **Lei Municipal de Incentivo À Cultura – LMIC. Fundo de Projetos Culturais**. Edital Descentra Cultura. Belo Horizonte: Diário Oficial do Município. ano XXV, edição n. 4569. . Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1122526> . Acesso em: 12 jun. 2021

KAPP, Silke. **Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica**. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., SÃO PAULO, V.20, N.2, p.221-236, MAIO.-AGO. 2018.

LATOUR, Bruno. (2004). **Why Has Critique Run out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern**. Critical In-

quiry - Special issue on the Future of Critique. 30(2), 225-248. <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/89-CRITICAL-INQUIRY-GB.pdf>

LEFEBVRE, Henry. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

RANCIÈRE, Jacques. **O dissenso**. In: NOVAES, A. (Ed). A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

(Re)cursos ambientais escondidos (uns perdidos) e o que flui como imaginário de Lisboa: aproximações a partir da Ciência Cidadã

Hidden (or lost) environmental resources and what flows as the imaginary of Lisbon: approaches from Citizen Science

Marluci Menezes é Investigadora do LNEC desde 1991, Geógrafa, Mestre e Doutora em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Pós-Doutoranda em Urbanismo pela Universidade Lusófona.

Marluci Menezes – Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Lisboa,
marluci@lnec.pt

Desafio

Quando incitada a participar na sessão “Entremeios” do Webinar “Natureza Política: Rupturas, aproximações e figurações possíveis”, a minha atenção logo ficaria retida na expressão “entre” enquanto um potencial pretexto para (re)pensar os territórios urbanos. Pensava, então, num texto em que “entre” foi o ensejo para refletir sobre:

“(…) 1. a ambiguidade presente nas áreas de intersecção – entre – como uma condição intrínseca à contemporaneidade da condição urbana; 2. as áreas de intersecção como potencialmente geradoras de iniciativas inovadoras que decorrem das inventivas estratégias de sobrevivência adotadas pelas pessoas; 3. a emergência do inventar um dinâmico e interativo processo de cocriação na restituição de um urbanismo de contato entre territórios” (Menezes, 2018, p. 167).

Naquele momento, as questões da “natureza” e do “ambiente” não foram centrais para refletir a questão urbana a partir dos territórios “entre”. Embora ciente de que estas questões são fundamentais para a compreensão da complexidade social e cultural dos territórios urbanos, nomeadamente frente a propósitos de atuação e intervenção, a opção reflexiva então adotada, derivou mais de um percurso particular de investigação do que propriamente da sua importância. Isto porque, enquanto antropóloga e investigadora do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), o trabalho que tenho desenvolvido relaciona-se com o estudo da relação espaço, sociedade e cultura a partir dos processos de significação, valorização, representação, apropriação e uso do espaço público e do património arquite-

PALAVRAS-CHAVE

rios urbanos escondidos; imaginários urbanos; memória; marcas urbano-toponímicas; ciência cidadã.

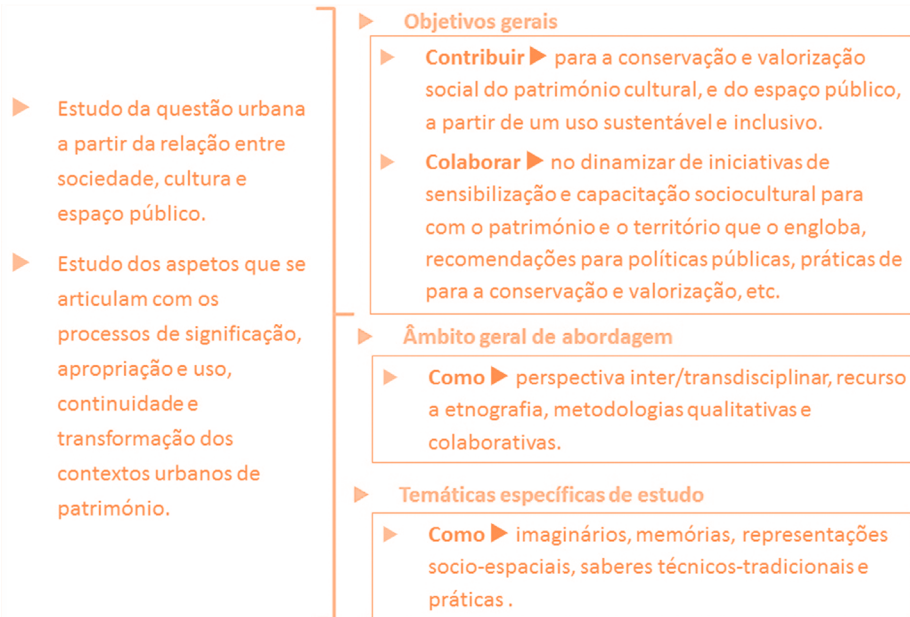
KEYWORDS

hidden urban rivers; urban imaginaries; memory; urban-toponymical references; citizen science.

tónico (ver Fig. 1).

Todavia, este percurso de investigação e reflexão logo assumiria um novo contorno face a minha participação no Projeto “RUN | Rios urbanos naturalizados – Ciência Cidadã e Cocriação como Meios de Regeneração de Rios e Minimização de Riscos” (inserido na Rede Ibero-Americana CYTED) (ver Fig. 2), e que integra vários parceiros e diferentes estudos de caso.

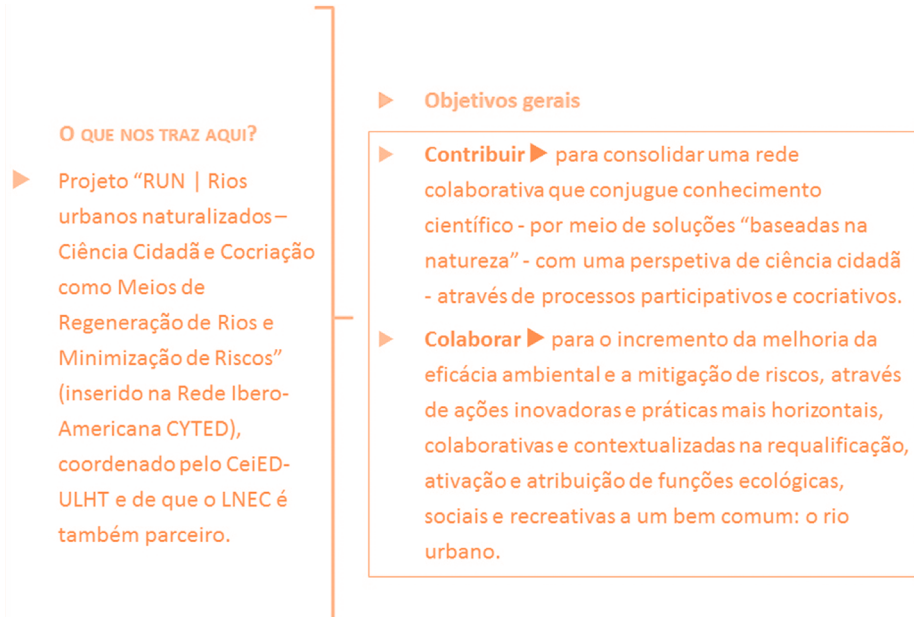
Fig. 01 Enquadramento geral de um percurso temático de investigação
Fonte: autora (2021)



É, portanto, a pretexto do Projeto RUN que comecei a refletir sobre o interesse em abordar os “entremeios” da relação espaço – sociedade – cultura, a partir do articular o campo do património arquitetónico e urbano com o domínio do ambiente, conforme suscitado pelas questões de aproximação aos rios urbanos.

Projeto RUN: enquadramento geral
Fonte: autora (2021)

Fig. 02



Pelo que, procurando articular natureza/ambiente e património construído na compreensão da relação espaço, sociedade e cultura, comecei a pensar sobre as muitas marcas urbanísticas e toponímicas da cidade de Lisboa que, de algum modo, aludem ao elemento água e, em especial, os cursos de água que não são perceptíveis ao comum observador.

Questionamentos

Em Lisboa, num ou noutro caso, pode ser viável a implementação de propostas de regeneração/renaturalização de rios urbanos. À guisa de exemplo, observe-se o caso da Praça de Espanha onde uma operação urbana de grande vulto e que conjuga um projeto paisagístico – designado como “Os caminhos da água” –, sugere recuperar um ‘riacho perdido’ a partir de uma proposta de renaturalização do Riacho do Rego. A par das eventuais dificuldades técnicas e infra-estruturais para a efetiva regeneração deste riacho, o projeto propõe também criar ‘marcas’ na paisagem que funcionem como ‘memória’ representativa do referido curso de água.

Na medida que este tipo de iniciativa infere que o “recurso da memória e das sugestões que as imagens detonam” contribuem para abrir “campos fecundos”, é possível “supor que os índices, mesmo que indiretos, da existência de um curso d’água, venham a ter papel semelhante para a ‘atualização’ do córrego” (Bartalini, 2010, pp. 5-6). Dir-se-ia, assim, que o resgate de (re) cursos escondidos do património fluvial para o imaginário social e urbano contemporâneo,

pode verificar-se enquanto recuperação para paisagem ecológica. Podendo também apresentar-se como elemento de sugestão, deste modo ampliando a sensibilidade para com o ambiente e, ainda que imaginariamente, contribuir para a sua recriação:

:

O primeiro passo será, portanto, a revelação das marcas, a emersão do subjacente até torná-lo percebido, participante da paisagem. Obsessão pelo visível? Sim e não. Sim, porque a paisagem é, em senso estrito, uma operação do olhar. Os sentidos e os sentimentos a ela associados transitam por redes mais extensas e complexas, mas é a retina atingida que conserva a marca. Por outro lado, a alma tem outras janelas, e o mundo dos fenômenos (as águas nele incluídas) também se faz ouvir, sentir pelo tato e pelo olfato, pelos movimentos.

Há, portanto, dentro do campo fenomenológico (e não ecológico, bem entendido), outros modos de expressar a existência de cursos d’água que não a da sua explicitação cabal. Aliás, o sugestivo, mais do que o enunciado exato, alarga a percepção do mundo e aumenta as possibilidades de recriá-lo (Bartalini, 2010, p. 5).

A evolução da cidade de Lisboa e respetiva consolidação do seu património arquitetónico e urbano acumulam séculos de transformação da natureza e, como tal, de seus cursos naturais de água, nomeadamente frente as situações em que a sua manifestação a céu aberto foi encoberta ao longo do desenvolvimento da cidade. O que me leva a pensar sobre o interesse em associar as ‘marcas d’água’ (refiro-me, por exemplo, a marcas urbanísticas – placas, painéis, entre outras – e toponímicas) da cidade à ideia de lugares de memória. Daqui deriva uma questão de partida: em que medida essa já secular demarcação da memória nos espaços construídos da cidade influen-

cia o imaginário social e urbano contemporâneo?

Conhecer um pouco mais sobre como esta herança oculta inscreve-se na paisagem da cidade – através da sua toponímia e marcas urbanísticas –, captando as percepções, imaginários e memórias sociais e urbanas é o foco de um programa de estudo que dá os seus primeiros passos.

Caminhos

Percursos teóricos

Em princípios dos anos de 1980, Pierre Nora recorreu a expressão “lugares de memória” (*lieux de mémoire*) para refletir sobre o processo de construção da identidade nacional francesa. Segundo o autor esses lugares admitem, por um lado, sentidos de âmbito material, simbólico e funcional que atuam em simultâneo. Por outro lado, esta simultaneidade entre sentidos contribui para viabilizar a ligação entre história e memória (NORA, 1985, 1989).

Mas, os “lugares de memória” não necessariamente se referem aos elementos naturais que definem a paisagem urbana. Freire (2012, p. 163), por exemplo, ao citar Berger e Luckmann (1972), observa que os “lugares de memória” são construções sociais. Neste sentido, “mais do que ficar confinado aos casos estudados por Pierre Nora, o conceito torna-se operativo em diversos contextos culturais e pode ser adotado em diferentes circunstâncias que apelem à recordação”

(FREIRE, *idem*, *idem*).

É a partir desta última aceção que aqui interessa captar os pontos da cidade com ‘marcas’ relacionadas aos cursos de água escondidos, ou mesmo aqueles já desaparecidos, associando-os à ideia de lugares de memória. Isto é, lugares como ruas, avenidas, travessas, becos, escadarias, calçadas, logradouros (...) cujas marcas urbanas inferem cursos de água, tais como: alcântara, arroios, boqueirão, caneiro, regueira, regueirão, ribeira (etc.). Refira-se, a título de exemplo, que em Lisboa existe um local de nome “Rio Seco” e um outro conhecido como “Sete Rios” (já foi nome de praça, é designação para estação de transportes públicos, zoológico, de autarquia local). Muito embora sobre o recôndito património dos ‘sete rios’, pouco se diz, pouco parece ser lembrado. Tendo também presente que “os locais onde os habitantes se abasteciam do precioso líquido sempre tiveram uma representação social importante na cidade”, assim, explicando “a sua disseminação na toponímia”¹, é relevante ainda os contextos que se referem à aqueduto, poço, fonte, chafariz, bica (etc.).

A memória sobre a qual interessa-me aprofundar o conhecimento existe por referência a um contexto socioespacial: localiza-se nos espaços materiais e mentais das sociedades humanas (Conner-ton, 1993). Mas, a ligação da memória ao mundo social e natural que nos rodeia, faz também eco ao esquecimento: obliteramos o que não nos interessa lembrar. No entanto, a reconstrução do passado depende dos interesses e do modo de agir de cada grupo social (Fentress e Wickman, 1994).

O ato de conservação do passado através da memória so-

¹ Conforme site da Câmara Municipal de Lisboa sobre a toponímia da cidade: <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>.

cial, é um fenômeno social de características dinâmicas. Isto é, para além da sua qualidade retrospectiva, compreende uma qualidade prospectiva: proporciona pontos de vista para que as nossas experiências possam ser interpretadas no presente, paralelamente perspectivando uma interpretação do que poderá ser o futuro (Fentress e Wickman, 1994).

A memória coletiva trata de um conjunto que é denso e móvel, modificado e reconstruído consoante as exigências presentes do grupo social, refletindo uma constante busca de significados. Como podem, então, essas ‘marcas d’água’ da cidade serem resgatadas como lugares de memória, incrementando novos significados sociais e culturais de valorização dos recursos patrimoniais urbanos a partir da também valorização dos recursos ambientais da cidade?

Percursos metodológicos

Situo-me ‘entre’ os amplos objetivos colocados pela perspectiva de renaturalização/regeneração de rios urbanos, conforme expressos pelo Projeto RUN, e os contornos específicos deste programa de estudos, entretanto configurado em consonância com um percurso pessoal de investigação. Nesta ótica, a ponte que liga ambos propósitos de construção de conhecimento e desenho de recomendações para ação, refere-se sobretudo ao contributo que as metodologias colaborativas e da Ciência Cidadã podem proporcionar.

Numa perspectiva colaborativa, aponta-se inicialmente para a adoção de uma abordagem cocriativa que, a partir das memórias,

narrativas, testemunhos, imagens sociais da cidade (etc.), privilegie a experiência das pessoas utilizadoras da cidade. A cocriação pode ser entendida como o “envolvimento dos cidadãos na iniciação e/ou na conceção de serviços públicos para o desenvolvimento de resultados benéficos” (Voorberg et al., 2017). Um processo em que, a partir da experiência, necessidades e ideias dos cidadãos, estabelece-se uma interação inovadora, onde o resultado é refletido num mútuo e contínuo processo de criação de valor e, como tal, de adaptação.

Nesta perspectiva, as pessoas são parceiras das iniciativas de coleta de informação – co-pesquisa – e de cocriação de novas ideias, já que detentoras de recursos e competências específicas e valiosas para reconversão do espaço público, do património e ambiente à estima pública. Como cocriadoras, as pessoas são mais do que mero consumidores de equipamentos, serviços públicos e espaços, tornando-se mais aptas para atuar num sentido de co-responsabilização. Mas, para além de envolver as pessoas e respectivas comunidades na invenção de novas oportunidades de manutenção, conservação e sustentabilidade, governância e regulação das questões do património construído e do património ambiental, interessa também envolver interlocutores-chave, nomeadamente pelo papel que desempenham no processo de decisão (stakeholders).

A perspetiva de Ciência Cidadã integra a agenda política científica do século XXI, estando na Europa associada à investigação responsável, inovação e ciência aberta. O atual incremento da Ciência Cidadã corelaciona-se ainda ao avanço das tecnologias digitais de comunicação e informação (TIC), onde se considera que uma maior democratização no acesso aos TIC potencia o também aumento da participação dos cidadãos em projetos científicos e de desenvol-

vimento. Sem definição única e universal, na sua essência a noção de Ciência Cidadã trata da participação dos cidadãos – ou amador, leigo, público em geral ou não profissional – em projetos científicos de pesquisa (Cunha et al., 2017; Newman et al., 2017; Strasser et al., 2019; Lukyanenko et al., 2019), sendo também relacionada com termos como: pesquisa participativa, pesquisa baseada na comunidade, monitoramento baseado na comunidade, ciência 2.0, ciência aberta, ciência crowdsourcing, ciência amadora.

Notas finais de um caminho que se inicia...

De um ponto de vista analítico e reflexivo, estou interessada em refletir sobre os “entremeios” da relação património construído-património ambiental. Procurando, nestes entremeios discutir a forte associação entre memória social-urbana e o património ambiental urbano, nomeadamente no que respeita a criação de valores de conservação e regeneração de recursos patrimoniais invisibilizados no cotidiano da cidade.

De um ponto de vista mais estratégico e metodológico, os “entremeios” expõem o desafio suscitado pelo recurso às metodologias colaborativas e a Ciência Cidadã para produzir conhecimento e incrementar novas sensibilidades. Nesta ótica, visa-se realizar um mapeamento de memórias, testemunhos, narrativas, imagens e imaginários que, a partir de referências urbanísticas e toponímicas rela-

cionadas com os ‘rios escondidos’ de Lisboa, possam contribuir para revalorizar a memória ambiental da cidade no âmbito da temática aqui abordada. Não se tratando propriamente de criar oportunidades para renaturalização de rios urbanos, numa dinâmica de sensibilização para com as questões da preservação de recursos culturais e ambientais, o interesse é resgatar o conhecimento local e construir “entremeios” que contribuam para envolver as pessoas neste caminho.

Agradecimentos

Nas pessoas de Luciana Bragança e Marcela Silviano Brandão Lopes agradeço a Universidade Federal de Minas Gerais o convite para integrar esta iniciativa científico-académica. Sou igualmente grata a Equipe do Natureza Política pelo apoio e, em especial, agradeço a Aluska de Farias Pereira a transcrição da apresentação oral que realizei.

Esta reflexão realiza-se no âmbito do projeto da Rede Ibero-Americana CYTED – “RUN: Rios urbanos naturalizados – Ciência Cidadã e Cocriação como Meios de Regeneração de Rios e Minimização de Riscos” (<http://cyted.org/es/run>), coordenado pelo CEiED-ULHT.

Referências

BARTALINI, Vladimir. **Córregos ocultos em São Paulo**. Atas do I ENANPARQ – I Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 29 de novembro a 3 de dezembro, 2010. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/18/18-206-1-SP.pdf>

BERGER, Peter L.; LUCKMAM, Thomas. **The social construction of reality**. A treatise in the sociology of knowledge. London: Penguin Books, 1972.

CONNERTON, Paul. **Como as Sociedades Recordam**. Lisboa: Celta Editora, 1993.

CUNHA, D. G. F.; MARQUES, J. F.; RESENDE, J. C. de; FALCO, P. B. de; SOUZA, C. M. de; LOISSELE, S. A. **Citizen science participation in research in the environmental sciences: key factors related to projects' success and longevity**. Anais da Academia Brasileira de Ciências, v. 89, n. 3, p. 2229-2245, 29 jun, 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0001-3765201720160548>

FREIRE, Dulce. **Fotografias como «lugares de memória» portáteis. Identidades, discursos e significados da agricultura em Portugal**. Ler História, pp. 63-177, 2012. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.408>

LUKYANENKO, Roman; WIGGINS, Andrea; ROSSER, Holly K. **Citizen Science: An Information Quality Research Frontier**. Information Systems Frontiers, 2019. <https://doi.org/10.1007/s10796-019-09915-z>

MENEZES, Marlucci. **Entre campos do urbano como pretexto de (re)encontro**. In: MAIA, Rosemere (Org.), Rio Revisto das suas margens. Rio de Janeiro: Letra Capital, pp. 167-183, 2018.

NEWMAN, G.; CHANDLERB, M.; CLYDEC, B. et al. **Leveraging the power of place in citizen science for effective conservation decision making**. Biological Conservation, Vol. 208, April, pp. 55-64, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2016.07.019>

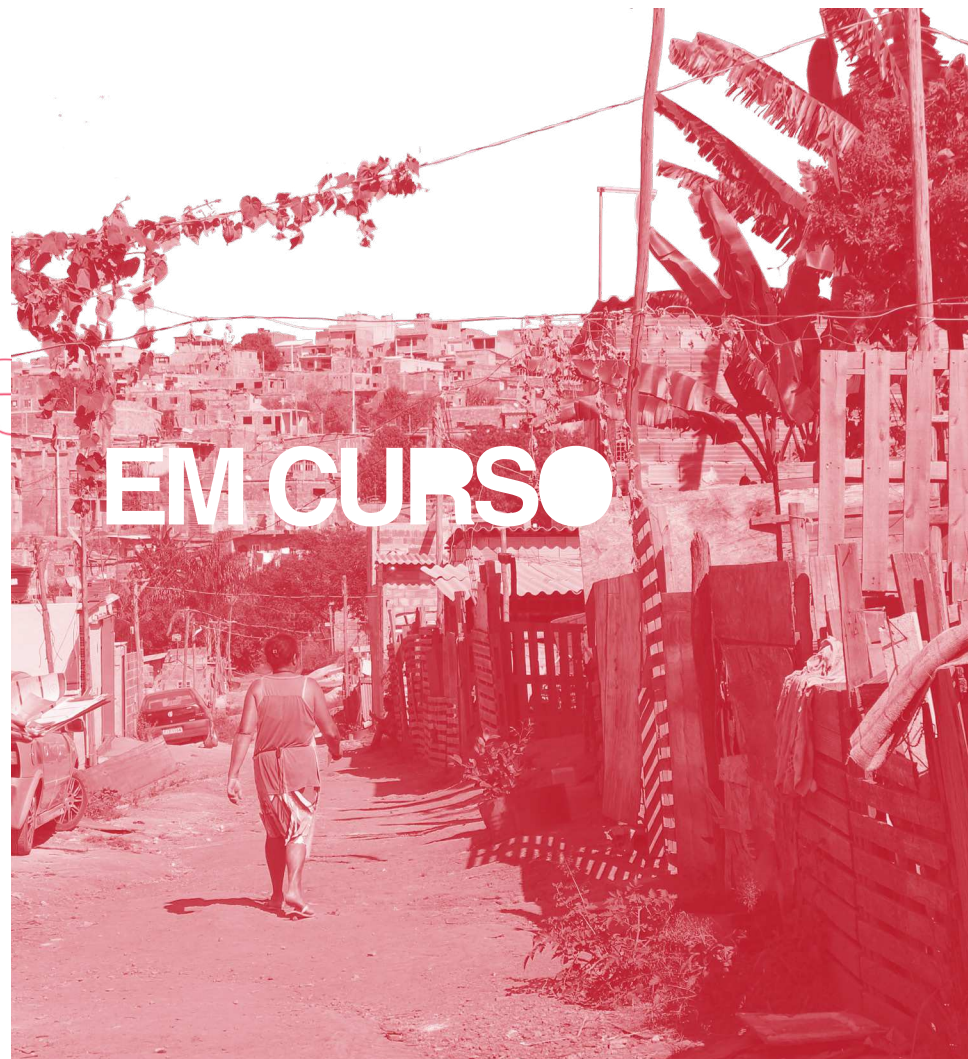
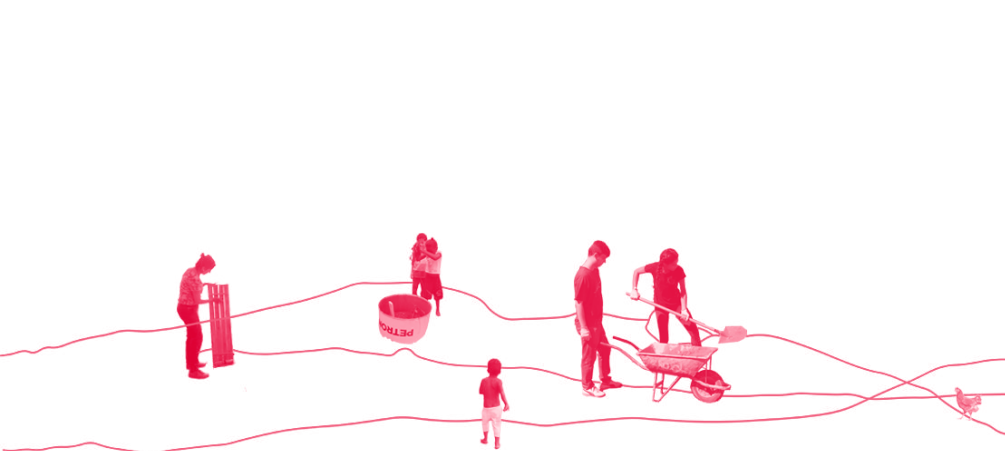
NORA, Pierre. **Between memory and history: les lieux de mémoire**. Representations, n.º 26, Spring, 1989.

NORA, Pierre. **Entre mémoire e histoire. La problématique des lieux**. In Nora, Pierre (Dir.), Les lieux de mémoire, vol. I La République. Paris: Gallimard, 1985.

STRASSER, Bruno J.; BAUDRY, Jérôme; MAHR, Dana; SANCHEZ, Gabriela; TANCIGNE, Elise. **'Citizen Science?' Rethinking Science and Public Participation**. Science & Technology Studies. Special Issue: Many Modes of Citizen Science, Volume 32, Issue 2, pp. 52-76, 2019. DOI: <https://doi.org/10.23987/sts.60425>

VOORBERG, W. H.; BEKKERS, V. J. J. M.; TIMEUS, Krista; TONURIST, Piret & Lars Tummers. **Changing public service delivery: learning in co-creation, Policy and Society**, 36:2, pp. 178-194, 2017. DOI: 10.1080/14494035.2017.1323711

03.



EM CURSO

As ações cotidianas são sempre mais diversas que as ações planejadas, e, por isso, é possível identificar nos territórios auto construídos uma rede de trocas afetivas e econômicas, regida por pressupostos baseados na reciprocidade, redistribuição e domesticidade, próprios das economias empíricas (POLANYI, 2000).

A partir desta afirmação, o terceiro capítulo deste livro teve como objetivo compartilhar as seguintes inquietações com seus leitores:

Como potencializar as práticas cotidianas no seu aspecto não capitalizador e, ao mesmo tempo, promover geração de renda para a população mais pobre? Como afirmar o princípio da autonomia freiriana convergindo para a construção de uma rede forte em torno de um objetivo comum, sem, contudo, aplainar as diferenças?

Do Vale ao Parque das Ocupações: agenciamentos em curso

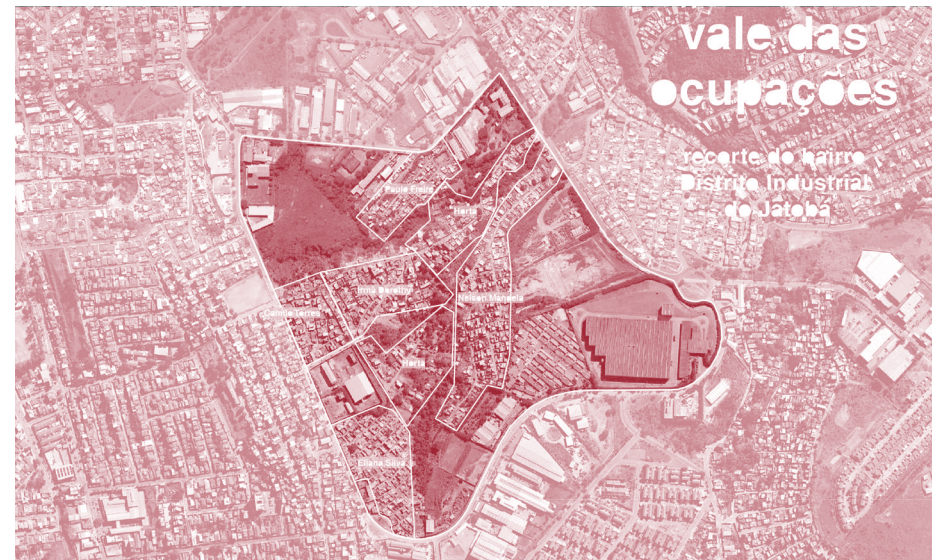
From the Valley to the Occupations Park: on-going agencies

Marcela Silviano Brandão Lopes, Luciana Souza Bragança,
Gabriela de Barros Grossi, Aluska de Farias Pereira e Luara
de Oliveira Assis

Do Vale ao Parque das Ocupações: agenciamentos em curso

O Vale das Ocupações está localizado na região do Barreiro, e nele estão inseridas uma área de preservação ambiental, algumas indústrias e seis ocupações urbanas autoconstruídas: Camilo Torres, Irmã Dorothy, Horta, Nelson Mandela, Eliana Silva e Paulo Freire. As duas últimas são coordenadas pelo Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). (Figura 1).

Fig. 01 Gleba do Parque das Ocupações
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.



As atividades descritas neste artigo foram coordenadas pelo Programa Natureza Política e realizadas com a participação tanto de moradores das ocupações Eliana Silva e/ou Paulo Freire, como também de alunos e bolsistas da Escola de Arquitetura da UFMG. Em quase todas houve uma fase preparatória, na qual mapeamentos coletivos foram realizados, a fim de sustentar a coerência da cartografia como método de pesquisa que não separa a fase da investigação da fase de construção de acordos entre os participantes e das atividades práticas propriamente ditas.

Reciclando o verde, os nomes e o cuidado

Nas grandes cidades brasileiras, inseridas no contexto do neoliberalismo, podemos destacar duas pautas que buscam uma cidade mais justa: a luta pelo direito à moradia e a luta pela preservação ambiental. Na narrativa hegemônica, tais questões se contrapõem, ou, pelo menos, não se somam. Isso porque quando o verde não é suprimido da cidade pela lógica formal de urbanização, ele é concentrado no território ocupado pela classe média alta, muitas vezes frente ao tensionamento causado pelos movimentos ambientais, em sua maioria, organizados por grupos da classe média. Devido a esse embate, lançamos o questionamento: poderia haver uma relação de coexistência entre homem e natureza, em que ao mesmo tempo que se cuida também se usufrui dela?

Apesar do discurso hegemônico, defensor dos interesses

do mercado, ser contrário a essa possibilidade, a equipe do Programa Natureza Política partiu do pressuposto de que essas questões podem ser complementares e se reforçam mutuamente, e que o real opositor desses movimentos é a voracidade do capital imobiliário que, de maneira recorrente, cria justificativas e estratégias para priorizar políticas que excluem e ignoram tanto o verde, como a cultura, quanto qualquer possibilidade de moradia para os pobres que, de fato, seja inserida na cidade.

Tal princípio foi determinante na construção da narrativa do “Parque das Ocupações do Barreiro”, em 2015. Nesse ano, ocorreu um encontro entre o coordenador do MLB, Leonardo Péricles (MLB) e as professoras do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, Marcela Brandão e Natacha Rena, no qual discutiu-se a importância de inserir a pauta ambiental na luta pela moradia, tendo em vista a proximidade das ocupações do Barreiro com uma grande área de preservação ambiental. Nesse encontro, surgiu o nome “Parque das Ocupações”, iniciando um longo processo de construção de um imaginário em torno da ideia do parque, considerado desde esse momento como sendo toda a área de preservação ambiental e todas as ocupações urbanas. A nomeação “Parque das Ocupações” teve, assim, uma intenção política direta: associar a luta por moradia à questão ambiental, sem colocá-las em polos opostos, numa tentativa de complexificar essa relação.

Fig. 02 Foto da visita de membros do grupo Indisciplinar à Ocupação Paulo Freire
Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar.



Como primeiro desdobramento pode-se mencionar a participação das lideranças do MLB de um encontro promovido pela Rede Verde¹, que na ocasião era composta pelos principais movimentos ambientais de Belo Horizonte, quase todos localizados em bairros de classe média da cidade.

¹ A Rede Verde, segundo sua página oficial, "[...] emerge em Belo Horizonte através da conexão de diversos movimentos ambientais, sociais e culturais que envolvem ações colaborativas e coletivas pela defesa da Mata do Planalto, do Parque Jardim América, dos Ficus da Bernardo Monteiro, da Serra do Gandarela, do Parque Lagoa Seca, Região do Isidoro e, as demais áreas verdes da cidade que atualmente estão ameaçadas pelo Projeto de Emenda à Lei Orgânica (PELO) de Belo Horizonte que propunha mudanças nas regras de ocupação das áreas verdes da cidade".

Foto da visita de membros do grupo Indisciplinar à Ocupação Paulo Freire
Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar.

Fig.
03

O segundo desdobramento foi em fevereiro de 2016, quando ocorreu o evento Verão Arte Contemporânea (VAC)² em Belo Horizonte, cuja curadoria foi de professoras do programa Natureza Política, e que teve naquele ano a temática “Natureza Urbana e a produção do comum”. Vários movimentos sociais com pautas diversas - luta pela moradia, preservação do verde e preservação do patrimônio histórico e cultural - foram convidados a participar de uma mesa redonda e de um circuito às ocupações urbanas do Barreiro. O objetivo era justamente pôr em prática a reflexão acerca do conflito entre os movimentos de luta pela moradia e de preservação do meio ambiente, a partir do caso do Parque das Ocupações do Barreiro.

Foto da visita às ocupações do Barreiro, dentro da programação do VAC 2016 **Fig. 04**
Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar.



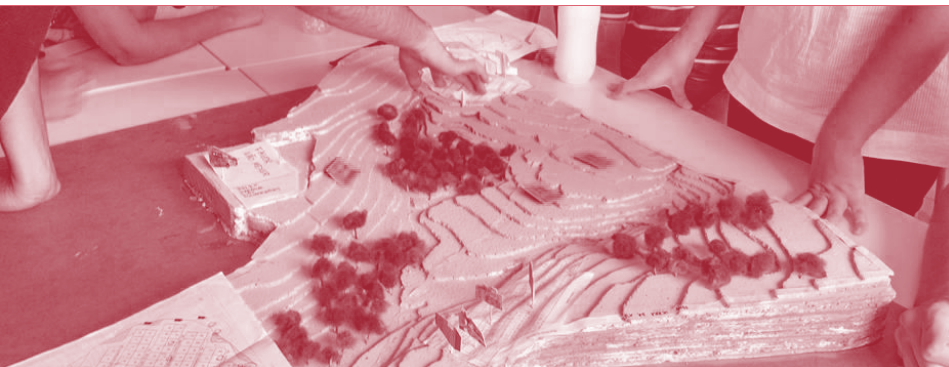
² O evento “Natureza Urbana e Produção do Comum” foi uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Indisciplinar em parceria com o VAC 2016, e reuniu coletivos que lutam pela Preservação da Natureza Urbana e do Patrimônio em grupos que reivindicam o direito à moradia para todos. A curadoria e organização do evento “Natureza Urbana e Produção do Comum” pelas pesquisadoras do Indisciplinar (Ana Isabel de Sá, Luciana Bragança, Marcela Brandão e Natacha Rena) aconteceu entre os dias 01 e 02 de fevereiro de 2016, contando com a presença de pesquisadoras e pesquisadores do Indisciplinar e a presença dos ativistas e militantes dos diversos movimentos participantes. Além disso, foi realizado um circuito para visita das Ocupações do Barreiro (onde fica o Parque das Ocupações) e dos Parque Jardim América - BH e Mata do Planalto - BH.
 <https://www.facebook.com/naturezaurbanavac2016/?ref=br_rs>

em curso

Ainda no primeiro semestre de 2016, o tema do parque foi levado para dentro da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio da disciplina de projetos “Parque das Ocupações do Barreiro”. A disciplina foi iniciada com mapeamentos coletivos, no intuito de se fazer uma cartografia compartilhada com os moradores, para dar visibilidade às práticas cotidianas em ação no território das ocupações. A partir dessa cartografia, os alunos desenvolveram propostas, incorporando as potencialidades e dando respostas às fragilidades ali identificadas.

Fotos da disciplina de projetos “Parque das
Ocupações”
Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar.

Fig.
05



em curso

Com o término da disciplina, o projeto paisagístico e arquitetônico do parque passou a ser desenvolvido pelo grupo do Programa Natureza Política, resultando no "Caderno Parque das Ocupações", entregue à coordenação do MLB em março de 2017, e usado como instrumento de negociação junto ao poder público do município.



Fig. 06 Capa do Caderno Parque das Ocupações
Fonte: Imagem produzida pelo Grupo Indisciplinar.

natureza política

Como efeito da articulação entre academia, movimento social e poder público, em fevereiro desse mesmo ano, o projeto do parque foi inserido na pauta do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Arrudas, graças à participação da professora Luciana Bragança (co-coordenadora do Natureza Política) e de Cristiano Abdanur (técnico da COPASA) como representantes nesse subcomitê. Desse modo, o projeto do Parque pôde participar de dois editais abertos ali, sendo um para a preservação de uma das nascentes contidas no território, e o outro para a arborização das ruas das ocupações.

Fig. 07 Fotos da reunião entre MLB, COPASA e Indisciplinar
Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar.





Entende-se que a discussão sobre a hibridação das pautas da luta da moradia e preservação do verde precisa ser ampliada também junto ao meio acadêmico, e, por isso, o Parque das Ocupações do Barreiro tem sido tema de artigos apresentados em diversos congressos.

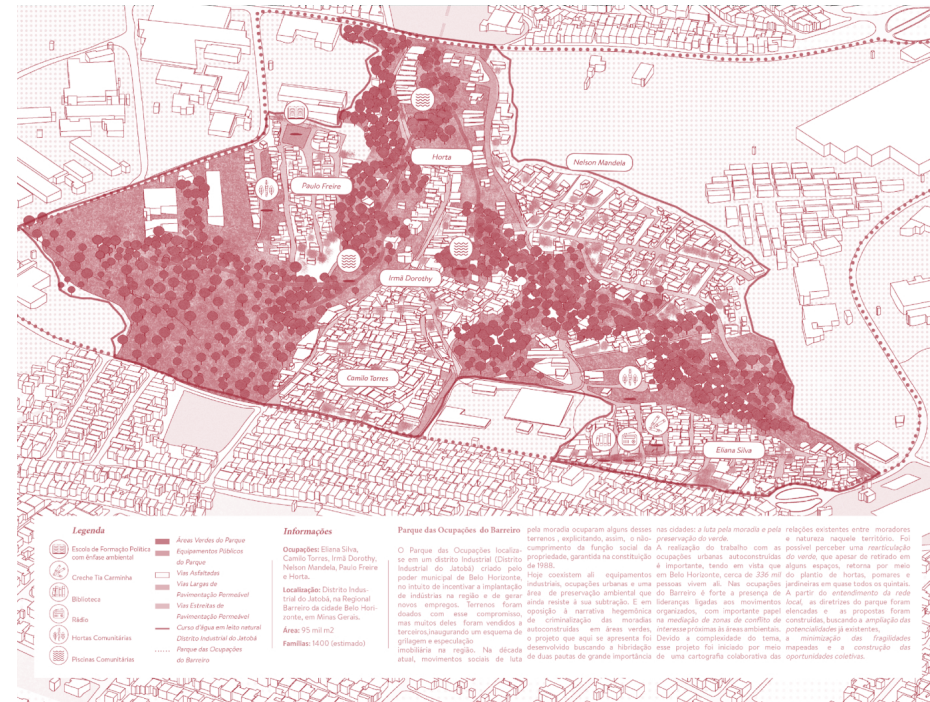
Fig.
08

Fotos de palestras e apresentações sobre o Parque das Ocupações feitas por pesquisadores do Indisciplinar
Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar.



Além disso, a inscrição da proposta em concursos de arquitetura e urbanismo, como o realizado pela VI Bienal de Sustentabilidade José Lutzemberger, permitiu levar o Parque das Ocupações para outro território de disputa de narrativas acerca de uma metodologia de projeto que busca potencializar experiências já presentes nos territórios³.

A proposta de arborização foi francamente política, baseada em três critérios. O primeiro se refere às árvores nativas para as áreas de fronteira com a APP (Área de Preservação Permanente), com o objetivo de recompor a vegetação suprimida na APP. Como segundo critério, foram inseridas também as chamadas “árvores de lei”, tendo em vista que seu corte é regulado por legislações ambientais que dificultam sua supressão. Por último, foram propostas as “árvores dos afetos”, que são árvores frutíferas empregadas em vias menores e que buscam estabelecer uma relação afetiva com os moradores, a partir dos cheiros e sabores que já estão presentes em seus respectivos cotidianos ou em histórias previamente mapeadas.



**Fig.
09**

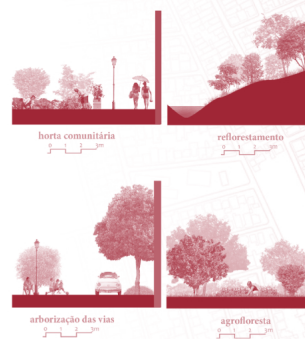
Imagens do projeto paisagístico e urbanístico do Parque das ocupações desenvolvido pelo grupo Indisciplinar - Visão Geral. Fonte: Imagens produzidas pela equipe do concurso.

³ A equipe responsável pela elaboração do projeto do Parque das Ocupações para o Concurso da Bienal foi composta pelas professoras Marcela Brandão e Luciana Bragança, e pelos alunos Caio Nepomuceno, Mayumi Amaral, Marcus Barbosa, Marília Pimenta, Miguel Veloso e Octávio Mendes.

O eixo voltado às águas das ocupações apresenta diversidade semelhante à proposta de arborização, adotando soluções distintas para as diferentes águas ali presentes. A preservação das três nascentes presentes na área foi priorizada, e a criação de piscinas naturais a partir dos cursos d'água que permeiam o território foi pensada como forma de viabilizar o lazer de crianças e adultos, constituindo um espaço público de interação com a natureza (Figura 10). A proposta foi inspirada pelos relatos de um poço criado por um dos moradores da região, e que acabou sendo apropriado por crianças que ali nadavam nos dias quentes.

Expansão do verde

O projeto do Parque das Ocupações do Barreiro busca integrar o verde remanescente da área de preservação ambiental com o verde cultivado pelos moradores da região. Dessa forma, o projeto dá-se conta de uma proposta de arborização e paisagem baseada em um cardápio de árvores e vegetais de diferentes identidades no território. Optou-se pela construção de uma "trama verde" baseada na negociação política entre o verde "natural", o verde da residência e o verde das práticas cotidianas cartográficas (dos afetivos). A partir dessa concepção temos três planos distintos de arborização e paisagem que buscam proteger as nascentes do parque, além de atender a quatro outros tipos de necessidades: os desejos e a memória afetiva dos moradores. Com relação ao terceiro plano, optou-se pela sua implantação em três diferentes escalas, entendendo ser importante que os efeitos sejam sentidos em todos os lugares e em vários modos.



Área verde existente:	40642m ²
Casas com hortas e pomares mapeadas:	21 casas
Área destinada à hortas comunitárias:	1906m ²
Área verde total:	93391m ²
Área destinada à agrofloresta:	22876m ²
Área de recuperação de mata ciliar:	29549m ²



Fig. 10 Imagens do projeto paisagístico e urbanístico do Parque das ocupações desenvolvido pelo grupo Indisciplinar - Arborização. Fonte: Imagens produzidas pela equipe do concurso.

Para as vias, foram adotadas diferentes soluções de drenagem, pavimentação e mobiliário, partindo das especificidades de cada uma (inclinação, largura, acesso). Desse modo, optou-se pela pavimentação permeável de blocos intertravados nas ruas que permitiam esse tipo de material, enquanto a usual pavimentação asfáltica tornou-se restrita às vias que necessitam de fluxo de automóveis mais pesados (Figura 11). Essa sugestão, juntamente com a indicação de um mobiliário urbano para compor as calçadas, procuram manter o sistema de ruas compartilhadas que existe nas ocupações e que costuma se perder nas cidades formais que priorizam os automóveis.

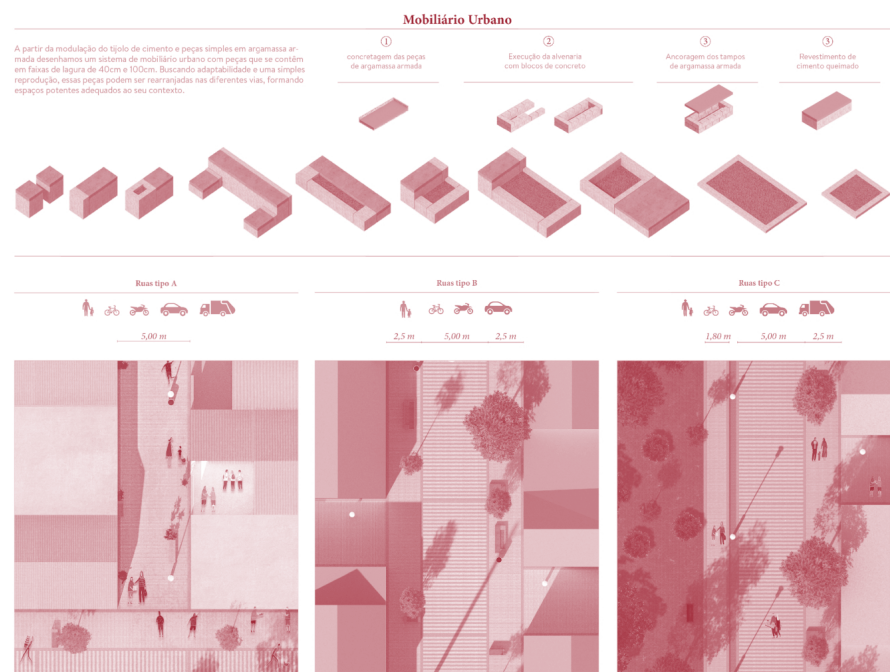


Fig. 11 Imagens do projeto paisagístico e urbanístico do Parque das ocupações desenvolvido pelo grupo Indisciplinar: Ruas e pavimentação

Fonte: Imagens produzidas pela equipe do concurso.

Na Disciplina "Comunicação Visual do Edifício e da Cidade", ministrada pela professora Luciana Braganca no segundo semestre de 2017, foi desenvolvida a numeração das casas da ocupação Paulo Freire (Figura 12), conjuntamente com uma sinalização de indicação do Parque, que ajuda a consolidar a sua narrativa. As narrativas da natureza foram criadas a partir dos elementos água, cultivo, vegetação, fauna e luta pela moradia. Ela foi inserida no território em 2018.



Fig. 1 2 Foto da sinalização das ruas da Ocupação Paulo Freire, produzidas na disciplina "Comunicação Visual do Edifício e da Cidade"
Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar.

Em novembro de 2018, foi feita uma doação de oitenta mudas pela COPASA e pela ONG Boi Rosado, o que permitiu o início da arborização das ruas na Ocupação Paulo Freire. Essa ação também contou com o departamento socioambiental da VINA⁴, uma empresa vizinha às ocupações, que se tornou parceira do projeto do Parque em 2017.

Para a preparação do plantio, foi realizada uma dinâmica com os moradores das ocupações, para fomentar a discussão e construir acordos a respeito dos conflitos potenciais do plantio e o cuidado das mudas. Para tal, foi construído um jogo e uma maquete do território.

Fig. 1 3 Placas de identificação para o plantio
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.



⁴ Para mais informações, acessar: <https://www.vinaec.com.br/socio-ambiental/>



Fig.
1 4

Jogo de plantio com moradores
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Na-
tureza Política.



Análise do plantio a partir da maquete da
Paulo Freire
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão
Natureza Política.

Fig.
1 5

em curso

O plantio, então, foi realizado nas duas primeiras ruas da ocupação Paulo Freire, considerando o intercalamento entre as árvores e a futura instalação dos postes de energia, ou seja, de um lado da rua seria arborizado e do outro haveria a iluminação pública.



Fig. 16 Plantio na Paulo Freire
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.

Dando continuidade ao projeto de “contra-invasão do verde”, em junho de 2019, as equipes do Natureza Política da VINA se envolveram na implantação de uma horta na creche Tia Carminha, localizada na Ocupação Eliana Silva, uma demanda antiga das coordenadoras da creche. Para que essa ação não se configurasse como

natureza política

uma simples doação de mudas, buscou-se o envolvimento das cuidadoras, bem como das crianças que frequentam a creche.



Fig. 17 Ação coletiva na horta da creche Tia Carminha
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.

Com objetivo de alinhar as parcerias e fazer uma revisão do processo da construção do Parque das Ocupações, houve, em julho de 2019, uma reunião dos atores envolvidos no projeto (movimento social, extensão universitária, empresa e poder público). Assim, acordou-se a criação de quatro grupos de trabalho para incrementar as

atividades de campo: GT mobilização, GT urbanização (drenagem e pavimentação), GT arborização, GT reciclagem de resíduos.

Como primeira atividade do GT arborização, foi realizada no início de setembro do mesmo ano uma visita à área de preservação localizada entre as ocupações Eliana Silva e Nelson Mandela, na qual foi identificado um cedro de tamanho e idade considerável (Figura 18) e foi localizado um poço de criação de peixes.

Nesse dia, foi também feita a coleta de amostras da água das nascentes, para análise laboratorial, cujo resultado acusou a presença de coliformes fecais, ou seja, inapropriado para consumo ou banho. Pela localização da nascente, concluiu-se que a contaminação era consequente, não apenas do esgoto da Eliana Silva, mas também da ausência de rede ampla da COPASA instalada no bairro vizinho localizado a montante do vale das ocupações (Figura 19).



**Fig.
19**

**Coleta de amostras da
água das nascentes**
Fonte: Arquivo VINA,
2019.

**Fig.
18**

Visita à área de preservação localizada entre as ocupações Eliana Silva e Nelson Mandela: cedro Fonte: Arquivo VINA, 2019.



Na sequência, em setembro, os GTs mobilização e arborização organizaram uma trilha pela área de preservação, que contou com a participação de moradores, integrantes do MLB, funcionários da VINA e equipe do Programa Natureza Política. Foi feito o plantio de duas mudas de ipê na região das nascentes visitadas, acompanhado por um piquenique, abrindo simbolicamente o início da primavera do parque e marcando o entendimento dos ciclos da natureza (Figura 20).

Trilha ecológica
Fonte: Arquivo de Programa de Extensão
Natureza Política. **Fig. 20**



Reciclando um ônibus e a ideia de coletivo

Vale ressaltar que a proposta do Parque das Ocupações não separa a área de preservação ambiental das áreas das ocupações autoconstruídas, reforçando assim a não separação das lutas. Sendo assim, dentro do projeto do Parque também foram realizadas ações relativas à cultura, à mobilidade, à juventude, dentre outras.

Uma delas aconteceu no segundo semestre de 2017, a partir da doação de um ônibus da VINA para o MLB (Figura 21).

Fig. 21 **Ônibus doado pela VINA**
Fonte: Arquivo de Programa de Extensão
Natureza Política.



em curso

Em reuniões entre a equipe do Programa Natureza Política e a coordenação do movimento, definiu-se que a transformação do ônibus deveria ser feita buscando a ampliação do seu uso, ou seja, quando estivesse estacionado ele deveria acolher outras atividades importantes para os moradores das ocupações.

Por meio de uma disciplina, abriu-se um processo participativo, envolvendo coordenação e moradores das ocupações. Tal processo contou com vários mapeamentos junto aos moradores da Eliana Silva e Paulo Freire, a partir do qual foi desenvolvido um projeto arquitetônico, que acolheu condições para a realização de bazares, de reuniões e de atividades culturais, a serem realizadas no seu interior ou no seu entorno imediato.

Ao final, através de mutirão, alguns bancos internos foram retirados para dar lugar a um novo mobiliário, produzido pelos alunos de outra disciplina ministrada na Escola de Arquitetura pela professora Luciana Bragança, co-coordenadora do programa de extensão "Natureza Política". Houve também a instalação de um toldo na lateral externa do ônibus, que, quando esticado na horizontal, formaria uma tenda agregando atividades sob ele, e, quando esticado verticalmente, funcionaria como uma grande tela de projeção de filmes. A proposta do toldo surgiu em função da participação ativa de um morador que era serralheiro, com experiência em montagem de estruturas de cobertura. (Figura 22).

Por fim, houve a alteração estética da carcaça do ônibus, no intuito de se criar uma identidade visual para o coletivo. Palavras foram pintadas, sob a forma de um skyline, nas laterais do ônibus, pelos próprios alunos, com o apoio dos funcionários da VINA, que também disponibilizou tintas e equipamentos de pintura (Figura 23).



**Fig.
2 2**

Projeto de funcionamento do toldo.
Fonte: Material desenvolvido na disciplina PFLEX - Arquitetura Desobediente.



**Fig.
2 3**

Pintura do ônibus
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.



Entrega do ônibus **Fig.**
Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar. **2 4**

Durante um ano, o ônibus circulou pela cidade, coletando assinaturas para a formação de um partido político, a Unidade Popular pelo Socialismo (UP)⁵, promovendo bazares (Figura 25) e atividades de formação política, e, lógico, levando os moradores às reuniões, manifestações, sessões de cinema no centro (LOPES, 2019).

⁵ Para saber mais informações sobre a UP, acessar: <http://unidadepopular.org.br/>



Realização de Bazar **Fig.**
Fonte: Arquivo do Programa de Extensão **2 5**
Natureza Política.

Entretanto, além de tantas coisas positivas que aconteceram envolvendo o ônibus, após um ano problemas mecânicos apareceram. Em reunião realizada em março de 2019, além da “garantia de um ano” dada pela empresa, foi feito um balanço das dificuldades encontradas pelo movimento na manutenção mecânica e na administração do ônibus. E para que o movimento pudesse criar diretrizes de operação do coletivo, foi acordado com a equipe da VINA um curso de logística para um integrante do MLB e um curso profissionalizante de mecânica para dois moradores das ocupações, visando assim a autonomia do movimento para a manutenção e demais assuntos mais técnicos relativos ao funcionamento do ônibus.

Reciclando móveis e imóveis

Também na já referida reunião realizada em julho de 2019, foi criado o GT reciclagem de resíduos, com a participação de representantes do MLB, da VINA e das equipes do programa de extensão. Este GT pretendia incorporar tanto a pauta ambiental, quanto a capacitação profissional dos moradores com geração de renda. Para dar início à oficina, optou-se pela transformação de um container existente na Paulo Freire em espaço de convivência e discussão política. O container, que até então ficava estacionado ao lado do campinho de futebol, foi transferido para a entrada da ocupação. Por meio de mutirão, foram plantadas mudas de árvores frutíferas ao seu redor, no intuito de se criar ali a Pracinha do Container. Infelizmente, tais atividades foram interrompidas em 2020, em função da pandemia do novo coronavírus.



**Fig.
2 6**

Fotomontagem de espaço de convívio e discussão na Paulo Freire.

Fonte: Arquivo do Programa de Extensão Natureza Política.

Nesse período de distanciamento e isolamento social, o grupo do Programa Natureza Política aproveitou para organizar todo o material desenvolvido pelo grupo, por meio da construção de um site, um perfil no Instagram e o Webinário, evento este que se desdobrou na composição deste livro.



**Fig.
2 7**

**Redes sociais
Natureza Política (site
e instagram)
Fonte: Arquivo
Natureza Política.**

Considerações finais

Os desdobramentos das ações ativadas pelo Programa Natureza Política junto às ocupações urbanas autoconstruídas da região do Barreiro podem ser identificados no desencadeamento destas ações em outras, mas também podem ser mensurados a partir da ampliação do tipo e do alcance das contra-narrativas empreendidas, que contribuíram para complexificar o entendimento sobre os territórios das ocupações autoconstruídas: desde a visualização de um território marcado não apenas pela precariedade e pela falta, mas também pela invenção e por um uso não funcionalista do espaço; passando pela contranarrativa sobre a relação entre as lutas por moradia e pela preservação da natureza, de antagônicas para pautas convergentes; chegando no entendimento ampliado sobre as naturezas em curso, que envolvem juventudes, mobilidade urbana, feminismos, etc.

Além desta ampliação temática/conceitual, houve uma relação ao público alvo atingido, restrito, inicialmente aos pesquisadores e coordenadores das ocupações diretamente envolvidos nas ações, atingindo técnicos do poder público, outros atores da academia, e, o mais importante, mais e mais moradores das ocupações.

Houve, também, um desdobramento efetivo e “enraizado”, considerando o plantio das árvores doadas pela COPASA para a arborização das ruas da Ocupação Paulo Freire, e a reforma do ônibus doado pela VINA, o MLBus, que circulou pela cidade ampliando a militância do movimento pela cidade nas mais diversas regionais.

Com relação ao papel do pesquisador e do saber acadêmico,

é possível apontar um reposicionamento, na medida em que se partiu das invenções táticas mapeadas, e delas se chegou a outras invenções, ou seja, várias e contínuas conexões foram sendo construídas, a partir das oportunidades, que, ao serem agenciadas, resultaram em desdobramentos abertos e em movimento. O pesquisador foi um agenciador, que além de um “lugar de escuta” atenta e respeitosa, esteve disposto a “começar pelo meio, entre pulsações” (KASTRUP, 2009, p. 58) e a correr riscos, inclusive de desvios de rotas e de reposicionamentos constantes.

Referências

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

KASTRUP, Virgínia. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. (p.32 a 51) In: ESCOSSIA, Liliana.; KASTRUP, Virgínia.; (ORG) PASSOS, Eduardo. *Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividades*. Porto Alegre: Editora Meridional, 2009. p. 32-50.

A atividade do catador na pandemia¹ e os movimentos de assessoria técnica

THE ACTIVITY OF WASTE PICKERS IN THE PANDEMIC
and the movements of technical advisory

Viviane Zerlotini da Silva
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
zerlotini@pucminas.br

Viviane Zerlotini da Silva é professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), pós-doutoranda em Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG / NP-GAU, Mestre em Engenharia de Produção pela Escola de Engenharia da UFMG, líder do grupo Produção do Espaço Urbano no Brasil.

¹ Este artigo é fruto de pesquisa realizada durante meu estágio pós-doutoral no Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Economia Solidária "Alternativas de Produção" (NAP) da Escola de Engenharia de Produção (EE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pesquisa, de natureza extensionista, realizada durante o ano de 2020, intitula-se "A atividade dos catadores durante a pandemia da COVID-19" e obteve recursos da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, em um edital de caráter emergencial. O projeto 27849 UFMG/RTR/PRPq/COVID 19 2020 foi escrito pelo professor Francisco de Paula Lima, que coordena o NAP.

Introdução

Em março de 2020, com a chegada da pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), a prefeitura de Belo Horizonte instituiu o Comitê de Enfrentamento à Epidemia do Covid-19 e a Situação de Emergência em Saúde Pública. A partir de decretos, a prefeitura interrompeu os serviços não essenciais, como medida para conter a propagação da infecção causada pelo vírus. Dentre estes serviços, aqueles prestados pelos catadores de material reciclável também foram considerados não essenciais e tiveram suas atividades suspensas. Diante da confirmação dos primeiros casos de COVID-19 em Belo Horizonte e da iminência de agravamento da proliferação do vírus, naquela ocasião, me pareceu, como técnica especialista, bastante razoável adotar como medida de prevenção a interrupção das atividades de coleta nas ruas e de triagem nos galpões, sobretudo por que os materiais manipulados pelos catadores poderiam estar contaminados por moradores infectados.

Como assessora técnica de grupos sociais organizados, dentre eles, catadores de material reciclável, no início da pandemia, me ocupei em colaborar com iniciativas de distribuição de cestas básicas, material de limpeza e equipamentos de proteção individuais (EPIs), como máscaras e protetores faciais, estes últimos também denominados por face shields. Meu posicionamento, diante de uma situação emergencial, foi de defender o isolamento social e a interrupção das atividades presenciais de trabalho. A partir desta racionalidade, concebida que a ausência ou a redução da renda dos catadores poderia ser compensada por aquelas medidas distributivas, de iniciativa da

PALAVRAS-CHAVE

assessoria técnica; catadores; reciclagem; virada ontológica

KEYWORDS

technical advisory; collectors; recycling; ontological turn

sociedade civil ou do estado.

O trabalho no estágio pós-doutoral, junto ao Núcleo Alter-Nativas de Produção (NAP)² da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (EE-UFGM), permitiu um (re)posicionamento do meu lugar como assessora técnica, diante dessa situação emergencial. Em uma reunião da equipe do NAP, com o supervisor do meu estágio, fomos provocados por ele a refletir e a agir considerando a possibilidade dos catadores de não interromper suas atividades. Essa ideia havia sido formulada em reunião anterior por um técnico, Diogo Tunes, que assessora os catadores e atua diretamente como engenheiro responsável em uma das cooperativas contratadas pela Prefeitura Municipal para fazer a coleta seletiva.

Esta provocação reavivou uma antiga questão pessoal - “o que é prestar assessoria técnica a pessoas que passam fome?”. Esta discussão sempre esteve presente nas atividades de extensão junto aos grupos sociais, cujas demandas eram emergenciais, mesmo antes da pandemia. No âmbito da produção do espaço das cidades brasileiras, as urgências são históricas e estão relacionadas a conflitos para acessar um lugar para se viver e trabalhar, de modo a garantir as condições de (re)produção da vida. E no universo da catação, trata-se do direito de catar na cidade para poder viver.

Este artigo reflete os movimentos pelos quais a assessoria técnica atravessou para adotar outros posicionamentos diante de mais uma situação emergencial, enfrentada pelos catadores de material reciclável. Tendo em mente, a continuidade das atividades de

² O Núcleo Alter-Nativas (Núcleo de ensino, pesquisa e extensão em Economia Solidária da Escola de Engenharia da UFGM) tem atuado desde 1997 em vários projetos de apoio aos empreendimentos de economia solidária, em especial no setor da reciclagem.

catação na pandemia, este trabalho contribui com a mesa temática “Em curso”, do 1º Webinário Natureza Política: rupturas, aproximações e figurações possíveis³. A produção cotidiana do espaço pelos catadores é central para este trabalho dialogar com as provocações da mesa:

As ações cotidianas são sempre mais diversas que as ações planejadas e acontecem, muitas vezes, à revelia dos imperativos do Capital, marcados pela concorrência e pela acumulação. No caso dos territórios populares auto construídos, é possível identificar ali uma rede de trocas afetivas e econômicas, que são regidas por pressupostos baseados na reciprocidade, redistribuição e domesticidade, próprios das economias empíricas, como bem conceitua Polanyi (2000). Diante dessa percepção, surgem inquietações e desafios: Como potencializar as práticas cotidianas no seu aspecto não capitalizador e, ao mesmo tempo, promover geração de renda para a população mais pobre reforçando tais princípios? Como amplificar o imaginário em curso, associado muitas vezes aos valores capitalistas, sem aplinar as diferenças? Como afirmar o princípio da autonomia freiriana convergindo para a construção de uma rede forte em torno de um objetivo comum? (WEBNÁRIO, 2021)

Sem a pretensão de responder as questões, mas de contribuir com as reflexões sobre a produção cotidiana de espaço, centramos nosso texto nas seguintes perguntas: Como potencializar as práticas cotidianas no seu aspecto não capitalizador e, ao mesmo tempo, promover geração de renda para a população mais pobre reforçando tais princípios? Como amplificar o imaginário em curso, associado muitas vezes aos valores capitalistas, sem aplinar as diferenças?

³ Promovido pelo Programa de extensão Natureza Política, vinculado ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar (EA-UFGM/CNPq), nos dias 25, 26 e 27 de maio de 2021.

Buscou-se no trabalho do filósofo brasileiro José Chasin (1937-1998), que deu uma significativa contribuição ao pensamento filosófico marxiano, os fundamentos que pautaram as transformações da assessoria técnica ou, nas palavras dele, “a instauração de uma nova posição filosófica-científica e a sua correlata postura prática” (2009 [1995], 63).

Considerando o projeto de pesquisa do estágio pós-doutoral, assinalo três aspectos que apontam caminhos para a assessoria técnica e respondem as questões que motivaram a escrita deste artigo: (1) buscar as ideias na própria realidade ou a ruptura com o pensamento especulativo; (2) reconhecer a ontopositividade da sociabilidade ou a busca de outra sociabilidade para além daquela burguesa e (3) ocupar o espaço ou a construção de territorialidades a despeito da apropriação privada do trabalho, da terra e da natureza.

Buscar as ideias na própria realidade

Já foi dito que, diante da situação emergencial, a posição da assessora técnica era a de auxiliar os catadores na busca de condições para que eles permanecessem em casa, enquanto não fossem elaboradas medidas de segurança para dar continuidade ao trabalho. Logo no início da pandemia, o NAP se reuniu virtualmente com catadores de diversos lugares, no Brasil e na América Latina, com o objetivo de identificar as ações realizadas por eles para dar conta de trabalhar na pandemia (figura 01), com alguma segurança. Identificamos, naquela

ocasião, a adoção da medida de “quarentenar” o material, segundo as palavras deles. A ideia era o material reciclável não ser manipulado durante um tempo até a eliminação do vírus. Evidentemente, isso exigia uma outra logística de coleta de resíduos recicláveis, com os catadores usando máscaras e luvas, e uma área bem maior nos galpões de triagem ou na cidade para depositar este material por algum tempo. Outra medida adotada, por eles, foi resguardar os catadores idosos e com comorbidades, mobilizando a sociedade civil e o poder público para garantir a distribuição de cestas básicas e renda emergencial para aqueles que não podiam trabalhar.

A partir dessas ações em curso, o NAP, juntamente com o Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS)⁴ e o Fórum Municipal Lixo e Cidadania (FMLC), atuou em duas frentes: (1) desenvolveu entre abril e junho de 2020, o manual operacional “As Atividades dos Catadores e a Coleta Seletiva Durante e após a Pandemia da

⁴ Criado em 2012 em Belo Horizonte, o Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária – ORIS procura criar um espaço de reflexão e ação, congregando atores diferentes, reunidos em torno da promoção da reciclagem como alternativa ambiental e social ao tratamento do lixo urbano. O ORIS é integrado por representantes dos catadores e das redes de associações e cooperativas, técnicos de apoio e ONGs, pesquisadores independentes e de instituições universitárias, representantes de instituições públicas e forças políticas simpatizantes do MNCR e da causa ambiental, que constituem uma rede que se construiu em torno da coleta seletiva e reciclagem solidárias como alternativa sociotécnica ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos (INSEA, 2021).

Covid-19¹⁵ e (2) colaborou com a construção dos trabalhos do ORIS e do FMLC para o poder público implantar medidas distributivas.

O manual (figura 01) integrou as medidas já adotadas pelos catadores a outras identificadas na literatura científica ou concebidas pelos técnicos especialistas, tomando o cuidado de manter o controle sanitário pelos próprios catadores. Os técnicos projetaram um Sistema Integrado de Proteção, organizado em um sistema de prevenção com barreiras de proteção coletiva e individual superpostas (figura 01).

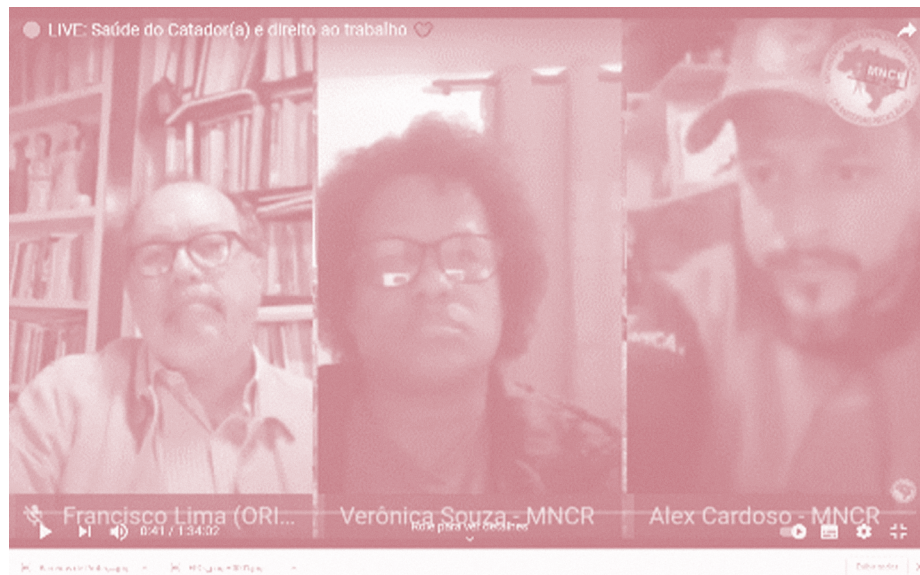
A partir de vários encontros dos catadores com o poder público, as atividades de catação foram liberadas em novembro do mesmo ano, pelo Comitê de Enfrentamento à Epidemia do Covid-19, tendo as medidas do manual como referência. O reconhecimento das práticas cotidianas de trabalho dos catadores, as medidas de prevenção do manual evitam o impasse de escolher entre a saúde ou o

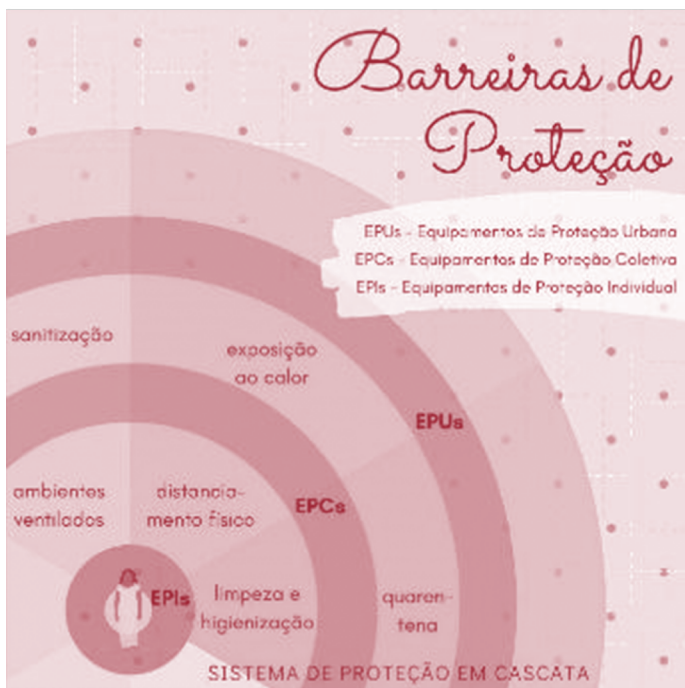
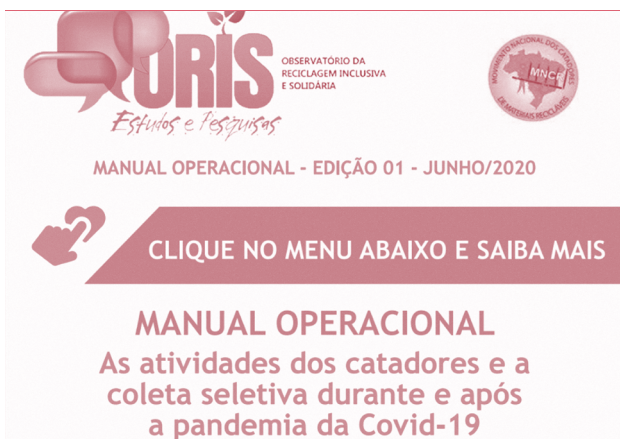
direito de o catador trabalhar. “Esta proposta foge ao dilema saúde x economia, entre interromper a produção, privilegiando a saúde, ou continuar a produzir, privilegiando a economia. Nossa posição é a de que é possível produzir com segurança” (ORIS, 2020) (grifos do autor).

Encontros virtuais com os catadores, Manual Operacional e Sistema de prevenção com barreiras
Fonte: NAP, 2020

Fig.
01

5 Este documento foi elaborado por um grupo de técnicos e representantes dos catadores do FMLC-Belo Horizonte, do ORIS da UFMG (Núcleo Alter-Nativas) e da PUC (Grupo Produção do Espaço Urbano no Brasil), em especial Diogo Tunes. Engenheiro Ambiental. Mestrando em Inovação UFMG. Juliana Teixeira Gonçalves. Doutoranda em Engenharia de produção UFMG. Instituto ATEMIS. Marcelo Alves de Souza. Doutorando em Engenharia de produção UFMG. Instituto ATEMIS. Viviane Zerlotini da Silva. Prof.a PUC-MG. Doutora em Arquitetura. A redação final foi assumida por uma equipe do ORIS integrada por: Emília Wanda Rutkowski. Prof.a UNICAMP. Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Francisco de Paula Antunes Lima. Prof. UFMG. Doutor em Ergonomia Jacqueline Rutkowski. Instituto Sustentar. Doutora em Engenharia de Produção Sonia Dias. WIEGO. Doutora em Ciências Sociais. Luciano Marcos Silva. Diretor do INSEA. Em vários temas, contamos com a colaboração de outros especialistas aos quais expressamos nossos agradecimentos: Adson Eduardo Resende – Prof. COLTEC-UFMG. Desenhista Industrial e Doutor em Arquitetura pela USP. Eugênio Paceli Hatem Diniz – Pesquisador da Fundacentro-CRMG. Engenheiro eletricitista e doutor em epidemiologia pela UFMG. Gilberto do Vale Rodrigues – Prof. COLTEC-UFMG. Engenheiro Químico e Doutor em química pela USP. Lilian Borges Brasileiro – Prof.a COLTEC-UFMG. Engenheira Química e Doutora em química pela UFMG.





A assessora técnica, ao romper com o pensamento especulativo do que “deveria ser” a segurança do catador na pandemia, rompe também com a racionalidade baseada em escolhas entre dois pólos, aparentemente excludentes. Um bom exemplo é a relação entre a assessoria especulativa e aquela pragmática, cuja navegação entre a utopia e o fato empírico permanece desvinculada da cidade real. Será visto, nos parágrafos que se seguem, que a assessoria pragmática é o outro lado da mesma moeda. Assim, a pergunta - “o que é prestar assessoria técnica a pessoas que passam fome?” é reformulada para - “o que os catadores fazem pra não passar fome?”.

Frente à demanda emergencial, a nova posição da assessora técnica realiza o que Chasin define de virada ontológica da ciência, pois trata-se de “uma cientificidade enraizada e regida pela terrenalidade das coisas e dos homens concretos” (CHASIN, 2009 [1995], 223). Os estudos de Chasin se referem à trajetória teórica de Karl Marx (1818–1883) que, já em 1842, se vê “pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais” (MARX, 2008 [1859], p. 46). À época, Marx trabalhava como jornalista no periódico *Gazeta Renana* e debatia as tentativas da recém formada sociedade civil moderna de criminalizar a coleta de madeira pela população empobrecida da região da província de Reno, situada no oeste da Alemanha.

Diante da constatação de que entre dois direitos que se confrontam, o direito do pobre de coletar madeira e o direito burguês do proprietário privado da terra, quem decide é a força (BENSAÏD, 2017), Marx resolve rever a filosofia do direito de Hegel e rompe com a concepção do mundo em que a solução para as questões da humanidade está na conquista do universo institucional do Estado Moderno

(CHASIN, 2009 [1995]). O filósofo alemão e revolucionário socialista vai afirmar que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Reconhecer a ontopositividade da sociabilidade

A virada ontológica do jovem Marx, nesse sentido específico em consonância com o Marx de *O Capital*), é marcada por uma nova concepção do mundo baseada nas definições ontopositivas da sociabilidade, “essência do homem e de todas as formas da prática humana” (CHASIN, 2009 [1995], 66). A crítica de Marx às formas ilegítimas de dominação política, empregadas pela sociedade civil para favorecer seus interesses privados, o conduziu a sustentar o conhecimento direto dos objetos reais.

Como podemos ver, a preocupação de Marx com a “ciência positiva real” significava uma reorientação da filosofia, inequivocamente clara e radical, voltada para os “homens reais e ativos”; na direção do seu “real processo de desenvolvimento, perceptível empiricamente”; em direção ao seu processo de vida ativo, em resumo: em direção à representação “da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens”. Isso se adequava bem com a inspiração juvenil de “procurar a ideia na própria realidade”, apesar de, naturalmente, entendida em nível muito mais elevado, visto que a última formulação indicava, nas referências à práxis social, também a solução, enquanto a primeira se reduziu a uma intuição – ainda que genial – do problema em si (MÉSZÁROS (2008) apud CHASIN,

2009 [1995], 77).

No âmbito da assessoria técnica, vale retomar a dualidade entre assessoria especulativa e pragmática, para mostrar, de forma esquemática, a tentativa de superação dessa dicotomia por meio da assessoria orgânica⁶ (figura 02). Peguei emprestado do supervisor do estágio, Francisco Lima, o esquema que ele geralmente constrói com seus orientandos de doutorado para ilustrar a posição da tese frente às questões que são investigadas pelo pesquisador.

Como professora extensionista, a atuação no campo me permitiu entender que a posição de assessor se insere em universos cada vez mais amplos de estruturas sociais, como o projeto de extensão (PE), o programa político (PP) e a demanda social. No entanto, ao conceber o mundo das ideias separado do mundo real, a assessora técnica acabava por sobrepor as razões dessas esferas, em concórdância com a concepção de mundo calibrada por uma filosofia da autoconsciência (CHASIN, 2009 [1995]), ou seja, a assessora é um ser pensante que só pensa abstratamente, distante da realidade.

O que nos faz retomar a questão do direito de catar na cidade. Na pandemia, esta questão fica mais evidente. Em uma situação emergencial, seria para o catador uma questão de escolha: parar de catar e passar fome ou continuar a trabalhar e arriscar-se a adoecer? É fácil perceber que a pergunta é formulada a partir do pensamento abstrato, pois a assessoria técnica tenta responder esta questão entre dois mundos, ao separar o mundo das ideias do mundo real e acaba por transitar entre a assessoria especulativa e aquela pragmática.

⁶ O termo orgânico também é uma referência àquele empregado pela equipe do NAP para se referir a atuação do técnico especialista e sua relação e inserção com os grupos assessorados nos processos projetuais e de intervenção (LIMA et. al., 2020).

A assessoria permanece nos extremos: planando ou na lama (figura 02).

Fig. 02 Posição da assessoria técnica especulativa-pragmática



Por mais que a assessoria consiga vislumbrar objetividades distintas de cada um dos universos nos quais ela transita, seu trabalho acaba por uniformizar essas prioridades, ao defini-las a priori e ao projetá-las em um plano, em uma atitude pretenciosa e totalizante.

Portanto, se a saída é considerar a centralidade da atividade dos catadores, a assessoria orgânica (figura 03) incorpora os planos

técnicos ao cotidiano de (re)produção da vida. “Projeção orgânica como estratégia de intervenção, intensificando as relações com os grupos e a incubação ao inverso, incorporando a atividade de projeto ao cotidiano da produção” (LIMA et al. 2020, 99).

Na assessoria orgânica, a produção de conhecimento se dá a partir do posicionamento do técnico especialista no lugar onde as atividades sensíveis são configuradas por meio de interações sociais do mundo real. Este nó estabelece um nexo intrincado com toda a gama de atores, objetos e relações – o que Marx compreende como “a tarefa vital da totalização”:

Fig. 03 Posição da assessoria técnica orgânica



[...] a totalidade propriamente dita, e integrado pelas figuras da atividade sensível - o multiverso das coisas e a pluralidade dos sujeitos, na diversidade das formas de interatividade orgânica em que o conjunto delas é produzido e reproduzido, peculiarmente, em cada patamar de existência historicamente efetivado. Como tal, forma ontoprática de existência, a totalidade e a formação real e concreta na multiplicidade de seus traços e movimentos efetivos, ou seja, o todo funcional e contraditório que engendra e vive sua lógica específica. É a realidade, enquanto realidade, material e espiritual, antes, durante ou depois de pensada, ou seja, o lócus e a substância de toda atividade sensível e de toda atividade ideal nela embutida; e nessa concretude o ponto de partida da ciência, isto é, como diz Marx, da “elaboração da intuição e da representação em conceitos”. Tomada, para efeito analítico, em sua plenitude ou por suas partes constitutivas, legitimamente destacadas ou iluminadas em suas reais configurações unitárias, ou seja, encarada como objeto da atividade cognitiva, na qual é reproduzida pelo pensamento, a totalidade assume a feição da concretude pensada (CHASIN, 2009 [1995], p. 209).

Do ponto de vista da assessoria técnica, esta nova posição significa dizer que todas as partes dos universos que ela transita estão conectadas nas singularidades das situações locais, a partir do reconhecimento dos valores de cada um dos atores que atuam nesses universos e do reconhecimento das diferentes experiências de vida.

Ocupar espaços

Segundo o NAP, transformar o mundo requer a articulação

de dois movimentos: desenvolver experimentações sociais e utopias concretas, que apoiam e são apoiadas por movimentos sociais, atuando no plano político e forçando mudanças institucionais (LIMA et al. 2021, 99). O filósofo alemão Ulrich Beck (1944-2015), ao elaborar uma teoria da modernização reflexiva em debate e confrontações com os sociólogos britânicos Anthony Giddens (1938-) e Scott Lash (1945-), esclarece o equívoco de associar a política ao Estado ou ao sistema político. Como já vislumbrava Marx, desde o século retrasado, a superestrutura corporativista da política institucional é incapaz de promover transformações sociais devido a imobilidade do aparato governamental e ao monopólio político das instituições e dos agentes públicos (BECK, 2012 [1995]). Tal qual Marx, Beck acredita na capacidade de os agentes externos ao sistema político produzirem multivariadas práticas de modificação da estrutura da modernidade, o que ele define como “subpolítica”:

Em primeiro lugar, a subpolítica (sub-politics) distingue-se da “política” porque se permite que os agentes externos ao sistema político ou corporativo apareçam no cenário do planejamento social (este grupo inclui os grupos profissionais e ocupacionais, a intelligentsia técnica das fábricas, as instituições e o gerenciamento de pesquisa, trabalhadores especializados, iniciativas dos cidadãos, a esfera pública e assim por diante), e, em segundo, porque não somente os agentes sociais e coletivos, mas também indivíduos, competem com este último e um com o outro pelo poder de conformação emergente do político (BECK, 2012 [1995], p. 43).

Tendo como horizonte as possibilidades de projetar organicamente experimentações sociais e utopias concretas, com a finalidade de forçar mudanças institucionais, o projeto emergencial da FUNDEP atuou em cinco frentes de trabalho, (1) Local de Entrega Vo-

luntária Assistida (LEVA); (2) Condomínios; (3) Comunicação; (4) Cata-dores Autônomos e (5) Equipamentos. Dentre elas, eu vou me deter a apresentar o LEVA⁷. Como projetista de galpões de triagem, sempre tive o desejo de “explodir” esses galpões pela cidade, a fim de ampliar o apoio às atividades de catação no espaço urbano⁸.

O LEVA é a sigla de lugar de entrega voluntária assistida, neste caso, por catadores de materiais recicláveis. Nas orientações gerais dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos (2011), a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente indica, dentre outras unidades e infraestruturas para a destinação de resíduos, o Local de Entrega Voluntária (LEV):

LEV – Locais de Entrega Voluntária para Resíduos Recicláveis. Dispositivos de recebimento de recicláveis, como contêineres ou outros;
 PEV – Pontos de Entrega Voluntária para RCD e Resíduos Volumosos, para acumulação temporária de resíduos da coleta seletiva e resíduos com logística reversa (conforme NBR 15.112/2004);
 Galpão de triagem de recicláveis secos;
 Pátio de compostagem de orgânicos;
 ATT – Áreas de Triagem, Reciclagem e Transbordo de RCD, Volumosos e resíduos com logística reversa;
 Aterros sanitários (NBR 13.896/1997);
 ASPP - Aterro Sanitário de Pequeno Porte (NBR

⁷ As discussões que apresento aqui são a partir dos trabalhos de doutorandos do NAP: Diogo Tunes, Juliana Gonçalves, Marcelo Souza e William Azallim. E também a partir dos trabalhos da comunidade rastafari Roots Ativa e da associação de Catadores Coopesoleste que atuam no bairro Santa Tereza. Há várias iniciativas na região, mas vou apresentar especificamente aquelas que dizem respeito à implantação de LEVAs em Santa Tereza.

⁸ Trabalhei em parceria com a engenheira de produção Cinthia Versiani Scott Varella e a arquiteta Carla Fátima Torres Linares no desenvolvimento de projetos arquitetônicos de novos galpões e de reforma de outros existentes, no período de 2010 a 2015. Atuei de modo mais engajado no levantamento sócio-espacial das atividades de trabalho dentro dos galpões.

15.849/2010);
 Aterros de RCD Classe A (NBR 15.113/2004).

No caso dos LEVs, um simples passeio virtual no google street view em nossas cidades (figura 04), nos mostra que, na prática, são ocupados por catadores de material reciclável. A primeira impressão é que os catadores estão revirando o lixo para coletar resíduos e não passar fome, mas estão também reduzindo o tamanho dos resíduos, dispendo-os da melhor forma para carregá-los até o ponto da comercialização, cuidando do mobiliário urbano, orientando os moradores que levam o material para o lugar e retirando os resíduos do lugar para destiná-los da melhor forma. Assim, os catadores oferecem seus serviços à comunidade, ao mesmo tempo que ocupam o espaço público.

Catadores de material reciclável trabalhando nos LEVs **Fig. 04**





Por isso, ao invés de entender o LEV (local de entrega voluntária) como um mobiliário urbano, propõe-se compreender o LEVA (lugar de entrega voluntária) como um equipamento de uso comum. O local é substituído por lugar, nos termos da geografia humanística e crítica, que confere sentido aos espaços em função dos usos e das apropriações dadas por diferentes grupos sociais. A intenção é desenhar uma outra sociabilidade, para além daquela burguesa, esta última, caracterizada pela posição do morador como consumidor de serviços urbanos ofertados pelo poder público. As relações sociais estabelecidas exclusivamente pela mercantilização dos serviços urbanos negam o catador e sua existência.

Para poder reconhecer a sociabilidade construída pelos catadores, o NAP emprega metodologias qualitativas, métodos participativo de análise de projeto e teorias (praxeologia empíricas) emergentes (Análise ergonômica do trabalho, Etnografia, Grounded Theory e Curso da ação), que procuram entender o mundo e as demandas práticas sem partir de representações pressupostas a priori, assumindo a posição ontológica de suspender o julgamento do especialista nos

natureza política

momentos iniciais de qualquer intervenção (LIMA et al., 2021).

O reconhecimento da alteridade dos catadores vai além da ideia de atribuição de identidade cultural a determinado grupo específico (Fraser, 2007 [1996]). Este modelo padrão de identidade e reconhecimento é próprio da sociedade burguesa, que tende a reduzir os grupos sociais a um público-alvo que consome mercadorias, segundo características próprias. No viés burguês, o mapeamento dessas particularidades tem o fim de garantir a realização da mercadoria (ou dos serviços, no caso da triagem de materiais recicláveis) que garanta o lucro para o capitalista. O rompimento com o modelo de identidade cultural, evita perder de vista a finalidade da transformação social emancipatória:

Isso, por sua vez, exige que os membros do grupo se unam para remodelar sua identidade coletiva ao produzir uma cultura própria de auto-afirmação. Assim, no modelo de identidade de reconhecimento, a política de reconhecimento significa “política de identidade”. Este modelo de identidade é profundamente problemático. Ao interpretar o não-reconhecimento como uma identidade defeituosa, enfatiza a estrutura psíquica sobre as instituições sociais e a interação social. Assim, arrisca-se a substituir as formas intrusivas de manejo da consciência por mudança social (Fraser, 2007 [1996], p. 117-8).

Para escapar do modelo de identidade que engessa o grupo social e a cultura, Nancy Fraser (2007 [1996]) propõe uma alternativa de análise do reconhecimento a partir do modelo de “status social - o que exige reconhecimento não é a identidade específica do grupo, mas o status dos membros do grupo como parceiros plenos na interação social” (p. 117). De modo a garantir a efetiva paridade de

participação dos indivíduos e dos grupos na interação social, Nancy Fraser combina, em um único projeto, políticas de redistribuição material (distribuição) com políticas que assegurem oportunidade igual para se alcançar a estima social (reconhecimento).

Segundo o NAP, o LEVA conta com a assessoria técnica do catador, perito nos processos de reciclagem, que orienta os moradores sobre os materiais que podem ser separados em casa e mantém o espaço limpo e organizado. O LEVA, como equipamento de uso comum, permite que o uso do espaço urbano pelo catador passe de transitório para permanente, de modo que sua atividade possa ser reconhecida na cidade e tenha aí um lugar.

A ideia é a construção do comum como prática política, nos termos do filósofo e sociólogo franceses Pierre Dardot e Christian Laval (2017 [2014]). O desafio é superar a invisibilidade da atividade de catação em uma cidade burguesa, ocupando o território de forma mais permanente, para além das sarjetas do sistema viário. Vale lembrar que Dardot e Laval exploram no capítulo 8 do referido livro – O direito consuetudinário da pobreza – o conceito de “ocupação”, conferido por Marx ao questionar a lei que criminaliza os camponeses pobres. Os autores demonstram que Marx pretende fundamentar o “direito de ocupação”, dos catadores de galhos secos, enquanto ato de trabalho e não como ato de se tornar proprietário de terras. Sem desejar o retorno ao passado, mas enraizado no presente, Marx expõe a posição dos catadores que, no sentido estrito do direito moderno, estão privados de posse. Tal posição legitima o direito de ocupação exercido sobre os gravetos (2017 [2014]). Em analogia aos catadores nas cidades, esta ocupação do território fundamenta-se no reconhecimento da prestação de múltiplos serviços de reciclagem e

na possibilidade de coprodução dos serviços por moradores e catadores.

A coprodução é compreendida no sentido da obrigação de contribuir com a mesma atividade, que é o cuidado com o resíduo que geramos nos territórios que habitamos, a partir do engajamento prático e a apropriação coletiva e social do LEVA. A ideia da coprodução dos serviços do LEVA fundamenta-se nas propostas do economista francês Christian du Tertre (2007), que desenvolve um novo modelo de desenvolvimento territorial em cidades que estão em processo de transição energética, ambiental, econômica e social. Nesse modelo, produtores e beneficiários decidem juntos como tornar os serviços mais efetivos. A economia da funcionalidade e da cooperação (EFC) e os dispositivos de desenvolvimento territorial são assuntos de duas teses de doutorado do NAP, que associam o LEVA à Plataforma Lixo Zero⁹, cujo projeto piloto está sendo implantado no bairro Santa Tereza.

Por fim, chegamos ao conceito de sustentabilidade que, na objetividade do LEVA, significa tratar o resíduo o mais próximo possível onde ele é gerado. Tal conceito está em acordo com os ensinamentos do geólogo Edézio Teixeira de Carvalho e segundo os preceitos da EFC. Ambos concebem o tratamento de externalidades (coleta e destinação adequadas) como serviços a serem coproduzidos no território.

O reconhecimento do valor do trabalho do catador pressu-

⁹ A Plataforma Lixo Zero contempla ações que se organizam em ecossistemas de produção e inovação servicial, que, no caso de Belo Horizonte, integram empreendimento cooperativo de coleta e tratamento de resíduos (inclusive orgânicos), sistemas de coleta condominiais, hortas urbanas agroecológicas, empório de produtos artesanais e da agricultura familiar e atividades educativas.

põe a construção do comum como prática política de grupos sociais que se organizam para resistir aos avanços dos efeitos perversos do capitalismo neoliberal sobre seus territórios, pois este último trata o meio ambiente e o urbano como recursos a serem explorados e capitalizados.

Nada é comum em si ou por natureza, apenas as práticas coletivas decidem, em última análise, o caráter comum de uma coisa ou conjunto de coisas. Portanto, há comuns de espécies muito diversas, em função do tipo de atividade dos atores que os instituem e se empenham em conservá-los e mantê-los vivos (comuns fluviais, comuns florestais, comuns de produção, comuns de sementes, comuns de conhecimento etc.) (DARDOT e LAVAL, 2017 [2014], p.618).

O comum rompe como a dicotomia entre público e privado, que tem a propriedade privada como centralidade, porque define uma norma do inapropriável: “É regar seu uso sem fazer-se proprietário dela, isto é, sem se arrogar o poder de dispor dela como dono (DARDOT e LAVAL, 2017 [2014], p. 620). Na apropriação do espaço pela catação, a superação da distinção entre o espaço público e privado é sugerida quando estudos apontam, por exemplo, que os LEVs localizados em praças são mais eficientes que aqueles localizados em ruas (BRINGHENTI, 2004).

O geólogo brasileiro Edézio Teixeira Carvalho supera a dicotomia futuro-presente ao convocar os técnicos especialistas a atuarem em benefício das atuais gerações, rompendo com o conceito eurocêntrico de sustentabilidade, que predominou desde a década de 80 no ocidente. Tal concepção afirmava que o uso sustentável dos recursos naturais deve “suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas”

(Relatório de Brundtland, 1987).

Embora a questão filosófica possa ser posta em diversos outros termos, por brevidade, e considerando o momento do debate ambiental mundial, a filosofia da gestão em todos os seus setores deve ser a da sustentabilidade, todavia sem cometer o lamentável equívoco de privar a geração atual em suposto benefício das gerações futuras, quando é evidente que uma geração atual privada de recursos ambientais suficientes certamente não será capaz de deixar um bom legado às gerações futuras (CARVALHO, 2009).

Embora Carvalho permaneça na lógica de escassez de recursos, indica o caráter urgente de reabilitação do meio ambiente urbano. Em uma visão ecológica, o geólogo desenvolve uma série de alternativas tecnológicas para a urbanização das cidades, de modo a permitir a realização do ciclo hidrológico e a consequente recarga do lençol freático, com o objetivo de combater a crise hídrica (CARVALHO, 1999).

Novamente é Marx quem desvela as relações entre o desenvolvimento de tecnologias de produção em massa e a quebra do ciclo metabólico da natureza. A partir dos estudos do químico alemão do século 19, Justus Von Liebig, Marx relaciona a industrialização da agricultura com o roubo de nutrientes do solo, no século XIX. A produção em massa de alimentos levou à crise de fertilidade do solo, já que seus nutrientes não retornavam ao solo em forma de adubo orgânico. Os resíduos da produção em massa de alimentos se acumularam nas cidades, agravando a poluição urbana. À medida que os solos se tornavam inférteis, generalizou-se o uso comercial de químicos sintéticos, agravando a poluição rural. Inaugura-se a separação do campo

em curso

e da cidade e a primeira grande crise ambiental.

Marx escreveu sobre uma quebra no metabolismo do solo causada pela agricultura industrializada. Nutrientes essenciais do solo, tais como nitrogênio, fósforo, e potássio contidos nos alimentos ou fibras foram enviados ao longo de centenas ou milhares de quilômetros para cidades densamente povoadas onde acabavam como resíduos, agravando a poluição urbana enquanto eram perdidos para o solo (FOSTER, 2015, 84).

A partir da ideia de que o trabalho é um processo em que “o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2010 [1859], p. 211), a assessoria técnica projeta espaços de trabalho de modo que possam contribuir com a garantia das condições para a reprodução natural e social da vida dos catadores e dos moradores no entorno dos LEVAs:

Na perspectiva marxista clássica, é precisamente porque a história humana criou um modo de produção (capitalismo) que aliena as relações metabólicas entre seres humanos e natureza, criando assim uma fissura metabólica e a ruptura das condições de reprodução ecológica, que podemos ter a esperança de restaurar o metabolismo essencial – através de uma reversão revolucionária do capitalismo e da criação de uma nova realidade material, coevolutiva. Esta é a principal mensagem ecológica de Marx (FOSTER, 2018).

Local de Entrega Voluntária Assistida localizada no Núcleo Lixo Zero, unidade Bom Despacho

Fig. 05



As experimentações sociais e utopias concretas foram espacializadas com a implantação da Plataforma Lixo Zero em Santa Teresa, a partir de trabalhos de mestrados e doutorandos do NAP. As unidades do Lixo Zero (figura 05) se configuram como lugares onde os catadores e agricultores urbanos trabalham no território ocupado, de modo que estas ocupações possam contribuir com a promoção da restauração do metabolismo do lugar e da reabilitação ambiental urbana.

Conclusão

Nos parece claro que a contribuição da assessoria técnica se dá a partir do reconhecimento das práticas e arranjos sociais, minimamente, construídos pelos assessorados para darem conta de ocupar a cidade, no dia a dia de vida e trabalho. O exemplo do LEVA demonstrou como o especialista pode elaborar um projeto orgânico, a partir das práticas cotidianas dos assessorados, com o objetivo de enraizá-las no lugar. A terrenalidade das coisas e dos homens concretos é alcançada quando a assessoria técnica se coloca ao lado dos atores sociais, concebendo ideias que dialogam com a realidade vivida por eles. Acredita-se que é esse enraizamento que permite o reconhecimento do lugar do catador na cidade pelos beneficiários de seus serviços. Ao cativar a sociedade, os catadores podem exercer pressão para avançar nas transformações de políticas públicas que contemplem o reconhecimento da ocupação da catação.

Cabe avançar nos estudos e problematizar mais o lugar do

especialista técnico e o conceito de territorialidade. No primeiro caso, vale explorar a contribuição do saber técnico (todo concreto pensado ainda é um pensamento, uma ideiação), seu projeto (proposta que lança no mundo) e a prática sensível, realizada com os outros atores sociais. Podemos avançar o debate sobre circularidade de saberes (Projeto Político Pedagógico do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas), ecologia dos saberes (Boaventura), ecologias de práticas (Stengers), laboratórios confinados e a céu aberto (Callon) e mesmo dos acordos pragmáticos (Mário Blaser)¹⁰.

Em uma sociedade com herança colonialista e escravista, sabemos dos processos de desterritorialização e reterritorialização que várias gerações de brasileiros têm sofrido, desde a invasão das terras dos povos originários pelos europeus, passando pela experiência da diáspora dos povos negros. Em estudos posteriores, vale explorar as contribuições da geografia negra, para além daquela humanista e crítica, como nos aponta os estudos do geógrafo Alex Ratts, inspirado nas contribuições do movimento feminista negro no Brasil da década de 70 e 80. A análise interseccional, dos processos de resistência à discriminação racial e sexista, contribui para a compreensão da categoria de análise corpo-território. Acredita-se que tal conceito pode superar análises de base neo e pós marxistas ou estruturalistas, eurocentradas no corpo do homem branco heterossexual, e incorporar a experiência histórica de homens e mulheres catadores em busca de um lugar na cidade, como um perito nos processos de reciclagem e, também, nos processos de ocupar espaços.

10 *Apontamentos do orientador do estágio pós-doutoral.*

Referências

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, [1995], 2012.

BENSAÏD, Daniel. **Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres**. In: MARX, Karl. Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira [1842]. Tradução de Nélcio Schneider e Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.) **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CHASIN, José. **MARX: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica**. São Paulo: Boitempo, [1995] 2009. págs. 39-88 e 221-253.

CARVALHO, Edézio Teixeira. **Geologia urbana para todos: uma visão de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: 1999. 175p.

_____. **Manifesto sobre a fundamentação geológica de sistemas de drenagem urbanos**, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2017 [2014] 647.p

DU TERTRE, C. (2007), **“Economie de la fonctionnalité, développement durable et innovations institutionnelles”**, in E. Heurgon et J Landrieu (coord), *L'économie des services pour un développement durable*, Editions l'Harmattan, collection Prospective, essais et recherche, Paris, pp. 241-255.

FOSTER, John Bellamy. **Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição**. Lutas Sociais, São Paulo, vol.19 n.35, p.80-97, jul./dez. 2015.

_____. **Marx, Value, and Nature**. Monthly Review. vol. 70, no. 3 (July-August 2018), pp. 122-36. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2018/07/01/marx-value-and-nature/>>. Acesso em jun 2021.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** In: In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). *Teoria Crítica no século XXI*. Annablume, pp. 79-94, [1996] 2007.

INSEA. **Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS)**. Disponível em: <http://www.insea.org.br/project/android-projector/>. Acesso em: jun 2021.

LIMA, Francisco; VARELLA, Cinthia; SOUZA, Marcelo; TOFANELLI, Vivian; VALLE, Willian. **Alternativas de Produção e Economia Alternativas**. In: Rufino, S & Cruz, C. (orgs). *Histórias, Prática e Metodologias de Intervenção*. Coleção Temas em engenharia Popular – Vol. 01. Rio de Janeiro: REPOS- Redes de engenharia Popular Osvaldo Seva, p. 81-106, 2020.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, [1859] 2008. Págs. 45-50.

MARX, Karl. (2010 [1859]). **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Volume 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ORIS (Observatório Da Reciclagem Inclusiva E Solidária). **Manual Operacional: As Atividades dos Catadores e a Coleta Seletiva Durante e após a Pandemia da Covid-19**. Disponível em: <http://www.insea.org.br/wp-content/uploads/MANUAL-OPERACIONAL-catadores-na-pandemia-da-COVID-19-XXXX-rev-3.0.pdf>. Acesso em: jun 2021.

As ocupações de Belo Horizonte como grupos sócio-espaciais¹ e as diferentes fases de uma luta por moradia

Tiago Castelo Branco Lourenço é maquetista, técnico de edificações (Cefet/MG, 1995), professor de História (Newton Paima, 2000) e arquiteto e urbanista (Pucminas, 2009). Mestre e doutorando em Arquitetura e Urbanismo (UFMG, 2014 e 2021). É professor da Escola de Arquitetura da UFMG e da Pucminas. É membro titular da Coordenação Colegiada do Grupo de Pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras). Trabalha com maquetes na Maquete Aristides Lourenço, e com arquitetura e urbanismo na ASF/BR (Associação Arquitetas Sem Fronteiras Brasil) e na COAU (Corporação de Ofício de Arquitetura e Urbanismo). Presta assessoria técnica às ocupações urbanas e movimentos sociais de luta por moradia em Belo Horizonte e região. Atua nas seguintes atividades: maquetes, desenhos e representações gráficas, patrimônio cultural, continuidades e descontinuidades, metodologias colaborativas e compartilhadas de arquitetura e urbanismo, movimentos populares, moradia e habitação de interesse social.

Tiago Castelo Branco Lourenço
tiago@coau.com.br

¹ O conceito de grupo sócio-espacial foi concebido pela professora Silke Kapp, a quem eu agradeço ao esclarecer equívocos da minha leitura e aplicação do conceito na interpretação das ocupações urbanas de Belo Horizonte como grupos sócio-espaciais. Apresentei o esboço dessas ideias no Webnário Natureza e Política no dia 25/05/2021 e as desenvolvi na disciplina "Teoria crítica da arquitetura" ministrada pela professora Silke Kapp no 1º semestre de 2021 (entre maio e julho de 2021) dentro do Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo NPGAU/UFMG.

Encostou nós no muro. Eu não fui. Ele perguntou:

— *Quem que é o responsável por esse negócio aqui?*

— *Sou eu.*

— *O senhor é o responsável?*

— *Sim.*

— *Com orde de quem o senhor tá pono essa luz aí?*

— *Com orde minha mesmo.*

“Com orde minha mesmo”, é com essa resposta que um morador ‘enquadra’ um policial que impedia um grupo de moradores da ocupação Vitória, lá pelos idos de 2013, de realizar a ligação do ‘gato’ de luz para um setor da ocupação. O atrevimento e a postura assertiva do morador com o policial evidencia a formação de um grupo sócio-espacial que se organiza para conquista da moradia. Este é um evento cotidiano nas periferias das cidades brasileiras na luta por moradia por populações que vivem sem acesso à energia elétrica.

A produção espacial das ocupações da cidade permite conquistas para todos que ali habitam, colocando o terreno ocupado para desempenhar a função trivial de abrigo para os que nele se encontram, não se restringindo, portanto, a alimentar ganhos financeiros daqueles que concentram um passivo fundiário que participa da especulação imobiliária institucionalizada.

Este artigo procura demonstrar como é importante a luta cotidiana na produção das ocupações, e como ela é importante na formação desses grupos sócio-espaciais. Esta luta cotidiana quase sempre fica invisibilizada pelas disputas que ocorrem nas arenas institucionalizadas, instâncias que pouco discutem a produção do espaço e acabam por se restringir aos seus aspectos abstratos. Sendo assim,

os bastidores dessa produção espacial, envolvendo os moradores e suas assessorias técnicas, são importantes para compreensão das contradições que esses grupos apresentam nas diferentes fases que atravessam as ocupações urbanas de Belo Horizonte na sua luta por moradia.

As ocupações urbanas de Belo Horizonte são eventos políticos que ocorrem na cidade desde o seu início. A cidade, inaugurada em 1897, não considerou espaço para as camadas populares. Durante sua história ocorreram em diferentes momentos reivindicações de lugares para que essa parte da população pudesse morar. Na inauguração da cidade, quando o governador Crispim Jacques Bias Fortes chegou para instalar a capital, logo atrás da Estação Ferroviária, um grupo de pessoas comemorava. Eram os moradores do atual bairro Floresta, considerado como uma das primeiras favelas da cidade. Com o passar dos anos, essa situação pouco se alterou. Surgiram vários outros assentamentos para atender a demanda por moradia dessas populações.

No final dos anos 2000, começaram a se organizar várias ocupações com o mesmo objetivo dos moradores do bairro Floresta em 1897, acesso à moradia. Durante esse primeiro século de Belo Horizonte, a demanda por moradia foi manifestada de diferentes formas, se articulando com o contexto histórico mais amplo que a cidade atravessava. As ocupações urbanas ocorridas desde o final dos anos 2000 se relacionam com o processo de redemocratização do Brasil, desde meados dos anos 1980. Com o fim da ditadura militar (1964-1985), as instituições brasileiras se organizam como um Estado democrático, o acesso à moradia é um dos aspectos considerados nesta construção institucional. As ocupações urbanas de Belo Hori-

zonte evidenciam contradições neste processo. Ao mesmo tempo que o acesso universal à moradia é considerado legítimo numa perspectiva democrática, o seu atendimento se apresenta como um problema para a reprodução do capital no Brasil, levando à manutenção de uma negligência histórica quanto ao seu atendimento. A moradia como elemento essencial da reprodução de força de trabalho continua sendo um problema de particulares. Aqueles que conseguem acessar as instituições para adquirir a mercadoria moradia o fazem. Uma parte expressiva da cidade não consegue participar dessas instituições e acessam a moradia por outras vias, à revelia das instituições, como é o caso das ocupações urbanas. Desde o final dos anos 2000 tem sido recorrente as ocupações urbanas organizadas que têm mobilizado parte dos setores populares de Belo Horizonte na luta pela moradia.

Nesta mobilização vão se formando grupos sócio-espaciais na conquista dos terrenos ocupados. Eles ocorrem quando um grupo de pessoas se organiza na produção de um espaço, isto não significa que seja um grupo organizado como é o caso das ocupações urbanas, pessoas mobilizadas na luta pela moradia. Um grupo sócio-espacial é condicionado pelo espaço e estabelece uma interação com este durante sua produção, ou seja, o espaço é parte do grupo. O exercício proposto neste artigo de compreender as pessoas envolvidas com as ocupações urbanas como grupos sócio-espaciais pode levar ao equívoco de que eles se formam como grupos dotados de consciência do processo de produção do espaço, esta não é a intenção do conceito, um grupo sócio-espacial se forma sempre num processo de produção do espaço, é uma condição humana essencial, já que obviamente todo grupo social ocorre num espaço, e como esse espaço tem suas

características tangíveis, que antecedem a presença das pessoas, ele é submetido ao trabalho humano durante sua apropriação, neste processo ocorre o grupo sócio-espacial.

No caso das ocupações urbanas de Belo Horizonte e seus grupos sócio-espaciais, eles são formados por moradores dos terrenos ocupados e seus apoiadores – militantes, advogados e arquitetos –, estes não têm uma vivência cotidiana dos espaços ocupados, sendo assim, sua participação deve ser vista com ressalva, eles muitas vezes se encontram descolados da produção destes espaços, desenvolvem trabalhos abstratos acerca deles, o que não significa que suas decisões não tenham influência sobre a interação que os moradores estabelecem com os terrenos ocupados, os apoiadores ficam na maior parte das vezes alienados dos aspectos tangíveis dessa produção cotidiana. Ao meu ver os arquitetos são dentre os apoiadores aqueles que mais se aproximam da participação nestes grupos, condição que se deve a natureza de sua atuação, contudo, assim como os demais apoiadores, os arquitetos se afastam desses grupos constantemente e se apegam a natureza abstrata que também caracteriza sua atuação profissional. Sendo assim, a compreensão dos apoiadores como parte dos grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas é controversa, mas precisa ser considerada pela relevância que acabam adquirindo nestes conflitos fundiários.

Os grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas formados nos últimos anos atravessam diferentes fases, influenciados pelos contextos em que ocorrem e como precisam se organizar na conquistas de seus objetivos, a produção de espaços de moradia na cidade de Belo Horizonte e região. Considero que são quatro fases neste perío-

do: a primeira fase marcada por ação diretas² desses agentes sobre os territórios, sem nenhuma mediação institucional; na segunda fase a mediação institucional se torna recorrente; na terceira fase a ação se dá a partir das instituições e finalmente na quarta fase frente a uma crise institucional que marca o Brasil desde meados dos anos 2010, quando as ações ocorrem num sentido de reconquistar ou reafirmar as supostas conquistas da redemocratização no Brasil desde os anos 1980.

As ocupações urbanas como grupos sócio-espaciais

A discussão sobre os grupos sócio-espaciais vem dos arquitetos urbanistas preocupados com a atuação junto às populações de baixa renda atendidas pelas assessorias e assistências técnicas. O conceito parte daqueles que entendem essa atuação como assessoria técnica, uma abordagem mais preocupada com a produção do espaço³ que com o profissional arquiteto urbanista que atua nesta produção, condição privilegiada por aqueles que entendem essa atuação como assistência técnica.

O conceito de grupo sócio-espacial diz respeito à produção do espaço, uma produção que não é mera contingência, como pode

2 *SOUZA, Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política, 2015.*

3 *FERRO, Arquitetura e Trabalho Livre, 2006.*

ser o caso para o conceito de grupo social. A produção do espaço é um aspecto central na sua formação, conforme aponta Silke Kapp:

Genericamente, qualquer conjunto de indivíduos pode ser denominado grupo social, inclusive frações de classes ou estratos estatísticos. No sentido mais preciso da microsociologia e dos social group studies desenvolvidos a partir dos anos 1940, grupo social designa formações de pelo menos três pessoas que têm um propósito comum, interação de modo relativamente contínuo durante um período relativamente longo e desenvolvem um senso de pertencimento e identidade, bem como um sistema interno de normas e certa divisão de tarefas e papéis [...]. O espaço não é constitutivo da concepção de grupos sociais inicialmente adotada na sociologia. O fato de pessoas estarem num mesmo lugar não configura, por si, um grupo social e, inversamente, tal grupo não depende sempre de um espaço físico (tanto menos quanto maiores as possibilidades de interação remota). Por outro lado, é evidente que grupos reais costumam coincidir com determinados espaços. Interessa, então, compreender como tais espaços entram nas pesquisas e discussões. [...]⁴

O espaço parece muitas vezes tratado como um cenário onde se desenrola a vida social. A interação e sua produção são pouco consideradas. Com as discussões de tempo de longa duração de Fernand Braudel, o espaço é colocado como um aspecto importante na análise social. Contudo, Braudel trabalha com uma escala muito ampliada, em que o espaço geográfico é o suporte para as manifestações de sociedades passadas, não permitindo a leitura de sua produção cotidiana⁵. Essa condição fica evidenciada na escala da arquitetura, especialmente nas experiências de assessoria técnica, ocasiões em que arquitetos e urbanistas atuam junto de grupos humanos na

4 KAPP, *Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica*, 2018, pp.227-228

5 BRAUDEL, *O Espaço e a História no Mediterrâneo*, 1985.

sua produção. Nestas situações, o espaço não é um aspecto descontextualizado do grupo que opera sobre ele. Ele é parte e dá sentido para o grupo, por isto, é sócio-espacial.

Uma diferença importante a destacar na escolha do conceito grupo sócio-espacial no estudo de eventos como as ocupações urbanas é em relação ao conceito de território⁶, muito utilizado na geografia. No conceito de território, o poder é central. O seu exercício sobre o espaço estabelece o que se entende como território. A dimensão da produção faz parte, entretanto, é pouco relevante para sua determinação⁷.

Um grupo sócio-espacial fica mais evidente quando um agente externo interfere na sua lógica interna. A percepção de sua existência ocorre com a falta do que se perdeu. O grupo sócio-espacial não é um grupo que se organiza conscientemente como já dito. Ele acontece e toma consciência de sua condição na produção. A consciência de sua existência acaba ocorrendo quando o grupo se dissolve. Sua percepção quase sempre ocorre numa perspectiva nostálgica, como aponta os indícios observados por Silke Kapp durante o desenvolvimento de intervenções em uma escola.

Em que ponto o grupo deixa de ser apenas social e torna-se sócio-espacial? Difícil dizer. Certo é que haverá uma definição quando os responsáveis do órgão externo decidirem pôr fim ao que entendem como puxadinhos e gambiarras. Arquitetos contratados para a reforma procedem da maneira convencional: levantamento físico, reunião com a diretora, programa de necessidades (dessa vez incluindo laboratórios, a sala do pessoal da limpeza, uma biblioteca mais generosa), projeto, construção. O prédio recupera certa integridade formal e o grupo

6 SOUZA, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013.

7 GONÇALVES, *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringa) à territorialidade (a Reserva Extrativista)*, 2003.

volta a ser grupo social num espaço determinado de cima para baixo. Depois as transformações de baixo para cima recomem, apenas com menos ânimo e capricho, porque todos sabem que serão desmanchadas mais cedo ou mais tarde.⁸

Trabalhar com um grupo sócio-espacial é criar condições para que ele continue a produzir seu espaço sem necessitar da presença de um sujeito externo que tome as decisões para que outros executem, perdendo assim sua condição de sócio-espacial e passando a ser um mero grupo social que ocupa um espaço. Um grupo sócio-espacial estará sempre ali latente. A atuação de um agente externo compromissado com a autonomia deve buscar com seu trabalho que ele se manifeste. Nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, houve momentos na relação das assessorias técnicas com os moradores que indicam essa condição latente para a formação de um grupo sócio-espacial. Por exemplo, na ocupação Dandara, quando o projeto ficou mais fácil de ser demarcado e os moradores se apropriaram dele sem a necessidade do acompanhamento técnico, foi uma situação que favoreceu a organização interna para avançar no processo de produção daquele espaço. Pensar o espaço para favorecer as manifestações do grupo sócio-espacial é se preocupar menos com a integridade de um objeto arquitetônico, mas se preocupar em tirar as amarras e obstáculos para que um grupo sócio-espacial fique ativo e perceba sua existência e tome suas decisões sobre o espaço como parte necessária de sua existência. As ocupações são eventos urbanos que favorecem a formação de grupos sócio-espaciais. Assessorias

⁸ KAPP, *Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica*, 2018, p.232.

técnicas que as acompanham podem potencializar as suas manifestações e talvez assim contribuir com maior efetividade num processo de ruptura com a exclusão perversa que caracteriza a realidade das cidades brasileiras.

A autonomia é um dos elementos-chaves de um grupo sócio-espacial. Quanto mais o grupo toma consciência dela, maior as possibilidades de ele se manter e não ser dissolvido. As ocupações urbanas são um exemplo de grupo sócio-espacial onde a autonomia é muito frágil, indício que fica evidente nas decisões coletivas. Nas ocupações, os primeiros momentos são de grande mobilização entre os participantes. Todos os envolvidos participam das reuniões para decidir sobre o terreno ocupado. As assembleias e reuniões internas são sempre cheias com as pessoas disputando para opinar, por exemplo, sobre o parcelamento do terreno. A necessidade de uma coordenação desse processo por agentes externos, tais como: assessores técnicos, militantes, agentes do tráfico ou da milícia, é uma evidência dessa fragilidade. Quando se resolve o parcelamento e cada morador vai para seu lote, as questões coletivas perdem relevância, e cada um passa a resolver os seus problemas, sendo retomadas quando existe alguma pressão externa, como as ameaças de despejo. O fato de enfraquecer essa coesão coletiva não significa que o grupo sócio-espacial não existe mais, mas que seus laços são ainda dependentes de fatores externos que não se relacionam a suas reais preocupações na produção daquele espaço.

Um outro grupo sócio-espacial é aquele formado a partir da ruptura da barragem da Samarco em Mariana. Após o desastre-crime, são várias ações relacionadas ao processo de reassentamento das populações dos distritos atingidos no município, Bento Rodrigues

e Paracatu de Baixo. Essas ações são conduzidas pela Renova, uma fundação que representa a Samarco nas resoluções dos impactos gerados pelo desastre-crime. Nas negociações, os atingidos participam diretamente e também são representados pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e pela Cáritas Brasileira. Estas representantes acompanham e avaliam os procedimentos adotados pela Renova e têm poucas condições de interferir nas decisões, especialmente naquelas que dizem respeito à produção do espaço para os reassentamentos. Neste caso, a autonomia é da Fundação Renova, que tem a oportunidade de buscar resoluções para o desastre-crime gerado pela Samarco que ela representa. Numa condução fortemente institucionalizada e abstrata, distante do cotidiano afetado, os atingidos, o MPMG e a Cáritas Brasileira não conseguem construir contrapontos qualificados para questionar e propor alternativas ao que é proposto. Nesta condição, o grupo sócio-espacial dos atingidos fica ainda mais frágil comparado às ocupações urbanas de Belo Horizonte. Os atingidos se tornam meros avalistas de decisões que já foram tomadas, não conseguindo ter controle sobre o processo de reassentamento.

Esta condição se deve muito ao contexto em que se formou este grupo sócio-espacial. A completa ruptura com os lugares destruídos pela lama levou o MPMG a assumir um protagonismo na condução das ações para restituição dos direitos. Essa atuação não conseguiu partir das experiências de produção do espaço dos lugares afetados. Os atingidos parecem ser ouvidos, porém, isto é pouco efetivo, gerando uma grande frustração entre os envolvidos em relação aos resultados alcançados, inclusive entre os técnicos da Fundação Renova, que buscam alternativas para serem compreendidos através de diferentes recursos de comunicação, mas que avançam pouco

num engajamento dos atingidos na construção dos reassentamentos. Neste processo, há pouco espaço para uma crítica ao que levou ao desastre, a atividade predatória da mineração e possibilidades de romper com a dependência econômica dessa atividade frente ao consenso que existe na região e no Brasil em relação às commodities como possibilidade de acumulação capitalista e participação do país na economia mundial.

A situação dos atingidos pelo desastre-crime da Samarco coloca dúvidas quanto a considerá-los grupos sócio-espaciais, tal a fragilidade de todo o processo de reassentamento dessas populações, já que os sujeitos têm pouca consciência das relações que se estabelecem na produção destes novos espaços. Entretanto, entendo ser esta uma situação a ser refletida a partir deste conceito, num exercício de avaliação de processos que operam de maneira violenta, sem o devido cuidado com os cotidianos afetados, e utilizam mecanismos institucionalizados e abstratos que dificultam o engajamento desses grupos com impactos ainda a ser mensurados quando esses reassentamentos forem ocupados. Esses procedimentos institucionalizados também observo nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, com a prefeitura da cidade se envolvendo diretamente na produção desses espaços, com destaque para o ocorrido na ocupação Dandara desde 2018 e mais recentemente nas ocupações da Izidora, ocasiões em que os agentes públicos passam a atuar nos territórios ocupados e encontram grandes dificuldades em dialogar com as especificidades locais.

Frente a esta situação, se coloca um embate que atravessa as políticas públicas brasileiras desde a redemocratização. Como a sociedade se engaja nos processos coletivos que envolvem seus coti-

dianos⁹, a gestão participativa tem se colocado como possibilidade¹⁰. Contudo, percebo que esta é também muito frágil e não favorece os grupos sócio-espaciais. A noção de colaborativo parece ser um caminho para que os grupos sócio-espaciais aconteçam. Quando esta noção não é considerada, os processos se tornam frustrantes e apresentam poucos avanços para os grupos afetados.

[...] A participação tida por mero bônus pode ser banalizada, encenada ou suprimida sem afetar o empreendimento em si. Por outro lado, se o processo for entendido como colaboração (de *collaborare*, trabalhar junto) entre assessoria técnica e grupo assessorado, a supressão da agência de uma das partes implica o fim desse processo.¹¹

O trabalho em colaboração com um grupo humano não deveria focar nas soluções, mas sim nos efeitos que se observam nos seus espaços. A solução de intervenção deve ser construída em conjunto e não apontada por especialistas que acabam criando novos problemas para situações que não eram vistas assim. Quando os moradores se unem para resolver suas questões, mesmo que fora das premissas institucionalizadas como na abertura de ruas, nas ligações de “gatos” de luz e água, estão constituindo um grupo sócio-espacial, e os especialistas deveriam dialogar com estes processos, e não somente criminaliza-los sem compreender suas motivações, que passam pela exclusão de acesso a serviços públicos, mas também por disputas internas desses lugares.

9 KAPP, *Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole*, 2012.

10 LOPES et al., *Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres*, 2010.

11 KAPP, *Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica*, 2018, p.226.

A história dessas produções coletivas do espaço importa mais que os problemas que elas podem apresentar: as situações que levaram as pessoas do lugar a estabelecer uma via como um beco ou uma rua, o que levou a preservar um campo de futebol, quando se construíram sistemas de esgotamento sanitário, ou instituíram espaços coletivos, como uma praça que começou numa intervenção dentro de atividades de extensão universitária e ao ser destruída por um temporal e reconstruída pelos moradores, mantendo a linguagem formal proposta com materiais que os moradores acreditavam ser mais duráveis e maior capacidade para suportar as chuvas.

Um grupo sócio-espacial precisa ser compreendido a partir de suas experiências¹² e não por pressupostos que não fazem parte daquela realidade. Estes quase sempre são “um tiro no pé” que leva a equívocos. Uma atuação institucionalizada ou a partir de aspectos externos pode ter efeitos danosos para os grupos sócio-espaciais afetados. O grupo sócio-espacial faz sentido para quem experimenta junto a produção de determinado espaço. A compreensão deste espaço por um agente externo será quase sempre limitada, demandando cuidado em qualquer intervenção. Se considerarmos que este espaço é também carregado de diferenças de classe o suposto especialista que interage deve ser ainda mais cuidadoso.

Entendo todos os envolvidos com as ocupações como participantes de um processo de construção de consciências acerca das posições que ocupam na sociedade: os ativistas sociais, envolvidos

12 SOUZA, *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive*, 2011.

com apoio e com as organizações políticas¹³, como representantes da pequena burguesia local; e os moradores, como representantes de um hiperprecariado que encontra dificuldades estruturais de acesso a diferentes aspectos da cidade. A construção dessas consciências apresenta avanços e retrocessos a partir desse tensionamento que caracteriza essas diferenças.

Nesse processo, há um embate entre aspectos que foram institucionalizados e outros que não o foram e não o serão. É recorrente a predisposição a criminalizar os que não fazem parte das institucionalidades, tratando-os como marginais. Considero que as estratégias construídas pelas ocupações na produção de seus espaços indicam que a heterogeneidade desses grupos sócio-espaciais é um aspecto central, não sendo adequado partir de uma leitura supostamente universal de como se devem produzir espaços nas cidades. As ocupações urbanas, ao mesmo tempo que expressam, na sua ação direta de constituição de territórios de resistência, o anseio em participar dos canais institucionalizados, apontam que essa participação deve considerar suas trajetórias sociais. Elas são fruto de um processo histórico de exclusão que levou a outras estratégias de sobrevivência, e seus resultados espaciais devem ser considerados.

[...] Cliente e arquiteto ocupam posições sociais semelhantes, e a obra que resulta da relação será um expediente de acumulação de capitais econômico e simbólico para ambos. Isso

13 *As organizações políticas são muitas vezes as promotoras das ocupações e usualmente tratadas como movimentos sociais, porém neste trabalho tratarei como movimento social todo o processo que envolve os diferentes atores que compõem as ocupações urbanas de Belo Horizonte, as organizações políticas, os apoiadores e moradores. Quando falo de movimento social, refiro-me a todas as ações coletivas organizadas, não somente às organizações políticas envolvidas.*

não exclui conflitos internos, claro. Mas seja com bajulação ou arrogância, panegíricos mútuos ou quedas de braço, os personagens desse tipo de relação são solidários quanto a seus interesses de classe.¹⁴

Os interesses de classe devem ser considerados, seja pela assessoria que compõe os grupos sócio-espaciais das ocupações urbanas em alguma medida, seja como um técnico vinculado ao poder público atuando nestas áreas. “Solidários quanto aos seus interesses de classe”, este é um elemento que deveria ser sempre considerado, a “classe social” como elemento importante na proposição na atuação dos arquitetos. Essa solidariedade de classe fica ainda mais evidente quando atuamos nos espaços do hiperprecariado, quando levamos valores espaciais importantes para a pequena burguesia, de onde vem boa parte dos arquitetos e outros técnicos da produção social do espaço, não podemos perder de vista que a arquitetura é ideologia, e atropelamos outras manifestações sociais que não fazem parte de um discurso hegemônico.

Os grupos a que a assessoria técnica se destina – como movimentos de sem-teto e sem-terra, cooperativas de trabalho, os chamados povos tradicionais (índios, quilombolas, ciganos), assentamentos urbanos espontâneos ou ocupações organizadas – não são clientes nesse sentido moderno, porque não estão em condições de igualdade estrutural com a assessoria. A caracterização como cliente se aplicaria a eles apenas no sentido antigo, do plebeu que se submete ao patrício para que este o represente nas instâncias de poder, já que lhe faltam credenciais de acesso para fazê-lo por si mesmo (daí também o clientelismo). Analogamente, os grupos assessorados se submeteriam aos arquitetos em troca de representação junto a prefeituras, bancos e outras instâncias com as quais

14 *KAPP, Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica, 2018, pp.224-225*

não negociam sozinhos, seja por interdições objetivas ou constrangimentos subjetivos. De fato, essa é uma das razões mais comuns de grupos procurarem assessoria técnica mesmo quando têm convicção de que não precisariam dela para equacionar espaços e construções. Menos mal se todos estiverem conscientes disso e a assessoria assumir sua função advocatícia sem impor serviços técnicos não demandados. Ainda assim, a relação criará novas dependências, contrariando o objetivo de fortalecer a autonomia dos assessorados (além de sempre se correr o risco de a própria função advocatícia exigir serviços técnicos não demandados no início do processo).¹⁵

O sentido moderno de cliente se vincula a uma lógica de classe colocando todos dentro de sua condição de participação no modo de produção capitalista, donos dos meios de produção, proletários, hiperprecarizados e os “iludidos” da pequena burguesia, condição onde se encontram geralmente os técnicos da produção social do espaço, dentre eles os arquitetos. Esse é um aspecto a ser lembrado por aqueles que atuam junto a populações vulneráveis. Tendemos a tratar todos como clientes no sentido moderno, esquecendo as diferenças. O sentido da palavra cliente é adequado para relação que se estabelece nas ocupações urbanas, um sujeito que representa ao grupo junto as instituições. Contudo, o problema são as ilusões que se criam, os assessores começam a oferecer serviços que não foram solicitados, e os grupos estabelecem uma relação de dependência que não é necessária, mas se faz parecer que sim. Ao invés do grupo colocar sua estratégia como legítima, se apresenta como marginal e coloca como necessária a representação de um arquiteto.

Os diferentes grupos sócio-espaciais constituídos nas ocupações urbanas são influenciados pelo contexto histórico. Todos os envolvidos com estes grupos, abrangendo as organizações políticas,

os apoiadores e os moradores se articulam e operam a partir desses diferentes momentos. Mesmo que um grupo sócio-espacial aparenta ter se dissolvido, ele exerce influência nos demais. É o caso da ocupação Dandara, que vivencia uma nova etapa na sua regularização fundiária junto as instituições do Estado. Suas posturas acabem por influenciar procedimentos adotados pelos grupos sócio-espaciais das ocupações da Izidora. Compreender essas diferentes fases históricas contribui para compreensão de como esses grupos vão se articulando e complexificando suas escolhas para sua manutenção ou não.

As diferentes fases das ocupações urbanas de Belo Horizonte e suas contradições enquanto grupos sócio-espaciais

Como explanei antes, um grupo sócio-espacial pode se constitui a partir da produção colaborativa do espaço, não por uma conformação espacial definida por outro. Todos participam das decisões, a autonomia e a capacidade de exercê-la diferem em função do contexto em que cada grupo se forma. Para compreensão dessas diferenças, estabelecer os graus de institucionalização e do envolvimento com instituições me parece ser um caminho para explicar esses grupos sócio-espaciais. Como já apontado anteriormente e aqui recuperado, considero que essas fases são quatro: a primeira é mar-

15 *Ibidem*, p.225.

cada pela ação direta; a segunda, pela ação institucionalizada; a terceira, pela ação institucional; e a quarta, pela crise institucional e por tentativas de reconstrução da normalidade institucional.

As fases não são estanques. Alguns grupos sócio-espaciais atravessam as quatro no decorrer dos anos de existência. Porém, esta proposição parte da minha participação como assessor técnico neste grupos e como percebo hoje o momento em que o grupo se encontrava quando eu fazia parte.

A primeira fase, de ação direta, caracteriza-se por práticas sem vínculo institucional e à revelia das instâncias estatais. A ela pertence o meu envolvimento com os grupos sócio-espaciais das ocupações Camilo Torres, Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani-Kaiowá, todas iniciadas entre 2008 e 2013. Neste momento, as assessorias, as organizações políticas e os moradores utilizavam instrumentos formais, como planos urbanos e ferramentas jurídicas para conformação de seus territórios. Contudo, não havia nenhum vínculo formal com instituições ou com o Estado. Este momento foi marcado por uma grande dificuldade de diálogo com as institucionalidades e também com os gestores públicos. Os embates se davam com agentes do mercado imobiliário diretamente afetados pelas ocupações, geralmente construtoras de segundo escalão, proprietárias de lotes em bairros periféricos de Belo Horizonte e região, com pouco poder de pressão sobre o Estado¹⁶, ou proprietários de terra que mantinham seus imóveis vazios sem cumprir sua função social. As relações entre

¹⁶ Trata-se de empresas que atuam mais como subcontratadas de construtoras maiores do que como incorporadoras de empreendimentos com marca própria. Essa situação ficou mais evidente depois de 2006 e da financeirização de construtoras brasileiras (passando a sociedades anônimas com ações negociadas na Bolsa de Valores).

os envolvidos no conflito fundiário eram peculiares. Atores de lados opostos da peleja se conheciam pessoalmente¹⁷ e entravam em contato direto para construir acordos antes de reuniões com a prefeitura ou audiências nos tribunais.

A segunda fase se refere aos grupos sócio-espaciais das ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), a partir de 2013, e no Pomar do Cafezal, entre 2013 e 2016. Ela se caracteriza pela ação via ongs e universidades, junto a instituições estatais e em negociação com o Estado, exigindo mudanças na luta política, para que as disputas não impedissem a interlocução nas arenas estatais. Várias das pessoas que atuaram na assessoria técnica e jurídica procuraram se qualificar em cursos de mestrado e doutorado, o que indica a necessidade de reflexão acerca do novo momento que os grupos sócio-espaciais atravessavam. Limites e possibilidades de avanço da ação direta e da luta institucional, e questões estruturais se tornaram temas centrais. Surgiram também sinais de esgotamento e desmobilização dos apoiadores (não dos moradores), especialmente nas ocupações da Izidora, com embates frequentes entre aqueles que priorizavam a ação direta e os que priorizavam a luta institucional. Ao mesmo tempo, essa fase deixou evidente certa negligência com a produção espacial dos territórios ocupados. Na Izidora, entre reuniões de negociação com o Estado e proprietários de terrenos, aspectos espaciais passaram a ser tratados como se fossem contingenciais e não determinassem as relações que se estabeleciam ali. Mas também houve avanços concretos: ocupações iniciadas na primeira fase, especialmente a Dandara e a Eliana Silva, obtiveram mesoestrutura

¹⁷ Um militante das Brigadas Populares era amigo de um dos proprietários do terreno da Ocupação Dandara; meu padrinho de casamento era parente dos proprietários do terreno da Ocupação Emanuel Guarani-Kaiowá.

urbana¹⁸ e planos de regularização fundiária (as iniciadas na segunda fase ainda não colheram esses frutos). Os agentes imobiliários afetados pelas ocupações eram construtoras e incorporadoras maiores do que na primeira fase. No terreno das ocupações da Izidora, estava planejado um grande conjunto habitacional que seria empreendido por três empresas de capital aberto, numa parceria público-privada com a Prefeitura de Belo Horizonte. A pressão das empresas e da prefeitura por uma solução do conflito fundiário era grande, o que também pressionou os grupos sócio-espaciais das ocupações a assumirem a ação institucionalizada, organizando-se em ongs e coletivos de arquitetos e advogados, com a retaguarda de grupos de pesquisa e extensão de universidades. No Pomar do Cafezal, o embate se deu entre moradores, apoiados por uma ong de arquitetos e urbanistas, e a empresa de urbanização da prefeitura (urbel). Apesar das disputas também terem sido institucionalizadas, a assessoria estava mais focada na ação direta no território, o que aproxima a situação das características das ocupações da primeira fase.

A terceira fase (ação institucional) compreende as experiências do acompanhamento do grupo sócio-espacial dos atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, e do acom-

panhamento do Parque Autogestionário do Pocim, no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. Trata-se de parcerias estreitas da assessoria técnica, atingidos e moradores com as instituições estatais, a ponto de, em campo, a assessoria, alguns atingidos e moradores serem identificados como representantes dessas instituições, especialmente o MPMG. O caso do desastre-crime da Samarco chega a ser paradoxal nesse sentido: a assessoria atua junto ao MPMG contra um capital globalizado que exerce enorme influência sobre as instituições públicas e sobre o território onde atua. Em várias ocasiões, a Samarco tomou o lugar do Estado na formulação e implementação de políticas e na resolução de conflitos decorrentes do desastre pelo qual foi responsável, deixando a população ainda mais vulnerável. Nessa situação, a assessoria, em parceria com as autarquias estatais, disputa o Estado.

A quarta fase, de crise institucional e revalorização da ação estatal, diz respeito aos grupos formados nas ocupações verticais Carolina Maria de Jesus e Vicentão, entre 2017 e 2018, e na ocupação Zilah Spósito Helena Greco, a partir de 2019. O momento coincide com o ápice da crise política no Brasil, depois do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, a presidência de Michel Temer e a eleição e posse de Jair Messias Bolsonaro. Tem havido, por parte desses grupos uma tentativa de retomada do diálogo com as instituições estatais que estão sendo desmontadas. A assessoria junto aos atingidos de Mariana foi como um treino para essa situação atual, um exercício de retomada do Estado e de suas instâncias políticas e administrativas. Este momento é marcado por aliviar críticas que foram construídas no decorrer dos últimos anos numa tentativa de recuperar certa normalidade institucional que se apresenta como perda, condição

¹⁸ *Mesoestrutura é parte da concepção de cidade geossuportada dentro da geologia urbana de Edézio Teixeira de Carvalho. Para esse geólogo a cidade é composta por três camadas interdependentes: superestrutura, mesoestrutura e infraestrutura (plataforma geológica). Superestrutura: conjunto de edificações, compreendendo moradia, comércio, serviços, indústrias etc. Mesoestrutura: conjunto de sistemas que proporciona condições de funcionamento à superestrutura, adaptando-se às necessidades e ao porte desta e às condições de suporte dadas pela infraestrutura — no tratamento convencional a mesoestrutura é considerada a infraestrutura urbana. Infraestrutura (plataforma geológica): suporte físico da meso e da superestrutura; é o sistema geológico, considerando os recursos hídricos, o solo e os diferentes aspectos do ambiente físico-territorial (Carvalho, Geologia Urbana para todos: uma visão de Belo Horizonte, 1999).*

que gera incômodos, já que essas mesmas instituições supostamente perdidas em outros momentos não se dispunham a atender as demandas desses grupos sócio-espaciais.

A fase em que cada grupo sócio-espacial começou a se formar tem influência nos procedimentos que adota para manutenção de sua existência no decorrer dos anos. Os riscos do envolvimento com o Estado e outras instituições são uma constante¹⁹. É uma relação que deve ser sempre conduzida com cuidado. Os grupos não devem negá-la, assim como não devem valorizá-la. Qualquer postura que feche questão nesta relação pode ser uma grande ilusão e prejudicar os seus avanços nas diferentes fases.

Reflexões parciais

O estudo das ocupações urbanas de Belo Horizonte como grupos sócio-espaciais e suas diferentes fases de formação e permanência evidencia os perigos de se isolar das estruturas institucionais através das ações diretas. É também um indício que ingressar nestas estruturas burocráticas pelas ações institucionais demanda um exercício constante de crítica aos procedimentos adotados, afinal, quanto mais esses grupos consolidam seu processo de auto-organização no cotidiano, maior sua possibilidade de não serem cooptados pelo planejamento institucional.

Os grupos sócio-espaciais que inspiraram as reflexões des-

se texto surgem em questionamento a processos que lhes negaram acesso à cidade de Belo Horizonte. Ferramentas e instrumentos provenientes das mesmas estruturas burocráticas que garantem a exclusão destes grupos devem ser utilizados com cuidado para que não prejudiquem os avanços que essas lutas apontaram. O espaço produzidos por estes grupos, construído cotidianamente e com ajuda mútua, na maior parte das vezes por falta de opção, é muito frágil. A prática de um planejamento heterônomo, desmonta várias possibilidades que existiam sem a sua presença, mesmo que essa atuação venha com a “boa” intenção de integração daquela população. Essa contradição é resultado de um imbricamento de práticas institucionais e interesses capitalistas²⁰, pouco discutido e não admitido por parte daqueles que compõem esses grupos sócio-espaciais e muito mais pelos agentes do Estado, numa ilusão que estão no caminho certo.

Não podemos perder de vista que esses grupos sócio-espaciais ainda não são uma ruptura com o sistema capitalista, eles ainda buscam garantir relações estabelecidas como mercadorias. Se defendermos esses grupos sem considerar esse aspecto, perderemos a oportunidade de emancipação que eles indicam quando produzem seus espaços de moradia. Eles não são ainda estratégias descoladas do sistema. Perder isto de vista é cair numa armadilha ideológica, como nós arquitetos fazemos em vários momentos. Quando acreditamos que haverá uma ruptura com o sistema através de nossa atuação profissional, nós, de forma mais clara que os moradores das ocupações urbanas, ainda trabalhamos para a existência e manutenção

19 MASCARO, *Estado e forma política*, 2013.

20 MILAGRES, *Processos de auto-organização sócio-espacial: ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão*, 2016.

do sistema capitalista. Que tenhamos paciência para refletir e vivenciar nossas contradições dentro de um espírito crítico constante que nos tira a tranquilidade e permite a liberdade do desmonte para redescobrirmos outras formas de participar de grupos sócio-espaciais e respeitar seus equívocos e contradições. O germe da autonomia é condição da dúvida eterna, onde as questões não se fecham e estão sempre abertas para as possibilidades de respostas a serem dadas.

Referências

BRAUDEL, Fernand. **O Espaço e a História no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

CARVALHO, E. T. **Geologia urbana para todos: uma visão de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: [s.n.], 2001.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade (a Reserva Extrativista)**. Brasília: Ibama, 2003.

LOPES, João Marcos; KAPP, Silke e BALTAZAR, Ana Paula. **Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres**. São Carlos: SILACC, 2010.

KAPP, Silke. **Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, pp. 221–236, 2018.

KAPP, Silke. **'Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole'**, Caderno Metrópole, São Paulo: Letra Capital Editora, v.14, n.28, 2012.hi

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILAGRES, Lígia. **Processos de auto-organização sócio-espacial: ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão**. Tese de Doutorado. Or. Ana Paula Baltazar. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: Quem é e como vive**. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2013.

A pauta ambiental em movimento da luta por moradia

Poliana de Souza Pereira Inácio é educadora popular, coordenadora nacional do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e do Movimento Olga de Minas Gerais, e militante há quase uma década. Integra o diretório da Unidade Popular pelo Socialismo de Minas Gerais.

Poliana de Souza Pereira Inácio¹

¹ O texto a seguir consiste na transcrição adaptada da palestra de Poliana de Souza na mesa temática "Em Curso" do I Webinário Internacional "Natureza Política: rupturas, aproximações e figurações possíveis", realizada em 26 de maio de 2021.

Primeiro eu queria agradecer o convite por estar aqui com pessoas que eu admiro e tenho muito respeito pelo trabalho. E pela oportunidade mesmo de falar um pouquinho do que a gente vive aqui [na ocupação]. Muito obrigada. E também cumprimentar por essa iniciativa, que eu acho que é super importante a gente conseguir trazer para dentro da Universidade, mas para a cidade também, um pouco desse debate do que a gente faz aqui no dia a dia referente a essa questão (ambiental) que parece ser muito contraditória com as ocupações urbanas.

O MLB, que é o movimento do qual eu faço parte, atua principalmente com as ocupações urbanas, no sentido do direito à moradia e também na luta pelas outras conquistas de direitos. Às vezes parece ser muito antagônico a questão da natureza, do verde, do restante, parece que são duas coisas muito diferentes e existe um mito de que as ocupações urbanas destroem o que tem de verde na cidade. “Ah, lá vai esse povo invadir, arrancar as árvores pra fazer mais casa”. E a gente sabe que, na verdade, não é isso! A gente vive numa cidade montada, planejada, e que desconsidera totalmente essa questão do verde. O que as ocupações urbanas fazem é disputar o que sobra da cidade. Porque a gente também quer pertencer, também quer estar aqui. Então, primeiro eu queria falar disso, acho que é importantíssimo conversar desse lugar. O MLB, assim como a gente, luta pela moradia, pela vida e quando se fala em casa, falamos assim: as pessoas precisam morar e morar dignamente! Então a gente quer colocar em discussão tudo que é digno. E é claro que defender a natureza também é uma defesa nossa, é claro que a gente também quer. Não é nem um pouco interessante morar do lado de um córrego, por exemplo, que esteja contaminado, porque aquilo traz mau cheiro, traz do-

ença, é um problema! Então isso pra gente não é interessante.

A gente precisa discutir qual é a cidade onde nós temos condição de pertencer. Então a gente ocupa muito no sentido de disputar a cidade, assim como o verde também está disputando. E aí fica parecendo que é uma contradição entre nós quando, na verdade, não existe contradição. Acho um grande exemplo disso é um pouco do que acontece com as ocupações urbanas que estão mais consolidadas.

Eu vou falar um pouco mais da questão do Vale das Ocupações que é aqui no Barreiro, onde eu moro. Eu moro aqui na ocupação Eliana Silva, é uma das sete ocupações que compõem o Vale das Ocupações. Então quando eu falar aqui de Vale das Ocupações, eu estou falando literalmente de um caldeirão onde em cada ponta tem uma ocupaçãozinha diferente, e elas têm nomes diferentes. Isso porque no tempo, na linha do tempo, elas aconteceram em momentos diferentes. Então, nós temos a Camilo Torres e a Irmã Dorothy que têm 12 anos; a Eliana Silva com 9 anos; a Horta, que é a ocupação mais antiga, tem famílias que estão há 30 anos, mas também tem famílias que chegaram há um mês; a Paulo Freire que compõe aqui também; a Nelson Mandela. Enfim, é um complexo de ocupações urbanas que estão dentro de um território que, se você pegar o mapa e for olhando, esse território passou por vários momentos! Ele foi muito desmatado, depois teve um momento em que ele ficou muito verde. A gente tem até esses mapas bonitinhos. Depois ele começa a ter um monte de casa e aí ele fica desmatado e depois ele começa a ficar verde de novo.

É mais ou menos esse processo que a gente faz de discussão aqui dentro, nós não viemos para cá para desmatar, viemos para cá

para morar! O problema é que quando fazemos as ocupações urbanas, a cidade parece que desconsidera 100% a nossa existência. Então [a cidade] nega o direito de saneamento básico, nega o direito à coleta do lixo, nega o direito do abastecimento da água e essa série de negações de direito vão fazendo com que, de fato, apareça uma contradição mesmo. Então, por exemplo, a gente não tem esgoto. E por não ter o esgoto é muito simples, e isso acontece em muitos dos aglomerados, que as pessoas procurem uma saída para o esgoto que não seja a porta da casa delas. Pensa só, você tem uma casa e aí o único lugar para o seu esgoto cair é a porta da sua casa, isso é um problema. Então, você vai tentar achar uma saída que não seja essa. E qual é a saída? A que “parece” [gesto de aspas com as mãos] que esse esgoto se torna invisível: os rios, os córregos. E aí, as pessoas canalizam e jogam ali, porque é a alternativa que têm. Não é porque elas querem, mas é porque é negado o saneamento básico e depois fica fácil dizer que essas pessoas são responsáveis, por exemplo, pelas poluições dos rios.

Quando a gente ocupou a Eliana Silva, isso era uma preocupação porque nós temos uma nascente muito bonita aqui no fundo da ocupação, muito bonita mesmo! Ela chega a dar quase um metro de fundura. E o nosso medo no primeiro momento era: a gente já é criminalizado por ocupar um terreno que, teoricamente, não era nosso. Se a gente começar a jogar esgoto no rio, piora. Assim no primeiro momento foi essa a lógica. Não vou esconder de vocês: “vão chegar aqui e vão dizer que estamos poluindo o rio e vão querer tirar a gente daqui por esse discurso.” Então o que que a gente faz? Nós não jogamos esgoto no rio, fazemos fossa. E aí, a gente foi descobrir que era impossível fazer fossa pelo tipo de solo que tinha aqui, e os terrenos,

os lotes, eram muito pequenos, se eu quisesse uma fossa, eu ia ficar impossibilitada de construir minha casa ali. Foi muito massa porque começamos uma parceria com vários professores, inclusive, alguns passaram por aqui, Tiago Castelo Branco, Júnia, Marcela, Denise. Vários outros professores que vieram para cá, e a gente foi tentar entender uma alternativa, uma solução que não fosse jogar no rio: muito por essa questão da criminalização das ocupações, porque não são só as ocupações que jogam. Você vai a vários bairros nobres aí, desde a região da Lagoa da Pampulha, quem de fato joga esgoto ali dentro? Como é que funciona aquilo ali? Mas para nós aquilo ali iria ser um problema social porque a mídia ia dizer que a gente estava acabando com o resto do que tinha de verde na cidade. E a gente acha uma alternativa, no primeiro momento muito simples, muito fácil, depois ela vai consolidando. É claro que o município não veio para ajudar, mas depois vem para dizer que aquilo ali não funciona, e tenta acabar com tudo que a gente construiu, que foram os TEVAPs, os tanques de evapotranspiração. A alternativa popular que deu condição dessas pessoas, por exemplo, construir suas casas, ter um esgoto alternativo e não jogar no rio.

Aí a gente foi entendendo que era possível morar aqui e garantir aquele espaço verde, e que para além de garantir aquele espaço ali bem cuidado, poderíamos trabalhar também no sentido de trazer aquele verde para dentro das comunidades. Então, pera aí, quando a gente entrou era um mato, mas e se agora tiver árvore? A gente pode plantar árvore, por exemplo. E aí fomos percebendo também que a primeira coisa que as pessoas faziam, quando elas recebiam seus lotezinhos, ali pequenininhos, era plantar no quintal. Porque era uma forma de se alimentar, não temos venda no territó-

rio. Então, é uma forma de se alimentar, mas é também pra cuidar e aí depois quando você olha isso aí, via satélite, fica muito bonito, porque você vê que teve a ocupação, mas depois fica verde de novo. Então, tem essa contradição, essa contradição existe.

O problema é isso, é porque a forma com que as coisas se apresentam não necessariamente é como elas são. Existe a dificuldade dessas pessoas de morarem, existe as dificuldades dessas pessoas de entenderem quais são as alternativas, mas existe uma tentativa ali de fazer de outra maneira e aqui foi uma experiência que deu muito certo. Infelizmente, não é o exemplo em todos os lugares, mas aqui isso deu muito certo. A gente conseguiu fazer os TEVAPs, assim como na ocupação Esperança. “Ah, mas é (uma questão de) tamanho!” Não é não! Lá tem 2.000 famílias e fizeram e também e está dando super certo. O que falta às vezes é essa troca de conhecimento. As pessoas aqui não conheciam, mas chegaram, vieram, conheceram e pensaram: bom vamos implementar, vamos fazer, dá certo, funciona. Resultado: nove anos depois a nascente está preservada do mesmo jeito.

Eu estava até conversando esses dias e não está escrito que tudo isso que andou para frente não vai andar pra trás. Isso é outra coisa que a gente discute também. Então esse Vale das Ocupações, hoje, reúne mais de 1.500 famílias. Hoje, a gente dá conta de manter o que tem de verde ali, vamos limpando, vamos plantando, vamos cuidando, vem a nascente, vamos fazendo os quintais, as hortas. A água com muito custo nós conseguimos para alguns territórios. Alguns outros não têm abastecimento de água ainda, mas se a gente não tem inserção de algo que sustente isso, por exemplo, podemos andar para trás. E essa nascente pode vir a ser poluída, isso é uma

preocupação que nós temos. Por isso, essa ideia, por exemplo, do Parque das Ocupações é importante. Porque a partir do momento que você dá uma função para aquilo ali, as pessoas veem as coisas funcionando, seja com campo de futebol, que você abre um pedacinho dessa área verde, seja com o balanço que você coloca para as crianças brincarem, um pneu que você pendura na árvore. A partir do momento que você dá uma função pra aquilo ali, elas cuidam de alguma maneira. Não tem iluminação, fica numa área mais escura do terreno, a chance das pessoas jogarem lixo é muito grande. Não tem coleta de lixo! Para ela levar o lixo para a coleta normal da cidade, ela tem que andar em torno de 20 minutos para conseguir colocar o seu lixo, é muito mais fácil jogar na área que está vazia perto da casa dela. Porque até você passar para ela o entendimento de que aquilo é uma área de preservação ambiental, ela não consegue ver isso, ela só vê um lugar vazio cheio de lixo.

Então, a tendência é que ela jogue e jogue cada vez mais e mais lixo. Então, é outra experiência que a gente tem aqui é de tentar dar função para esses espaços. Então temos esses campinhos, na Paulo Freire nós temos campinho, na Eliana Silva nós temos campinho, na ocupação Esperança nós temos campinho. Porque aí as pessoas cuidam, tem criança brincando, minimamente você vai cuidar daquilo ali, tem os parquinhos. Então, como eu disse aqui, eu dei o exemplo dos balanços, de outros brinquedos que a gente tenta fazer, porque as crianças ocupam esses lugares da cidade, elas ocupam ali. Aqui no caso das ocupações, elas ocupam, dão uma função social, e a partir desse momento da função social, as pessoas assimilam ao cuidado. Isso vai acontecendo com o tempo, o resultado do benefício, inclusive, que as ocupações urbanas trazem para esses lugares que

estavam abandonados é gigante para o entorno, por exemplo, dessas áreas.

É muito comum quando a gente ocupa. Outra coisa que acontece: a vizinhança do entorno fica brava! “Ah, chegou esse tanto de invasor fazer um monte de casa, meu Deus, absurdo e agora como é que vai ser?” Com o tempo elas começam a ver o quanto isso é importante para a região e o quanto a gente começa a cuidar. Por exemplo, tinha uma praça abandonada em frente à ocupação Eliana Silva, uma praça abandonada há muitos anos, que nem nome de praça tinha, as pessoas nem viam aquilo como praça. Era um pedaço de concreto em frente uma escola que servia para as pessoas jogarem material de construção ou jogar lixo e restos de entulho. Hoje, essa praça tem vida, inclusive um nome muito bonito, chama Praça Marielle Franco, tem vida. Foi um mutirão organizado pelos moradores que foram lá, que colocaram um banquinho, uma mesinha, que plantaram grama, que plantaram a árvore. Enfim, que deram uma função social para aquele lugar e que as pessoas do entorno começam a ver o quanto é bom ter essas pessoas aqui. O próprio território da ocupação, pois passar por dentro dessa mata aqui em qualquer hora do dia era um negócio extremamente perigoso, escuro, com muito mato alto. Hoje, não mais. Então, esse lugar passa a ser seguro também. Então, ele está aqui, ele cumpre esse papel também: de trazer segurança para o restante do entorno das comunidades, que eu acho que é outra coisa importante também da gente falar para ficar muito claro que não existe mesmo essa contradição. Os famosos terrenos vazios, onde vira um bota fora, podem se tornar o local de moradia, e, a partir do momento que isso acontece, esse lugar deixa de ser um espaço de bota fora, ele passa a ser de fato um espaço da cidade.

Que é a tentativa que nós temos hoje com as ocupações urbanas: transformar esses espaços em espaços de cidade. Então, não existe mesmo essa contradição.

A criminalização vai acontecer. Os processos que a gente responde, normalmente para reintegração de posse, eles vêm com uma característica ambiental, em quase todos eles vão estar lá: desmatamento, fiscalização por parte da Polícia Ambiental. E é assim, é o tempo todo monitorando. Problema é que quando a gente vai fazer um trabalho, a gente fala que quer também vocês [órgãos governamentais] venham cuidar, ajudar, aí não tem esse monitoramento. Esse problema a gente vive diariamente. Tem também as empresas que tentam arredar o muro para dentro das comunidades justificando que tem uma área verde ali, mas quando você vai ver é puro concreto. E aí, constrói [a empresa] galpão dentro dessa área verde, isso acontece a todo o momento. O esgoto dessas empresas, infelizmente, elas jogam para dentro das ocupações urbanas. E aí, violando o solo, acabando com toda essa estruturação, deixando um lugar impróprio para viver. Então isso vai acontecendo e quando a gente pede para que isso seja também fiscalizado, vigiado e cuidado, isso não acontece.

Então vejam só, não existe uma preocupação com as áreas verdes da cidade. Fica claro isso quando a gente vê, por exemplo, as matas, igual a do Planalto, e outras tantas da cidade que, de fato, são áreas verdes, que não estão em disputa de moradia e que o discurso é para que elas acabem para virar um espaço de construtora, para se construir apartamento, para se vender, para ganhar muito dinheiro. Então, isso fica evidente que o problema não é a ocupação urbana, o problema é especulação imobiliária, o problema é esse modelo de

cidade onde só se constrói sem planejar e desconsiderando a parte da população, que é a parte pobre, é a parte que não conseguiu comprar. Essa sim vai ser criminalizada, essa sim vai ser apontada, essa sim a gente deixa sem abastecimento de água porque aí fica insuportável morar e viver naquele lugar.

Então, por exemplo, aqui quando eu falo que a gente não tem abastecimento de água adequado é porque é isso. Para ter água aqui na Eliana, a gente precisou sequestrar um caminhão da COPASA, sabe? Essa foi a situação, tem uma nascente no fundo da comunidade, dizem o tempo todo que a gente está estragando essa nascente, que a gente está poluindo essa nascente, que é um absurdo, mas ao mesmo tempo não temos direito de água na torneira para poder beber. Então a gente teve que sequestrar um caminhão para poder ter esse direito garantido. As outras comunidades ficam sem, a Nelson Mandela aqui no mesmo Vale das Ocupações, de novo do lado da mina aqui, do outro lado aqui, ela fica três, quatro, cinco dias sem água em casa, com as pessoas vivendo com baldinho mesmo. Enche os baldes ali, e vai vivendo ali três, quatro, cinco dias. Então, que cidade é essa? É uma cidade dividida, é uma cidade planejada para alguns e que desconsidera 100% os outros.

Outro discurso muito forte que eles usam quando a gente ocupa e que vem também nessa pauta ambiental, da natureza, é a questão da justificativa do risco. Então isso é outro argumento muito forte, dizem que a área que vocês estão é imprópria para moradia, é uma área de risco, uma área de encosta, e vão tentar justificar depois futuros problemas que venham a acontecer porque a ocupação aconteceu, quando, na verdade, o que faltou foi estrutura para que aquela área pudesse ser habitada. Então vamos ver isso, por exemplo, na

ocupação Helena Greco. É uma área ocupada há mais de dez anos, que a justificativa no período da chuva quando tem deslizamento, é que as pessoas ocuparam a área imprópria, mas quando, na verdade, a gente vai ver, não teve nenhuma inserção de estruturação do poder público, para garantir que essas pessoas ficassem naquele território. As obras de drenagem não foram feitas, as obras precisavam ser feitas, obras de contenção também não foram feitas, e aí a justificativa do problema é que acontece como se fosse um problema nas pessoas que ocupam. Quando na verdade o que acontece é que não se apresenta nenhuma alternativa. Então é muito simples você justificar quando tem problema, um “desastre” entre muitas aspas, que o problema é das pessoas que estão ali, quando, na verdade, você não teve nenhum cuidado com aquela área antes, quando o poder público, por exemplo, não apresenta nenhuma alternativa. A gente viveu isso muito seriamente agora no período da chuva, inclusive tentativas fortes de criminalização dos movimentos: “Ah, tá vendo! A gente defendeu que saísse dessa área! Não saiu da área, olha o que que aconteceu, as casas caíram”. Então, isso é uma justificativa também [para a criminalização]. “Ah, isso era uma área verde, não podia ter sido ocupada”. Mas quando, na verdade, não se teve nenhum cuidado com aquilo.

Em outros lugares acontece, outro exemplo para ficar mais claro talvez, é a Ocupação Paulo Freire. A gente está numa área que não é uma área de preservação, mesmo. É um terreno inclusive que era de uma empresa de ônibus. No fundo da Paulo Freire tem uma área verde e é respeitado os 30 metros de distância. E aí, tem uma parte onde ela foi erodindo, claro, por conta do rio natural, teve ali a erosão natural. E aí, para a COPASA passar uma rede de esgoto, precisava da prefeitura fazer um muro de contenção, uma obra cara, que

o movimento não tinha condição de arcar. Mas é uma obra que para a gente, para o município nem tanto, era necessário fazer essa obra de contenção para passar a rede do esgoto e, automaticamente, você evitava ficar jogando esgoto lá embaixo criando mais e mais erosão. A gente ocupou a prefeitura, inclusive, saímos de lá presos com essa pauta, para que esse muro fosse construído, para que a licença ambiental fosse dada, para se fazer essa obra. O discurso da Secretaria de Meio Ambiente é de que isso não poderia acontecer porque é uma área de preservação ambiental e aí não deu a liberação, não liberou para passar lá a rede. Foram muitas e muitas brigas. Isso aconteceu em junho, quando foi em janeiro vieram as chuvas e uma casa caiu, desabou, a casa que estava mais próxima, que não estava dentro da área de preservação. Essa casa caiu, inclusive com uma família dentro da casa, pessoas se machucaram. Não teve um problema maior, mas aí a gente disse: “E agora?” Aí vieram, foram olhar o que tem que ser feito. Só depois. Engraçado. Mas quinze dias depois desse “desastre”, eles vieram com a liberação da área de preservação para se passar a rede esgoto. Então aquele argumento antes, que tanto se batia, que era uma área verde, que era uma parte onde não poderia ser feito esse tipo de obra, foi por água abaixo quando de fato eles viram o tamanho do problema que eles criaram.

E aí isso... eu estou trazendo essa questão para tentar mostrar mesmo que o que a gente precisa, nesse sentido, para conseguir, eu vou usar a palavra ‘conciliar’ mas não é conciliar, é se manter nesse mesmo espaço, é desse tipo de intervenção, que nos dá essa garantia. O que a gente chegou ao entendimento é de que existem dois tipos de áreas. Não é ‘área de risco’ e ‘área de não risco’, é área de rico e área de pobre! Não é área de risco, é área de rico! Tem vários bairros

que você passa e as pessoas estão dentro do verde, eu não consigo entender como é que elas conseguiram uma licença para morar naquele lugar, entendeu? Do lado, como uma nascente individual dela própria, com muitas árvores ali, enfim... gigantescas, um lugar que só de você bater o olho, você vê que é uma área de preservação. Elas moram ali, em lugares extremamente íngremes, mas que tem uma estrutura para que ela se mantenha sem nenhum risco. Enquanto a gente é, do outro lado, criminalizado, julgado, apontado e está correndo o risco, inclusive, de perder as nossas casas em algum momento por essa falta de estrutura. É mais ou menos isso que eu tinha pensado para trazer para levantar um pouco o debate, mas depois se tiver perguntas a gente coloca mais.

O poder público em ação em territórios sob conflitos socioambientais¹

Cristiano é técnico da COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Cristiano Abdanur

¹ O texto a seguir consiste na transcrição adaptada da entrevista realizada com Cristiano Abdanur pela equipe Natureza Política na Escola de Arquitetura da UFMG. A entrevista ocorreu no ano de 2019 e teve duração de 1h31min.

Entrevistado [C]:

Meu nome é Cristiano, eu trabalho como analista de saneamento da Copasa desde 2011. A minha atuação sempre foi em vilas e favelas, e a partir de 2016 nas ocupações do Barreiro. Para mim, foi uma experiência muito surpreendente, assim... eu sou originário de classe média, tenho determinados... tive acesso, muito mais acesso que essas pessoas, e conhecer essa realidade foi um baque muito grande para mim. Criar empatia por essa situação é um exercício que para quem tem acesso e é de classe média eu acho extremamente complicado, de saber o lugar que você tá e de que você nunca vai compreender o que é não ter uma moradia ou precisar ocupar um lugar, ou precisar invadir, ou conviver com a falta de saneamento, com a falta de estrutura total da prefeitura.

A minha ida para lá em 2016 teve a ver com um episódio que aconteceu. A ocupação Eliana Silva, Camilo Torres e Irmã Dorothy, elas estavam inseridas em um projeto do Ministério Público, no processo que o Ministério Público moveu na prefeitura e contra a COPASA para [a ocupação] poder ter direito e acesso ao saneamento básico e outras infraestruturas urbanas. Com relação ao saneamento, eles ganharam o direito de ter a instalação pela concessionária da água, esgoto, e isso ficou durante algum tempo parado. Eles eram abastecidos com caminhão pipa, a rede de esgoto não estava sendo instalada, até que em 2015, melhor em 2016 mesmo, assumiu a diretoria da COPASA. A pessoa [da direção], como perito, tinha um olhar um pouco mais sensível para esse tipo de situação. Eles [moradores das ocupações do Barreiro] fizeram protestos e sequestraram o caminhão pipa da COPASA, que ficava lá, e disseram que só liberariam

quando a COPASA desse uma resposta com relação à essa implementação.

Como o caminhão foi liberado com a promessa de que o Rô-mulo [diretoria da COPASA] visitaria a ocupação e quando ele chegou lá, a primeira coisa que ele falou é que a causa era justa e que não entendia porque que a COPASA não tinha colocado água lá até então, e que a gente iria iniciar o processo de instalação das redes e atender aquela região ali com o saneamento básico que a COPASA fornece na cidade de Belo Horizonte. Isso ficou restrito às ocupações Eliana Silva, Camilo Torres e Irmã Dorothy que estavam inseridos nesse processo, as outras ocupações que estão ali na área do Parque das Ocupações, a Nelson Mandela, a Paulo Freire tem ainda uma situação incipiente, está em barraco de lona ainda. Hortas 1 e 2, elas ficaram fora desse processo por uma questão com a Prefeitura. A COPASA é uma concessionária da Prefeitura, ela é empregada pelo corpo da Prefeitura, ela responde a ela. Então como a Prefeitura não tinha regularizado aquelas áreas, ficou impossibilitado de instalar as redes lá.

Na ocasião, eu estava lotado aqui no Distrito Sul, aqui na região centro-sul de Belo Horizonte, e não tinha uma pessoa que fazia a função que eu faço. Eu sou um analista socioambiental de problemas comunitários, eu faço a relação com a comunidade, e aí como era uma demanda muito grande, eram cerca de oitocentas (800) ligações, precisava de alguém que estivesse tempo integral lá no Barreiro para cuidar no processo de mobilização e fazer essa mediação da parte de engenharia com a comunidade.

Então, a minha inserção lá se deu por esse processo. Isso foi feito, esse trabalho de mobilização para a instalação das redes de água e rede de esgoto, ele foi implementado com muito sucesso, a

gente conseguiu fazer isso. Com percalço, problema de prazo, de várias idas e voltas nas negociações com a comunidade... mas ele aconteceu e não teve problema nenhum.

É o que acontece quando a gente começa a trabalhar nesse tipo de região, é que gritam outras questões que vão para além do saneamento. Assim, a COPASA está ali para fornecer água e esgoto, mas a posição que eu ocupo em relação ao que eu tenho com a comunidade, me põe na posição de escuta e de diagnóstico de outros problemas que estão ali presentes.

E aqui eu vou fazer a inserção da questão do Parque, a partir de uma concepção que eu tenho muito claro hoje de toda a minha experiência no trabalho com vilas e favelas, que é: não existe possibilidade de urbanização e desenvolvimento sustentável se a gente não considerar a diferença socioeconômica. Eu tenho hoje muito consolidado no meu pensamento de que grande parte do problema ambiental que a gente tem hoje, principalmente na ocupação urbana, ele passa pela diferença socioeconômica gritante que a gente tem nas cidades. E como você vai falar para pessoa para preservar uma nascente ou para não crescer ali o terreno dela, diante de uma lógica fundiária que segue a mesma lógica que acontece na cidade formal, quando ela não tem acesso ao básico, não tem o que comer, não tem educação de qualidade, não tem uma série de outras coisas que tão numa fila de prioridade muito grande.

Por isso que eu acho que o trabalho do Parque é importantíssimo, porque esse conflito fundiário com o meio ambiente é uma questão que permeia a cidade inteira. A gente tem desde lá no [bairro] Mangabeiras, a classe AAA, com uma ocupação em terrenos que estão dentro da Serra do Curral, em área de proteção. E isso acontece

em vários bairros da cidade. Toda expansão que caminha hoje para a APA Sul, Jardim Canadá, aquele pedaço da cidade ali que é a direção natural que a zona sul vem tomando, ali para Nova Lima, Vale do Sereno, o próprio Jardim Canadá que eu já falei. Ela passa por um conflito muito grande em área de preservação e em áreas que são importantes para recarga dos mananciais que hoje abastecem a cidade, e essa lógica de ocupação é replicada na ocupação da mesma forma.

Um exemplo que eu costumava dar muito para as pessoas que tentavam criminalizar o que as pessoas estavam fazendo na ocupação, porque geralmente o argumento que usava era assim “poxa a pessoa muda para lá, mas as vezes ela já tem barraco em outro lugar, já participou em outra ocupação, ela tem dois barracos, ela está usando daquilo ali para poder ampliar o patrimônio dela” é dizer assim: “olha você, cara, que ganha seu salário formal que tem o seu patrimônio, a partir do momento que você tiver uma sobra você vai comprar um apartamento para investir, vai abrir uma loja para alugar.” Então essa lógica é presente em todas as classes, e é natural que ela seja replicada lá, as pessoas estão ali com o recurso que elas têm. Elas não têm capacidade de financiamento, capacidade de endividamento. O recurso que elas têm é ocupar e fazer valer um direito que elas têm. E como o nosso norte de sucesso financeiro que passa por esses critérios, eles replicam esses critérios lá da mesma forma. Eu acho super legítimo e natural.

Então, voltando à questão, da mesma forma, estão ocupando áreas de proteção como os condomínios de classe A que são as áreas que tendem a ser ocupadas nas cidades. É... e esse é o ponto que foi importantíssimo, e o meu primeiro contato com o pessoal da Escola de Arquitetura [UFMG] era uma bandeira que eu queria levan-

tar muito porque, principalmente a Eliana Silva, que tem um movimento mais organizado frente à ocupação, havia essa preocupação em preservar a nascente que tinha lá, a mata ciliar, a área de proteção permanente que não foi ocupada. Eles lutaram muito por isso, porque tinha uma pressão que surgiu a partir do momento que eles ocuparam ali das pessoas que estavam no entorno para poder ocupar aquele pedaço, eles brigaram muito por isso. E eu achava que a gente conseguir colocar em uma ocupação a preservação de uma área de nascente seria uma experiência fantástica assim tanto para aquela nascente que tá ali, como uma coisa que pudesse ser replicada em todas as ocupações. Isso é recorrente. O Izidora, por exemplo, que é hoje a maior ocupação de Belo Horizonte, está em uma área de preservação permanente. Vai ter esse conflito com a bacia do Onça ali, uma série de coisas que se a gente conseguir organizar isso de uma forma que o meio ambiente fique preservado, acho que seria fundamental.

A gente fez diversos esforços para isso. Eu faço parte, pela COPASA, na representação do Subcomitê de Bacias do Arrudas, que tinha um projeto de revitalização de nascentes e de preservação, e a gente tentou colocar o projeto do Parque [das Ocupações] lá. Nas conversas com a prefeitura, sempre que eu participei, esse ponto foi um ponto colocado, mas eu me sinto um pouco descrente disso sim. No subcomitê isso não foi aceito, o fato de ser uma ocupação foi um empecilho para que aquele dinheiro fosse aplicado ali, a prefeitura até têm essa preocupação, mas assim, numa velocidade muito grande com aquele negócio para levar os processos [gestos com as mãos]. Eu estou lá desde 2016, e hoje 2019 o que eu vejo é que essas áreas de preservação estão sendo ocupadas, o pessoal da ocupação está

dendo a batalha para preservar isso, e que, naturalmente, enquanto o poder público ignorar que ali precisa de uma intervenção e que é para além da discussão fundiária. Tudo bem que se discute na justiça a retirada ou não retirada dos moradores lá, mas enquanto isso está acontecendo o processo já está durando aí quatro, cinco anos pelo menos, o meio ambiente esteja preservado, com saneamento básico, com preservação das áreas de nascente. Eu acho que era um mínimo de cuidado que podia estar acontecendo ali e que por conta da questão fundiária está sendo discutida em outra parte. Acredito que vai tender para a regularização da área, isso já está acontecendo, o Plano Diretor, o novo Plano Diretor já prevê alguma regularização e caminho, assim, pelo que eu tenho acompanhado com outros autores a tendência natural é que isso aconteça.

Entrevistador [NP]:

A hora que você fala do Onça e das ocupações do Barreiro, você vê diferença quando tem uma ocupação que, na verdade, a gente chama de ocupação as ocupações organizadas por movimentos sociais, ocupações ditas espontâneas, mas as favelas também. Você vê alguma diferença quando isso acontece [a entrada da COPASA, processo de negociação...] quando há a presença do movimento, ou não?

Entrevistado [C]:

Tem uma diferença grande...

São áreas muito carentes de qualquer representatividade do

Estado. As ocupações não tem pavimentação, a coleta de lixo ocorre fora da área da ocupação, equipamento de lixo não entra lá dentro. Então, quando chega saneamento, mais do que o serviço, eu acho que tem essa coisa de estar se sentindo reconhecido no espaço que foi ocupado ali, você tem um comprovante de endereço, você tem uma conta que chega na porta da sua casa, você está incluído no mapa da COPASA. Tem uma situação diferente para os moradores. Para o meu trabalho, especificamente, trabalhar no lugar onde a ocupação foi organizada, como foi a Eliana Silva, você tem um projeto urbanístico, você tem um movimento consolidado com lideranças, fica muito mais fácil de dialogar. Se você chegar, por exemplo, em favelas que estão constituídas há mais tempo, como o Aglomerado da Serra, o Papagaio, o Taquaril, é bem mais difícil, porque eu acho que até pela dinâmica, é a dinâmica da cidade inteira, esse sentimento comunitário já está perdido. Assim, você não consegue encontrar lideranças que são de fato representativas, não consegue ter uma entrada com todas as pessoas, e isso facilita.

Agora a estrutura, a parte técnica, ela é muito parecida. Assim, não tem muita diferença, são lugares muito parecidos. A Serra, o Aglomerado da Serra, já tem anos, então passou por um processo de urbanização grande, com retirada dos moradores, uma série de intervenções da Prefeitura. A Prefeitura entra lá e está lá muito mais presente do que nas ocupações, então é mais fácil trabalhar na Serra. Você tem ruas com greide definido, drenagem pluvial definida, por mais que seja uma ocupação muito mais caótica do que é na cidade formal, dá para trabalhar.

Na ocupação você tem essa coisa da ausência da Prefeitura aí, as ruas nem sempre tem um greide definido, a drenagem pluvial

não está definida, então isso “come” as ruas, as vias. Por mais que tenha um controle para que cresça dentro do projeto urbanístico que foi estabelecido, isso vai perdendo um pouco a forma, e tem uma espontaneidade também, você têm várias pressões. Você têm a pressão do tráfico, quem vende loteamentos; você tem a pressão de uma pessoa que pela força vai lá e ocupa um outro pedaço e começa a vender também porque aquilo mexe com o entorno; as empresas que estão no entorno começam a cercar, faz aterro, aproveita que a ocupação está ali e estica a cerca dela para a área de APP. Então, é uma dinâmica que é do novo, tem a entrada de uma ocupação nova, mas eu acho que é a mesma população que está excluída desse funcionamento da cidade formal e que está ali batalhando as coisas de que ela precisa. É um novo, mas não tem tanta diferença no trabalho. A diferença está no novo e de ter uma liderança constituída, que fica muito mais fácil de negociar e de ir trabalhando. Tem, por exemplo, aglomerados hoje que a gente não entra, não entra para dar manutenção, não entra para negociar conta, não entra para cortar, não entra para fazer obra, porque é uma negociação grande.... lá [nas ocupações do Barreiro] não acontece isso, a gente tem um bom relacionamento com eles estabelecido, então a gente tem mais facilidade para trabalhar por conta disso, mas é o mesmo perfil de população, mesmo perfil de residências e tudo, não tem muita diferença.

Entrevistador [NP]:

E em termos de administração pública? Porque também você pegou mais de uma Prefeitura, você falou que a COPASA, ela tá ligada à prefeitura, eu achava que ela era do Estado.

Entrevistado [C]:

A COPASA é do Estado, mas ela é uma concessionária da Prefeitura. Então, pela Lei Nacional de Saneamento, o saneamento básico é responsabilidade do município e ele pode exercer — ele mesmo, o município —, o serviço, como acontece em Ouro Preto, Sete Lagoas, várias cidades aí do estado, ou ele pode delegar isso para uma concessionária, no caso a COPASA no Estado de Minas. A história da COPASA é interessante, porque ela surgiu num período militar, ela foi criada na década de 70, um pouquinho antes disso, mas próximo de 70, dentro do período militar. Então, Belo Horizonte, por exemplo, se você pegar a história do saneamento na cidade faltava água, a água chegava turva, não tinha tratamento, pegava água, por exemplo, lá no Tuca, no Fechos [Estação Ecológica de Fechos], que são cercadinhos, são reservas naturais porque a Prefeitura comprou no começo da construção da capital para poder fornecer água pra cá. Essa água vinha, então, ela tinha um grau de pureza grande, era clorada e distribuída, quando chovia, por exemplo, que aumentava a turbidez, ela vinha turva, chegava turva nas torneiras, e você tinha uma resistência muito grande da população a pagar a tarifa de água. E isso você pega os jornais da época, as notícias da época, você têm várias manchetes com relação a isso. Então, no período militar, quando ele cria a COPASA, até por ter menos a abertura a protesto, isso é meio impedido à população: “ó nós vamos colocar lá uma companhia de saneamento que vai tratar a água com qualidade, vai buscar água lá no Rio das Velhas, que resolve o problema de abastecimento na capital naquele momento, mas vai ter que pagar tarifa porque isso aqui precisa ser financiado”. Isso foi uma coisa imposta à força e eu acho

que muita dessa resistência que as pessoas têm hoje, a gente encontra muita dificuldade porque, assim, a tarifa de água hoje é x, quando você tem um serviço de esgoto tratado aí vira 2x, porque o esgoto é calculado a partir do tanto de água que você consome, então tem muito problema, principalmente em bairros de classe média. Quando não tem rede por alguma questão técnica, que é o que tem hoje em Belo Horizonte para ser implementado é que você vai implementar a rede ali e as pessoas não querem que implemente porque você vai ter que pagar o dobro de água, então você explicar que não, não é o dobro de água, é uma tarifa de água e uma tarifa de esgoto não surte muito efeito e eu acho que essa resistência tem a ver com a forma como o saneamento entrou. E a tentativa no trabalho de mobilização nas ocupações é justamente entrar isso de outra forma, “a gente não está aqui imprimindo uma forma de funcionar e obrigando vocês a respeitar isso, a gente está aqui para fornecer uma coisa que é de todo mundo. É uma empresa pública, um serviço público da Prefeitura, então, assim, vocês tem que cuidar dessa rede junto com a gente, se você tiver vazamento aqui, se tiver ligação irregular, tudo isso influencia na dinâmica do sistema, na dinâmica da falta d’água, gera perda de carga, gera maior consumo”. Então, assim, a entrada da mobilização, ela é para tentar criar essa entrada do serviço não com uma coisa assim “nós estamos aqui para implementar uma rede, liga aí e você é obrigado a fazer isso e a pagar a tarifa, não. Olha, isso é assim porque essa tarifa financia, é um subsídio que é usado para financiar a água lá de Montes Claros, é usada para pagar sua água aqui, o cara que paga lá no Lourdes financia daqui também”. E se as pessoas tentarem ter um entendimento de que aquilo ali é um serviço público, que ela também faz parte dele e colaborar e que as normas existem

para garantir esse funcionamento comunitário. É... eu até esqueci a pergunta, você poderia repetir?

Entrevistador [NP]:

É... a relação com o poder público, no sentido das mudanças de partido político, prefeitos, governadores, como que isso interfere na atuação nos territórios ou se é que interfere.

Entrevistado [C]:

Eu não acho que muda muito, tá? Eu acho que, eu pessoal né, acho que a gente vive uma ilusão, assim de esquerda e de direita no Brasil que não tem muita diferença, o governo do PSDB que ficou um ano no Estado [Minas Gerais] e o governo do PT é... tem talvez uma sensibilidade maior [governo PT] para algumas coisas mas, não é nada significativo. Eu acho que as ocupações, as vilas e as favelas, elas continuam sendo tratadas na cidade como sempre foram. Belo Horizonte foi ocupada dessa forma, não sei se as pessoas entendem. Eu tive, por exemplo, na Câmara na discussão do Plano Diretor, e o pessoal do sindicato das construtoras estava colocando, por exemplo, como o zoneamento atrapalhava e o exemplo que eles usaram foi a Lagoinha. Assim: “ah porque vocês não me permitem construir um prédio lá, vocês querem tombar e tudo mais, mas isso gera, tá cercado de favela, tem uso de droga naquela região, é uma região que não tem segurança, é tráfico e tudo mais e tal”. E aí, tem uma pessoa que foi para o público e falou assim, uma coisa interessante e falou assim: “a favela está ali, a Pedreira Prado Lopes mesmo está ali fazem

do parte antes da cidade. A cidade foi ocupada por favelas, os terrenos do projeto do Plano Diretor da cidade, no... no plano piloto, sei lá que plano [Entrevistadora (Luciana): - do Aarão Reis] isso, o planejado, né? Assim, foi sendo ocupadas muito depois. Você tem bairros muito antigos que foram ocupados da mesma forma como os movimentos hoje estão ocupando, como os loteamentos irregulares ocupam. Foi uma cidade que cresceu assim, em volta disso, e o tratamento a isso, não penso que muda. E eu acho que o equívoco muito grande assim é... porque, você pode ser contra a ocupação, eu entendo alguém que seja contra a ocupação, não concordo, mas entendo alguém que seja contra, e você pode ser a favor da ocupação, e a postura do poder público eu acho que é fingir que não existe, aí não tem jeito. Não é possível, o Izidora são 8.500 famílias, isso é uma cidade do interior, não tem jeito de fingir que não existe e está lá, sem infraestrutura nenhuma. A COPASA não consegue nem entrar lá, diga-se de passagem. Pode até tentar entrar mas não tem estrutura urbana nenhuma, no meio de um lugar, no meio do nada, onde a gente já tinha problema de oferta de água para abastecer o que tá entorno e é formal. Então, eu acho que isso é uma falta de cuidado tão grande que é difícil não acreditar que isso não seja intencional, porque ao contrário do que, por exemplo, eu pensava, ou que eu vejo com as pessoas que são meus pares da classe média pensam, a favela, ela não cresce. Ela tem o papel de explorador, ela vai lá e ocupa o lugar onde ninguém estava, o que foi que sobrou para aquelas pessoas ali morarem, depois disso a cidade formal vem comendo elas por fora e vai expulsando aquelas pessoas dali mesmo, pela especulação imobiliária e tudo mais. Isso foi o que aconteceu na Serra, aconteceu no Papagaio, aconteceu no Morro das Pedras. Então, eu fico me questionando se não é intencio-

nal, não sei da parte de quem, mas assim vão lá no Olhos D'Água e deixam o pessoal ocupar primeiro.

Então, assim, não penso que tenha muita diferença, essas comunidades são tratadas da forma como sempre foram, isso não quer dizer que a gente não tenha avanços sociais. Tivemos avanço sim, pô, tivemos a criação da URBEL, um avanço gigantesco. O plano de urbanização das vilas, que foi implementado nessas vilas mais antigas é um avanço, mas que sei lá, segue uma ordem natural das coisas, algumas coisas têm que acontecer mesmo porque senão vira uma questão também inadministrável. Mas assim, então algum avanço ocorreu? Ocorreu. Ah, coincidentemente foi na prefeitura do PT, o Patrus tem uma participação grande nisso, mas eu não sei se é uma questão que teria ou que não teria que ser tratada em qualquer momento com qualquer prefeitura que aparecesse, independente da orientação partidária. Porque acho que é uma evolução natural.

Entrevistador [NP]:

É... mas a minha pergunta é assim, talvez os cargos de chefia acabem mudando também quando muda o governo, né? E se isso, de alguma maneira, reflete na postura do técnico no território, nas possibilidades do técnico no território, na autonomia do técnico no território, na condução daquilo, ou isso não, não chega...?

Entrevistado [C]:

Não, pelo menos na minha atuação isso não foi uma marca. É lógico que, se a Prefeitura, por exemplo, a prefeitura do Márcio La

cerda foi muito opositora das ocupações. Acho também porque foi a primeira, que enfrentou o evento pela primeira vez. Então, a estratégia dele, no princípio, foi... não sentou para negociar, foi retirar as famílias e tudo mais. Então, nesse momento, como concessionária da prefeitura você fica um pouco limitado, a gente não colocou água lá e estava o caminhão pipa porque isso é um acordo com a Prefeitura. [Ela] que “comanda”? o serviço da COPASA. Então, assim, a partir do momento que o Lacerda [Márcio Lacerda] sai, entra uma Prefeitura um pouco mais aberta a isso, facilita o trabalho da COPASA com o acordo. Mas eu não disse isso... num ponto... eu acho que isso não tem a ver com a postura do Lacerda especificamente, ou partido dele, eu acho que foi um enfrentamento, a princípio, um movimento que surgiu de uma forma surpreendente, eu acho surpreendente, pra mim, pelo menos, que tô muito longe dessa realidade, e que as pessoas estavam lidando com uma coisa nova. As pessoas se organizaram, foram lá e ocuparam, e, assim [gesticulação com os ombros e as mãos], não era assim que a gente combinou? Vamos propor aqui espontaneamente: ah, deixo você ficar aí, te tiro depois, coloco em outro lugar, constrói uma casa popular em outra região, constrói um predinho e tal. É, você chegar com um movimento organizado com discurso que “se moradia é um direito, ocupar é um dever” isso é uma coisa nova, eu acho novo, acho que é a grande ideia, inclusive do movimento.

Então, lidar com uma ideia nova, desse nível subversivo a esse ponto, é difícil mesmo. Acho que naturalmente ele [prefeito Márcio Lacerda] teria que ceder e trabalhar com isso de uma outra forma, como o Plano Diretor têm proposto acho que foi um negócio assim, numa negociação foram incluídas lá as três (3) ocupações e o resto da

Dandara. Então, é... naturalmente está no caminho do movimento e da luta mesmo. A única coisa que eu acho complicado nessa história é que não acho que deva fingir que não existe. Se estão lá, tem que colocar água e esgoto para eles, estão lá tem que dar a infraestrutura, estão lá tem que tem que proporcionar espaços de lazer, área verde. O que todo mundo quer, que todo mundo na cidade formal tem e pede. Eu só acho que tem que ter uma questão que fica escondida diante desse conflito e aí não é uma crítica ao movimento de ocupação não, é uma crítica à forma como a gente está construindo o país mesmo. Assim, não cabe mais gente nessa cidade. E a gente não vai ter água para todo mundo se continuar da forma como está. A gente tem resolvido isso com solução de engenharia, buscando água mais longe e tudo mais, mas assim, as soluções de engenharia sanitária hoje elas são cercadas, estão cada vez mais distantes. Eu não vejo um futuro muito promissor para a cidade se ela continuar sendo ocupada dessa forma, não cabe mais gente, não é só na ocupação não, nessas situações também é o Vale do Sereno, condomínio de alto luxo e tudo mais. Nem que você diga assim, a Savassi tá cheia de placa de aluga-se, vende-se porque os filhos das pessoas que moravam aqui estão indo morar lá em Nova Lima, estão indo morar em um outro produto que o mercado imobiliário inventou numa área crítica que compromete a temperatura da cidade, que compromete a reserva de água da cidade, que compromete a capacidade da gente colocar infraestrutura lá.

Entrevistador [NP]:

Pois é, nesse ponto, você falou também... ou seja, tem uma

cidade que está vazia, subutilizada, com a infraestrutura...

Entrevistado [C]:

Subutilizada, e acho também que não cabe mais expansão...

Entrevistador [NP]:

Não cabe mais expansão, cabe mais gente na cidade se houver um reordenamento, porque tem áreas que estariam subutilizando...

Entrevistado [C]:

Em um cenário ideal, demole tudo que tá em APP e bota todo mundo pra voltar a morar aqui limitado, e não existe isso. Isso é uma realidade utópica, não existe. E aí, tem a ver com uma porção de coisa, a pessoa não sai lá do Acre, como eu conheci lá no Eliana Silva, veio morar aqui em Belo Horizonte porque ela achou legal, porque ela gosta... sei lá do Cruzeiro, do Atlético [times de futebol de Minas Gerais]. Claro que não! Por uma falta de opção lá ela veio pra cá. Ela não sai lá do Vale do Jequitinhonha e vem pra cá por uma escolha que não foi motivada por uma série de faltas, uma série de demandas que ela não está tendo no lugar onde ela está. E isso aí tem a ver com um monte de coisa, na forma como está se administrando o país. Agricultura extremamente mecanizada, focada em produção de commodities que esvazia o campo, você não tem nenhum plano estratégico de desenvolvimento no sentido de “ah, se vamos colocar indústria,

vamos colocar uma lá no Vale do Jequitinhonha, para as pessoas ficarem empregadas lá”. Assim, você tem todo um caos, [...], você precisa de um plano, não tem um plano.

Dentro do plano o que sobra é o caos. Então, essas pessoas colocam: “aqui você tem que ser acolhido e aqui você tem que ganhar infraestrutura”, mas, assim, eu não acho que elas tinham que estar aqui. Não porque eu não gosto delas, aliás, acho que tem um monte de gente que não tinha que estar aqui, a gente tinha que estar ocupando, tendo uma densidade demográfica mais [gesto de ampliação com as mãos]. Relativizar com um mundo desenvolvido, vê que ela é baixíssima, né, com a Itália, Inglaterra, ou até com os Estados Unidos. Então, assim, eu acho que tem uma questão com um plano de país, de ocupação estratégica das áreas que a gente perdeu completamente. Isso gera a seguinte coisa, e tem muito mais coisa por trás disso, o modelo econômico que gera cada vez mais desigualdade, cada vez maior concentração de renda, cada vez mais excesso desempregado, mais gente excluída, mais um monte de coisa.

Eu entendo que a Prefeitura, as concessionárias, elas estão o tempo todo remendando coisas, tem um planejamento urbano falho, ponto, isso tá claro na cidade. E aí você vai lá, com criatividade, com esforço de engenharia, com investimento, e tenta compensar isso, instalando lá água e esgoto para aquelas pessoas, mas isso não deixa de ser um planejamento falho. Porque assim, eles conseguiram lá a casa deles, que bom, mas está lá no Barreiro, está a uma hora de qualquer estrutura da cidade aqui, então tem alguma coisa que está quebrado e que a gente não está consertando. Você tem uma expansão, hoje o Barreiro é uma das poucas áreas onde a cidade tem pra onde crescer. Você tem uma área de preservação que vai ali da

Vila Cemig até o Olhos D'Água, que tem até a ideia de que tivesse um parque ali, o pessoal do Subcomitê tá até tentando capitanear um projeto para demarcar aquela área ali, tornar um Parque Estadual, Municipal, não sei como vai ser. Mas a minha realidade, na ocupação todo dia né, da rotina diária, é que com 2 anos, 3 anos, o Parque já está todo ocupado. Eu acho que tem alguma coisa errada nisso. E aí, vamos dizer assim, será que isso é intencional ou não é? A gente tem, por exemplo, no Cercadinho, tinha uma ocupação lá, no Parque do Cercadinho, tem um supermercado naquela área lá também. Talvez será que o grande sonho dessa especulação imobiliária não seja ligar o Buritis ao Belvedere? E dali ao Vale do Sereno, ao Projeto CSUL, ter uma grande zona sul para aquele lado ali, com um monte, uma capacidade de produto para poder vender, muito mais do que vender um apartamento aqui na Savassi. Assim, na teoria da conspiração, eu acho que passa por aí.

Entrevistador [NP]:

Cristiano, essa história do planejamento, do não planejamento, eu acho interessante da gente retomar porque, na verdade, o planejamento pode até existir, mas ele de fato não organiza a cidade, não é implementado, no final é o mercado que faz. E aí, a COPASA tem um planejamento ligado a questões ambientais, à preservação da água, e como isso impacta a ação da COPASA? Ou não tem. Isso não é uma questão lá dentro? Porque a princípio água é a nossa grande questão.

Entrevistado [C]:

Tá, primeira coisa, vou pedir é desculpa por qualquer postura que eu comento porque, assim, eu estou falando isso de orelha, não entendo nada de urbanismo. Mas assim, com relação à COPASA, a COPASA tem, mas assim... a COPASA é muito criticada, eu convivo com muitas pessoas... Se você for ao Subcomitê de Bacias, no Projeto Manuelzão, se você for ao círculo ambientalista, a COPASA é muito criticada. E a resposta que geralmente eu dou para essas críticas, não é exatamente uma defesa, mas assim, eu acho que as pessoas precisam entender qual é o papel da COPASA e pra que ela foi criada. A COPASA foi criada para responder uma demanda de engenharia com relação ao abastecimento de água da cidade, ponto. Esse foi o papel da COPASA. E ela vai reagir assim porque a concepção dela é essa. Olha só, crise de abastecimento, não choveu está baixando reservatórios, o que nós vamos fazer? Cara, nós vamos construir uma adutora de 20 km, buscar água lá no Paraopeba, botar uma bomba aqui, levar para a estação do Rio Onça, é uma solução de engenharia. E aí o movimento ambientalista ele fala assim, "ah a culpa não é do meu banho, porque assim a COPASA está mobilizando para as pessoas gastarem menos água, tá, mas a culpa é mineração que está drenando as horas de recarga, a culpa é da ocupação da cidade". OK. Eu ainda acho que a COPASA tem ciência disso, né, concordo com isso, faz alguma ação isolada sim, pra mananciais que é uma tentativa de preservar as áreas de nascentes e tudo mais, que funciona muito bem em cidades menores, que você tem o sistema menos complexo, o novo sistema integrado, que abastece a região inteira [...]

Então, aqui ó, respondendo a sua pergunta. A COPASA tem planos para isso. Mas assim, dentro de um limite de atuação dela. Os

órgãos que regulam se a mineração está numa área de recarga ou não, não é a COPASA. Quem regula outorga do rio, que é a autorização para você tirar uma quantidade de água naquele rio ali, não é a COPASA. Então, assim, ok, é uma marca forte, que você fala a água em Minas Gerais tem o nome de COPASA, mas ela tem um limite de atuação. E exigir da COPASA que ela preserve o manancial, que ela trate de ocupação de área, é assim... Eu acho que ela não pode ser co-nivente com isso, acho que alguém tem que se colocar...Vou dar um exemplo, atual e fresquinho: Contagem hoje está revendo o Plano Diretor dela, está revendo um novo zoneamento para a área de Vargem das Flores que é uma das lagoas, um dos reservatórios que abastece a cidade. Ela está propondo que lá hoje são lotes tipo Chácara, você não pode ter indústria, não pode ter uma série de atividades. Ela está propondo modificar isso, poder ter ocupação maior...reduzir os lotes e poder ter indústria e uma série de outras atividades que vão impactar, na recarga de Vargem das Flores e na vida útil daquele reservatório. O que a COPASA pode fazer com relação a isso? A COPASA foi lá, contratou um estudo e mostrou: se fizer isso vai durar até x, a vida útil desse reservatório vai ser até 2030, não sei a data específica, vamos supor que seja até 2030, se não fizer isso vai durar até 2080. Então e aí, Prefeitura? Agora o poder público tem que tomar uma decisão, a sociedade civil tem que pressionar com relação a isso, tem uma série de coisas. Eu não vejo isso como uma atribuição da COPASA. Tem uma tentativa: “não, vamos preservar o Rio das Velhas, não, vamos preservar lá a área da plantaçaõ”, mas tem uma coisa que vai para, além disso, e que transcende o papel da COPASA.

Entrevistador [NP]:

A COPASA responde a algum órgão ambiental?

Entrevistado [C]:

Responde, ela pede outorga para o IGAM, todo empreendimento dela tem que ser licenciado, tudo isso é como se fosse uma empresa...

Entrevistador [NP]:

Não. É com a questão de planejamento, na verdade estratégico e de localização, onde vou captar, que tipo de ação, por exemplo, para o manancial, que tipo de ação. Onde, qual que é esse manancial, tem algum órgão de planejamento?

Entrevistado [C]:

Pois é, a COPASA, ela é regulada pela Agência de Saneamento que é a ARSAE [MG], a Agência Estadual de Saneamento. Então, por exemplo, para o manancial ele incluiu como ele foi financiado, assim: incluiu-se na tarifa da COPASA, dentro do cálculo do reajuste — que não é a COPASA que faz, ela entrega as planilhas de custo e a ARSAE quem faz —, incluiu-se ali um percentual, uma pequena fatia de pagamento que teria que ser destinado exclusivamente para conservação de mananciais, isso numa conta separada, a COPASA não consegue

usar isso para outra coisa. Então, numa tentativa de criar uma política mais próxima do que os ambientalistas estavam pedindo, nós não vamos responder só por uma questão de engenharia, nós vamos responder com o programa de preservação de mananciais. E ela está implementando. Mas o que eu disse, aqui na Região Metropolitana, isso é super complicado, você tem o sistema integrado. É o Rio das Velhas, lá em Bela Fama, lá em Nova Lima, abastecendo 70% da cidade, 40% da região metropolitana; o Paraopeba está lá em Brumadinho; o Rio Manso está lá em Brumadinho; o Serra Azul está em Juatuba, então assim, é uma colcha de retalhos, não é um sistema simples, “a água da cidade vem de tal lugar, dentro da cidade, abastece a cidade, estação de esgoto tá aqui e acabou [caminho gesticulado com as mãos], então vamos preservar essa área de recarga aqui, simples”. Não, não é. A área é grande, dispersa, com conflitos muito mais complexos, você tem conflitos que são vários municípios, que tocam a política de licenciamento deles, de atualização das coisas de uma forma diferente, né. É, você tem uma tentativa de um Plano Metropolitano, que COPASA participou disso e tudo mais, mas que Contagem, hoje, nessa regulamentação da Vargem das Flores está rasgando o Plano Metropolitano, está rasgando uma porção de determinações.... Vargem das Flores, por exemplo, não tem... O esgoto de Contagem, grande parte dele, hoje ele é revertido por bombeamento, justamente porque naquela região não se podia construir uma estação de tratamento de esgoto. Então, você tem que reverter esse esgoto para o outro lado da Bacia, que passa pela Pampulha e sobre lá para a ETE Onça [Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão da Onça], né. Justamente porque nem podia construir uma estação de tratamento, porque ali é uma Área de Preservação Permanente. Então, é uma dinâmica muito mais comple-

xa, cheia de atores que têm força e que puxam isso de todos os lados. Não foi da noite para o dia que a gente tem esse tanto de barragem a montante das principais captações que abastecem a cidade, não foi da noite para o dia. A do feijão é antigüíssima, é uma coisa muito complexa. Eu não penso que a COPASA tenha alcance para a região metropolitana não poder... Ela pode participar com a informação técnica, colaborando, mas capitanear esse tipo de ação vai depender de um arranjo político que está para muito além da COPASA.

Entrevistador [NP]:

Vocês têm algum conhecimento da Trama Verde e Azul? Você está falando de Planejamento Metropolitano.

Entrevistado [C]:

O que eu sei da Trama Verde e Azul foi você que me falou, tá. Porque assim, eu lembro que a questão do Parque [Projeto Parque das Ocupações do Barreiro] podia né, já emendar com o Rola Moça, porque tem uma distância pequena, né. Então, não conheço. Mas vamos por assim, aí é uma outra coisa, aí não sei se especificamente com relação ao saneamento. Vou te dar um exemplo: na implantação da ocupação foram colocados os TEVAPs, como solução para esgotamento sanitário na implementação da área das residências por que não tinha COPASA lá para pegar esse esgoto e levar para uma ETE grande e tal. Então, a Trama Verde e Azul eu vejo assim, eu acho uma

ideia muito legal. Assim, o vídeo [gravação da entrevista] não vai aparecer, mas tá um calor do cão aqui e nós estamos no inverno. E isso tem a ver com um monte de prédio construindo no Belvedere, Buritis, com a falta de área verde na cidade. Então, assim, tem uma porção de coisas no viver bem na cidade, no bem viver da cidade, que passa pela Trama Verde e Azul. Agora, para o saneamento, essas ações isoladas elas não tão na concepção da COPASA, porque a concepção da empresa não foi essa. Cria-se uma grande captação, uma adutora gigante, vai 5 mil litros de água por segundo de lá e abastece isso aqui. Não é uma coisa, “ah, vamos preservar essa nascente aqui, criar aqui uma pequena captação e abastecer essas aqui, 300 residências do Eliana Silva”, isso é uma tecnologia que a COPASA não domina, porque não está na concepção dela. E a gente tem que discutir se isso é eficiente ou não. Mas esses arranjos locais eu acho que é uma coisa que a gente politicamente tá muito, muito, muito atrasado.

Entrevistador [NP]:

Pois é, você está falando de arranjo local para a água, mas para o esgoto, né, você citou aí o TEVAP, porque teve aí, ao invés da gente pensar as ETEs enormes, a gente poderia ter pequenas ETEs. E na COPASA, e isso não entra no planejamento?

Entrevistado [C]:

Isso não participa da concepção da empresa, até onde eu domino. Mas tem uma coisa muito importante nisso, sabe Marcela, que é o seguinte: o presidente da COPASA uma vez falou uma coisa que,

na minha concepção, foi muito verdadeiro, eu convivo com isso todo dia. Todo mundo hoje está convicto de que precisa coletar o esgoto, tratar o esgoto, e dar um destino para o resíduo que seja digno, que respeite a natureza. Ok. Desde que não pague por isso, desde que não seja perto da casa dele. Ponto. Isso é uma coisa que a gente vai ter que caminhar muito ainda, em termos de concepção das pessoas mesmo.

Entrevistador [NP]:

Pois é, mas aí lembrando: lá na própria Eliana Silva, vendo que as pessoas fizeram o TEVAP e conviveram ali com o tratamento local, a gente, técnico da Universidade, na teoria, ficaria imaginando que isso seria possível implementar alguma coisa parecida institucionalmente, ou seja, aproveitando uma nova maneira da relação com o esgoto, ou seja, o TEVAP não criou só uma solução, ele criou uma relação com o esgoto. Aproveitando essa nova relação, a coisa poderia, por exemplo, caminhar?

Entrevistado [C]:

Sim, eu concordo com você, até porque hoje, o problema de esgoto em Belo Horizonte passa por áreas em que é difícil você implementar uma solução convencional. A solução standard que a gente está usando, que é fundo de vale, áreas que você precisa passar pelo terreno de outra pessoa e ela não dá uma autorização para isso. São esses problemas que você tem fora o esgoto que está sendo jogado na rede pluvial, que já é outra coisa, porque aí tem a ver com rede

antiga, tem a ver com caça esgoto, de achar, recuperar esse cadastro que era da Prefeitura, então aí tem outro problema. Vamos pôr assim, a gente está aqui na Escola de Arquitetura, uma região que se você for ao bueiro aqui da esquina você vai sentir cheiro de esgoto. Porque são redes muito antigas, então o trabalho aqui é outro, que é de ficar procurando dentro de uma rede que já funciona há muito tempo e que fica caindo na rede pluvial, mas assim, grande parte do esgoto hoje é dessas áreas que não tem solução para o convencional, ou o convencional vai ficar caro demais, ou vai demandar desapropriação. Então, dessa forma, eu concordo. Acho que o TEVAP é uma solução excelente para região do Parque das Ocupações, né, é melhor do que... não vou supor que é melhor do que a solução que a COPASA deu, mas, assim, nosso interceptor lá, ele tá pressionado porque as pessoas estão cavando talude já raspando quase na borda e vai ficar dependurado praticamente, ele passa por baixo de casa, tem gente que construiu em volta do interceptor, tem um monte de problema. Se fossem pequenas soluções locais, talvez a gente conseguisse mais resultados. Então, um outro exemplo, assim, na Via do Minério com Amilton Meirelles, você tem um terreno ali que é da Prefeitura, a COPASA junto com eles estão numa discussão ali quem vai ficar no terreno. O córrego do Barreiro passa ali. Então você tem um monte de casa ali que está abaixo.

Eu estava dando o exemplo da Amilton Meirelles com a Via do Minério que tem um terreno que margeia o Córrego do Barreiro ali. Como tem um monte de imóvel abaixo do nível da rua, a montante e tudo mais, você tem ali um esgoto que cai muito difícil de tirar, bombeamento ou até com remoção de gente. Coloca, sei lá, um jardim filtrante naquele lugar ali, às vezes no Parque, ótimo, excelente.

Mas não bate, não é a forma como a COPASA administra, ela administra grandes estações de tratamento, com redes que levam até lá. Isso é uma concepção, até porque é muito mais difícil você administrar o micro, né?

Entrevistador [NP]:

Sim, e aí dentro dessas grandes concepções, dessas grandes obras de engenharia, eu acho interessante entender que é um jeito de se relacionar com o meio, com a natureza, com a água, assim com força... é um jeito de se situar e de se colocar ali. Você acha que existe a possibilidade - e contar que talvez possa ajudar a entender essa possibilidade - de se relacionar de outra forma? Isso é uma conversa que pode existir dentro da COPASA? Se não existe, por que não existe? Como poderia existir?

Entrevistado [C]:

Pois é, mas aí a gente volta em qual que é o papel da COPASA ou não. Porque, para cuidar daquelas nascentes ali, você tem Comitê de Bacias, você tem o IGAM, você tem um monte de gente, tem a Prefeitura que regulamenta a ocupação ali. Isso não é um papel da COPASA [...]. Eu acho só que, vamos por assim, no meu entendimento, graves problemas de urbanização e o problema é que as condições que a gente tem para esses problemas são as soluções da década de 70. São, assim, a Prefeitura vai entrar lá na Serra, no Aglomerado, ela vai pôr asfalto, é um pensamento de outra época, vocês sabem disso muito melhor do que eu, mas eu sei que é uma construção civil que

estai ai e já tem muito tempo, fazendo a mesma coisa lá dentro como sempre fez. Por isso que eu acho a ideia de Parque legal, acho super legal nesse nível, porque é um processo diferente, é uma coisa que no mundo desenvolvido já está sei lá na Dinamarca, esses lugares que né, enfim, tão muito distantes da gente no pensamento mesmo.

Agora, você tem soluções. Vamos pôr assim: eu vi uma vez um trabalho do pessoal de Pernambuco, COMPESE, acho que chama [COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento], em que a gente tem muito problema com fundo de vale, esgoto que precisa passar dentro de terreno de terceiros e tudo mais. E aí, eles criaram a concepção, porque eles trabalham no “arrocho”, eles têm muito menos dinheiro, trabalham com comunidades muito mais carentes. A COPASA hoje trabalha com a noção de ligação individual, então cada imóvel tem uma ligação para rua, ligando na rede, ligando na COPASA. Eles acabaram com tudo isso, eles trabalham com o equilíbrio do quarteirão, como se um quarteirão inteiro tivesse uma ligação só, e aí eles constroem as redes dentro do quarteirão, respeitando a topografia daquele quarteirão, fazendo um trabalho grande de mobilização com os ocupantes ali, com as pessoas que são ali. Responsabilizam-se pela rede que passa dentro do terreno do cara, então se dá um problema dentro da casa dele, ele vai ter que arrumar, se a casa dele rachar, eles se responsabilizam porque a conta, a conta é assim... O que você economiza de rede de calibre grosso, o tanto de ligação que você faz de material já paga o risco disso. É uma ideia interessantíssima. Só que trazer isso para uma empresa que tem sei lá, 30 anos fugindo disso, “não quero fazer isso de jeito nenhum, não posso me responsabilizar pela casa de alguém, se passar dentro de quarteirão e não me der aqui a seção de terreno, quebra um protocolo de funcio-

namento que acontece há 30 anos”. É difícil, é uma cultura. A empresa já não trabalha com esse tipo de concepção. Então eu concordo, acho essas concepções locais muito mais legais. Esses arranjos, onde tem muito mais mobilizadores do que engenheiros, são muito mais interessantes. Mas, nem acho que seja por responsabilidade da COPASA, acho que a responsabilidade são as soluções que a gente tem dado pros problemas que a gente tem, são soluções que passam muito pouco por esse tipo de tecnologia social, é sempre uma obra grande, a Prefeitura não está lá, na Bacia do... na nova lá, esqueci o nome do córrego de Venda Nova lá, que inunda naquela avenida grande lá... Vilarinho, Córrego Vilarinho... Vai lá fazer uma obra de milhões [Entrevistadora (L): de drenagem né, investir em macro drenagem], pois é, exatamente, ao invés de dar manutenção nas microbacias, na verdade ela já, ela não está dando manutenção tão bem, e aí vai empurrar mais para frente porque aí lá no Onça, lá na frente, lá no Ribeiro de Abreu, lá nos outros bairros aí joga com muito mais velocidade e um volume de água muito maior, fica nesse tipo de coisa. Porque eu acho que é a forma, o paradigma como a gente encara a urbanização. Praticamente todas as nossas ações.

O Clube Atlético Mineiro está construindo um estádio, fui lá visitar por causa do licenciamento do Subcomitê, os caras vão construir um estádio de futebol em cima de um rio, em uma área de mata nativa, impactando a drenagem na avenida. Você escuta as apresentações, “eles vão melhorar o trânsito, a drenagem, vão preservar uma área que estaria sendo ocupada”, poxa, cara, a gente tem espaço, a gente precisa de outro estádio de futebol na cidade? A primeira pergunta é essa. A segunda já é: vocês vão construir em cima de um córrego? Não podia pensar, “ah vamos fazer um estádio um pouco

menor, constrói em outra área aqui, preserva ali”. Isso é a última coisa que eles se preocupam. Isso é um carrapato que fica ali incomodando, “ah porque esse povo vai falar de córrego”. Então o paradigma é esse, os rios tão tampados. A gente não está preocupado com isso, entendeu, então tem uma questão de paradigma. Então a galera foi lá, levar TEVAP, ótimo. Acho que cria uma relação, você só vai entender quanto custa tratar o seu esgoto se você souber quando você produz e que ele tá ali e que você vai ter que dar manutenção naquilo ali e tudo mais, fantástico... Mas acho que a gente tá muito distante disso.

Entrevistador [NP]:

E até porque isso não gera serviços pros empreiteiros, ou uma relação, né.

Entrevistado [C]:

É, é uma relação de paradigma mesmo, sabe. Tem um arranjo econômico? Tem, é claro.

Entrevistador [NP]:

Mas é que o paradigma, ele é técnico e financeiro, ele é técnico e econômico.

Entrevistador [NP]:

Eu acho que ele é mais econômico do que técnico, até porque tecnicamente, no final das contas ele não é o melhor e mais barato.

Entrevistador [NP]:

É ele tem essa dupla face. Porque a hora que você fala da terra que é abandonada e “deixa o pessoal ocupar, porque tá abrindo uma frente que nos interessa”, de alguma maneira, assim, é rígida, a estrutura é antiga é do golpe militar, mas ela funciona e interessa alguém, para ela ficar enrijecida.

Entrevistado [C]:

Sim, claro.

Entrevistador [NP]:

E aí quando a gente pensa: quem é esse alguém? É dinheiro. Tá no meio da parada.

Entrevistado [C]:

É, eu concordo. Eu só acho que tem uma coisa que já está incorporada no jeito que a gente pensa, que tá no jeito que a Escola de Engenharia pensa isso, já está incorporado e não existe outro jeito de fazer. Por exemplo, né, o projeto de vocês de urbanização propõe

piso intertravado nas ruas para ajudar na drenagem.

Entrevistador [NP]:

Piso drenante, porque o intertravado assusta e falam que é caro.

Entrevistado [C]:

Ok, mas no projeto original é intertravado. Não era?

Entrevistador [NP]:

Piso drenante.

Entrevistado [C]:

Tudo bem... mas, eu estou querendo colocar o intertravado até pra mostrar o antagonismo como é que ele é grande. Vai lá falar isso com um técnico da Prefeitura. Ele não tem nem contrato com a empreiteira pra implementar isso, entendeu? Ele já tem um domínio de como que mede asfalto, como que coloca asfalto, ele já tem equipe pronta...

Entrevistador [NP]:

É, eu tô corrigindo porque assim, o intertravado tá lá no pro-

jeto, bonito, pra gente fazer bonito lá no concurso do Rio Grande do Sul. E quando a gente fala de drenante [do projeto final] a gente pensa que pode ser resíduo, e aí a gente tem resíduos da construção civil que poderiam ser usados... e um dia foi paralelepípedo, a cidade um dia foi pavimentada com paralelepípedo, com o pé-de-moleque,, um dia foi assim. Então, é só porque pavimentação não é igual asfalto, assim como pavimentação não é também o mais chique, o mais caro. Tem alguma coisa também que já se fez, inclusive.

Entrevistado [C]:

É, eu não sei. É porque eu sou muito simpático com essas coisas, acho que é por aí. Mas eu me sinto meio estranho, as pessoas não pensam assim. E aí? Até na atuação de vocês. Se você conversar com grande parte da população da ocupação, você vai ter que fazer um convencimento para eles de que não tem que asfaltar.

Entrevistador [NP]:

Sim, porque é o sinônimo. Pavimentação é o sinônimo e é o status.

Entrevistado [C]:

Sim, e qual é o interesse financeiro deles nisso? Nenhum. Você percebe que é uma coisa que nós estamos assim, banhados disso. A gente está... não é banhado, é imerso nisso. E isso vai ser difícil de quebrar, principalmente com o direcionamento que a gente está

tendo. A gente está caminhando no sentido oposto, né... *“bota fogo na mata e dane-se...”*

Entrevistador [NP]:

Pois é, você tá falando o tempo todo também... é... fico me perguntando da relação da COPASA com esses outros órgãos, tanto URBEL, Prefeitura, SUDECAP, né, então não tem rubrica, aí também não tem o licenciamento e também não está na lista dos serviços das empresas que prestam serviço, né, dos prestadores de serviço.

Entrevistado [C]:

Você fala esse tipo de equipamento? Intertravado?

Entrevistador [NP]:

Tudo assim. Eu queria saber como é a relação da COPASA com a URBEL, da SUDECAP, com a CEMIG, como é que isso funciona. Porque cada um com sua estrutura e como junta?

Entrevistado [C]:

Bom, a relação da COPASA com esses outros órgãos... com a CEMIG é praticamente nenhuma, assim, a atuação da CEMIG é independente da COPASA. A intervenção deles, *“ah vamos colocar os postes lá no Eliana [Ocupação Eliana Silva]”*, eles avisam a gente porque

pode atingir uma rede nossa lá, alguma coisa do tipo, eles chamam a gente que está lá dando manutenção. Com a Prefeitura e com a URBEL, com a Prefeitura especificamente, a COPASA está autorizada a fornecer o serviço de água e esgoto nas residências que estão autorizadas pela Prefeitura. Isso é um acordo. *“Ah, pra quem você vai fornecer água e esgoto? Olha, pra todo mundo que tá regularizado comigo, você trabalha pra mim”*. Como se a Prefeitura que cuidaria do saneamento e ela forneceria ali só pros lugares que ela conhece, pros outros ela não forneceria. Então essa é a relação. A outra relação, que aí entra com a URBEL e a parte de obras da Prefeitura, para algumas intervenções a gente precisa que a parte de urbanização entre primeiro. Então vamos dar um exemplo: a Paulo Freire para colocar rede de esgoto lá eu preciso que a Prefeitura faça uma contenção no final do terreno justamente porque senão a gente não vai conseguir garantir a segurança do terreno colocando uma rede de água e esgoto ali, porque se vazar água, por exemplo, a pressão que está prevista para ali vai levar o barranco e vai levar as casas que estão em cima. Então, eu preciso que a Prefeitura faça intervenção. A gente está em diálogo com isso, eu visitei lá essa semana com a Secretaria de Obras, com a URBEL para poder mostrar para eles o que a gente precisa, eles estão tentando conseguir verba para isso e tal. Mas não existe... o intercâmbio é basicamente esse. E tem um intercâmbio de recursos. Assim, duas coisas de recurso que tem. [1] A Prefeitura aprova projeto de saneamento, né, pelo PAC ou outros programas de financiamento, sei lá, no Banco Mundial ou coisa do tipo. Ela implementa e depois entrega essa gente para a COPASA operar. Aí é o que a COPASA opera, às vezes dá uma consultoria técnica, às vezes fiscaliza a obra ou qualquer coisa do tipo. [2] E a outra, assim, as contas

de água da Prefeitura, né, todos os pontos de água que a prefeitura tem. A COPASA fatura isso e isso vai para um fundo de saneamento que a Prefeitura pode investir esse fundo em obras de saneamento na cidade. Ao invés da Prefeitura pagar e pronto, esse dinheiro volta para a Prefeitura para investir em saneamento que, teoricamente, estaria voltando para a COPASA, só que ela não vai construir porque a COPASA vai vir e operar depois. Mas é basicamente essa. Lógico que aí, já num nível muito acima de mim, não sei dizer especificamente como isso acontece. Mas, por exemplo, no Plano Diretor a COPASA foi chamada. Anunciou-se uma crise de abastecimento, o Kalil [Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil] chamou a COPASA para conversar, então assim, você tem essa relação com o planejamento da cidade. Tem né. Mas num é assim... são instituições separadas, a COPASA só presta um serviço para a Prefeitura, essa é a relação.

Entrevistador [NP]:

A COPASA então seria mais executiva?

Entrevistado [C]:

Ela é uma concessionária. Como se a Prefeitura tivesse terceirizado o serviço dela. Mal comparando ao serviço de limpeza da Prefeitura. Desde a limpeza dos prédios públicos lá, precisa ser terceirizada porque o pessoal vai lá e faz a faxina. A COPASA é contratada para cuidar do saneamento da cidade e aí esse contrato prevê uma série de relações. E, obviamente, por estar atuando em territórios comuns também a gente dialoga muito, com os técnicos da URBEL, com

os técnicos da Secretaria de Obras, da regional. Mas é um trabalho de parceria. Assim: “você vão construir uma coisa ali, vão mexer na nossa rede, a gente precisa saber”, se eles querem que a gente implemente uma rede em tal lugar, “você precisam passar para gente”, mais nesse sentido. Mas são naturezas separadas. Uma não tem gerência sobre o trabalho da outra. É como se fosse uma empresa, mas são instituições separadas, não tem uma gerência de uma coisa na outra. Por isso esse impasse com as ligações lá nas ocupações que não estão regularizadas, porque não tenho um aceite da Prefeitura ainda para a gente fazer as ligações lá. E aí, assim, a última notícia que eu tenho, agora em 2019, tem um movimento da Prefeitura para isso. Só que, por enquanto, a gente não está autorizado. E em alguns lugares, mesmo que esteja autorizado, vai precisar que ela faça intervenções de urbanização antes. Aí a verba pra isso não sei como vai vir, aí já é uma questão que a Prefeitura vai resolver.

Entrevistador [NP]:

É, quando você fala também que a COPASA é muito criticada, você está falando em relação aos movimentos ambientalistas, ou ela também é criticada pelo próprio morador. Eu estou perguntando isso porque os técnicos da URBEL, há um tempo atrás, lá na década de 90 com a Prefeitura do Patrus Ananias, os moradores de favelas tinham uma relação com o técnico muito amigável, e depois de um certo tempo, eu lembro na época do Izidora, isso era um problemão, o técnico da URBEL começou a ser visto como aquele que vai fiscalizar, como aquele que vai fazer o cadastro excludente; não tinham os técnicos inclusive para entrarem no território, eles tinham que fazer mil pro

tocolos e se sentiam ameaçados e inseguros. O técnico da COPASA passa por isso também? É diferente?

Entrevistado [C]:

Não, acho que tem duas perguntas aí que você falou né. Assim, a COPASA é muito criticada pelos ambientalistas.

Entrevistador [NP]:

Aí eu queria saber mais sobre o morador.

Entrevistado [C]:

A gente também é bem criticado pela população. Tem uma aceitação alta, mas tem críticas. Crítica com relação à tarifa, crítica com relação a serviço, isso é presente aqui no dia a dia. Agora, essa relação do técnico com o morador: eu acho que se você for lá ao Eliana e perguntar como é a relação deles com a COPASA, com a CEMIG, com a Prefeitura, eu acho que a gente [COPASA] está um passo à frente. É uma empresa que me coloca lá à disposição deles, que me coloca disponível para ir lá às reuniões que eles têm e que me coloca disponível para poder trabalhar um pouco com o projeto da Escola de Arquitetura. E eu acho isso um avanço. Não quer dizer que a gente não tenha uma coisa protocolada porque tem.

Entrevistador [NP]:

Pois é, tem um papel aí também de fiscalização. Assim, mesmo que a COPASA tá ali tem gente que continua fazendo gato, tem gente que está inadimplente. Então, essa ideia da formalidade entrar nos territórios dos informais, ele leva junto um custo, a gente fala muito do custo da formalidade. E que isso para alguns é entendido "não, eu quero ser um cidadão", mas ao mesmo tempo isso impacta aí no orçamento doméstico e isso acaba entrando num conflito.

Entrevistado [C]:

É, com certeza é um conflito. Talvez é um conflito mais presente onde estão implementados o sistema já. A gente tem muita ligação irregular, muita inadimplência, e eu atribuo isso a alguns fatores. Primeiro, eu não considero que o trabalho de mobilização lá foi feito da forma ideal. Na época da implementação eu estava trabalhando sozinho, não só com a Eliana Silva, mas um monte de outros serviços, e não tava exclusivo. Eu sinto muita falta hoje de ter acompanhado cada conta individualmente mês a mês, eu acho que não teria acontecido isso...

Entrevistador [NP]:

Quando você fala do ideal seria...

Entrevistado [C]:

Uma conta que tivesse vindo mais alta fazer ali um trabalho de educação e falar assim olha cara você está consumindo demais, a média da sua casa, a média da sua família. Se tivesse conseguido cobrar essas contas no momento que estava ali implementando, que estava muito próximo deles, eu acho que o diálogo seria outro. Tá? Isso é uma coisa. Embora eu acho que apesar de não ter sido feito da forma como eu queria que fosse, que é o que eu considero ideal, foi feito. Por mais que lá tenha uma quantidade de inadimplência alta, tem ligação irregular e tudo mais, eu tenho entrado. Não consigo fazer do jeito que eu quero, ou do jeito que me pedem, não consigo cortar todas as águas que estão lá com um “mando” de corte, mas eu consigo cortar algumas, consigo negociar aquilo ali, consigo trabalhar com eles uma forma de negociação que atenda a COPASA e atenda a eles. Eu tenho espaço de negociação com eles que em outros lugares dos quais eu não participei da mobilização não tem. A outra coisa, aí voltando lá naquela coisa da relação que a gente tem com o serviço de água e esgoto, né, as pessoas têm muita dificuldade de pagar... Aí não é uma coisa única de lá. Não é só pela questão financeira, não. Conta de água não é tão caro.

Entrevistador [NP]:

Lá é tarifa social ou não?

Entrevistado [C]:

A tarifa social, ela obedece a determinados critérios. Para você poder estar na tarifa social, você tem que estar no NIS, que é o cadastro de benefício, você tem que estar em determinada faixa de renda. Isso eles pegam lá no CRAS o extrato dele de cadastro NIS, levam lá na agência e cadastram como tarifa social. Então, você tem gente que está e gente que não está, porque atende ou não atende aos critérios, ou porque foi procurar ou não foi. Quando isso é demandado da gente, a gente os orienta. Sempre que a gente vai negociar alguma conta, a gente vê se tem a possibilidade de incluir. Agora, a tarifa é relativamente barata. Se você pensar assim, mil litros de água a um real, um real e pouquinho, é um preço razoável. Se a pessoa consumir com consciência, isso dá pra manejar. Então eu não acho que o principal problema seja o preço do serviço, a questão lá foi um acúmulo de contas e as pessoas hoje não dão conta de negociar o passivo que elas deixaram. Tem gente que não paga conta desde 2016. Então, tem a ver com outras coisas que se eu tivesse conseguido estar mais presente, esse nível de desorganização financeira não aconteceria. Eu poderia tá cuidando disso, “Ou, olha, você tá com três contas, já vamos fazer um parcelamento aqui, vamos pagar a primeira que não vai gerar isso”. Podia estar mais próximo. Se tivesse mais gente, se tivesse mais braços para poder visitar todo mundo, acompanhar a conta de todo mundo. Então é isso que eu não consegui. A pergunta estava num outro sentido...

Entrevistador [NP]:

Não, é isso mesmo, no sentido dessa informalidade.

Entrevistado [C]:

Aí a outra coisa é no valor que a gente dá para esse serviço.

Entrevistador [NP]:

É, mas aí a minha primeira pergunta foi isso. Como que a relação dos técnicos nos territórios, ora ele é bem vindo, porque ele é entendido como um reconhecimento, que aquele território é legítimo, mas ora ele é entendido como fiscal que vai fazer o corte.

Entrevistado [C]:

Tem uma coisa que é importante e eu queria pontuar que é o seguinte: o empregado da COPASA, ele não é uma pessoa que tá isolada da sociedade, então ele compartilha as opiniões que as pessoas têm com relação às ocupações. Então, eu brincava muito no começo lá com os meus colegas de trabalho que o meu trabalho de mobilização era tanto para fora com as vilas, com os ocupantes, como dentro da empresa. Eu tive que manejar vários conflitos com os empregados porque não entendiam ali como uma luta legítima. Moralizavam o fato das pessoas estarem ocupando, moralizavam o fato de estar fazendo ligação irregular para estar abastecendo as casas quan-

do a gente não colocava rede. Essa relação tem que passar um pouco pelo meu setor, porque o meu setor consegue compreender aquilo ali como fenômeno social, consegue compreender inclusive qual é o interesse econômico da empresa. Porque a empresa não é só porque somos muito bonzinhos e queremos colocar água para todo mundo e universalizar o saneamento. Isso é também uma política da empresa, mas as pessoas são 800 casas ligadas irregularmente que a gente não consegue controlar o “gato”.

Entrevistador [NP]:

Cristiano, agora a gente te convida a contribuir com a linha do tempo do Parque das Ocupações inserindo a participação da COPASA e sua nela.

*LINHA DO TEMPO**[C]:*

Então, o primeiro ator que eu vou incluir aqui na linha do tempo em 2015 é o Ministério Público, o TJ, que determinou em 2015 que nas ocupações Camilo Torres, Irmã Dorothy e Eliana Silva as concessionárias tinham que entrar com serviço de água e esgoto e de energia elétrica,... foi a determinação desses atores. A COPASA ficou abastecendo com água com um caminhão pipa a partir desta data.

Quando foi em 2016, aconteceu o sequestro do caminhão

pipa, vou marcar aqui o ator o MP de novo, e aí os atores que eu vou destacar nisso foram as lideranças do MLB [Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas], vou por aqui na pessoa do Léó e da Poliana. O diretor da COPASA, na época, era o Dr. Rômulo e, eu não sei o nome dele, mas é o moço do caminhão pipa viu. Só para contar que ele foi super bem tratado, tá, que não foi um ato de violência, só prenderam o caminhão-pipa, mas eles deram almoço para ele, ele ficou super bem ali, não queria nem voltar pra COPASA [risos], estava super ambientado. E o Dr. Rômulo esteve em uma reunião lá com o movimento, com o Léó, com a Poliana, filmada por mil celulares, e garantiu que a COPASA ia fazer, ia construir as redes e fazer as ligações de água e esgoto lá.

Foi a partir desse momento que eu fui convocado para prestar apoio nas atividades de mobilização social no Barreiro, fazendo essa relação com as lideranças do MLB e das outras ocupações. Então, minha entrada lá foi em 2016 também, no momento posterior a essa reunião, quase na semana seguinte. Como eu estava dizendo anteriormente, foi um trabalho de mobilização de via de mão dupla. Tanto os moradores para eles entenderem qual que era o serviço, como que ele ia ser implementado, entender qual transtorno que as obras iam causar e tudo mais, como dentro da COPASA também, onde a aceitação com relação às ocupações também não era ampla. Não se tinham uma imagem boa das ocupações, eram vistas como pessoas que atrapalhavam o nosso trabalho, porque faziam ligações clandestinas na rede, desequilibraram toda a parte técnica lá. Um exemplo, que eu estava falando antes aqui, um caso que eu contei é que na semana que eu estava trabalhando lá, me chamaram pra resolver um conflito lá na ocupação porque um empregado nosso es-

tava tirando um gato [ligação clandestina na rede] que o morador fez em uma válvula nossa, numa caixa que tem uma válvula, e isso atrapalhava a dinâmica toda, de todos os bairros para cima. E aí eu fui lá, liguei para Poliana, conversei com ela, ela falou que ia me dar apoio, e a gente foi para lá para impedir o morador de fazer o gato e negociar porque ele não estava deixando nossa equipe mexer na rede. E aí, assim, no caminho para lá o empregado que estava mexendo na caixa para consertar e que foi impedido pelo morador, ele chamou o morador de folgado uma porção de vezes. Quando eu cheguei lá que já estava as mulheres todas em volta do morador pedindo para não fazer o gato que já tinha uma negociação com a COPASA e tudo mais, aí ele deixou a gente mexer na caixa. Na hora que eu fui conversar com ele, explicar porque que não podia, levei uma planta do sistema e tal, explicando porque que ele tava desequilibrando, deixando o Santa Rita sem água, o Petrópolis sem água e mais uma porção de região, ele falou que tinha entendido que não tinha problema cortar o gato, mas que o problema dele é que o nosso empregado tinha chamado ele de folgado. Eu me desculpei e tudo mais e, assim, ficou muito claro para mim que tinha uma mediação que era para os dois lados. A COPASA tinha que entender que ali estavam clientes e usuários como qualquer outros na cidade, eles tinham direito a água e a gente ia instalar e que essa resistência partia de uma visão moralizante do movimento. Ficou menos engraçado a história agora [risadas]. Como narrativa aqui vou colocar como 'folgado'.

[NP]:

Eu acho então que são duas narrativas que você falou aí, a

do folgado e a ideia do direito à água. O funcionário falou do folgado e você falou do direito à água.

[NP]:

E tem o gato.

[NP]:

O gato como ator não humano.

[LINHA DO TEMPO EM MAIO DE 2016]

[C]:

Então, assim, daqui para frente começou o processo de obra mesmo, de cadastro das famílias, das residências, as vistorias para poder instalar, o processo de implementação das redes de água. Caminhou super bem, adiantou alguns atrasos, que é o que eu falei dos percalços que tiveram no processo e, posteriormente, quando a gente finalizou as redes de água, no final do ano, a gente começou a rede de esgoto. Como eu falei na entrevista, até então eu estava lá como funcionário emprestado, estava lotado aqui no distrito sul, e estavam prestando serviço no Barreiro mais ou menos nessa época que foi quando fui transferido para lá. E aí eu pude passar a ter uma atuação um pouco mais presente com a comunidade. Então, vou pontuar aqui

que eu acho que foi o meu encontro tanto com a Arquitetura, como o MLB e o projeto do Parque das Ocupações.

Foi quando, no começo do ano de 2017, eu e a Luciana [EA/UFMG] começamos a tentar articular o projeto dentro do Subcomitê de Bacias do Arrudas, então eu não vou nem colocar aqui [gesticula para a linha do tempo] porque já está aqui escrito por vocês. Ele não foi bem sucedido, eu vou colocar esse como narrativa aqui porque eu acho que funcionou dentro do subcomitê um preconceito, uma moralização com relação a investir o dinheiro em uma área ocupada. Isso não foi uma coisa do subcomitê inteiro, no comitê mesmo ele teve apoio, ele acolheu o projeto. Eu acho que foi uma questão muito mais da Agência Peixe Vivo, que é quem cuida da parte burocrática do processo dentro do comitê.

[NP]:

O comitê aprovaria, a burocracia aprovou, dentro da burocracia da Peixe Vivo ficou.

[C]:

Vou pôr aqui AGB Peixe Vivo.

[NP]:

E que estava bom para aprovar. Ela [a AGB Peixe Vivo] que estava apresentando projetos muito... eu acho que muito mais complexos e desconectados com a narrativa da preservação, enfim. Foi

preconceito mesmo.

[C]:

Eu acredito que isso aqui teve um efeito positivo, porque nós passamos a nos mobilizar por nós mesmos. Então, em 2018, a gente em parceria com a VINA, Escola de Arquitetura, COPASA, Boi Rosado, conseguiu as mudas e todo o trabalho educativo para poder mobilizar toda a população, já na ocupação Paulo Freire. Como o Parque, ele teria todas as ocupações, não estou nem fazendo distinção de uma para outra. Tem coisa que aconteceu no Eliana, o projeto aqui, a princípio, era pro Eliana e a gente teve oportunidade de fazer na Paulo Freire [intervenção na linha do tempo] Quando começou o plantio de mudas e construir as placas, aí eu acho que foi novembro, né?

[NP]:

Eu acho que tem um ator importante aí que é o clima. Porque a gente tinha as mudas para plantar em maio, mas não choveu e tivemos que esperar o tempo certo, a época das chuvas.

[C]:

E aí, a narrativa seria o plantio de mudas com a participação voluntária de todos os atores. E aí eu acho esse obstáculo legal mesmo, assim, uma equipe estava com muito preconceito ao trabalho lá na mobilização e depois ficou super satisfeita de fazer esse trabalho do plantio, até hoje eles falam comigo quando é que vai ter de novo.

[...]

E foi uma ação bem legal, eu acho que foi um dos momentos de maior integração minha com a comunidade, foi super legal mesmo, nós passamos o dia lá praticamente, passamos com as crianças, até jogar bola com os meninos eu joguei, foi ótimo. Dos dias mais legais, assim, que eu estive lá nas ocupações o dia do plantio.

E em 2019, eu vou colocar como expectativa, que tem sido o meu trabalho lá agora. Como ator não humano eu vou colocar os gatos [ligações irregulares na rede], a inadimplência, a PBH e a regularização. [...] Dentro da PBH tem vários atores, a URBEL, a Secretária de Obras e o pessoal da manutenção da regional também, todos eles estiveram lá.

[...]

Então finalizando a linha do tempo aqui eu coloquei os atores aqui em 2019: são os desafios que eu tenho de negociação com eles lá que são as ligações irregulares, os gatos, a inadimplência, a negociação que eles têm com a Prefeitura, via URBEL, via Secretaria de Obras para regularizar as outras ocupações e permitir que as concessionárias possam entrar com os serviços básicos. E isso está passando por uma negociação que envolveu o apoio dos movimentos de ocupação ao Novo Plano Diretor e uma negociação de verba para que essas obras aconteçam porque pra gente instalar lá hoje rede de água e de esgoto e mesmo a rede elétrica a gente precisa de algumas obras estruturais da Prefeitura que vão demandar um orçamento que já me parece que está tentando ser realizado via a deputada Áurea Carolina. A expectativa nossa é conseguir abranger todo o território ocupado ali com o serviço de saneamento básico, eu espero que seja possível e quem sabe até o Parque.

Práticas socioambientais de corresponsabilidade empresarial: avanços e desafios na construção de uma rede de cooperação

Cláudia Pires Lessa é graduada em Comunicação Social - Relações Públicas - pelo Centro Universitário Newton Paiva, e com especialização em Publicidade e Propaganda pela PU-C-MG. Empresária, coordenadora do Departamento Socioambiental da empresa Vina Gestão de Resíduos Sólidos e Locação de Equipamentos Ltda.

Sabrina Soares Cardoso de Araújo é especialista em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Graduada em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário UNA. Atualmente é tutora presencial - Gênesis Sociedade de Ensino Ltda. e realiza Consultoria Ambiental. Tem experiência na área de Ecologia e botânica, com ênfase em Ecologia de Ecossistemas, atuando principalmente nos seguintes temas: miconia, sementes, galhas, formigas e diplocoria.

Cláudia Pires Lessa
Sabrina Soares Cardoso de Araújo

Introdução

Parceria, segundo os dicionários, significa companhia, sociedade, reunião de indivíduos para se alcançar um objetivo comum. Muito se escreve sobre o sucesso de parcerias estratégicas, comerciais e empresariais e, até mesmo, pessoais. Parceria, na nossa visão, deve envolver compromisso, comprometimento, troca, celebração. Este artigo fala de algumas de nossas experiências e, particularmente, de uma dessas parcerias, na qual se ligaram o Programa de extensão Natureza Política¹, vinculado ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar², sediado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, o Movimento Social de Luta de Bairros Vila e Favelas – MLB e a empresa Vina Gestão de Resíduos Sólidos e Locação de Equipamentos Ltda.³

A empresa Vina, há 22 anos no mercado nacional, tem a sua sede localizada, desde 2014, no Vale do Jatobá/Barreiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Por ser uma empresa que trabalha com gestão de resíduos, conhece de perto as dificuldades do setor - envolvendo questões políticas, tecnológicas, ambientais, sociais, entre outras - sendo muitas delas reflexos diretos do sistema capitalista que promove nossa sociedade de consumo e que produz dicotomias, como o excesso e o desperdício, por um lado, e, por outro, a escassez, a falta, tanto material quanto social. A relação dessa sociedade com o seu

1 Para mais informações sobre o Programa, acesse: <http://naturezapolitica.indisciplinar.com/>

2 Para mais informações, acesse: https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=P%C3%A1gina_principal

3 Informações completas sobre a empresa estão disponíveis no site: <https://www.vinaec.com.br/>

PALAVRAS-CHAVE

corresponsabilidade; parceria; rede; socioambiental; território.

KEYWORDS

co-responsibility; partnership; network; socio-environmental; territory.

ambiente não poderia ser negligenciada por uma empresa que trabalha com resíduos sólidos em meio urbano. Diante dessa realidade, e por acreditar na importância da corresponsabilidade, a Vina decidiu, em 2003, criar um departamento na empresa voltado para a prática da corresponsabilidade empresarial com foco socioambiental. Segundo o economista José Eli da Veiga (2007):

A oposição entre a natureza e a cultura marcou a formação do mundo contemporâneo e a tradição das ciências sociais, da filosofia e da economia. O conceito de socioambiental indica que está havendo uma reconciliação dessas noções que foram separadas artificialmente.

O desafio desse Departamento Socioambiental seria trabalhar com recursos modestos, disponibilizados pela empresa, para serem investidos na formação de uma rede de cooperação, divulgação e práticas socioambientais. A rede a ser estabelecida deveria buscar parcerias com diferentes setores da sociedade para a promoção de pequenas ações que provocassem mobilização e transformação social, sempre por meio de pesquisa, educação, preservação ambiental, geração de renda, inclusão via mercado formal de trabalho⁴, buscando, sempre que possível, envolver a equipe da Vina. A partir de 2006, esse desafio se concretiza de forma mais efetiva na empresa, quando o Departamento Socioambiental passa a fazer parte do seu organograma. Era uma ideia inovadora, uma utopia, que começa a passar da teoria para a prática:

⁴ Saiba mais sobre o Projeto Aracê de inclusão social via mercado formal de trabalho acessando a página 21 do nosso e-book. Disponível em: <https://www.vinaec.com.br/socio-ambiental/praticas-socioambientais-de-corresponsabilidade-e-book/>

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo, se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenho para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (FREIRE, 2000)

O terreno e o território: construindo caminhos e elos

Dentre os diversos projetos que o Departamento Socioambiental vem desenvolvendo desde a sua criação queremos destacar o Projeto Multidisciplinar Nova Sede⁵, tanto por sua proposta socioambiental original quanto por sua localização, que integra o mesmo território onde hoje é desenvolvido o Projeto Parque das Ocupações⁶ do Programa Natureza Política, do qual a empresa é parceira.

Em 2008, a Vina dá início a esse projeto multidisciplinar para a construção da sua sede, que foi orientado a buscar minimizar os impactos ambientais gerados, tanto no processo de construção quanto na utilização do futuro edifício. O Departamento Socioambiental

⁵ Informações sobre esse projeto e sobre todas as outras ações mencionadas neste artigo estão disponíveis para consulta no Departamento Socioambiental da Vina ou acessando o nosso e-book *Práticas socioambientais de corresponsabilidade*. Disponível em: <https://www.vinaec.com.br/socio-ambiental/praticas-socioambientais-de-corresponsabilidade-e-book/>

⁶ Para mais informações, acesse: <http://naturezapolitica.indisciplinar.com/vale-das-ocupacoes/>

percebeu o grande potencial arbóreo do terreno, no qual a sede da empresa viria a ser construída, e propôs à empresa desenvolver um projeto orientado pelo conceito de empresa-parque. Diante disso, o Departamento Socioambiental formou uma parceria com a Escola de Engenharia da UFMG, por meio do seu Departamento de Materiais, ao qual estava ligado um grupo de estudos sobre “sustentabilidade” – Novos Olhares sobre a Construção e o Cidadão - NOC, coordenado pela Professora Maria Teresa Paulino. A equipe multidisciplinar foi composta pela empresa, representada por seu Departamento Socioambiental, e por arquitetos, engenheiros e biólogos.

O primeiro passo desse processo foi o trabalho de levantamento florístico e caracterização das espécies, localizadas em área urbana. Os biólogos contratados pela empresa se surpreenderam com a biodiversidade das espécies encontradas no terreno, especialmente por se tratar de uma área industrial ambientalmente impactada, fragmentada e rodeada por construções. Em 2008, foram identificadas e catalogadas 75 espécies vegetais de 34 famílias diferentes, em uma área composta por uma vegetação típica de Cerrado, com pouco mais de 12.000m².

Após essa etapa de caracterização do terreno, deu-se início aos estudos do projeto arquitetônico, que tinha como desafio cumprir os parâmetros de sustentabilidade estabelecidos, aliados à preservação dos pontos da área de maior relevância, definidos a partir da presença de espécies de importância ambiental, como o barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), e de corte controlado, como o pequizeiro (*Caryocar brasiliense*).

Além dos parâmetros de sustentabilidade ligados à preservação vegetal, a permeabilidade do solo foi outro ponto importante

incorporado ao projeto arquitetônico, visto que a área total do terreno é de 12.296,03m², o que exige, pelo Plano Diretor da cidade de Belo Horizonte, uma taxa mínima de permeabilidade de 20%, dotada de vegetação que contribua para o equilíbrio climático e, também, propicie alívio para o sistema público de drenagem urbana. Considerando-se a área preservada, a empresa mantém mais de 39,56%, cerca de 4.864,6247m², de sua área permeável caracterizada como área de preservação nativa do Cerrado.

Vale ressaltar que no último levantamento florístico realizado na área de preservação da Vina, em 2018, mesmo com uma redução de mais de 60% da área após a finalização da obra da sede, constatou-se que as espécies identificadas no primeiro levantamento (2008) continuavam ali representadas, e que as ações de manejo e de recuperação da área degradada propiciaram um aumento de quase 60% da riqueza de espécies e uma alta de 72% no número de famílias identificadas. Em 2016, parte dessa área de preservação foi transformada em uma Trilha Ecológica, que vem se consolidando como importante instrumento de educação ambiental junto à equipe interna da Vina, às escolas parceiras da Rede Socioambiental e à comunidade do entorno da empresa.

As trilhas interpretativas se bem planejadas, constituem-se de importante instrumento pedagógico, o qual propicia o contato mais próximo entre o homem e a natureza. Cada vez mais são utilizadas em programas de Educação Ambiental, uma vez que, através do processo de sensibilização, fomenta a aquisição de conhecimentos cognitivos relativos ao meio ambiente, fundamentais para a formação de valores e mudanças de comportamento. (CARVALHO, J.; BOÇON, R., 2004)

Ampliando ainda mais o conceito, a sustentabilidade foi também percebida pelo seu componente social. Durante o processo de construção da sede, a empresa passou a ter mais contato com a comunidade do entorno e a compreender as dificuldades básicas daquele território, como, por exemplo, o direito de ir e vir. Uma compreensão que foi se formando a partir de contatos e abordagens entre pessoas da comunidade e as equipes, a multidisciplinar e da obra. A movimentação no local despertou a curiosidade a respeito do que surgiria no local. Na ocasião, o acesso ao terreno era livre e, antes da obra, era usado como passagem da comunidade, que enfrentava dificuldades de deslocamento, em uma região planejada para atender às demandas da indústria, apesar de estar inserida em um território formado por vários conjuntos habitacionais e outras moradias.

Durante uma visita ao terreno, os diretores da Vina foram abordados por um grupo de mulheres da vizinhança, que solicitava a liberação da passagem pelo terreno. Diante dos argumentos apresentados, os diretores se sensibilizaram e decidiram acatar a solicitação feita pelo grupo. Durante um período a comunidade pôde encurtar caminho, utilizando o terreno da Vina para acesso a serviços e ao transporte urbano disponíveis no território.

Infelizmente, em 2011, depois de atos de vandalismo e de um incêndio criminoso realizado no terreno da empresa - que comprometeu a vegetação nativa do cerrado preservada -, foi preciso bloquear a passagem à comunidade com a construção de um muro. Tais episódios afetaram diretamente as diretrizes sociais e ambientais do Projeto Multidisciplinar em curso. Entretanto, para que não se perdesse um dos princípios norteadores do projeto - a construção de uma empresa-parque, uma nova parceria foi estrategicamente esta-

belecida com a Unidade Municipal de Educação Infantil Águas Claras - UMEI, a partir da qual os muros construídos foram pintados pelas crianças da UMEI e pelos adolescentes grafiteiros do bairro.

Para o planejamento e execução dessa ação foi desenvolvida uma metodologia, em conjunto com a UMEI, na qual foram definidos quatro eixos: interlocução aberta entre a empresa e a comunidade; envolvimento das crianças e dos jovens do território; fomento à valorização de grupos de arte das comunidades no entorno; estímulo à geração de renda.

Desde então, a Vina vem atuando, nesse território, por meio de parcerias estabelecidas com escolas e ferramentas públicas, como os Centros Regionais de Assistência Social - CRAS, e tem desenvolvido uma Rede Socioambiental que promove diferentes ações junto às comunidades da região, privilegiando a educação, a inclusão social e a preservação ambiental, dentro e fora dos muros da empresa⁷.

Uma parceria colaborativa: Programa Natureza Política, UFMG, MLB e VINA

A mudança da Vina para o Barreiro, ocorrida em 2014, for-

⁷ Informações sobre essas ações podem ser acessadas no nosso E-book - capítulos *Prática Ética e Processos e A Empresa e a Comunidade Local*. Disponível em: <https://www.vinaec.com.br/socio-ambiental/praticas-socioambientais-de-corresponsabilidade-e-book/>

taleceu ainda mais os laços que vinham sendo firmados com a comunidade desde 2011. Em 2017, por meio de uma parceria entre o Programa Natureza Política, o MLB e a Vina, a atuação da empresa no território se ampliou.

OcupaMóvel

Em 2017, a professora Marcela Silvano Brandão Lopes, coordenadora do Programa Natureza Política, ao saber que a empresa pretendia desfazer-se de um ônibus, propôs a sua doação ao MLB, que poderia utilizá-lo em diferentes ações junto às comunidades ligadas ao movimento social. A proposta foi bem recebida pela Vina que, em parceria com a equipe da extensão e o grupo de alunas e alunos da disciplina de PFLEX-Arquitetura Desobediente⁸, ministrada também pela mesma professora, viabilizou intervenções de reforma no ônibus, transformando-o em um veículo a ser utilizado para o transporte e, também, como espaço multifuncional. Nascia, assim, na empresa, o Projeto OcupaMóvel, que teve por objetivo atender demandas de rotina das ações do MLB, naquele território e na cidade.

Além da doação e da realização da reforma do ônibus, a Vina assumiu a responsabilidade de entregá-lo em perfeito estado de uso, com a transferência do veículo para o MLB e com a garantia de um ano dos serviços realizados. Foram também oferecidos suporte e orientação para o uso inteligente do veículo, por meio de conversas e de material virtual e impresso, além de informações sobre documen-

8 Para mais informações, acesse: <http://naturezapolitica.indisciplinar.com/>

tação, impostos e contatos com fornecedores da região. Alguns fornecedores locais, parceiros da empresa, se sensibilizaram com o Projeto e ofereceram descontos em peças e serviços e condições especiais ao MLB, sempre que o veículo necessitar de alguma manutenção ou de reparos. A partir desse primeiro envolvimento, esses fornecedores da empresa passaram a fazer parte da Rede Socioambiental que a Vina estimula e incentiva.

A reforma do ônibus foi realizada nas dependências da empresa, utilizando a sua estrutura técnica e operacional, e contou com o envolvimento entusiasmado da equipe da Vina, da comunidade do MLB e das professoras, alunas e alunos da Escola de Arquitetura da UFMG. Após a entrega oficial do OcupaMóvel⁹, a Vina continuou oferecendo suporte ao MLB em outras ações ligadas ao projeto, como o curso de Aprendiz de Mecânica, oferecido a dois jovens do território. O compromisso desses jovens, de acordo com a parceria VINA-MLB, seria de que, a partir da formação profissional, eles deveriam dar suporte à rotina de manutenção e prevenção do veículo.

Vale, aqui, ressaltar que o MLB, um movimento social de luta pelo direito à moradia, promoveu, em 2012, a ocupação de uma área próxima à Vina: a Ocupação Eliana Silva. Antes da parceria com o Programa Natureza Política, a Vina já havia estabelecido interlocuções com essa Ocupação em ações pontuais e diretas, a partir de demandas da própria comunidade: contratações, em regime CLT e outras formas de contrato de trabalho legais, além de participar de ações voltadas para a manutenção da Creche Tia Carminha.

A partir da parceria com o Programa Natureza Política, o de-

9 Informações sobre essa ação estão disponíveis para consulta no Departamento Socioambiental da empresa.

safio maior passou a ser a construção de uma parceria, a princípio inusitada, entre uma empresa capitalista e um movimento social anticapitalista. Um desafio que foi encarado pelos dois lados com respeito e que, com o passar do tempo, apesar da sua complexidade, estabeleceu e consolidou elos de confiança entre as partes, o que vem possibilitando a realização de ações em diferentes frentes. Os elos vêm sendo construídos a partir da escuta, do diálogo, da troca de saberes, da ética, da reflexão sobre os conflitos surgidos, do respeito à realidade e às diferenças de ritmos entre as instituições parceiras.

É importante afirmar que o Departamento Socioambiental da Vina se propôs, desde a sua criação, ao desafio de formar uma Rede Socioambiental de cooperação que fosse além da simples disponibilização de recursos por parte da empresa. Nesses quase 20 anos, a experiência prática nos tem mostrado que esse envolvimento, com todas as complexidades específicas de cada parceria, apresenta desafios a serem superados e transformados em aprendizados práticos, sejam eles positivos ou negativos.

Parque das Ocupações do Barreiro: um solo fértil

O projeto OcupaMóvel levou a mais uma parceira envolvendo a empresa e o Programa de Extensão Natureza Política: o projeto Parque das Ocupações do Barreiro¹⁰, desenvolvido a partir de uma parceria entre o MLB e o Natureza Política. O projeto visa ao rom-

¹⁰ Para mais informações sobre o Programa de Extensão Natureza Política, acesse: <http://naturezapolitica.indisciplinar.com/vale-das-ocupacoes/>

pimento da dicotomia entre moradia para a população mais vulnerável socialmente e a preservação da natureza, com entendimento e reflexão sobre conflitos socioambientais no território. O projeto Parque das Ocupações abrange uma grande área, localizada na região do Barreiro, que inclui cinco ocupações urbanas autoconstruídas e algumas indústrias. Sua proposta é promover a urbanização das ocupações a partir do mapeamento da relação dos moradores com o verde, o que não se restringe à sua subtração (como acredita o senso comum), mas também pelo cultivo e plantio de várias espécies de plantas. A Vina participa desse projeto em diferentes frentes: disponibiliza serviços na área ambiental – técnicos e educativos; promove geração de renda no território; oferece a estrutura da empresa – técnica e operacional – coordenados pelo seu Departamento Socioambiental.

Em 2018, a primeira ação da Vina na parceria com o Parque das Ocupações foi um convite à comunidade da Ocupação Paulo Freire e lideranças do MLB para uma visita à Trilha Ecológica da área de preservação da empresa. Esse encontro foi uma oportunidade de promover um debate sobre a importância da preservação da área e das suas funções ambientais e sociais no espaço urbano. O grupo visitante pôde conhecer, aprender e trocar experiências sobre plantio e cuidados com as plantas. Ao final do encontro foi servido aos visitantes um lanche produzido por moradoras do entorno da empresa¹¹, prestigiando a mão de obra local. É possível afirmar que a visita à área de preservação da empresa significou o estabelecimento de mais um elo importante, em que a comunidade foi recebida por uma empresa local para um debate sobre o território que compartilham, apesar de

¹¹ Informações sobre ações de geração de renda no território estão disponíveis para consulta no Departamento Socioambiental da empresa.

desempenharem papéis diferentes.

Dando continuidade ao projeto do Parque, no fim desse mesmo ano, uma ação coletiva de arborização foi realizada nas ruas da Ocupação Paulo Freire. A Vina participou disponibilizando terra, adubo, paliçada e algumas mudas, além de oferecer com sua equipe suporte técnico e operacional, colaborando, assim, para impulsionar o verde já cultivado pelos moradores (LOPES et al, 2019). Vale destacar que, nessa ação, foram plantadas mudas nativas do Cerrado, como ipês e espécies frutíferas – que atraem pássaros e outros agentes da fauna –, além de espécies de corte restrito, como o Pau-brasil.

Em 2019, em uma ação planejada com o grupo da extensão e com algumas lideranças locais, a empresa viabilizou a análise da água de dois pontos das nascentes que brotam no Vale das Ocupações e são afluentes contribuintes dos córregos Mineirão e Olaria, que, por sua vez, formam a bacia do ribeirão Arrudas, um dos principais canais de drenagem de Belo Horizonte (SOUZA, 2016). Esse Vale está localizado próximo ao Parque Estadual da Serra do Rola Moça, uma área de proteção especial de mananciais, essencial para o abastecimento de água da região de Belo Horizonte e onde brota a água que segue para a mesma bacia. O resultado da análise da água¹² apontou que, apesar de a nascente estar situada numa região industrial, ela não apresentava contaminação química e/ou de materiais pesados. Por outro lado, ela apresentava coliformes fecais em níveis não recomendados pelo Ministério da Saúde. Isso se deve à falta de saneamento básico em parte daquele território, onde a nascente está inserida. É a água refletindo a exclusão no seu entorno, onde falta o básico.

¹² Informações completas sobre os resultados dessas análises da água estão disponíveis em: https://drive.google.com/drive/folders/1YfkIb6vEV82_Md-6q_52ejiEvZqJN8tX?usp=sharing

Durante as visitas para o planejamento e a coleta da água nos pontos de afloramento, foi observada a preservação de uma Mata de Galeria, com a presença de vegetação florestal mais densa próxima ao “olho d’água”. Dentre as plantas observadas, vale destacar a presença de um Cedro, gigantesco e centenário. A área de preservação da Vina também está localizada entre o Vale das Ocupações e a Serra do Rola Moça, apresentando uma cobertura vegetal com espécies características do Cerrado, similares às encontradas no entorno.

A partir da análise da água, foi planejada uma ação de mutirão no Vale das Ocupações para o plantio de mudas na área do entorno das nascentes, como, também, a apresentação à comunidade dos resultados das análises microbiológicas e físico-químicas realizadas. O mutirão foi muito rico e promoveu uma troca de saberes entre a comunidade e a bióloga Sabrina Soares – consultora ambiental da Vina. Foi um momento de compartilhamento de saberes tradicionais, pois muitos ali são de origem rural e, também, de escuta sobre as demandas da comunidade para aquela área. Ficou evidente o desejo coletivo de cuidar daquele espaço, com a recuperação das nascentes, tanto no sentido de torná-las vivas e limpas, em respeito ao meio ambiente, como, também, de recuperá-las como local de recreação para a comunidade, carente de espaços de lazer.

Durante a conversa, foi reafirmada a importância do envolvimento de diferentes setores da sociedade para ações de recuperação e preservação ambiental na cidade. E, nesse caso específico, um dos desafios identificados pelo grupo foi o de envolver e sensibilizar as empresas do entorno e conquistar novos parceiros para aquela proposta. O Departamento Socioambiental da Vina se empenhou nessa

articulação, mas, apesar do interesse de algumas empresas e da recusa imediata de outras, nenhuma ação concreta foi realizada, pois, logo em seguida, com a chegada da pandemia da Covid-19, em 2020, esse processo foi interrompido.

Em 2019, outra ação realizada pela Vina em parceria com o projeto Parque das Ocupações foi a transferência e a revitalização do container do MLB, que era utilizado como um espaço multiuso. Era preciso, de acordo com o projeto desenvolvido pela equipe do Natureza Política e moradores da ocupação, transferir o container de local para revitalizá-lo, o que exigiria uma operação complexa. A empresa disponibilizou equipamento e mão de obra especializada para a terraplenagem e um caminhão munck para realizar aquela transferência. Na área do entorno, em um movimento de mutirão da Ocupação Paulo Freire, foi realizada, ao mesmo tempo, uma ação de revitalização, que contou com a doação de mudas e o suporte técnico e educativo da bióloga responsável e de bolsistas do Programa Natureza Política.

Em 2020, com a chegada da pandemia da Covid-19, as ações previstas e em andamento foram suspensas. No que se refere à parceria com o Programa de Extensão Natureza Política, a principal ação realizada durante a pandemia foi o apoio dado à montagem de uma maquete do Vale das Ocupações, que será usada para trabalhar com a comunidade, para a construção colaborativa e compartilhada das futuras diretrizes urbanísticas e paisagísticas para aquele território. Existe um planejamento em curso para a realização de dinâmicas e visitas técnicas ao território, mas as ações presenciais serão desenvolvidas somente quando a pandemia de Covid-19 estiver sob controle.

A Empresa, a Comunidade e o Movimento Social: uma cooperação em rede

A partir da confiança estabelecida entre as comunidades, o MLB e a Vina, outras ações foram realizadas no território do Parque das Ocupações, para além dos projetos ligados à parceria com o Programa Natureza Política. A comunidade passou a apresentar diretamente à empresa demandas diversas, fomentando o espírito de cooperação em rede, em sintonia com a postura de corresponsabilidade socioambiental da Vina naquele território.

Dentre essas ações, podemos citar intervenções na Creche Tia Carminha, localizada na Ocupação Eliana Silva, com a qual estabelecemos uma parceira desde 2017. Uma delas foi a construção da horta vertical na creche. As estruturas foram preparadas, pintadas e instaladas com suporte operacional da equipe da empresa, sob a orientação da bióloga da Vina, e com a participação da equipe de educadoras e das crianças da Creche.

Outra iniciativa que mobilizou a rede de cooperação foi a reorganização da Biblioteca Infantil da creche, que envolveu a doação de caixotes pela Cia de Dança Agnes Cidadania, sediada no entorno da empresa. Os caixotes, que eram elementos de cenário de um dos espetáculos da Cia. de Dança, foram transformados em nichos organizadores para a biblioteca pela *designer* Cristina Araújo, também parceira do Departamento Socioambiental.

A rede de cooperação promoveu ainda a revitalização de uma praça no território, coordenada pelo MLB e renomeada como Praça Marielle Franco. Foram disponibilizados, pela empresa, equipa-

mentos e mão de obra especializada para a limpeza da área, além de suporte técnico para as ações de plantio, a produção e fixação de placas de identificação das espécies plantadas, a doação de tambores usados para a construção de lixeiras, como, também promoveu geração de renda para a comunidade.

Em 2019, durante as tempestades que atingiram Belo Horizonte e região, a Ocupação Paulo Freire sofreu com desabamentos e acumulação de entulho. Atendendo a uma demanda do MLB, a Vina disponibilizou suporte técnico e operacional para a limpeza da área atingida e realizou, também, obra de proteção de trincas surgidas em uma via de acesso da Ocupação. A equipe da empresa trabalhou em mutirão com a comunidade.

A inclusão social, via mercado formal de trabalho, é outro importante ponto de interseção entre a Vina e as comunidades do seu entorno. Oportunidades de trabalho têm sido oferecidas e diversas contratações - pela CLT e por contratos legais de trabalho¹³ - já foram realizadas, além da formação profissionalizante, por meio de programas como o Jovem Aprendiz e as Pessoas com Deficiência - PCD.

Em 2020, a pandemia de Covid-19 surpreendeu e paralisou o mundo, alterando nossa realidade e nossas relações pessoais, profissionais e sociais. O isolamento social passou a ser uma regra necessária de cuidado e sobrevivência. Além de seguir os protocolos recomendados pela Organização Mundial de Saúde - OMS, a Vina agiu rapidamente para criar uma condição segura de trabalho e, também, cuidou para manter os elos estabelecidos com sua equipe, seus parceiros e com sua Rede Socioambiental. Ações diversas vêm sendo

¹³ Informações completas sobre essas ações citadas estão disponíveis para consulta no Departamento Pessoal e no Departamento Socioambiental da empresa.

desenvolvidas e realizadas, priorizando os recursos digitais e as redes sociais para levar informações referentes à pandemia, além de incentivar a educação ambiental e estimular a saúde física e mental.

Desde abril de 2020, a empresa se engajou na ação solidária promovida pelo MLB, que vem realizando ações emergenciais de combate à fome, no território e na cidade. A Vina vem colaborando mensalmente para essa iniciativa, a partir de demandas específicas do MLB, para a complementação de itens das cestas básicas distribuídas nas comunidades onde o Movimento atua. Por uma solicitação da Vina, o MLB incluiu, na sua lista de doação mensal, 34 cestas básicas para outra parceira da Rede Socioambiental: a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Oeste de Belo Horizonte - COOPEMAR¹⁴.

Considerações finais

O Departamento Socioambiental da Vina vem, desde sua criação, construindo e firmando parcerias com diferentes setores da sociedade, como universidades, cooperativas, ONGs, movimentos sociais, escolas e equipamentos públicos.

Nesses 20 anos, o Departamento tem aprendido muito com suas experiências e, mais ainda, com a proximidade de realidades tão diversas. Junto com sua equipe, vem trabalhando a escuta cuidadosa,

¹⁴ Informações sobre a parceria da Vina com a COOPEMAR estão disponíveis no nosso e-book no capítulo Rede de Coleta Seletiva - p. 269. Disponível em: <https://www.vinaec.com.br/socio-ambiental/praticas-socioambientais-de-corresponsabilidade-e-book/>

a empatia, o respeito, e valorizando a cooperação, a flexibilidade e a sensibilidade para construir de forma inteligente e verdadeira as parcerias que sustentam a sua Rede Socioambiental. O desafio permanente é o de estabelecer novas formas de interlocução com a vizinhança, inaugurando outras possibilidades de troca entre os que ocupam o mesmo território.

No caso do projeto multidisciplinar da sua atual sede, desde a sua concepção a Vina se preocupou com a promoção e a incorporação de conceitos de corresponsabilidade empresarial - tanto ambiental quanto social - entendendo seu papel de empresa privada, instalada em uma região com sérios problemas de vulnerabilidade social. A empresa tem consciência de que é necessário tratar com racionalidade os recursos naturais, uma vez que estes podem se esgotar, e que a questão ambiental não é ideologicamente neutra, nem distante dos problemas sociais e dos interesses econômicos.

Com relação à parceria com o Programa de extensão Natureza Política, no projeto do Parque das Ocupações, a Vina tornou-se parceira deste projeto em ações integradas com este território, que é rico ambiental e culturalmente, mas que, por outro lado, é o retrato da desigualdade e da exclusão socioespacial que o sistema capitalista impõe a grande parte da sociedade. Embora a Vina seja parte desse sistema capitalista, permanentemente vem atuando como empresa corresponsável, que acredita na viabilidade de outros modelos de convivência social e econômica. O estabelecimento de parcerias com a sociedade civil organizada, incluindo as suas parcelas mais vulneráveis, certamente não é capaz de reverter ou transformar o modelo capitalista vigente, mas pode provocar reflexões sobre a urgência de se buscar coletivamente soluções para os problemas sociais e am-

bientais, ampliando o senso de corresponsabilidade na sociedade a partir do lugar e do contexto em que se atua. Esse é o desafio que nos move e nos faz prosseguir.

Referências

CARVALHO, J. BÓÇON, R. 2004. **Planejamento do traçado de uma trilha interpretativa através da caracterização florística**. Revista Floresta, n.34: 23-32. Curitiba-(PR).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p.33

LOPES, M. S. B. BRAGANÇA, L.S. COELHO, M.S. GUINHO, L.A. **Quem ocupa constrói contracondutas**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. v.26, n.39, 2º sem. 2019. 142p

SOUZA, I.N.P. COUTO, T. F. **A urbanização e a percepção do lugar no córrego Jatobá em Belo Horizonte, Minas Gerais**. Universidade Federal de Minas Gerais. In: XVIII Encontro Nacionais de Geógrafos. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. 24 a 30 julho de 2016 - São Luiz, MA. Anais... São Luiz, 2016. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/334683934>>

VEIGA, José Eli da. **A emergência socioambiental**. [s.l, s.n.], 2007.

natureza política



EXTRAVIAS

O capítulo Extravias apresenta os trabalhos desenvolvidos na disciplina “UNI087 - Tópicos em Culturas em Movimento C - Natureza Política: rupturas, aproximações e figurações possíveis”, ministrada pelas professoras Marcela Brandão (Escola de Arquitetura da UFMG) e Patrícia Azevedo (Escola de Belas Artes-UFMG), que teve como proposta a elaboração de projetos audiovisuais sobre a temáticas do Webinário, abordadas aqui pelas vias do sensível e construídas por meio de linguagens abstratas e poéticas.

Esta disciplina se insere no contexto das atividades de dois (2) programas de caráter extensionista, que aqui pretendem compartilhar as discussões teóricas e metodológicas de suas práticas no intuito de aproximar e conectar as diversas naturezas, humanas e não-humanas, os domínios teórico e audiovisual. O Programa “Natureza Política” e o O “Corpo Coletivo”, um programa em Arte, Educação e Novas Mídias, concebido como um jogo colaborativo. Sua aposta metodológica é pautada pelo desafio de realizar projetos audiovisuais a partir de experiências entre pessoas que não se conhecem e que estão geograficamente à distância.

Em função da pandemia do novo Coronavírus, a disciplina foi realizada em formato remoto, por meio de aulas síncronas, atividades assíncronas e de encontros previamente agendados. O processo de orientação dos trabalhos teve como suporte o sistema Moodle da UFMG, a Plataforma Zoom, um drive criado exclusivamente para a disciplina para o compartilhamento de informações. Além destes, foi aberto um grupo no Whatsapp, que funcionou como fórum da Disciplina.

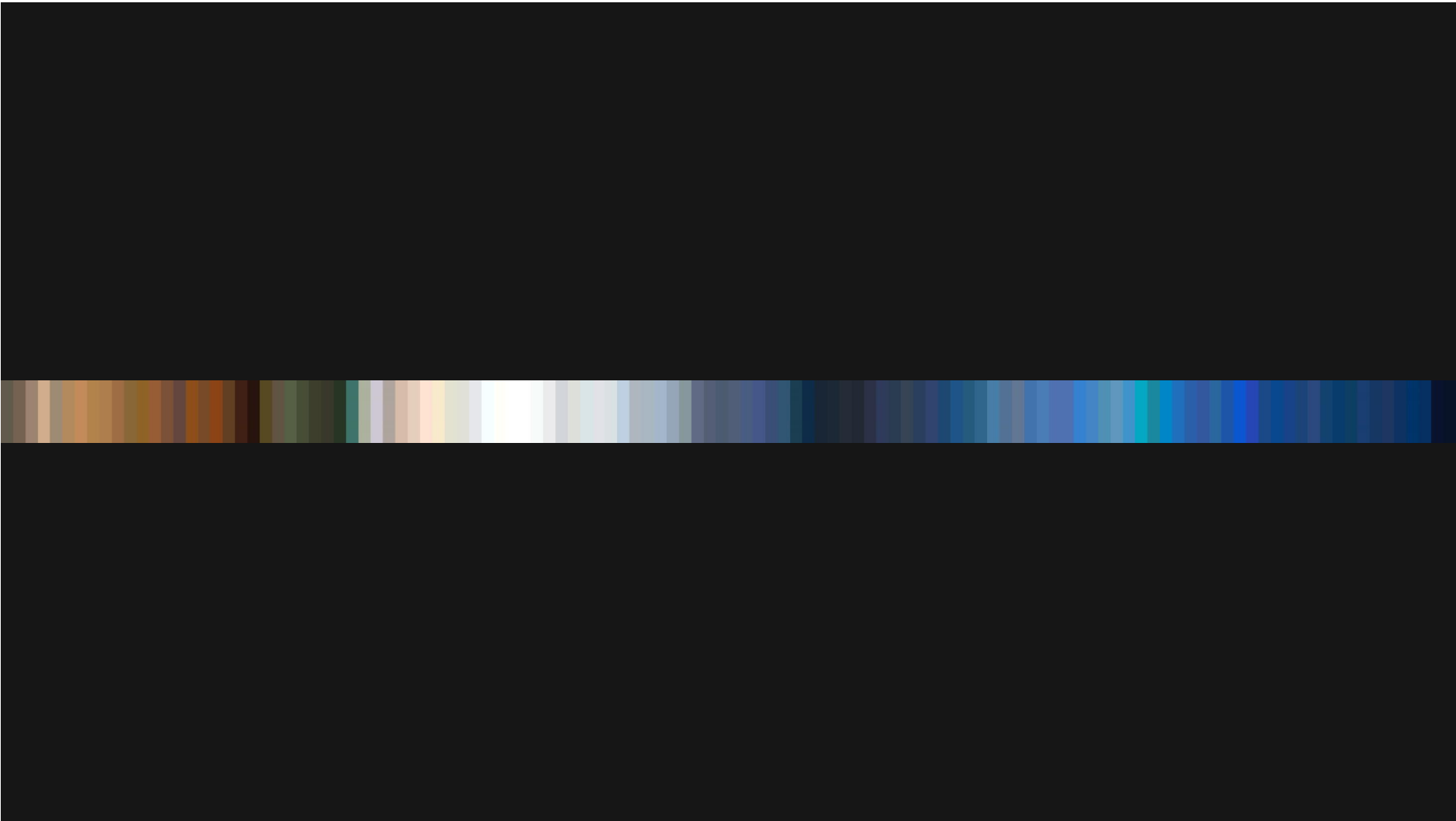
Produção audiovisual

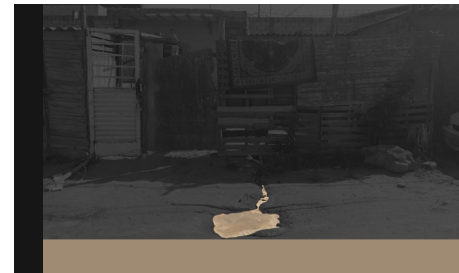
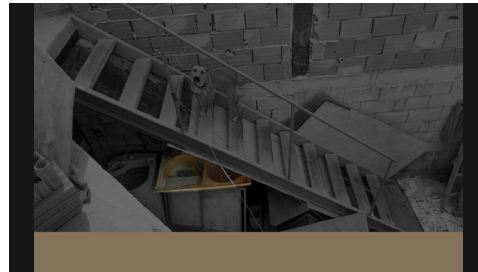
LABORATÓRIOS TRANSVERSAIS

TÓPICOS EM CULTURAS EM
MOVIMENTO

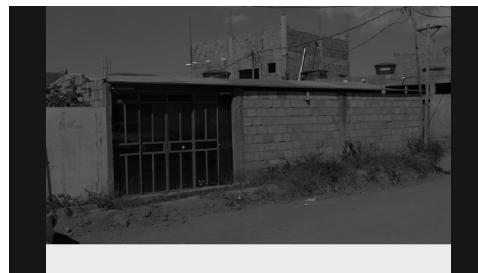
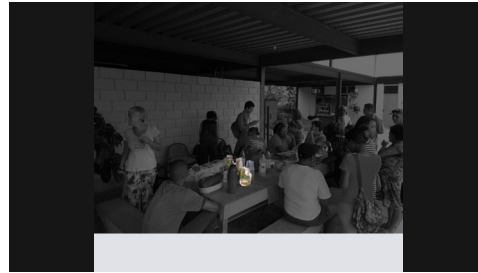


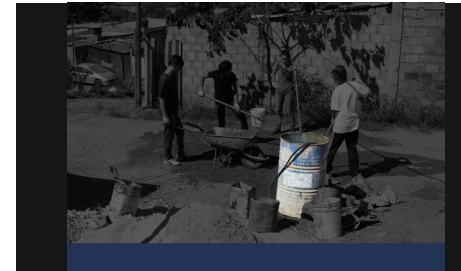
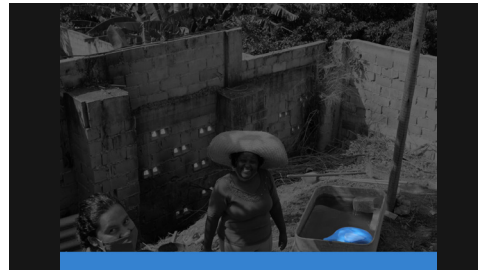




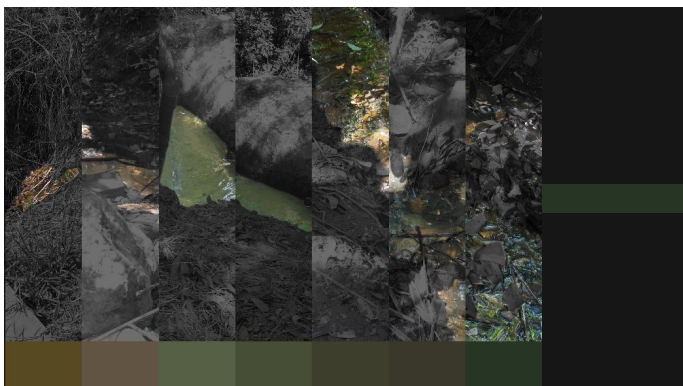
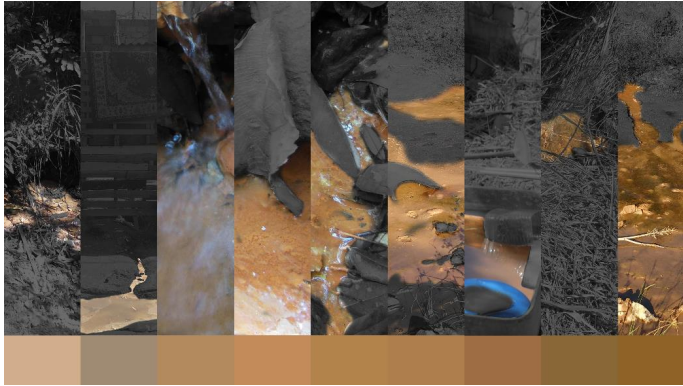




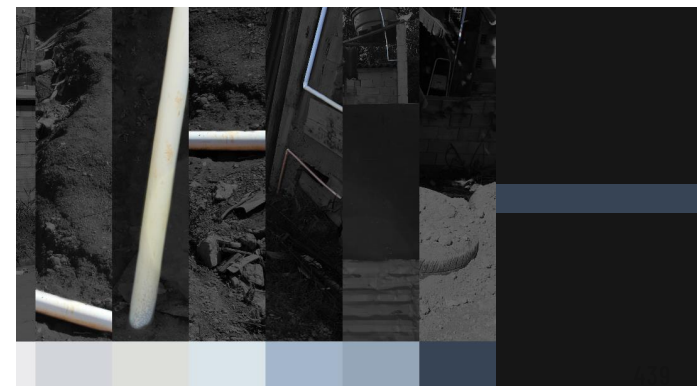




NATURA



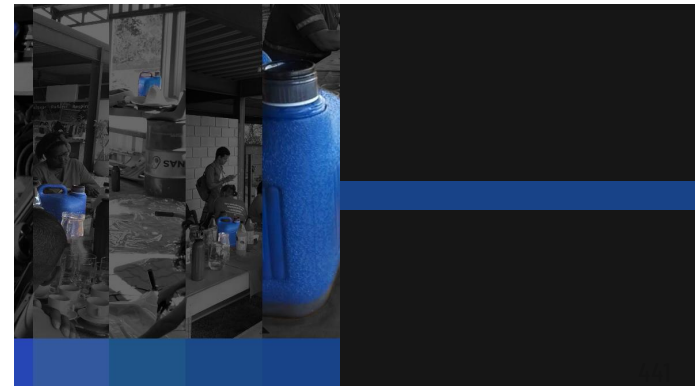
FLUXO

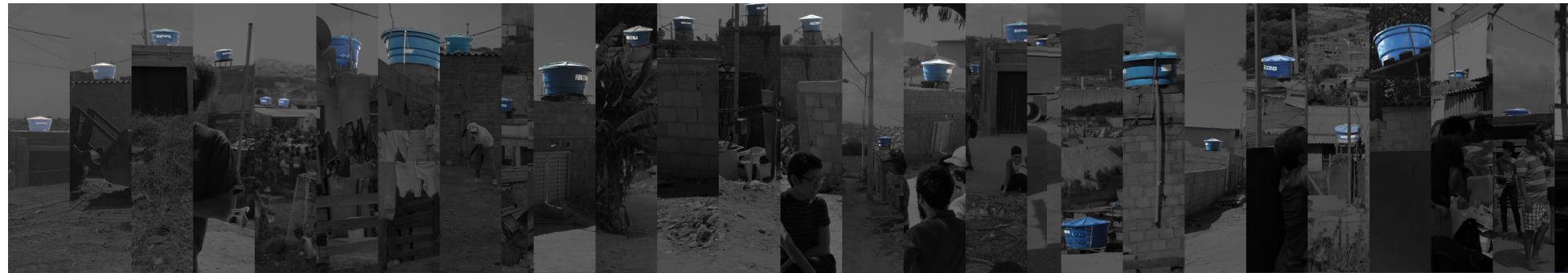


TRABALHO



INGESTÃO





RESERVA

S O B R E O P R O J E T O D A D O S C O L E T A D O S

Este projeto nasceu dentro de um arquivo de imagens, sobre o Parque das Ocupações na Região do Barreiro em Belo Horizonte. Dentro deste acervo coletivo eu comecei a vasculhar as fotos com uma questão em mente: como a água é presente de diversas formas naquele ambiente e qual são as suas cores.

Na coleta das 110 fotografias, fui percebendo as mais variadas manifestações da água, tanto no seu estado mais natural quanto nas graduações do seu entendimento cultural e humano. E as cores parecem ser quase contraditórias, pois os azuis e brancos que associamos à água é cultural, na natureza ela se manifesta mais nos marrons, verdes e demais tons terrosos.

Desta forma, foi retirado a cor das fotografias deixando a cor reservada apenas ao corpo de materialização da água na imagem e sua cor predominante colocada em amostra abaixo. Tem-se então escala cromáticas entre a água no estado natural (NATURA) e as mais variadas formas dela na nossa cultura (RESERVA, FLUXO, INGESTÃO, TRABALHO).

Água Natura: 26

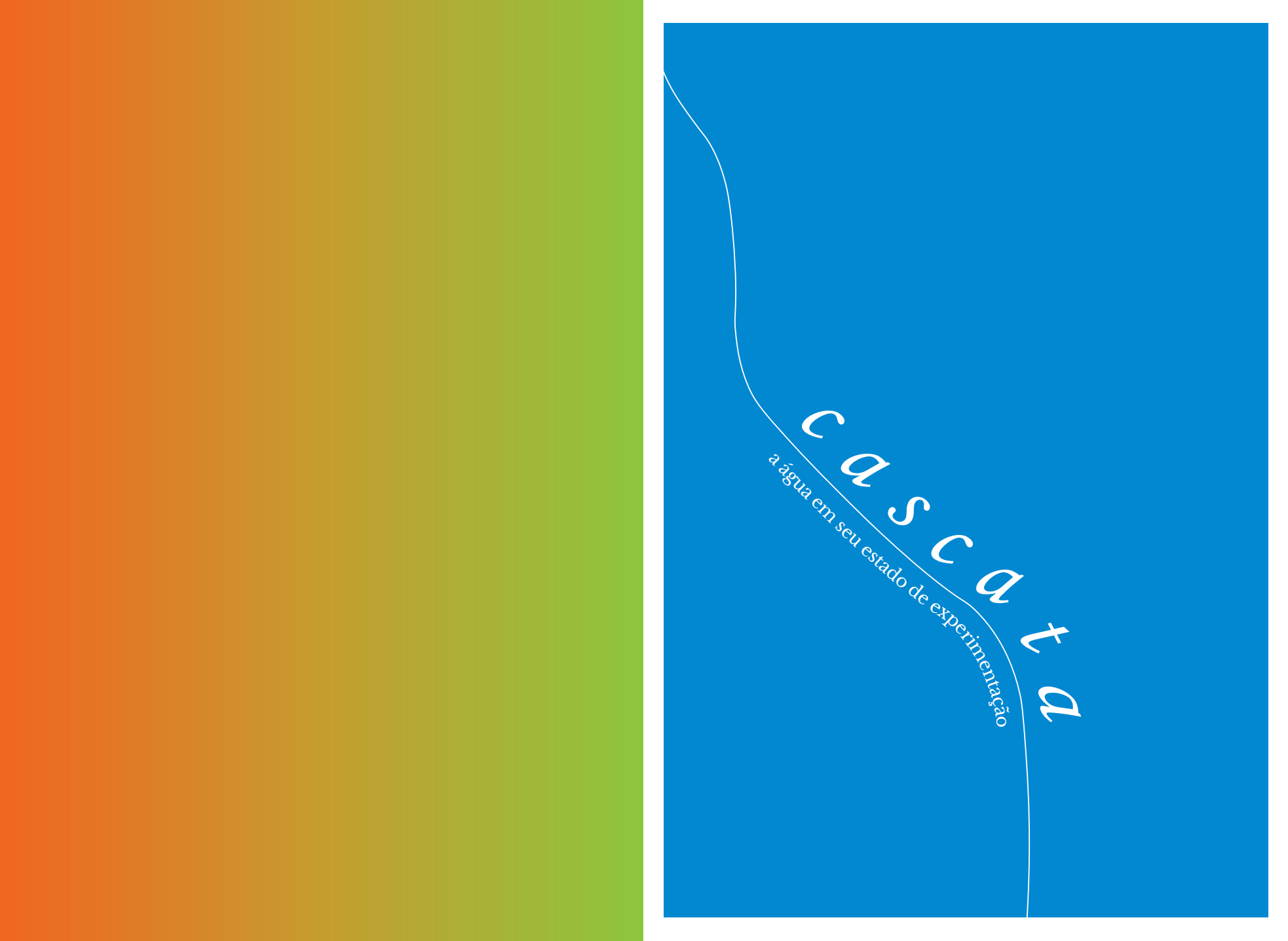
Água Fluxo: 25

Água Trabalho: 20

Água Ingestão: 23

Água Reserva: 52

Total de imagens analisadas: 110



cascatp

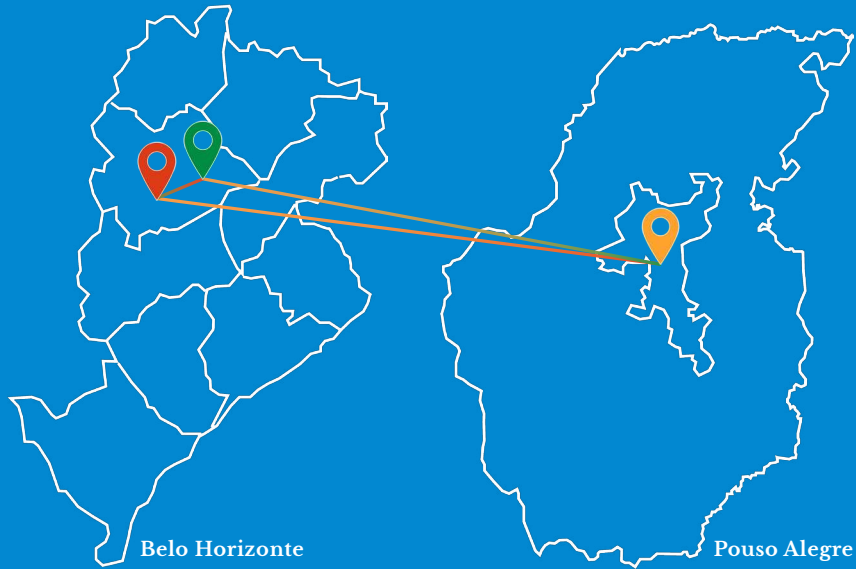
a água em seu estado de experimentação

este trabalho é uma coletânea de trocas
entre 14 pessoas de 4 cidades diferentes
a partir dos questionamentos:

*como as nossas relações com a água se expressam? como evidenciar a água sem retratá-la?
quais narrativas e imaginários ela desperta? e como eles se conectam?*

a troca aconteceu em uma plataforma digital simultânea a todos, e teve início com o envio de uma foto por um dos participantes, a qual deveria conter a água de alguma forma. a partir disso, seguiu-se uma trama de sequência de fotos, sendo que, cada uma delas, deveria se articular de algum modo com a anterior e assim por diante. após esse primeiro momento, todos os participantes contaram suas interpretações acerca da sequência produzida.

cascata 1



Gabriel

26 anos
Servidor público
Mora no bairro Liberdade

Sabrina

31 anos
Estudante de Cinema de Animação e Artes Digitais
Mora no bairro Ouro Preto

Luara

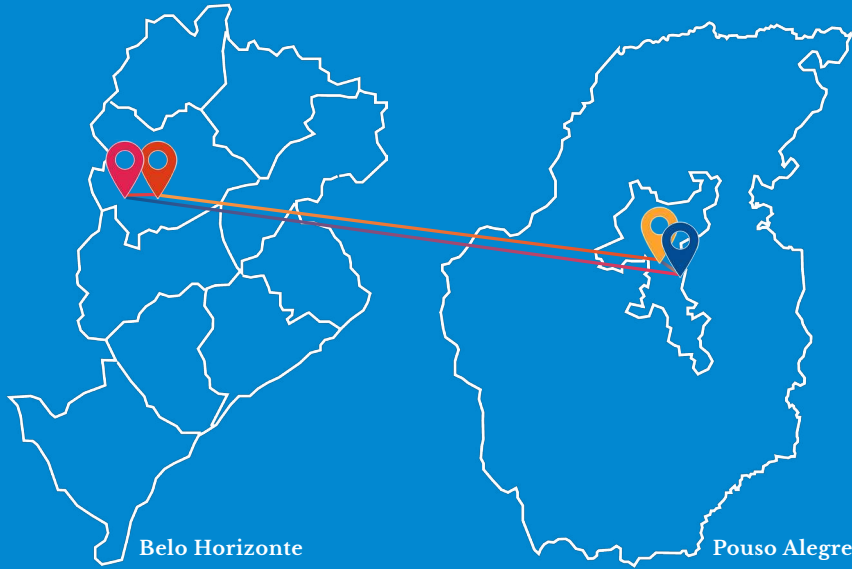
24 anos
Estudante de Arquitetura e Urbanismo
Mora no bairro Jardim Independência

The collage features several photographs: a brick building facade, a shower stall, a bathtub with a blue bucket, a shower head, a water filter, a water dispenser, a water bottle, a water tap, a water filter, a water tap, and a water filter. A blue line traces a path through these images, connecting to a mind map of words.

Mind Map Words:

- interior
- armazenamento
- segurança
- caminho
- destino
- escassez
- limite
- bica
- lugar nenhum
- alta
- expectativa
- espera
- aberto
- de onde vem
- vedada
- anterior
- fechada
- fluidez
- para onde vai
- limpeza
- destino
- sujeira
- meio
- ausência
- lembrança
- imagem
- deslocamento
- vedado
- fim
- forma
- ligação
- transição
- vazio
- chegada
- desnecessário
- alternativo
- conteúdo
- individual
- transparente
- reutilização
- saida
- alternativa
- exigência
- antigo
- transpasse
- coletivo
- amplitude
- reservado
- material
- necessidade
- fluxo
- entre
- literal

cascata 2



Montivia

30 anos
Técnica de som
Mora no bairro Ouro Preto

Sabrina

31 anos
Estudante de Cinema de Animação e Artes Digitais
Mora no bairro Ouro Preto

Luara

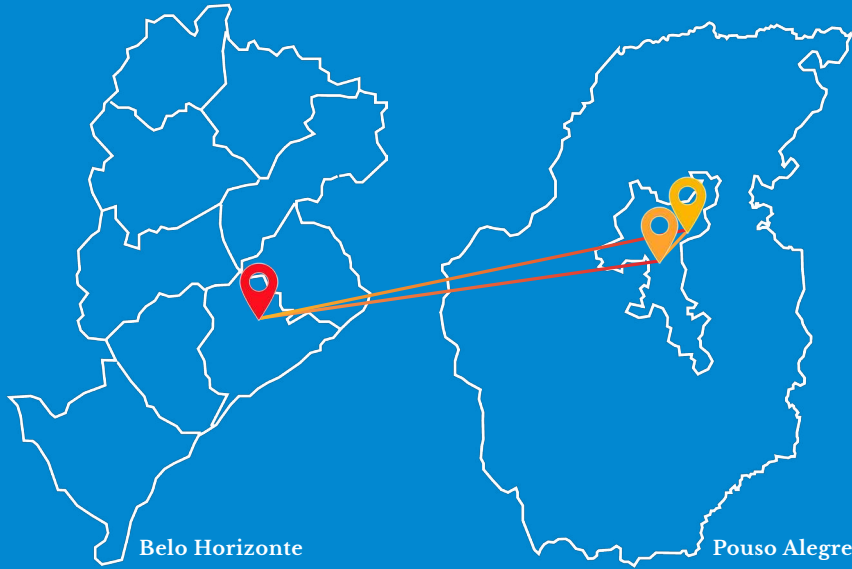
24 anos
Estudante de Arquitetura e Urbanismo
Mora no bairro Jardim Independência

Luan

27 anos
Estudante de Química
Mora no bairro Foch

faxina
chuva
escorrer
superfície
representada
capa
literal
vira
palavra
leitura
tonalidade
texto
nomeia
superfície
vira
reproduz
rio
cores culturais
tons
sede
apoio
cores
chegada
cor
dentro
limpeza
veículo
desenhar
infantil
continuidade
desenho
principal
aberta
através
representa
transformação
processo
cores
papel
acesso
lavar
mãos
diluída
escura
semelhança
natural
sair
corre
colorida
suor
clara
utilizar
lembrar
sair
formato
circuitos
diversas
forma
cores
regar
uso
presença
molha
diversas
zoom
vidas
dependem
precipita
aberto
cor
ideia
necessidade
hidratar
diferente
álcool
quantidade
dimensão
abastecer
textura
animal
de adulto
cor
maior
de criança
uso
não bebe
seleção
sede
gosto
mar
tomar
dia
sol
juntos
calor
praia
sol
onde
ajudar
banho
banhar
ressaca
depois
escovar
dentes
continuidade
limpo
ideia
limpar
ambiente
ambiente

cascata 3



Luiza

24 anos
Estudante de Arquitetura e Urbanismo
Mora no bairro Centro

Gustavo

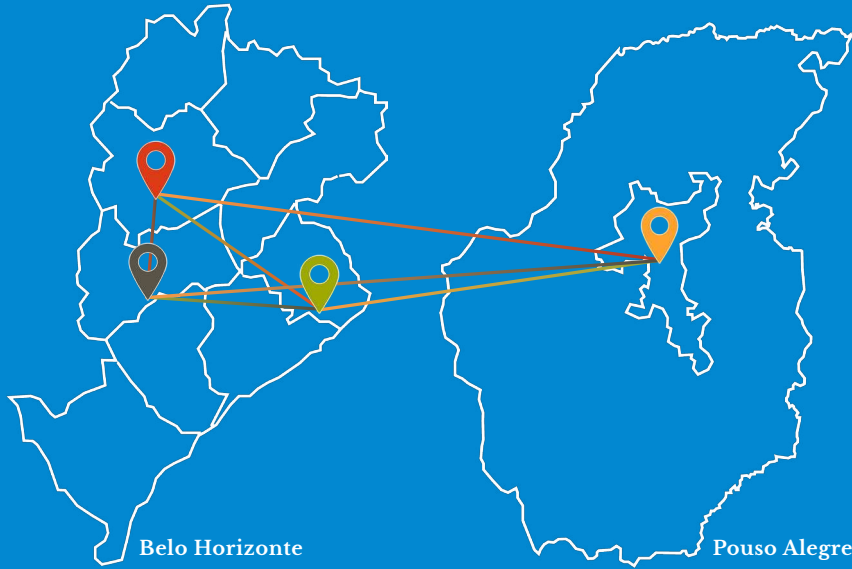
23 anos
Estudante de Ciências Sociais/Professor
Mora no bairro Santa Cecília

Luara

24 anos
Estudante de Arquitetura e Urbanismo
Mora no bairro Jardim Independência

Word cloud terms include: cotidiana, literal, visão não-humana, visualizar, dentro, recipiente, literal, enquadramento, manutenção da vida, função, original, contém, oceano, contraste, novo uso, função, fabricada para, processo, original, processo, produto, reciclagem, líquido, também, uso, industrial, reutilizada, vazia, representa, circular, modificada, produz, processada, plástico, festa, dia, remete, lazer, outras formas, sol, plástico, mudança, curtir, sol, carregam, so lado, praia, relaxamento, arcia, depois, material, banho, cor, esguicho, quintal, origem, forma, caminho, banho, chuva, caindo, forma, como chega, caminho, faz, peça, caminhos secretos, representa, veladas, até, cidade, lembra, movimento, estranhamento, não imaginária, proteção, lembra, sobre, estado, chuva, exposição, pressão, através, necessidade, proteção, corpo, usar, olhar, momento, contra, caminho, meio, sol, presente, necessidade, possibilidade, carregadas, enquadramento, queda, enquadramento, desabamento, a partir, situação, invertido, moradia, levar, atual, construído, dentro, ângulo, também, enquadramento, outro, cosmologia indiana, lagoa, contém, lembrou, enquadramento, harmonia, processo interiorano, literal, lembrança, diferentes naturezas, pintura, pessoa, desenhou, uso, do interior, pelo ambiente, pintura

cascata 5



Gabrielle
 29 anos
 Videomaker
 Mora no bairro Santa Tereza

Matheus
 23 anos
 Estudante de Cinema e Audiovisual
 Mora no bairro Coração Eucarístico

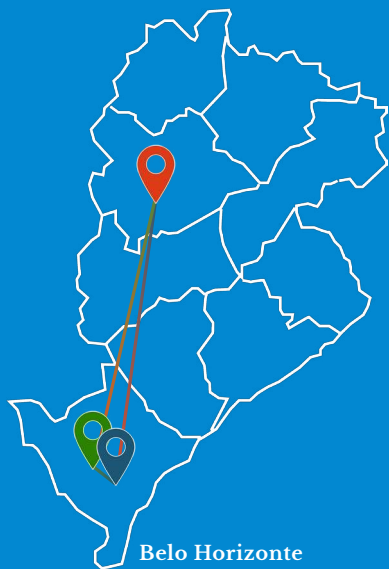
Sabrina
 31 anos
 Estudante de Cinema de Animação e Artes Digitais
 Mora no bairro Ouro Preto

Luara
 24 anos
 Estudante de Arquitetura e Urbanismo
 Mora no bairro Jardim Independência



seca
 consciência
 relação
 precisar
 reinventar
 conter
 começo
 enxergar
 estar
 sentido
 receber
 ideia
 crescer
 nutrição
 monte
 depender
 dentro
 necessitar
 funcionar
 cachorro
 gato
 estética
 cor
 resquício
 quebra
 alto
 descarte
 alimentação
 crescer
 referência
 limpo
 nova
 casa
 alcançar
 desperdício
 entranhas
 ver
 tonalidade
 através
 materiais
 entender
 mar
 ir
 outros
 destino
 embora
 piorativa
 gente
 saber
 proximidade
 encerrar
 forma
 pessoal
 presença
 sujar
 usar
 jogar
 corpo
 cuidado
 casa
 outro

cascata 6



Alexandra

45 anos
 Agente de agroecologia
 Mora na Ocupação Paulo Freire

Sabrina

34 anos
 Bióloga
 VINA - Distrito Industrial do Jatobá

Sabrina

31 anos
 Estudante de Cinema de Animação e Artes Digitais
 Mora no bairro Ouro Preto

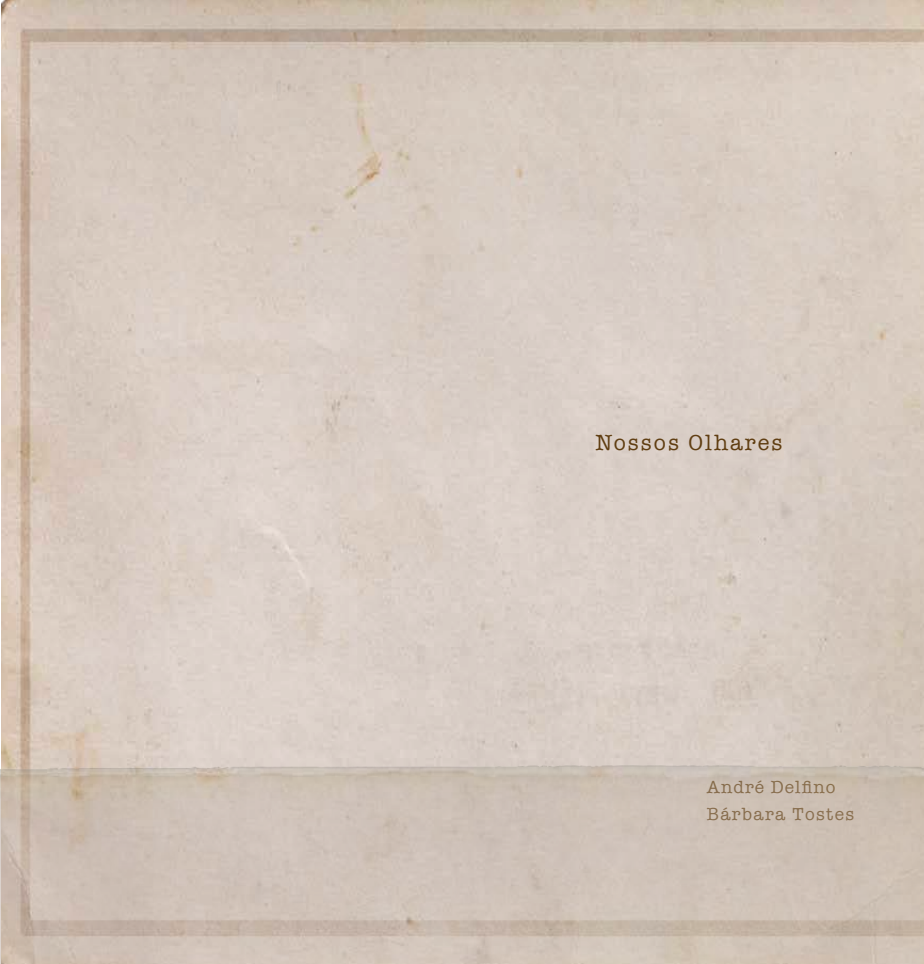

branco
 contida
 zelo
 falta
 ir
 formato
 cor
 edificação
 estado
 contexto
 saír
 icônica
 natureza
 zero
 dentro
 contrário
 forma
 transformar
 saúdável
 linda
 vida
 cheia
 viver
 relação
 sem
 cura
 seca
 voltar
 lugares
 reaproveitar
 uso
 vida
 baixo
 alto
 depois
 renovar
 pensar
 impossível
 função
 pessoal
 maioria
 infinita



cascatas

a água em seu estado de experimentação

Trabalho realizado por:
Luara Assis e Sabrina Lopes



Nossos Olhares

André Delino
Bárbara Tostes

14 pessoas de Belo Horizonte e região Metropolitana participaram e

como
ela
se
faz
presente
?

como você a
enxer ga?

o que
te faz
lembrar
?

registraram suas percepções sobre a água no seu dia a dia.

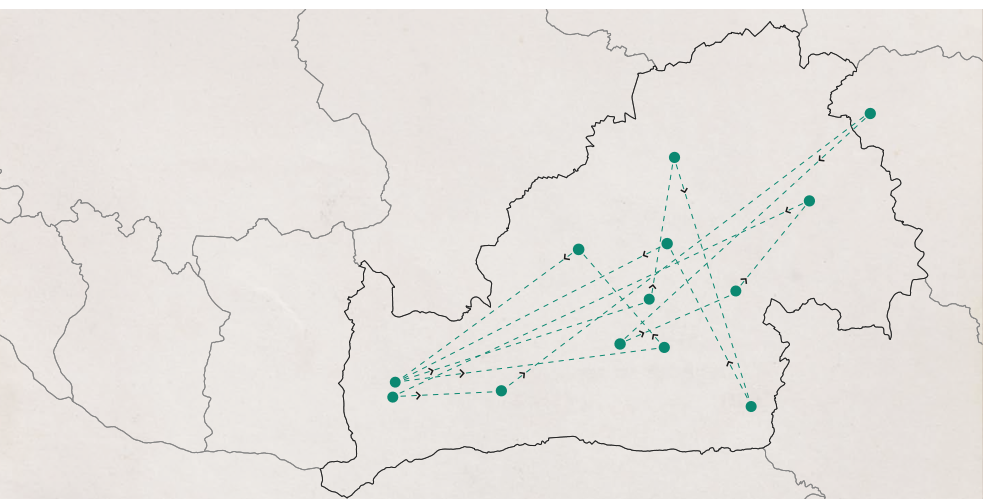
Suas representações foram trocadas aleatoriamente entre elas e

V O
ê q
? u
e

o que
ne
tet
eb
?

cada uma escreveu sua leitura sobre as fotografias da outra.

o que **sente?**



Dada uma mesma dinâmica,

diferentes olhares foram compartilhados.



Alexandra, 46 anos, Agente de Agroecologia - Ocupação Paulo Freire

Lana Lima, 68 anos, Aposentada - Bairro Ermelinda

Os rios são importantes pois fornecem água para nosso consumo, que é importante para a Flora e Fauna do Planeta, para a agricultura e para irrigar as plantações.



André Delino, 26 anos, Designer e Fotógrafo - Bairro Cidade Nova

Barbara Torres, 20 anos, Estudante de Arquitetura e Urbanismo - Bairro Santo Agostinho

Conforto,

As gotas na janela me lembram do orvalho na grama da fazenda do meu vó e o clima de chuva que fazia toda minha família se reunir na sala para assistir a um filme no televisor ou jogar baralho. Isso me traz um forte sentimento de paz e introspecção, mas também de saudade de momentos especiais.

Me sinto segura.

Barbara Guibardi, 26 anos, Astróloga - Pampulha



Água relaxante depois de um dia estressante.

me lembra cerveja e comida boa, vida!

caféain

Lidia Maria, 81 anos, Aposentada - Bairro Carlos Prates

Na cidade a gente não tem muito contato com o rio igual a gente tem no interior, antigamente era nele que lavava a roupa, tomava banho... agora raramente lembro disso. Água a gente precisa muito e pra além de beber fazer a comida em si, tornar possível de chegar em casa mesmo. Pra plantar alface precisa de água pra ter carne no prato o gado precisa de água. Mas a verdade é que a gente tem que economizar água né? Não pode ficar gastando muito, tem que fechar a torneira, se não a água acaba.



é de onde ela vem e para onde ela vai, o que ela faz com a gente?

Barbara Torres, 20 anos, Estudante de Arquitetura e Urbanismo - Bairro Santo Agostinho

sinto, saudade de várias casas que fui e tinham um desse

limpeza poesia
pessoas com dinheiro alívio
ruído velhice lua de mel
natureza casa de estranhos
praia

uma maneira criativa de mostrar que se tem um iPhone

Barbara Torres, 20 anos, Estudante de Arquitetura e Urbanismo - Bairro Santo Agostinho

Cheyenne Pereira, 32 anos, Autônoma - Ocupação Paulo Freire



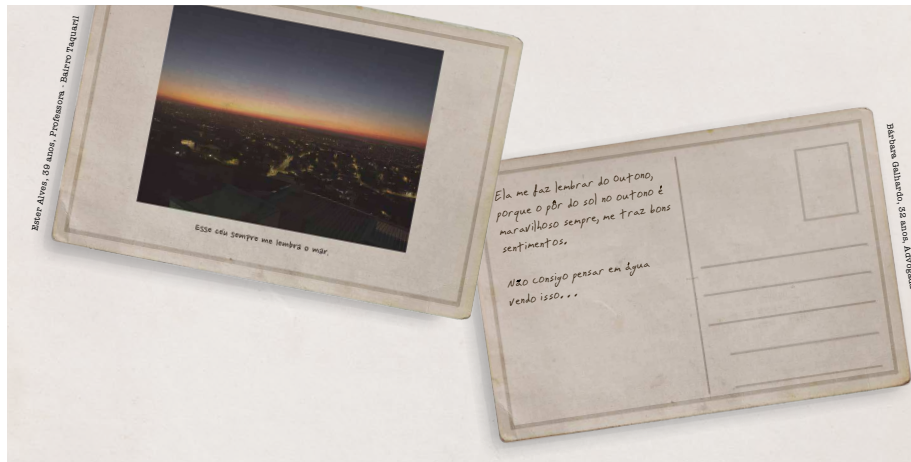
Essencial

Me traz um sentimento de tranquilidade, principalmente por a pessoa optar em tirar a foto mostrando o sobeusto mas não. Aquilo momento que você chega exausto em casa e o corpo em si, logo a alma de todos os acontecimentos passados. É um sentimento de estar cumprido pelo fato de momentos depois a louça estar limpa, mas com restos a água, alma de ela, ser limpa e cristalina, é com ela que limpamos tudo desde o almoço até de ser preparado até a louça após o jantar.

Nessa imagem água é vida, e graças a ela que esse pequeno pt de habitação vai dar vida crescer.

Tudo pode ser feito para mantermos a vida, me recordo das manufaturas com garrafas pet, muitas plásticas em pequenos vasos que depois de transportos, para a terra geraram belas flores.

Igor Braga, 21 anos, Estudante de Estatística - Bairro Padre Rustáquio



Rafael Alves, 39 anos, Professor - Bairro Teplari

Esse céu sempre me lembra o mar

Ela me faz lembrar do outono, porque o pôr do sol no outono é maravilhoso sempre, me traz bons sentimentos.

Não consigo pensar em água vendo isso...

Bárbara Oliveira, 32 anos, Artista - Jardim



Me faz lembrar de casa do meu tio onde as esculturas soltaram esquisitas. Isso, porque minha mãe enchia de água e eu me sentia no visconde de Ramos e, nesse tempo, eu passei muitos anos bebendo água no filtro de barro, então é uma memória afetiva. É uma memória já que aqui em casa está do mesmo jeito que há 30 anos atrás e, mesmo depois de 30 anos aqui, minha vida continua a mesma. Agora sinto que regar os plantas, porque são elas que vivem.

Lucas Cardoso, 26 anos, Analista de Licitações - Bairro Centro

Me faz lembrar de Portugal. Nunca fui, mas sempre quando passo nesse país minha imaginação projeta imagens bonitas e novas.

Me faz lembrar muito do rio porque me traz um sentimento refrescante de um rio limpo.

Aqui, eu me lembro de família reunida. Suco sempre no restaurante de um grupo de pessoas reunidas na mesa, pessoas felizes, logo família.

Essa aqui lembra minha vida, porque ela tem uma vida muito parecida, muito mesmo e faz sentir saudade dela agora.

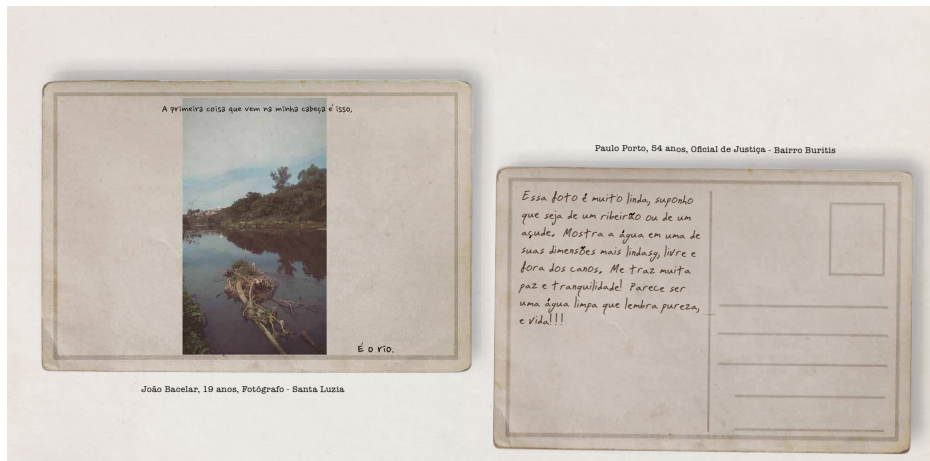
Essa aqui me lembra a simetria e me dá uma sensação de organização de organização e identificação. Consequente a sensação de estar num museu ou um local histórico.

Me faz lembrar da vida e seus ciclos. Não que nesse caso a foto me lembre de transição de tempo, mas sim de um momento e da necessidade de olhar algumas situações pra vivermos outras.

Essa aqui me faz lembrar vida, de repente sempre me lembra a vida circular, sempre, sempre.

Essa aqui eu acho perfeita essas cores me trazem paz. É o ambiente claro me lembra a sensação de lugar agradável, tranquilo, bem agradável. Remete ao ar mesmo.

Igor Besda, 21 anos, Estudante de Estatística - Bairro Padre Rustáquio



A primeira coisa que vem na minha cabeça é isso.

É o rio.

Jobão Baccari, 19 anos, Fotógrafo - Santa Luzia

Paulo Porto, 54 anos, Oficial de Justiça - Bairro Buritis

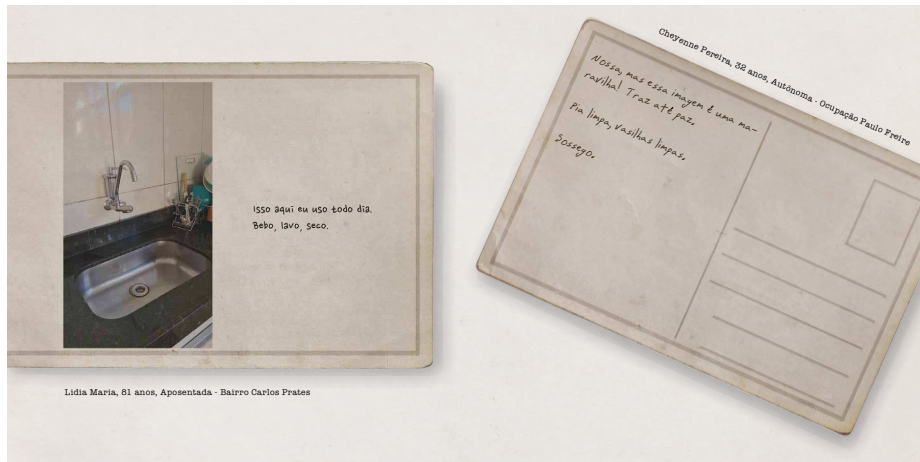
Essa foto é muito linda, supondo que seja de um rio ou de um açude. Mostra a água em uma de suas dimensões mais lindas, livre e fora dos canos. Me traz muita paz e tranquilidade. Parece ser uma água limpa que lembra pureza, e vida!!!

Lana Lima, 66 anos, Aposentada - Bairro Primavera

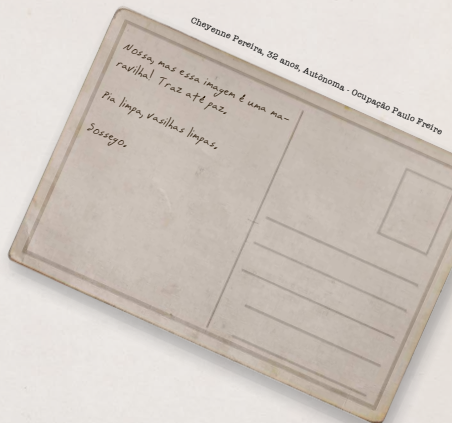


Essa me lembrou cereja.
Essa me representou a paz.

Estevão Alves, 59 anos, Professora - Bairro Taquaril



Lidia Maria, 61 anos, Aposentada - Bairro Carlos Prates

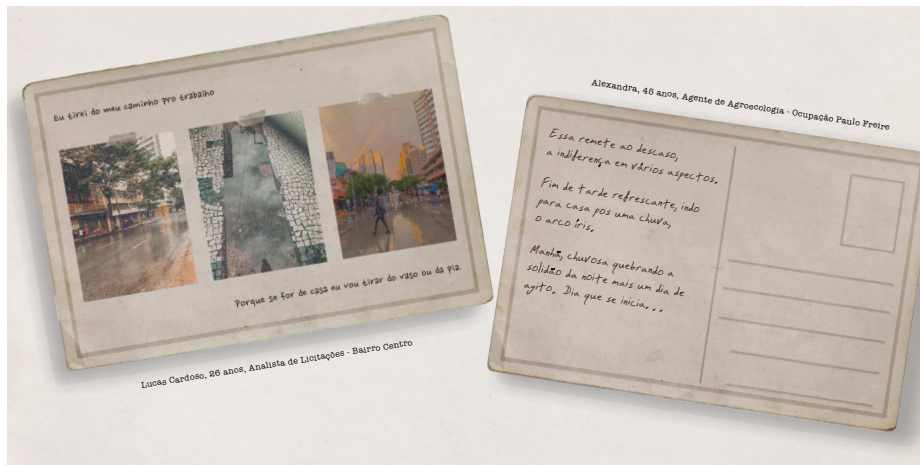


Cheyenne Pereira, 38 anos, Autônoma - Ocupação Paulo Freire

Lorraine Rodrigues, 27 anos, Desenvolvedora de Web - Ocupação Eliana Silva



Valdeir Proença, 50 anos, Almoxeiro - Bairro Tupi



Lucas Cardoso, 26 anos, Analista de Licitações - Bairro Centro

Essa remete ao desasso, a indiferença em vários aspectos.
Fim de tarde refrescante, indo para casa pós uma chuva, o arco iris.
Muito, chuvosa quebrando a solidão da noite mais um dia de agosto, Dia que se inicia...

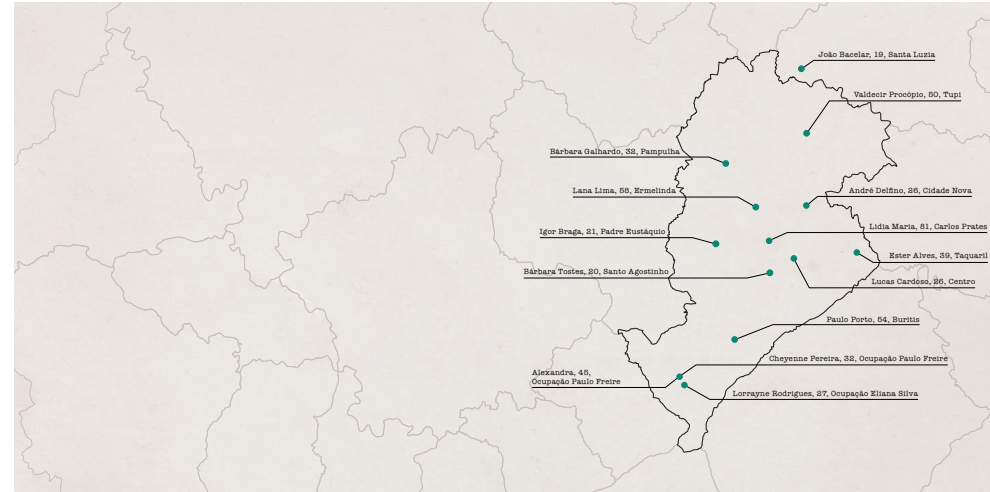
Alexandra, 48 anos, Agente de Agroecologia - Ocupação Paulo Freire

natureza política



Paulo Porto, 54 anos, Oficial de Justiça - Bairro Burtis

natureza política

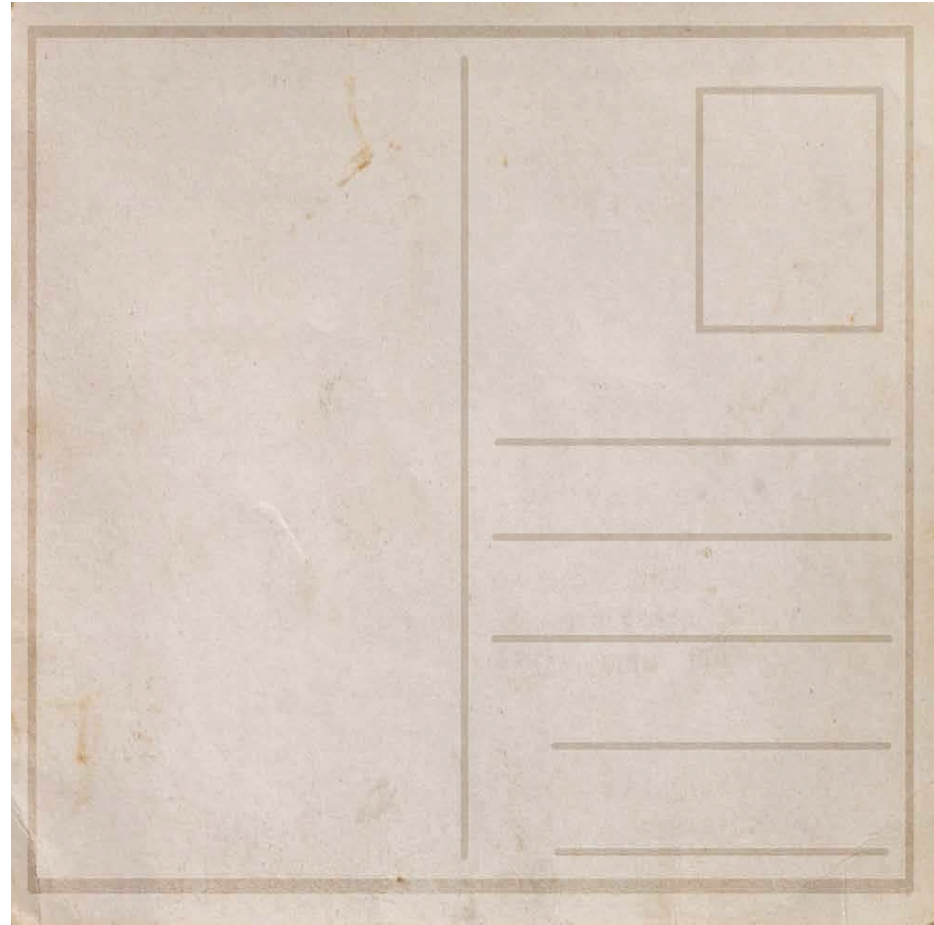


Nossos Olhares

Projeto desenvolvido por André Delfino e Bárbara Toetes para a disciplina "Laboratórios Transversais - Natureza Política: rupturas, aproximações e figurações possíveis" ofertada pelo Departamento de Projeto (PPr) da Escola de Arquitetura e pelo Departamento de Fotografia e Cinema (FIC) da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Orientação: Patrícia Gomes de Azevedo e
Marcela Silvano Brandão Lopes

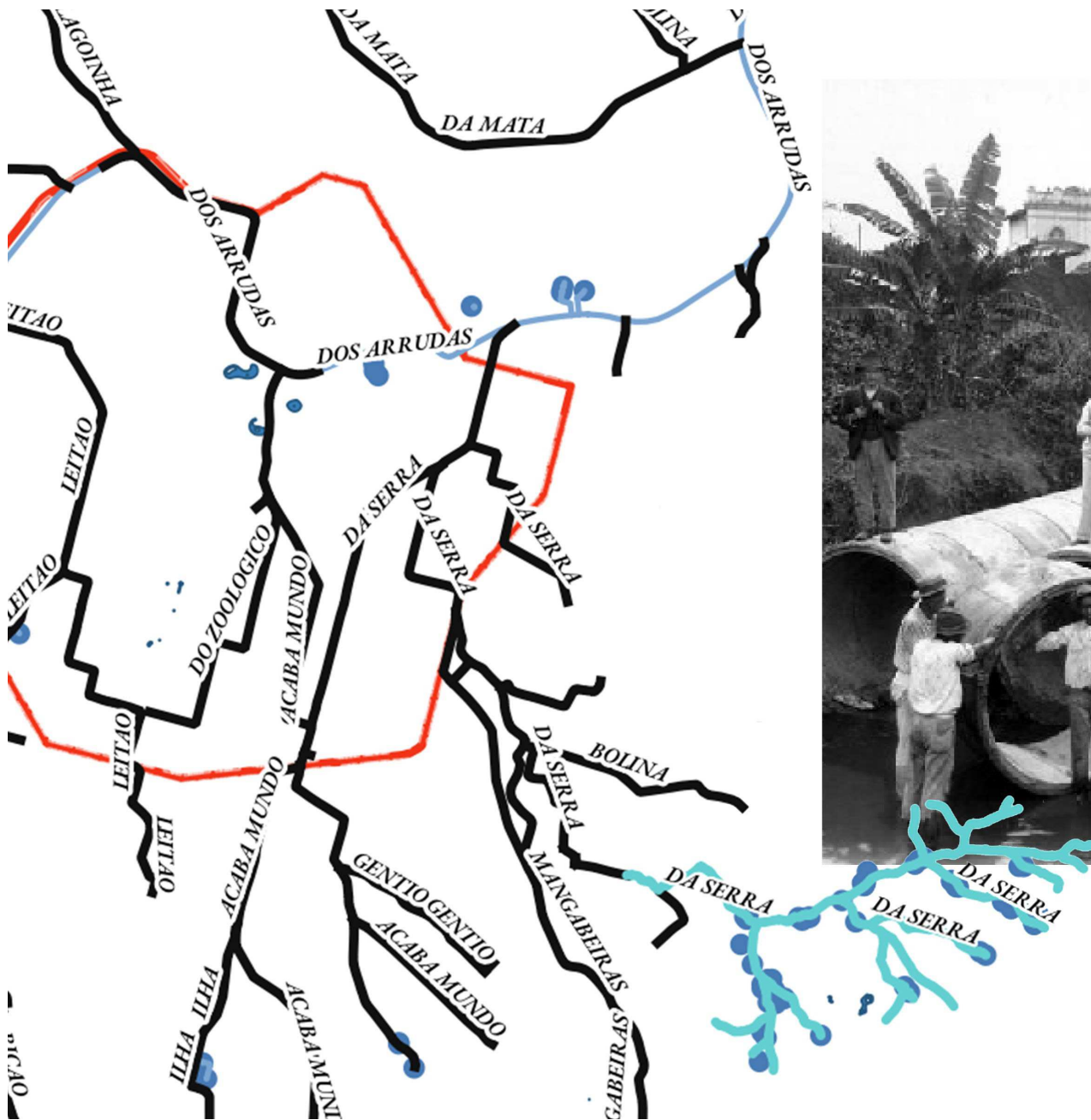
Maio - Julho de 2021



era uma vez

um rio





canalização do Córrego da Serra na zona urbana de Belo Horizonte, em 1928
 fonte: FGV/CPDOC
 o site curraidelrey.blogspot.com



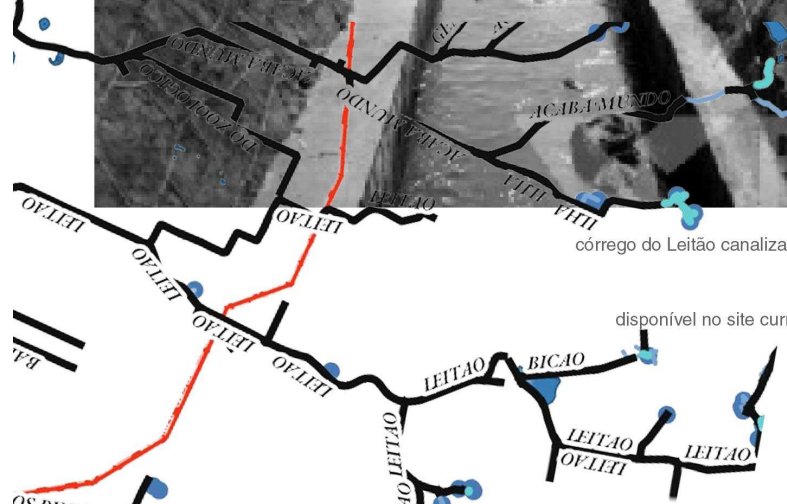
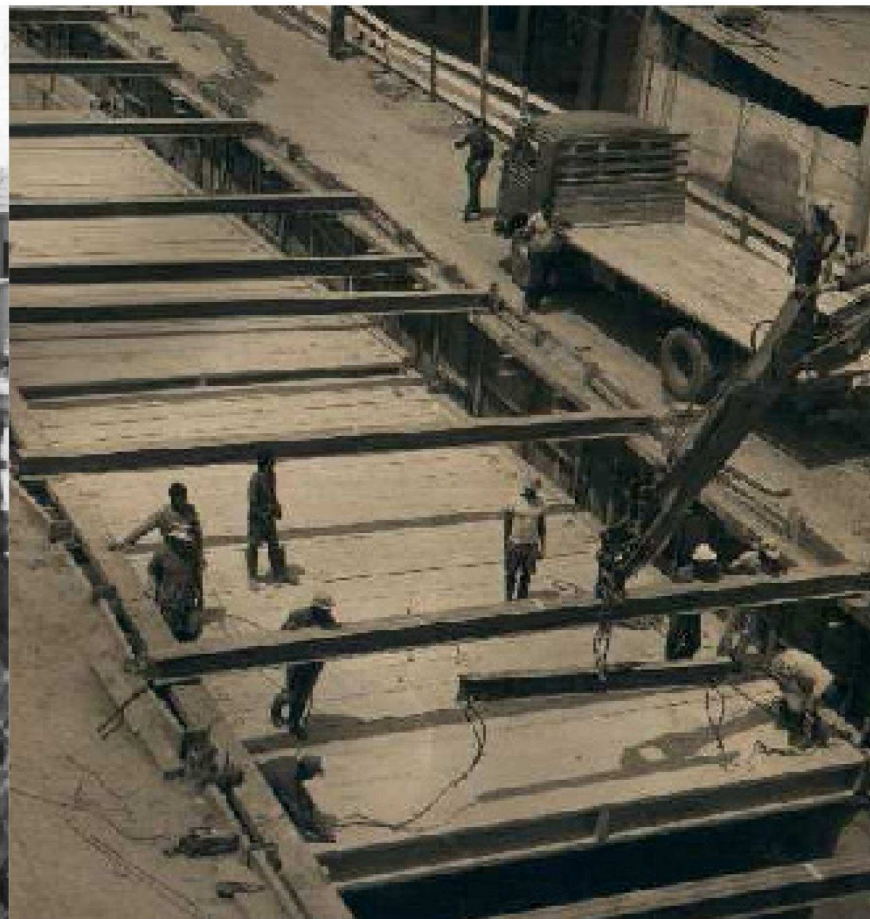
Córrego do Acaba Mundo, localizado na Avenida Afonso Pena
 fonte: FGV/CPDOC
 disponível no site curraldelrey.blogspot.com



remoção da alvenaria de pedra para o alargamento da canalização e cobertura do Córrego do Acaba Mundo na Rua Professor Moraes, em 1963
 fonte: APCBH/ASCOM
 disponível no site curraldelrey.blogspot.com

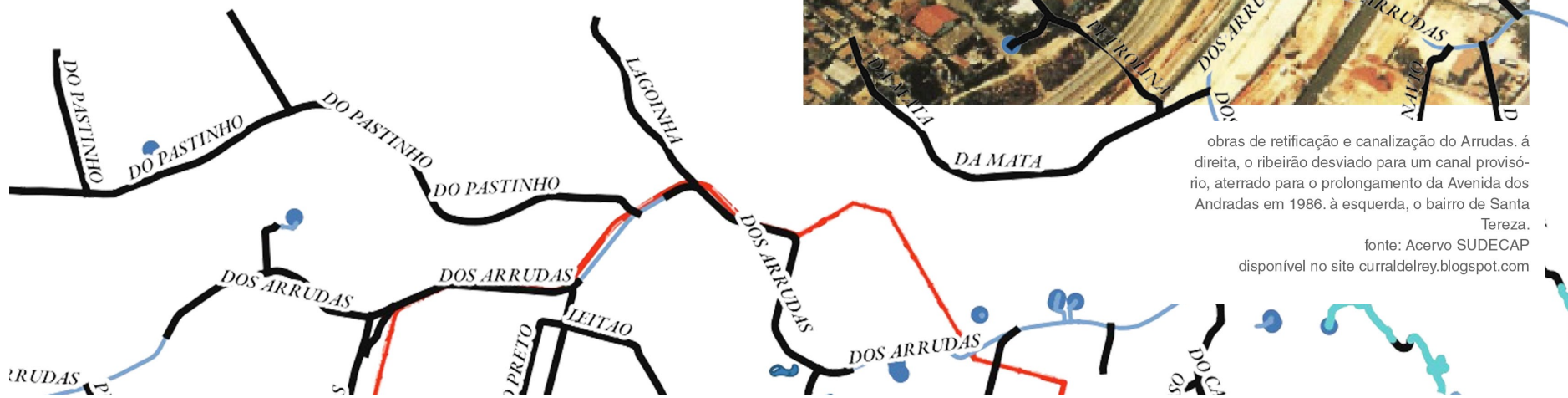


o córrego erradicado da paisagem urbana em 1965, na Rua Professor Moraes
 fonte: APCBH/ASCOM
 disponível no site curraldelrey.blogspot.com



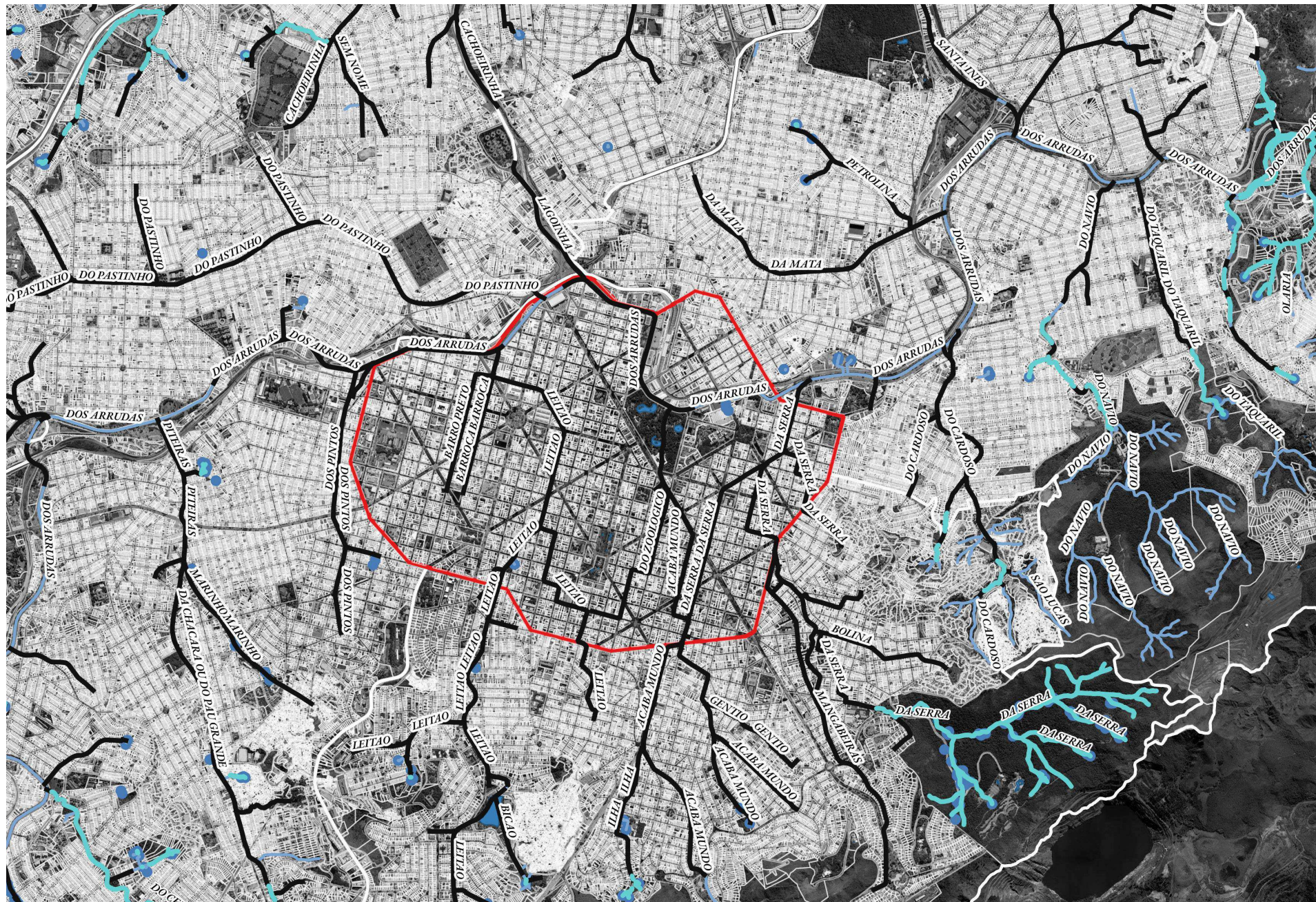
córrego do Leitoão canalizado e retificado na Rua São Paulo
 fonte: FGV/CPDOC
 disponível no site curraldelrey.blogspot.com

cobertura do córrego do Leitoão na Rua Padre Belchior em 1971
 fonte: Desconhecida
 disponível no site curraldelrey.blogspot.com



obras de retificação e canalização do Arrudas. à direita, o ribeirão desviado para um canal provisório, aterrado para o prolongamento da Avenida dos Andradas em 1986. à esquerda, o bairro de Santa Tereza.

fonte: Acervo SUDECAP disponível no site curraidelrey.blogspot.com



Rio Arrudas enche durante tempestade e estoura bueiros na avenida dos Andradas

Da Redação

24/01/2020 - 23h43 - Atualizado 00h38

Compartilhe     Link: <http://hoje.vc/Zotwq>  

O elevado volume de água durante o forte temporal que atingiu BH na noite desta sexta-feira (24) teria enchido o leito do rio Arrudas e feito com que bueiros que ficam sobre o canteiro central da avenida dos Andradas, próximo ao Parque Municipal, no Centro,

Rio Arrudas transborda e moradores e motoristas ficam ilhados

MG NO AR
16/01/2020 - 13h04

COMPARTILHE    

Risco de transbordamento de córregos provoca bloqueio na Avenida Tereza Cristina, na Região Oeste de Belo Horizonte

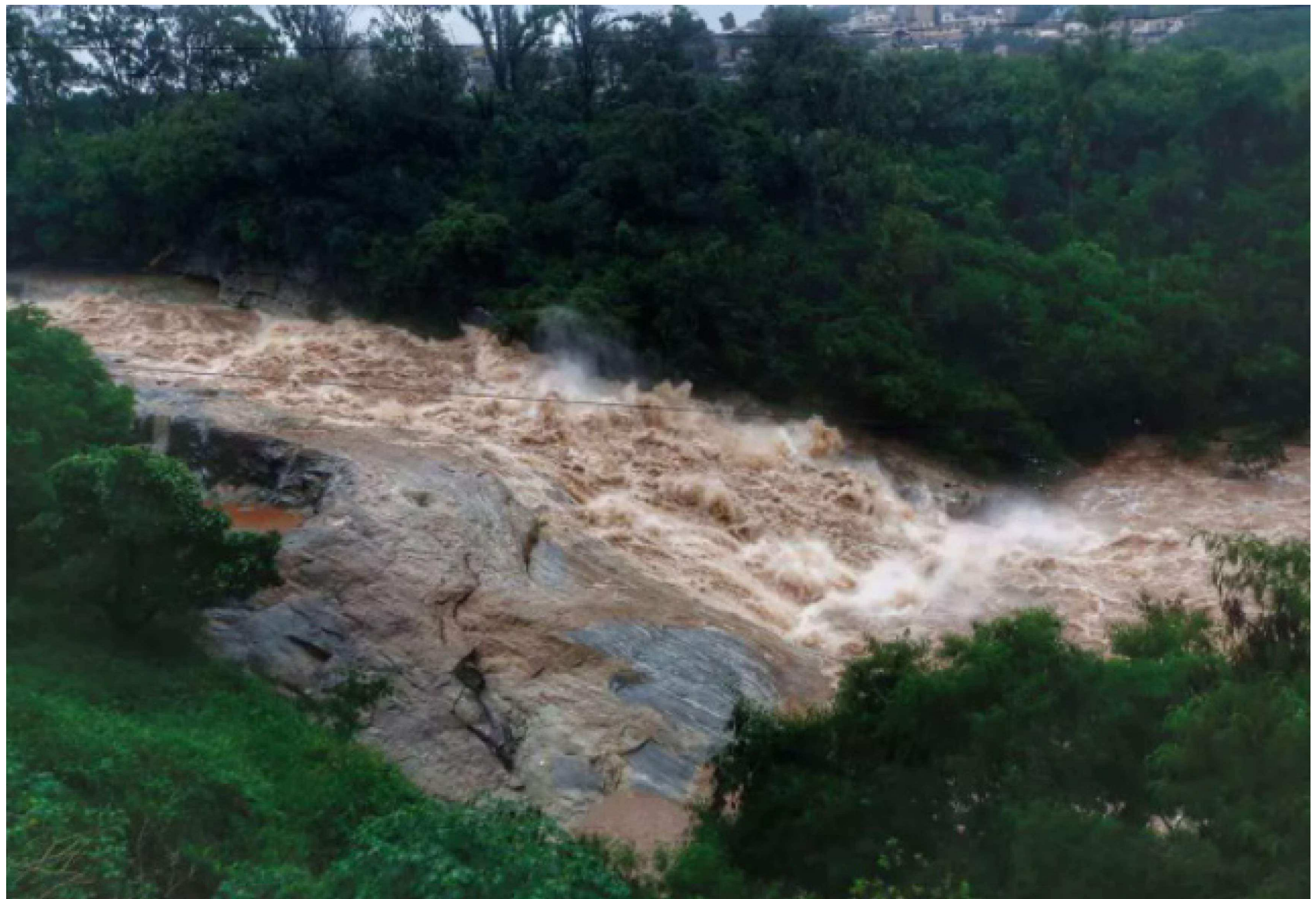
Avenida corta duas das regiões que registraram maior volume de chuva nesta quinta. Desde o início do mês, em seis das nove regionais de BH choveu mais da metade do esperado para todo o mês.

NOTÍCIAS

   COMPARTILHE

Chuvas em BH, a espera pelas obras: os problemas causados pelo Ribeirão Arrudas

Novo capítulo da série mostra a situação da região Oeste de BH



'Foi coisa assim de 10 minutos', diz médica que jantou em restaurante de luxo durante inundação em Belo Horizonte

Maria Luíza Cavalieri comemorava aprovação da sobrinha no vestibular de direito quando foi surpreendida pela enxurrada no bairro Lourdes, na Região Centro-Sul.

Por **Bom Dia Minas** — Belo Horizonte
30/01/2020 10h07 - Atualizado há um ano



Na Rua Marília de Dirceu, no Lourdes, a chuva levou carros

Canalização de córrego explica alagamentos em área nobre de BH

Córrego do Leitão, que passa pelos bairros Santo Antônio e Lourdes foi canalizado nos anos 60 com a promessa de acabar com enchentes na região

MINAS GERAIS | Camila Cambraia, da RecordTV Minas
29/01/2020 - 21H25

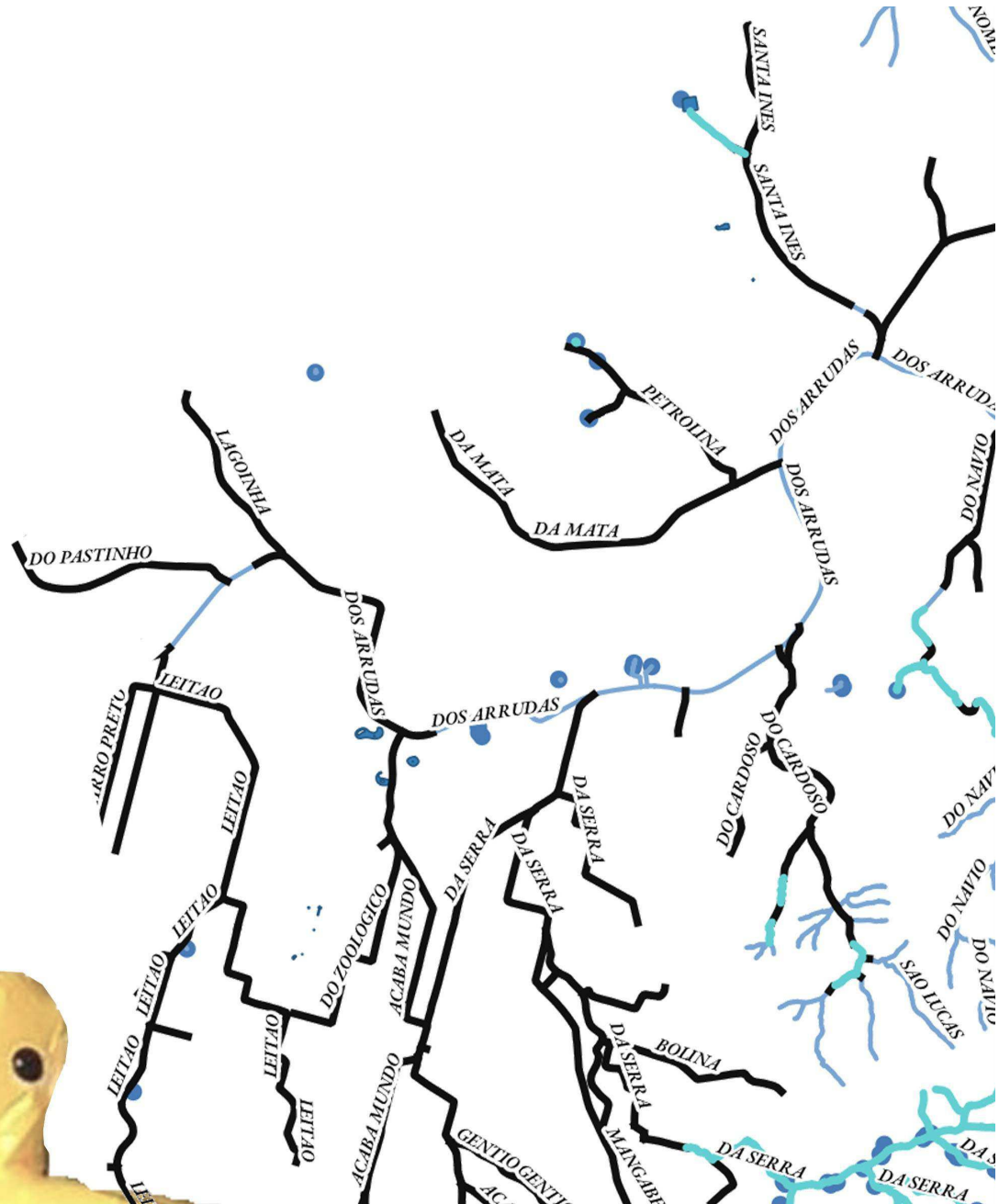
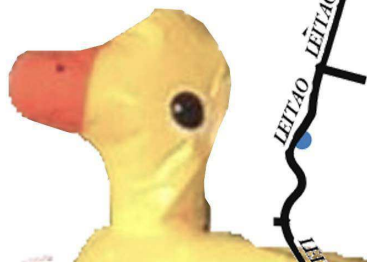
COMPARTILHE:    

Naquela época os bairros de Santa Lúcia, Santo Antônio e Lourdes eram fazendas que começaram a ser ocupadas. Com isso, as cheias passaram a ficar mais frequentes e, na década de 60, a canalização foi a promessa da prefeitura para evitar as enchentes.

O problema é que a canalização do córrego não acabou com as inundações na região. Ao contrário, as obras alteraram o curso natural e prejudicaram a absorção da água da chuva pelo solo.







MG

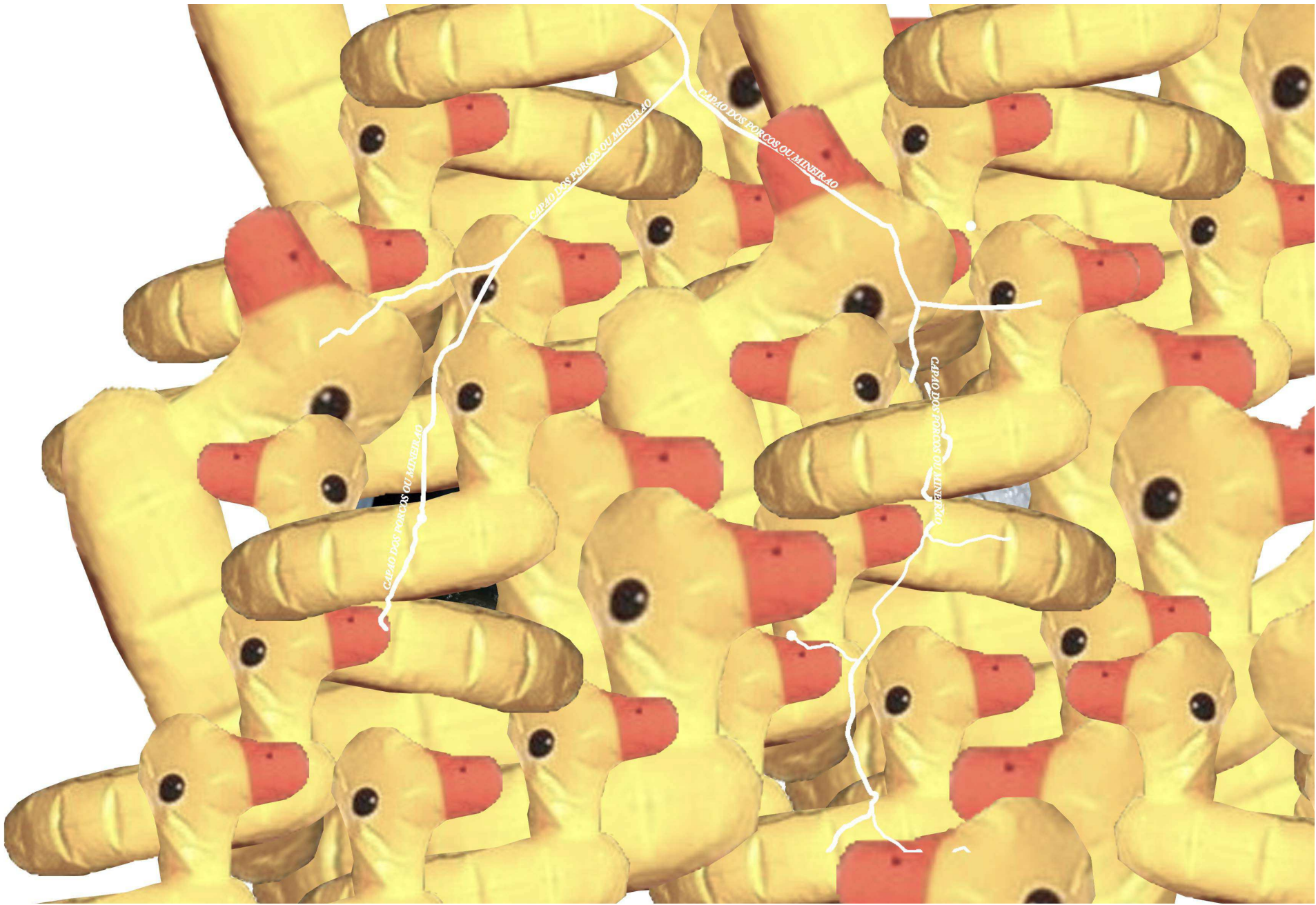
Peixes com pés assustam moradores em cidade do interior de Minas Gerais após saírem de rio condenado por poluição



Em Belo Horizonte

Ser alienígena encontrada em rio poluído da grande BH afirma que não sabia da existência de vida inteligente na terra







Um ano depois do mês mais chuvoso da história de BH, 577 famílias seguem fora de casa, dependendo do bolsa-moradia

O Inmet registrou 935,2 mm de chuva em janeiro de 2020, a maior marca que a cidade já viu. Treze pessoas morreram na capital naquele mês por causa das tempestades.

Por **Thais Pimentel**, G1 Minas — Belo Horizonte
29/01/2021 09h30 - Atualizado há 5 meses



APÓS CHUVA FURTE

Ruas do Lourdes estão quase reconstruídas, mas periferia de BH aguarda limpeza

Rapidez nas obras da região Centro-Sul tem chamado a atenção de moradores de outras regiões atingidas por inundações

Por **MARIANA NOGUEIRA**
31/01/20 - 09h26



POR UM VOTO

Câmara de BH rejeita empréstimo para conter enchentes e urbanizar ocupações

Texto do prefeito Alexandre Kalil tratava de melhorias na Baía do Isidoro; Cláudio do Mundo Novo, do partido de Kalil, se absteve de votar



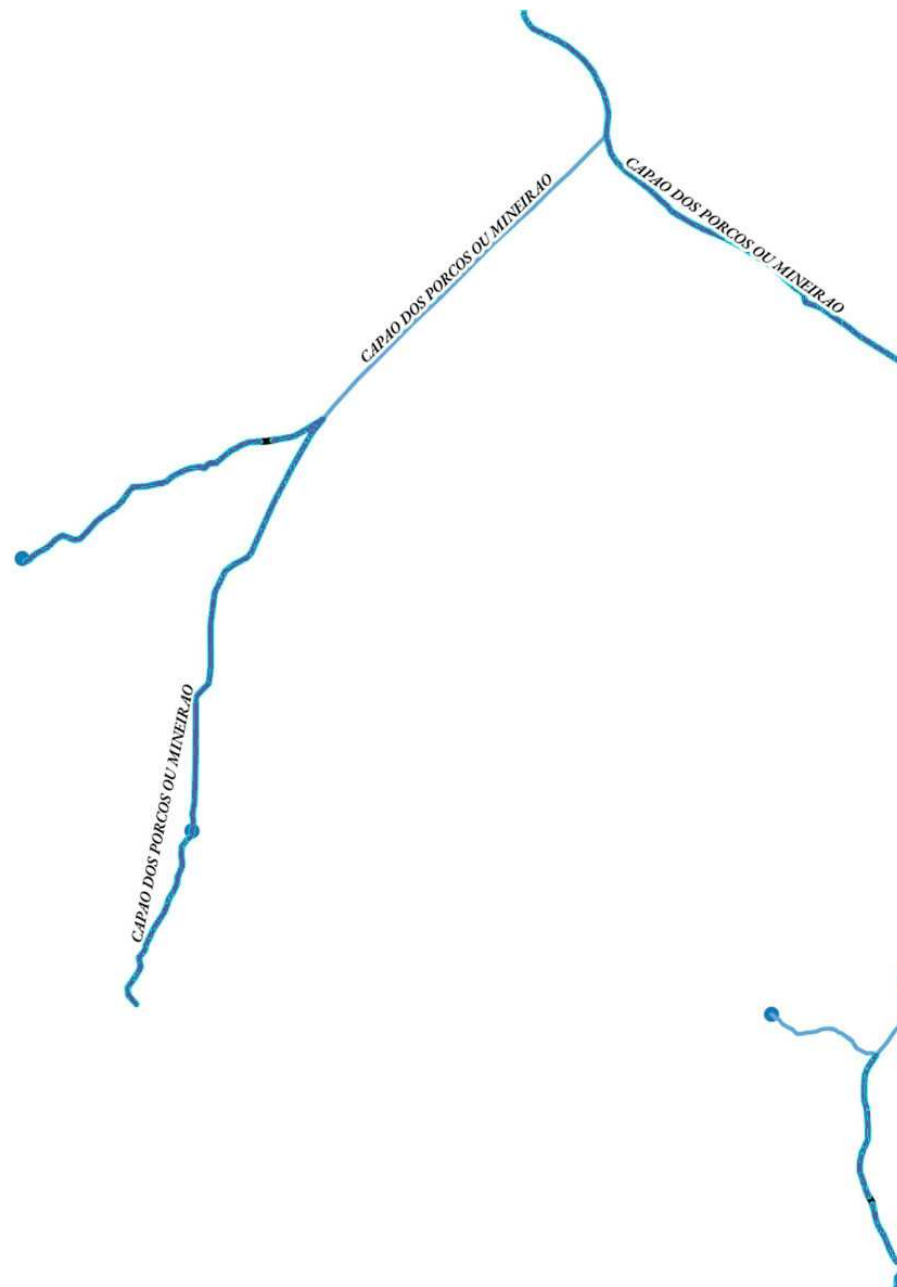
Você sabia?

Após poderem mergulhar em córrego restaurado, crianças descobrem cidade perdida no fundo do rio

COMPARTILHE



OUVIR







córregos urbanos - avenida do contorno



córregos - vale das ocupações do barreiro

HABITAÇÃO

BH tem 78 mil famílias sem casa e 75 mil lotes ou casas desocupadas, diz relatório

Documento mostra contexto de cidade onde há muita gente sem casa e muita casa sem gente

[INÍCIO](#) > [GERAL](#)

PESQUISA MOSTRA

Em Belo Horizonte, ocupações urbanas construíram mais moradias que a prefeitura

Relatório da Câmara mostra que 35% das moradias feitas prefeitura pela são para famílias removidas por ela mesma

Redação

Belo Horizonte | Brasil de Fato MG | 26 de Agosto de 2020 às 21:55



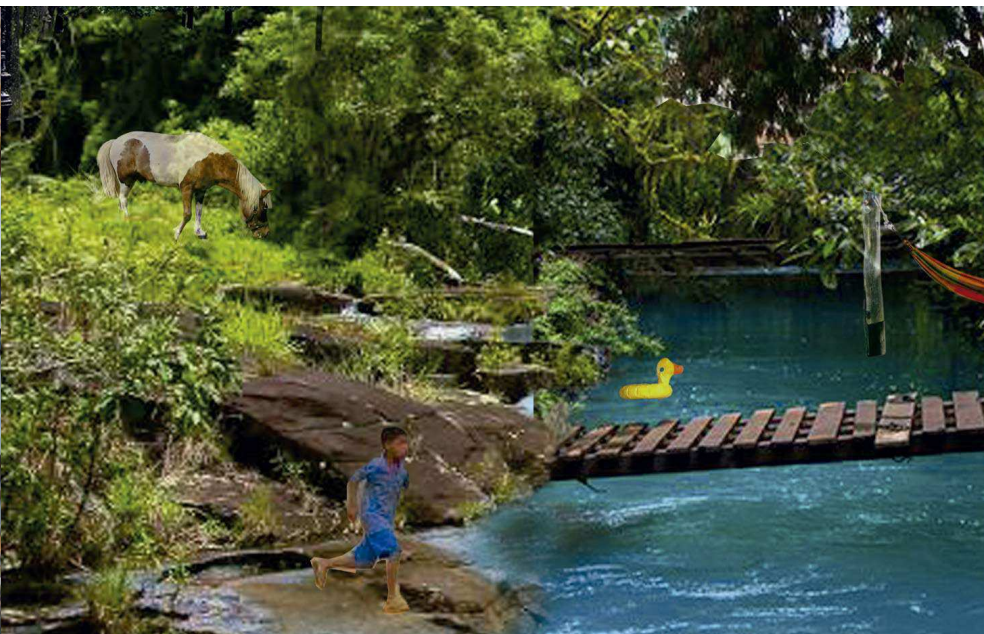
População de BH acorda com uma surpresa em suas casas nessa manhã de quarta-feira

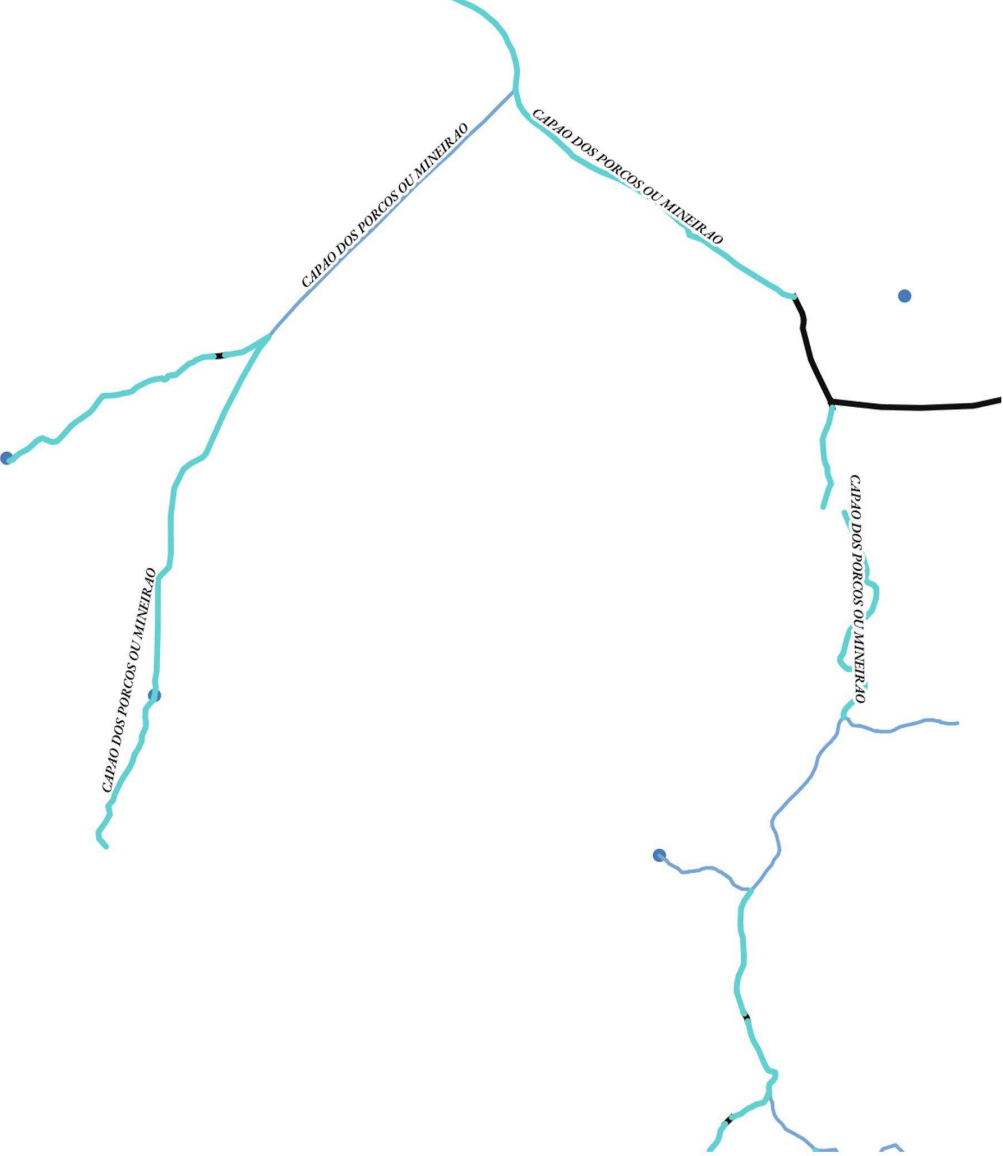
Todo o lixo do valão Jatobá foi colocado dentro das casas dos moradores. Agora, córrego está limpo e ninguém alega ter visto o responsável.

COMPARTILHE    [▶ OUVIR](#)

URGENTE: Após ingerirem água cem por cento limpa de rio despoluído crianças não reconhecem mais seus pais

COMPARTILHE    [▶ OUVIR](#)







Universidade Federal de Minas Gerais

Formação Transversal Tópicos em Culturas em Movimento

Natureza Política: rupturas, reparações e figurações possíveis | 2021.1

Aluska de Farias Pereira

Ana Beatriz Alves Cucaroli

Gabriela de Barros Grossi

Lúcia Marina Miranda Santos

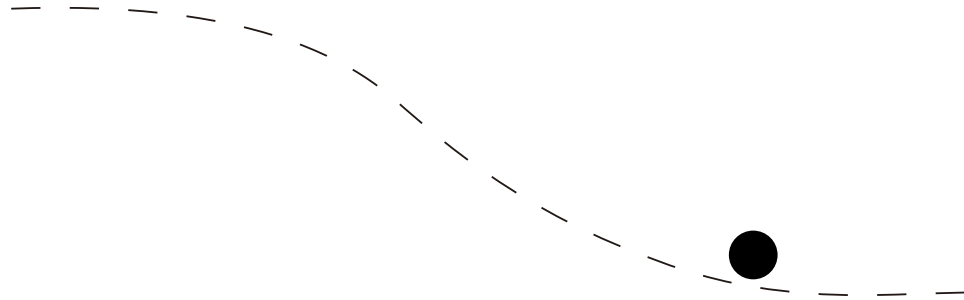
A

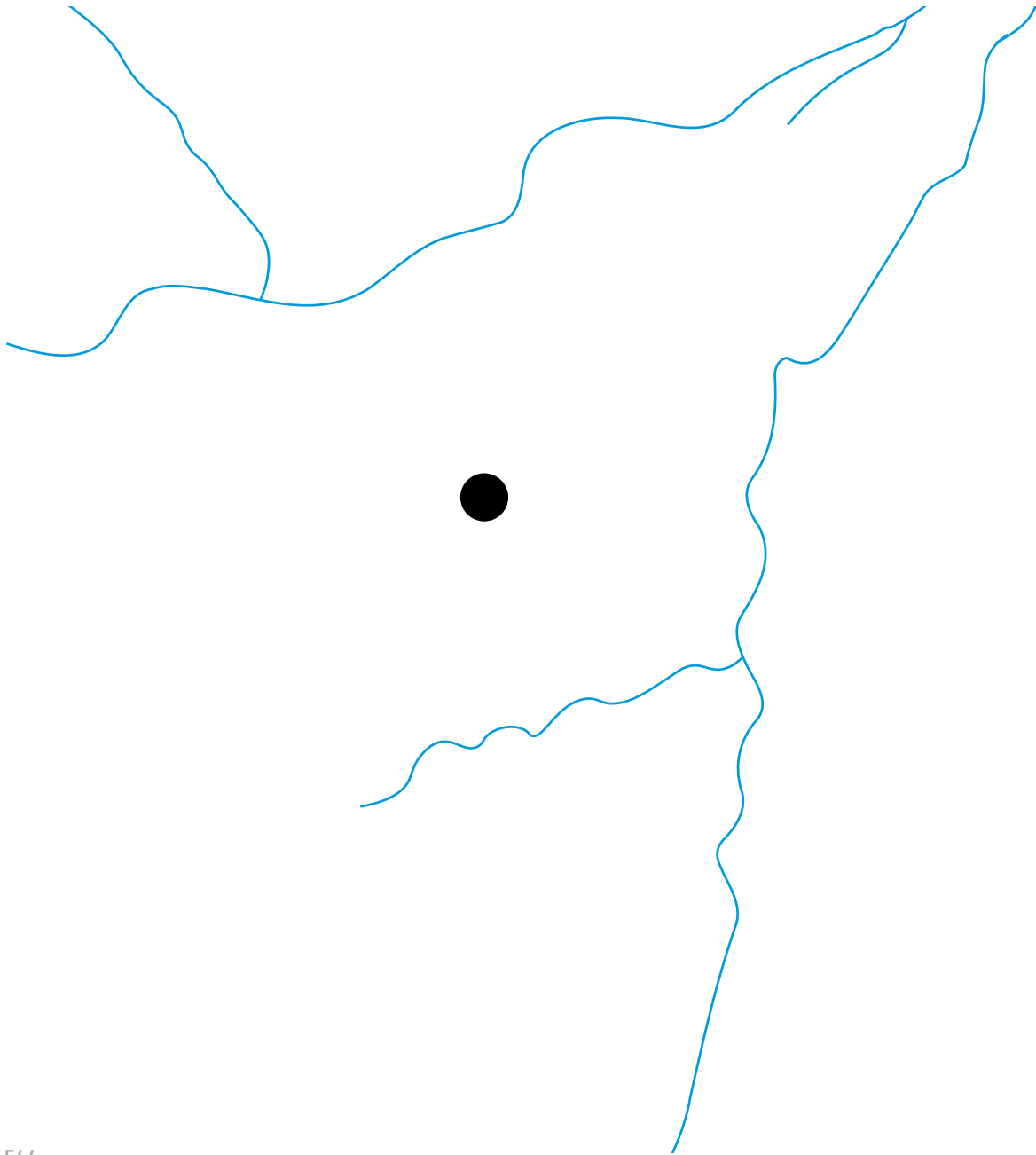
T

T

A

20°00'25.7"S 44°01'34.5"W

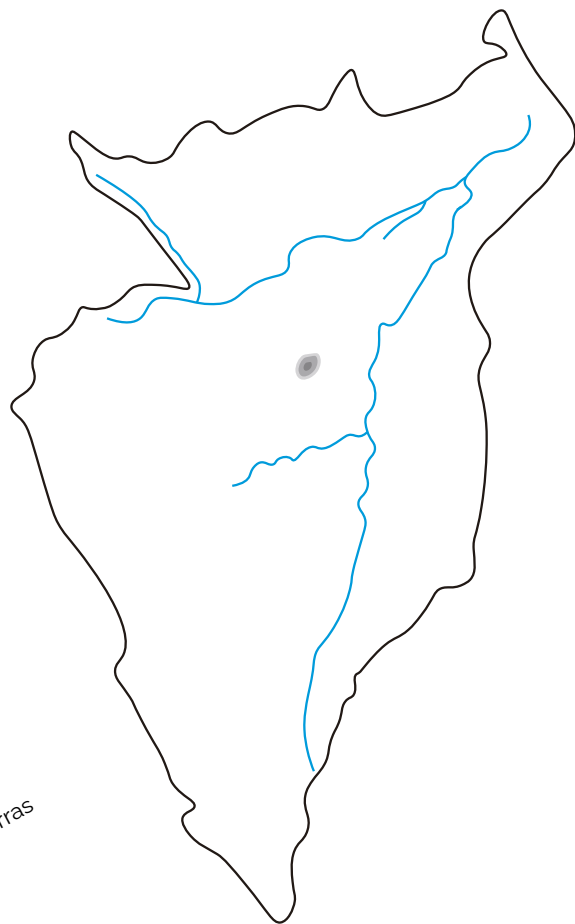




lá ia a ama caminhando por novas terras

aquela jovem e destemida atá que só queria um novo lugar para morar

não tinha condições de residir, como outras attas, nas serras



naquelas cidades, não tinha ela um local que chamasse de lar



começou anna a cavar, para criar um lugar do seu agrado.

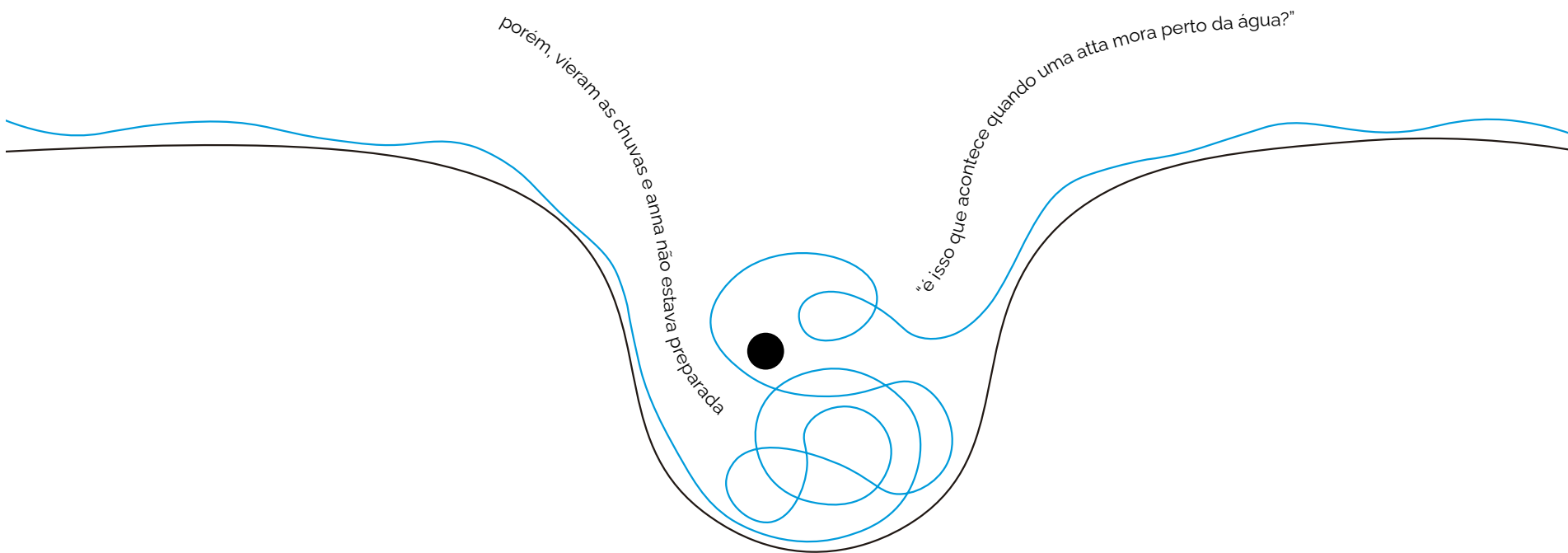


sentia que ali entre as nascentes, em vale ainda tão deserto

poderia de fato ter seu barraco, mesmo que um simples buraco.

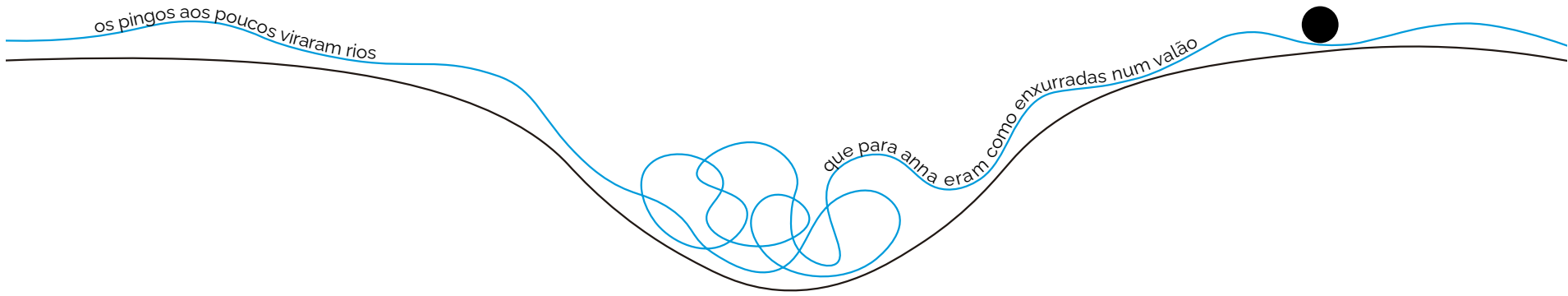
e, numa casa instalada, seu rumo parecia mais certo.





porém, vieram as chuvas e a mha não estava preparada

é isso que acontece quando uma atta mora perto da água?"



os pingos aos poucos viraram rios

que para ana eram como enxurradas num valão

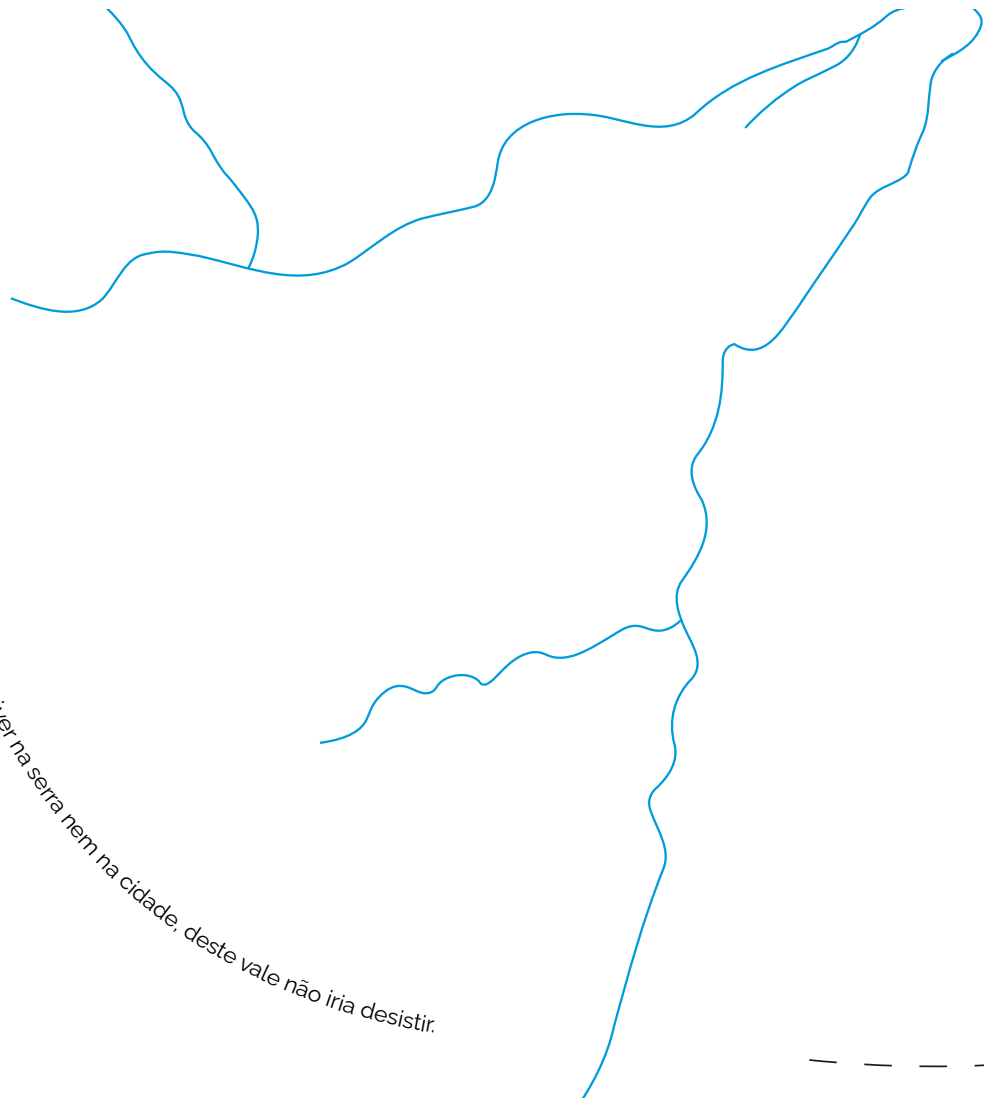
eram como enxurradas num valão

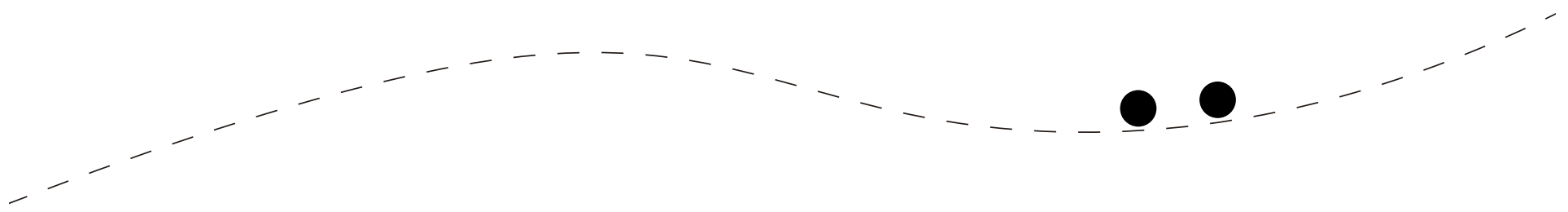
"é como é a natureza" pensou a atta ao ver seu buraco virar chão.

جاءني من عند الله ما كنت أدركه
 وجاءني من عند الله ما كنت أدركه
 وجاءني من عند الله ما كنت أدركه
 وجاءني من عند الله ما كنت أدركه
 وجاءني من عند الله ما كنت أدركه
 وجاءني من عند الله ما كنت أدركه

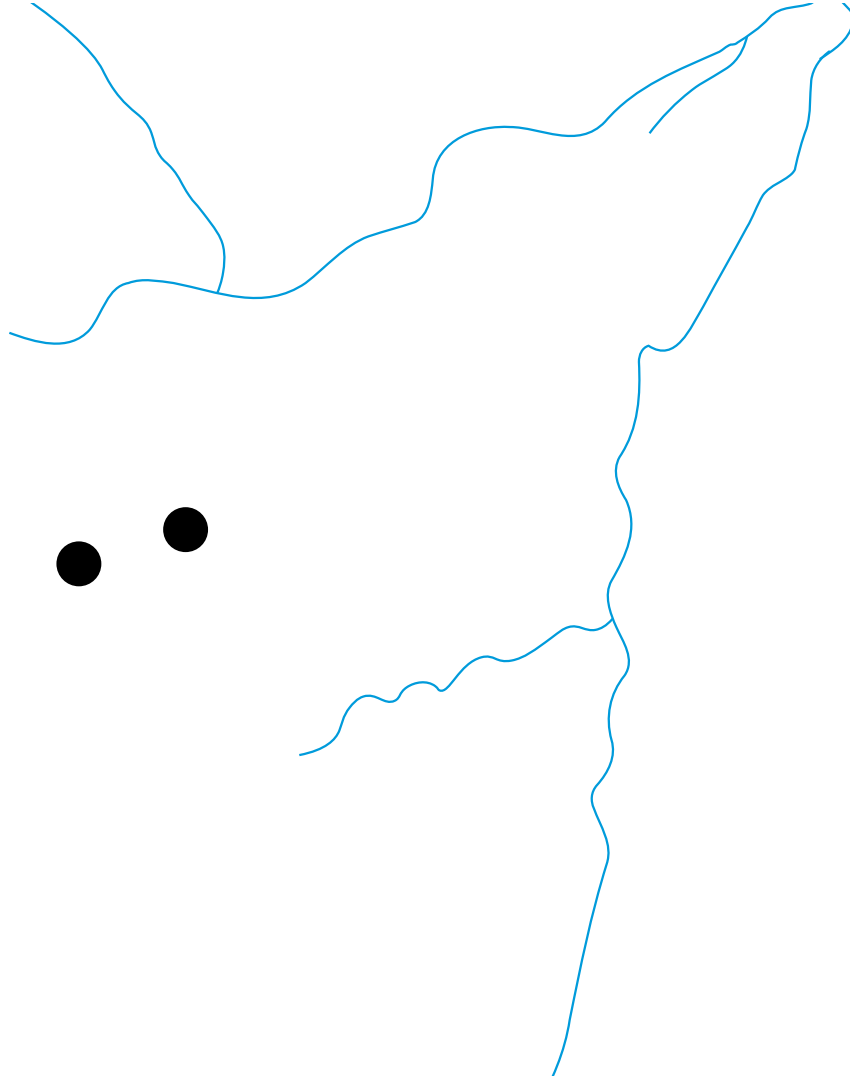
atrás de alguém com mais vivência ela resolveu ir

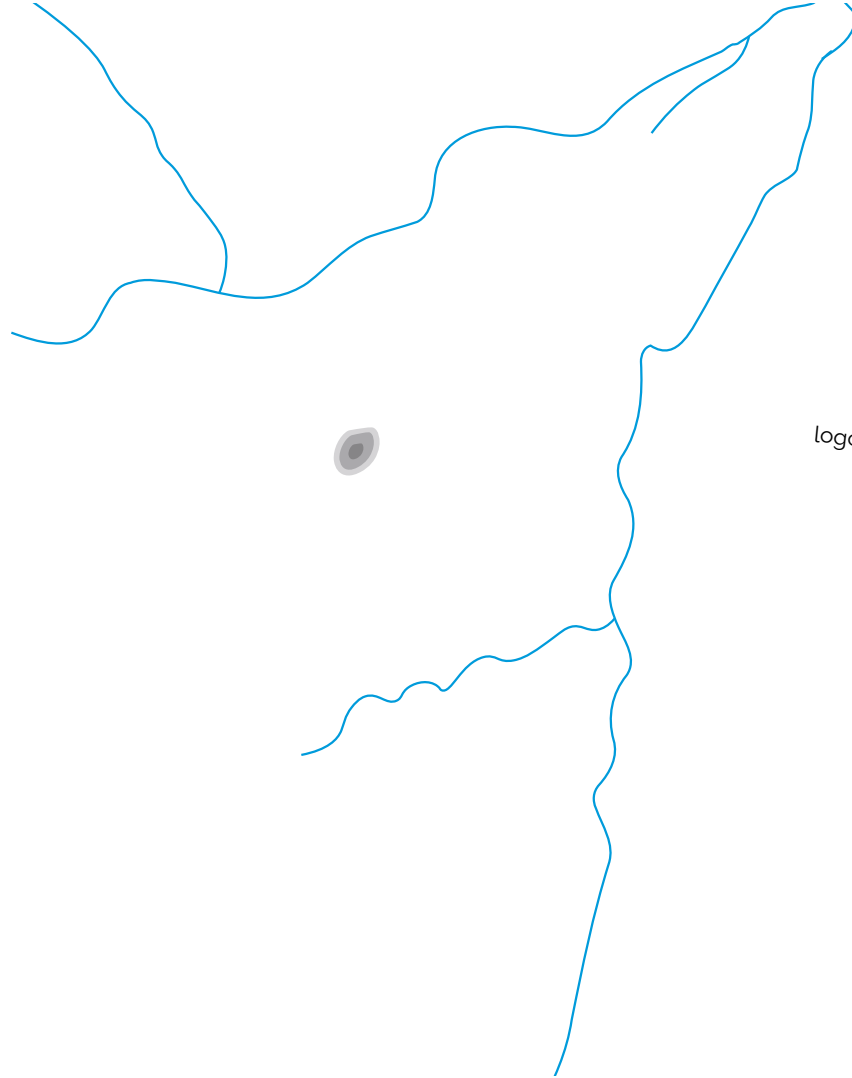
se não podia viver na serra nem na cidade, deste vale não iria desistir.





o velho amigo otto veio para anna ajudar





logo, outro buraco eles começaram a cavar

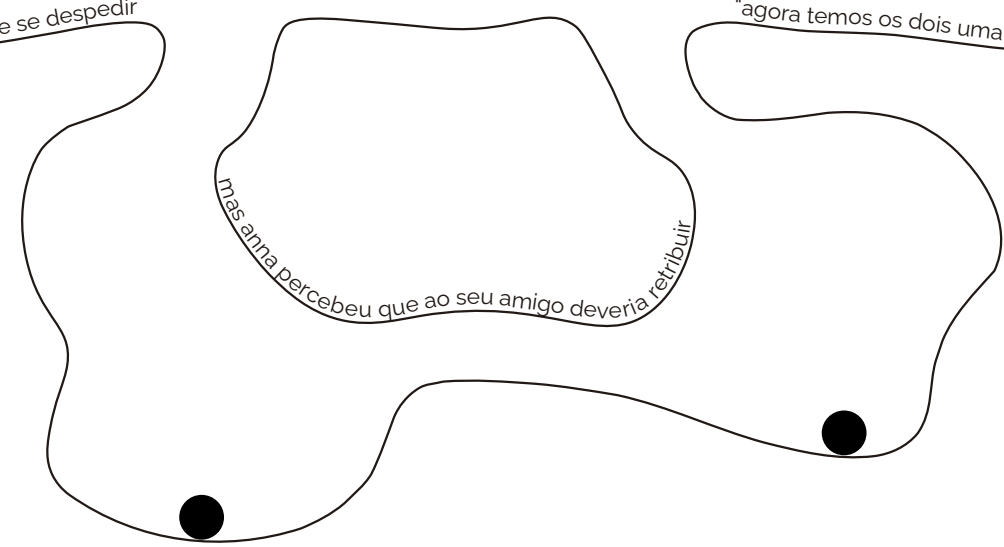


anna alertou que precisavam ser rápidos para a terra tirar

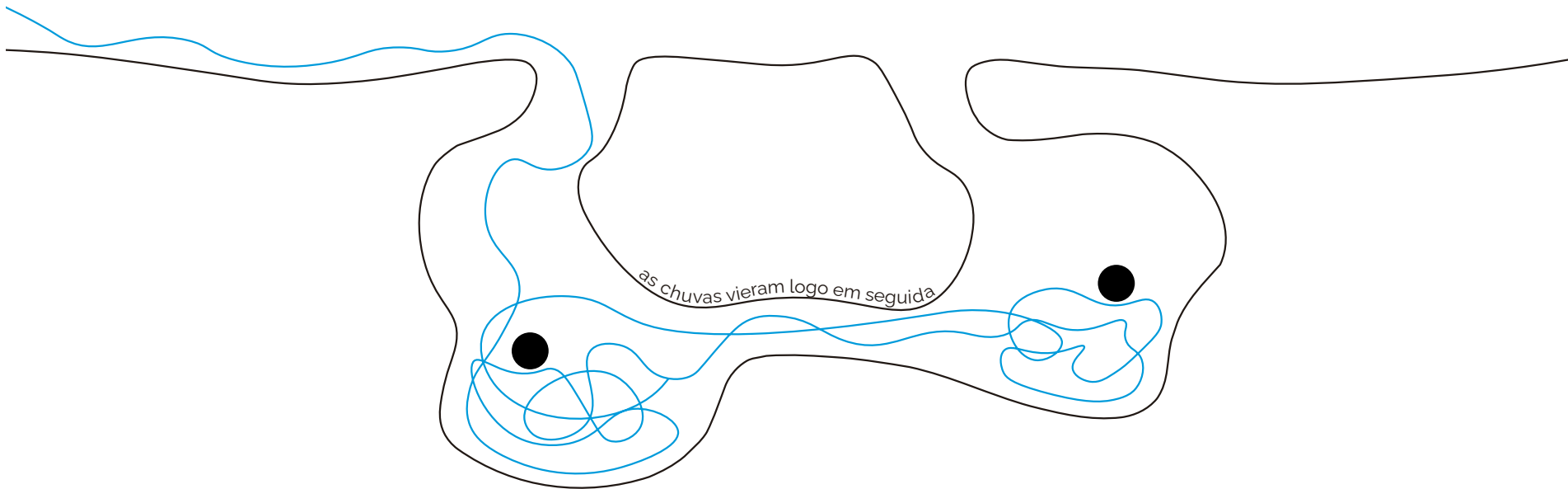


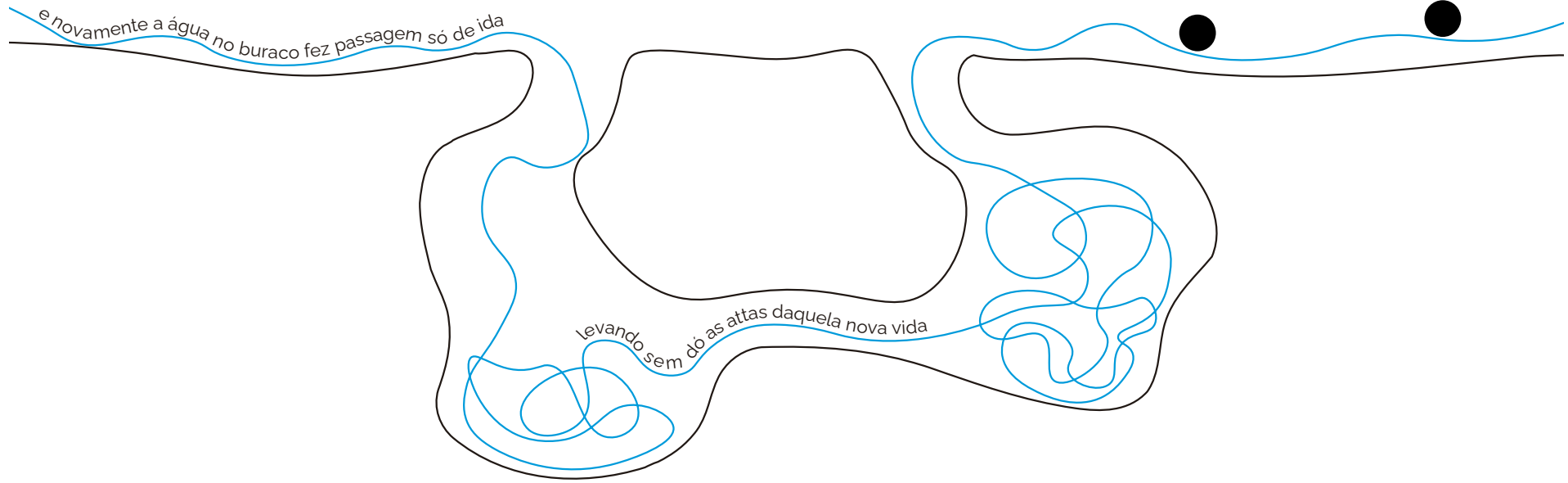
pois era necessário tudo estar pronto antes da água chegar.

depois de alguns dias chegou o momento de se despedir



"agora temos os dois uma nova casa aqui, você não tem que ir".





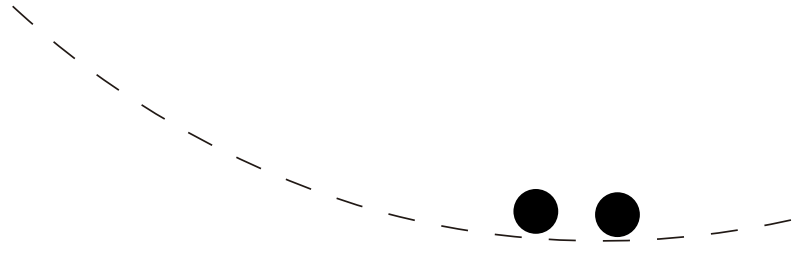
desolados ficaram que a água destruiu sua engenharia.

mas, a natureza quando quer, um ciclo encerra

e naquele dia anna e otto viram seu buraco virar terra.



ambos resolveram não desistir da bela terra que haviam achado

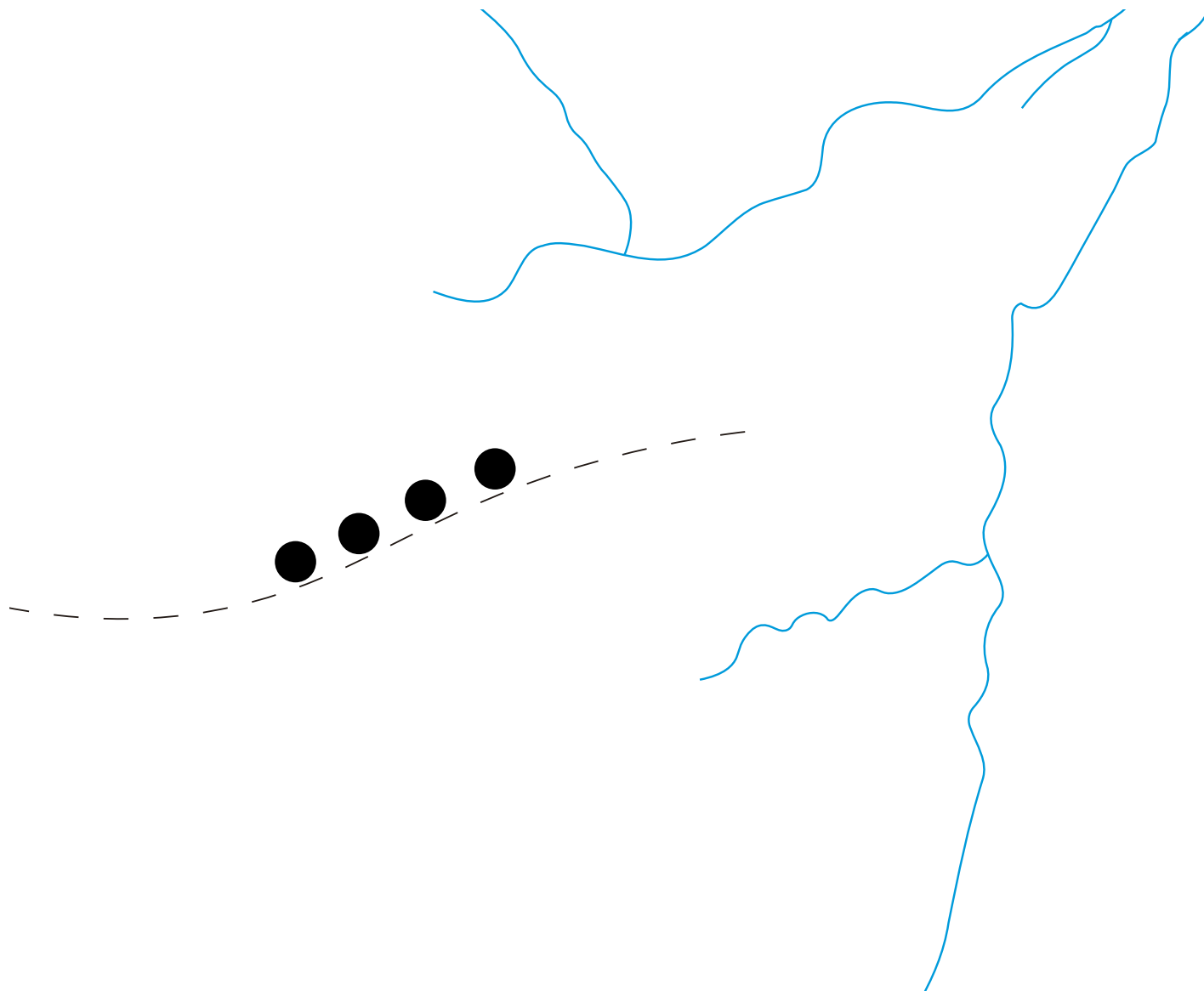


rapidamente encontraram um acampamento

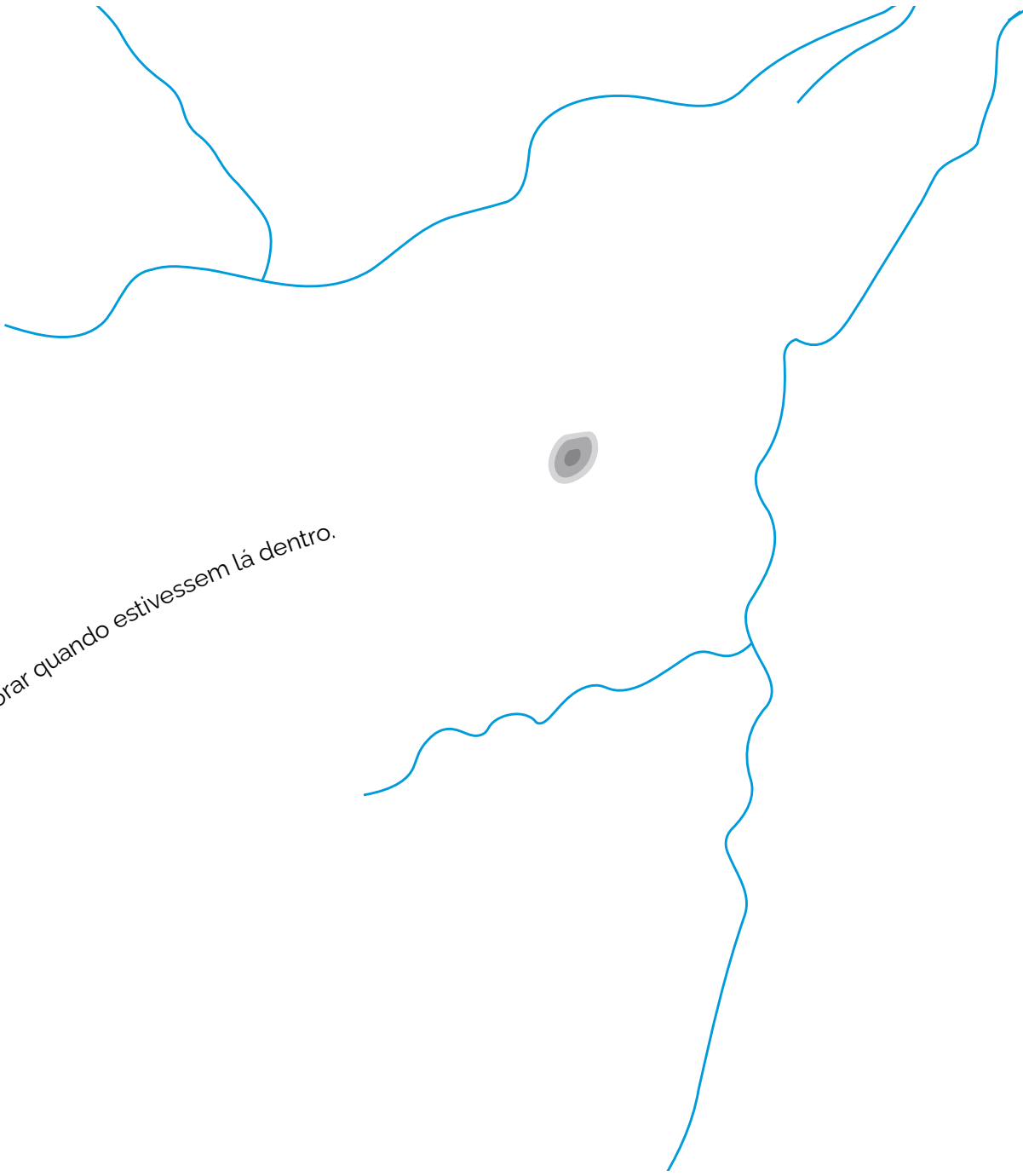


izzi e adda que perdidas ali estavam

também perderam tudo com o alagamento.



resolveram os quatro construir um buraco

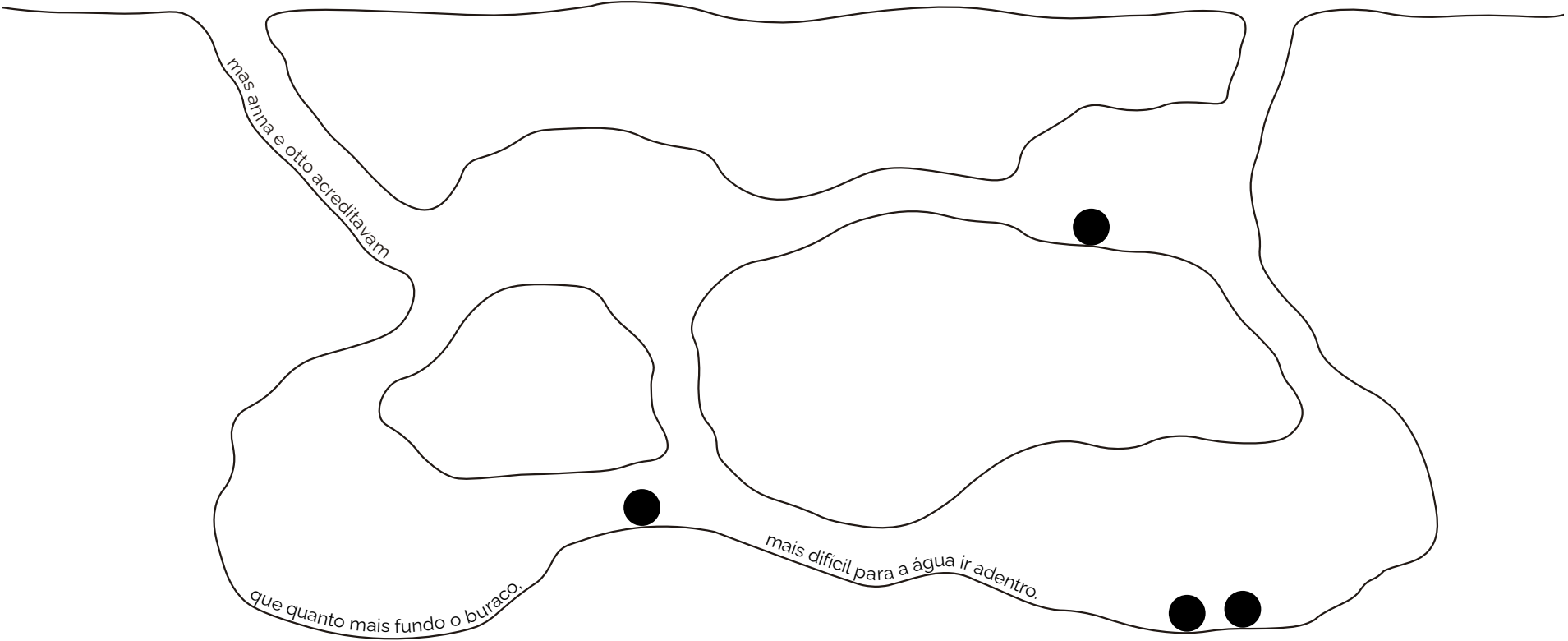
A hand-drawn map of a region, possibly a country or province, outlined in blue. The map features several wavy lines representing rivers or coastlines. In the center of the map, there is a grey oval with a darker grey center, likely representing a capital city or a significant location. The text "e comemorar quando estivessem lá dentro." is written across the map, tilted diagonally.

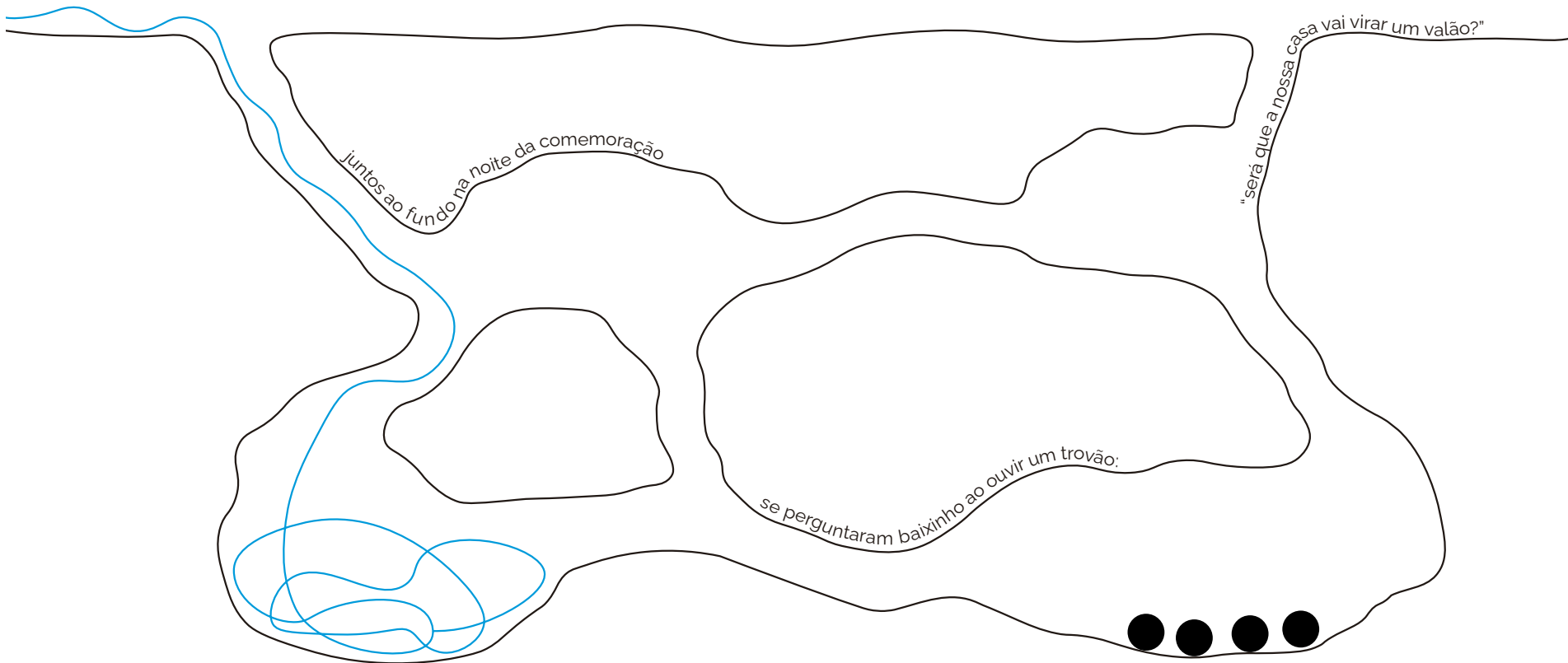
e comemorar quando estivessem lá dentro.

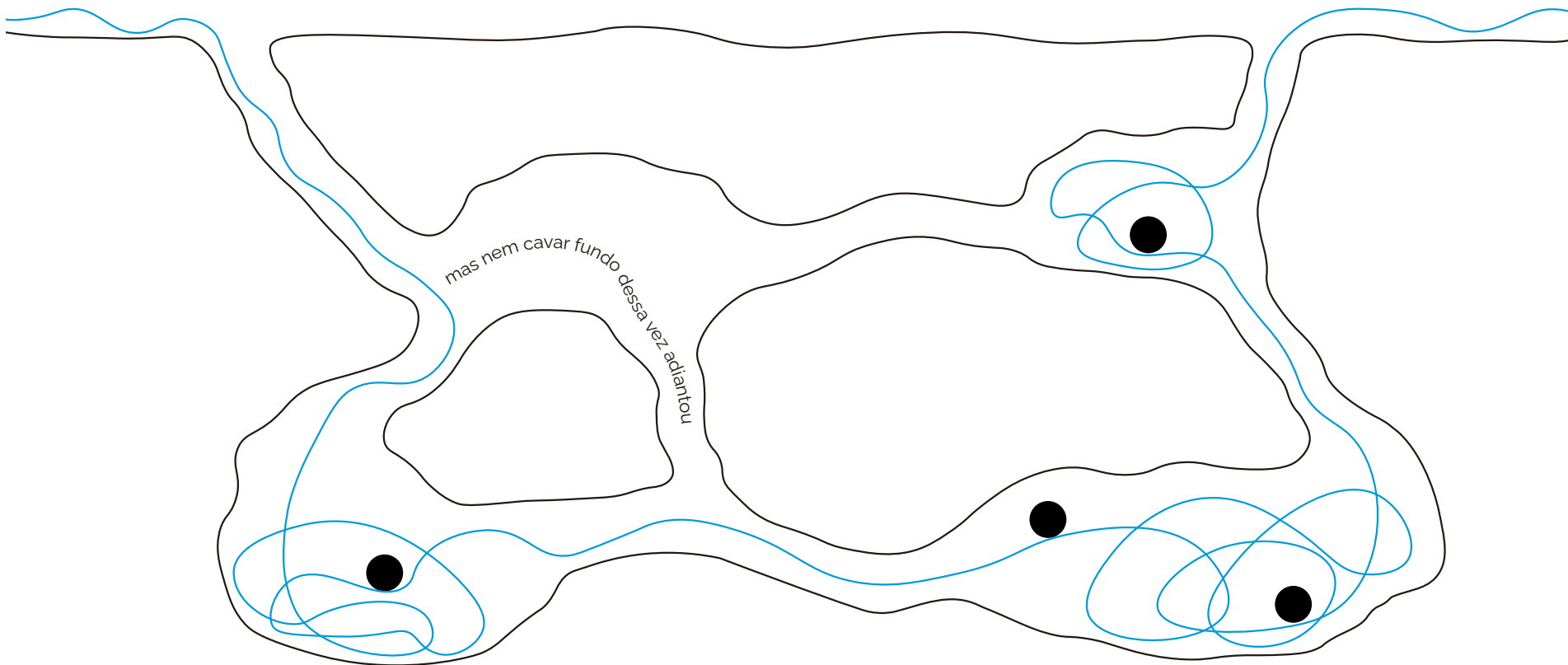
ᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓ
adda e izzi os questionaram



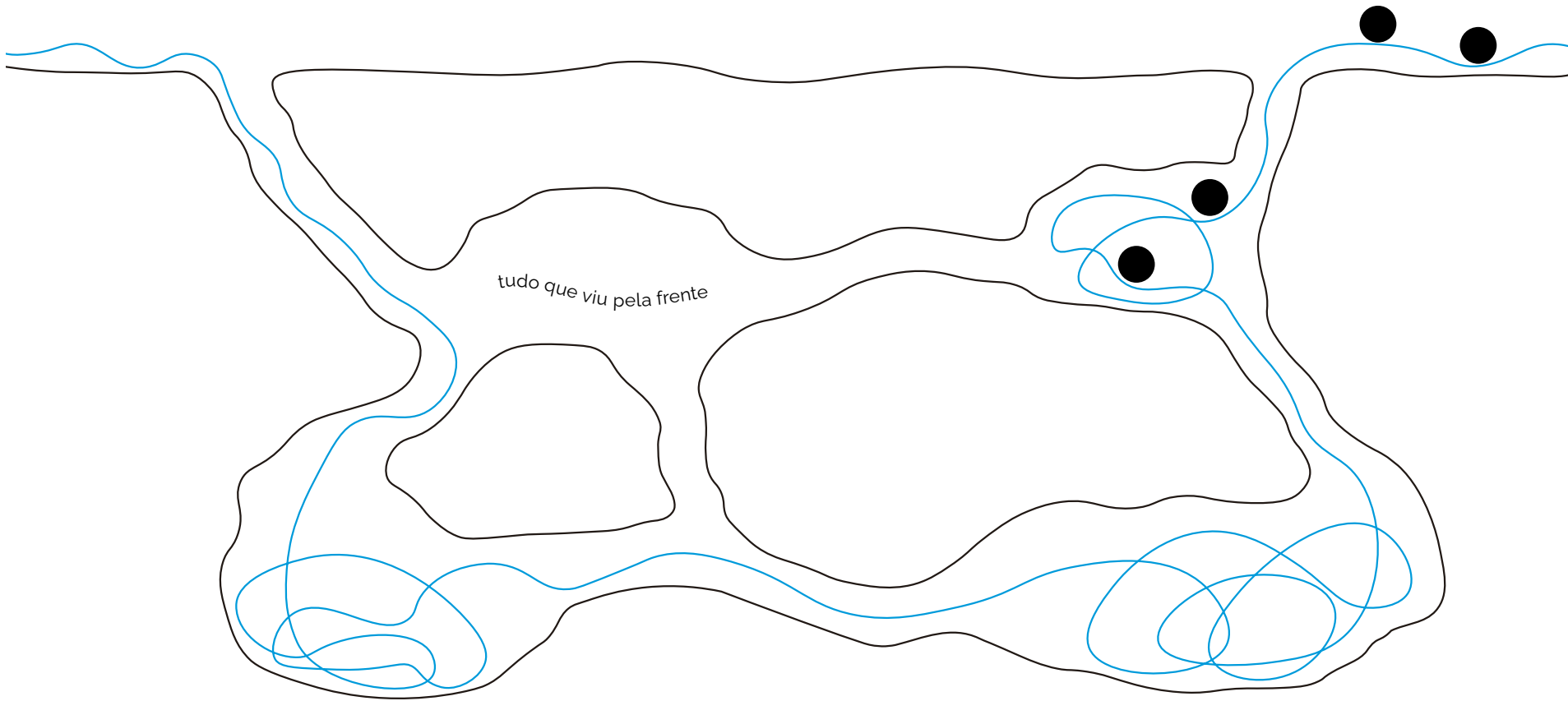
ᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓᶓ
se dessa vez iria dar certo



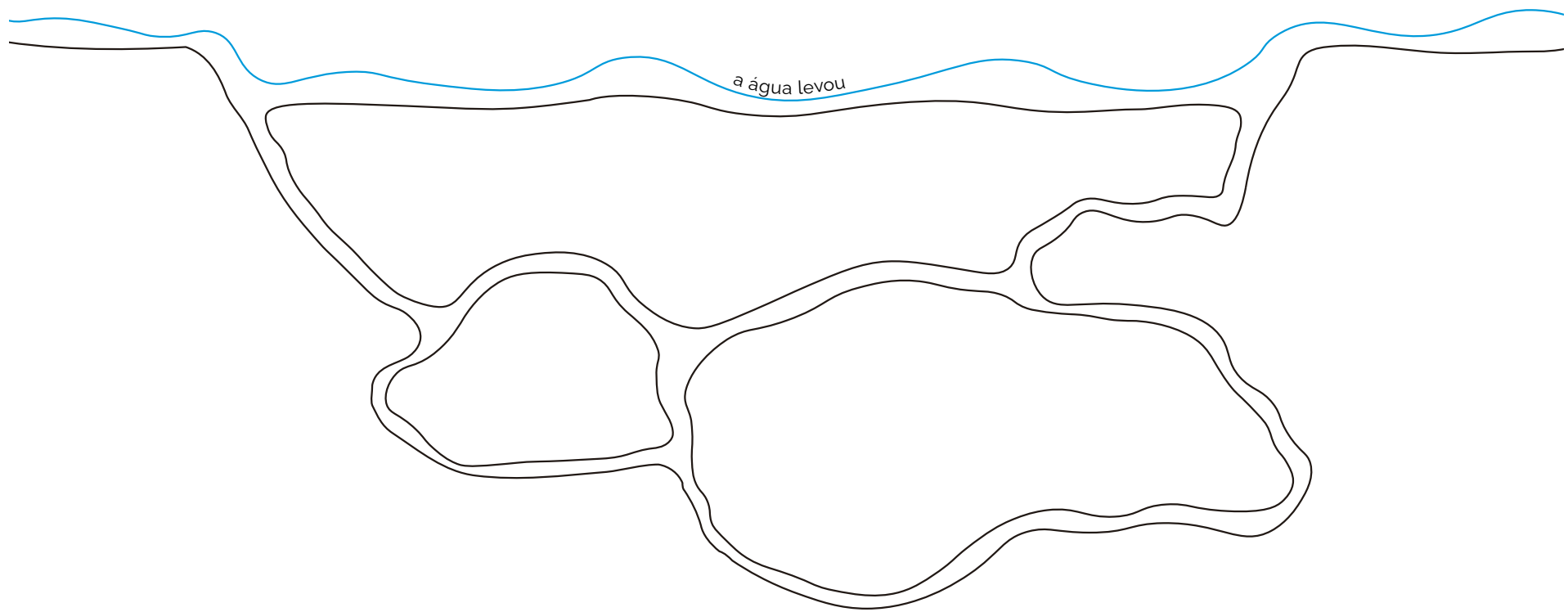




mas nem cavar fundo dessa vez adiantou

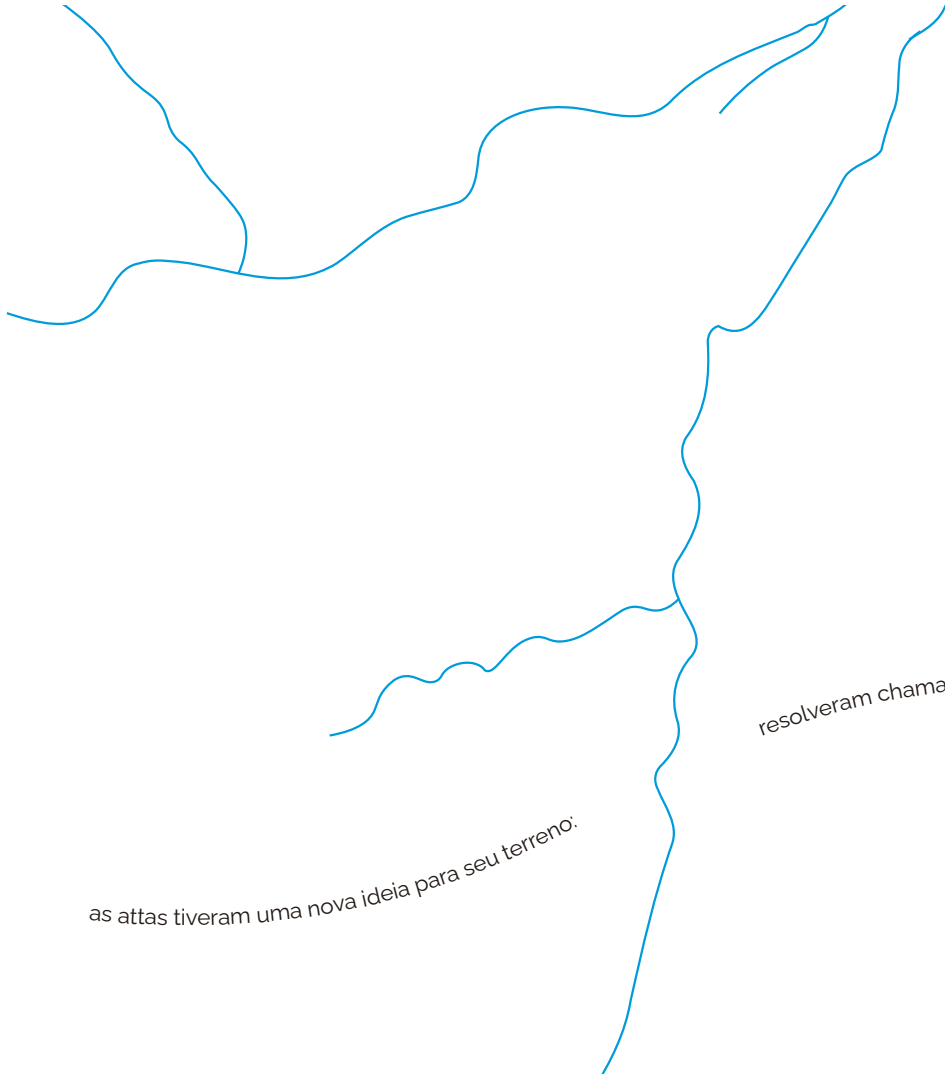


tudo que viu pela frente



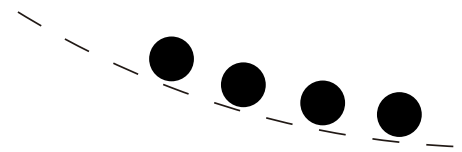
e mais uma vez chão o buraco se tornou.

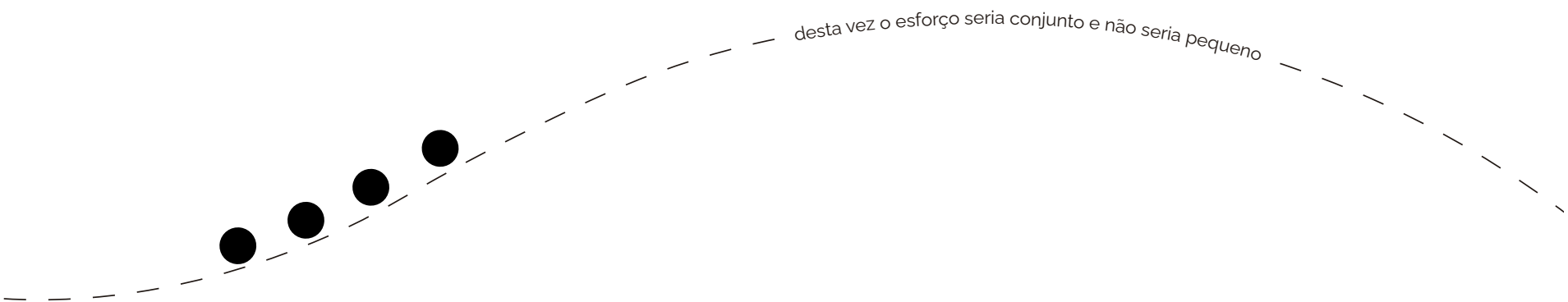
Handwritten text in a cursive script, possibly a form of shorthand or a specific dialect, spanning across the middle of the page.

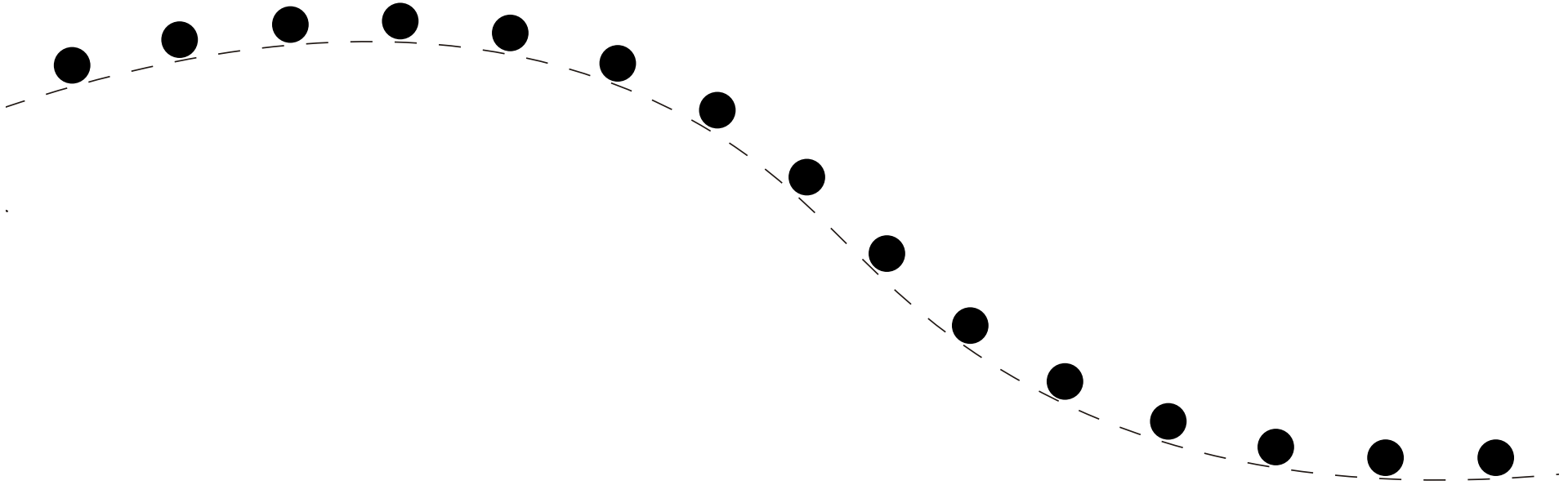


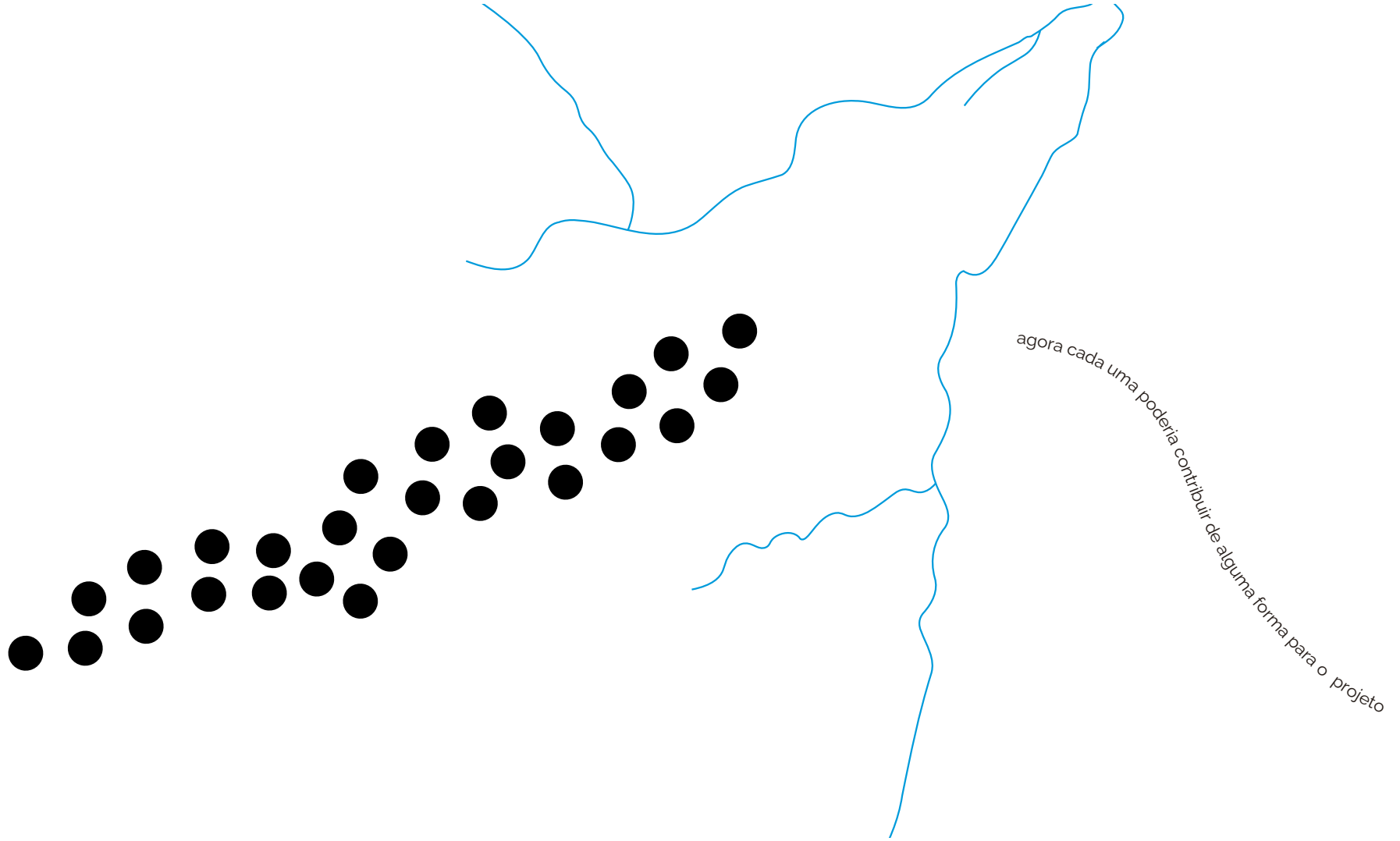
as attas tiveram uma nova ideia para seu terreno.

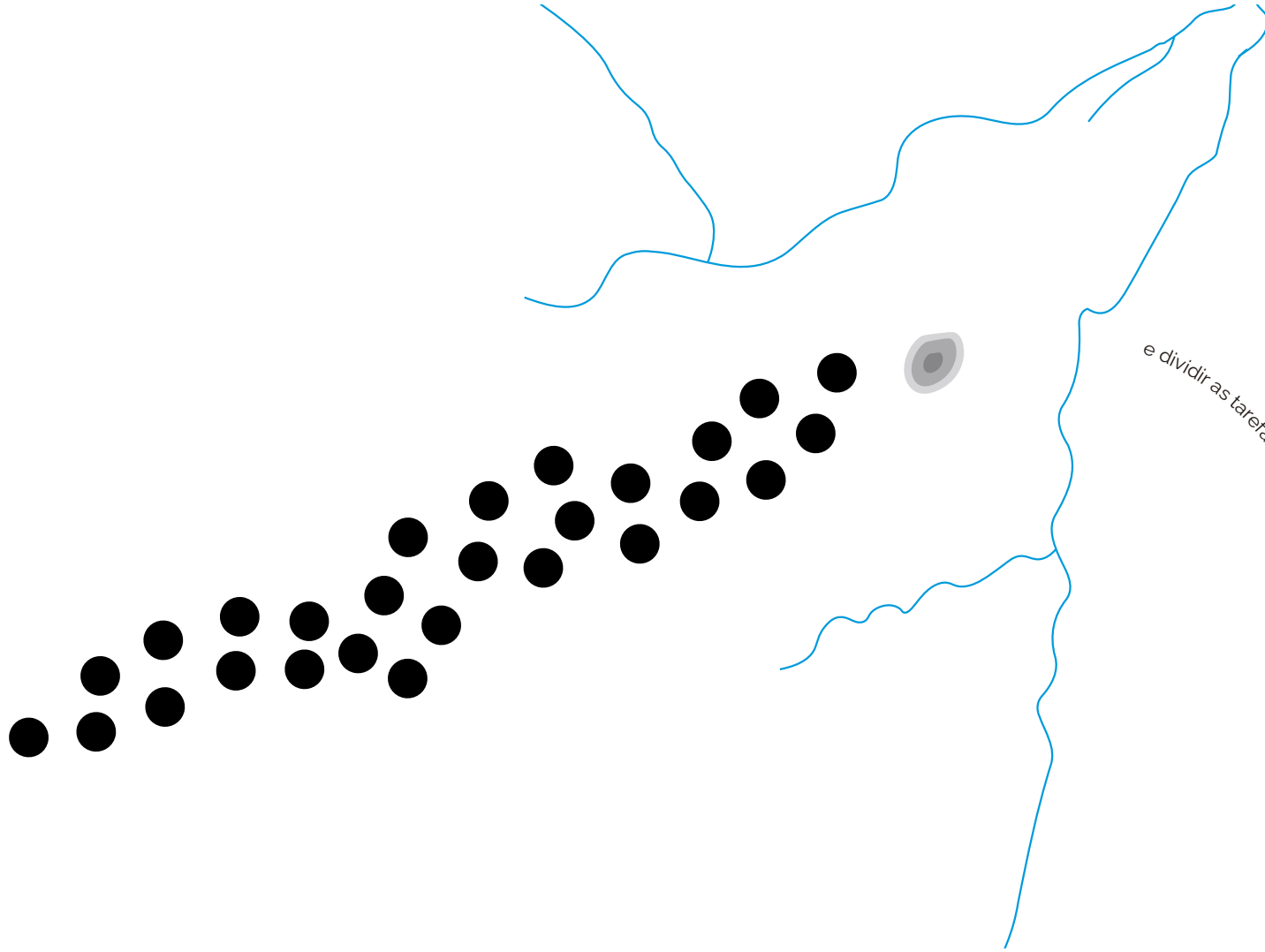
resolveram chamar outras que também estavam sem um teto



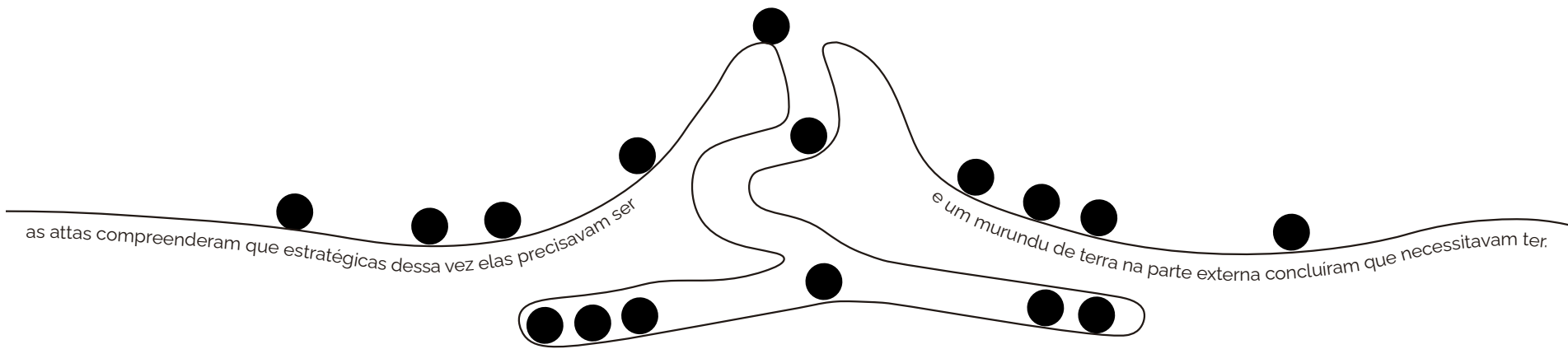


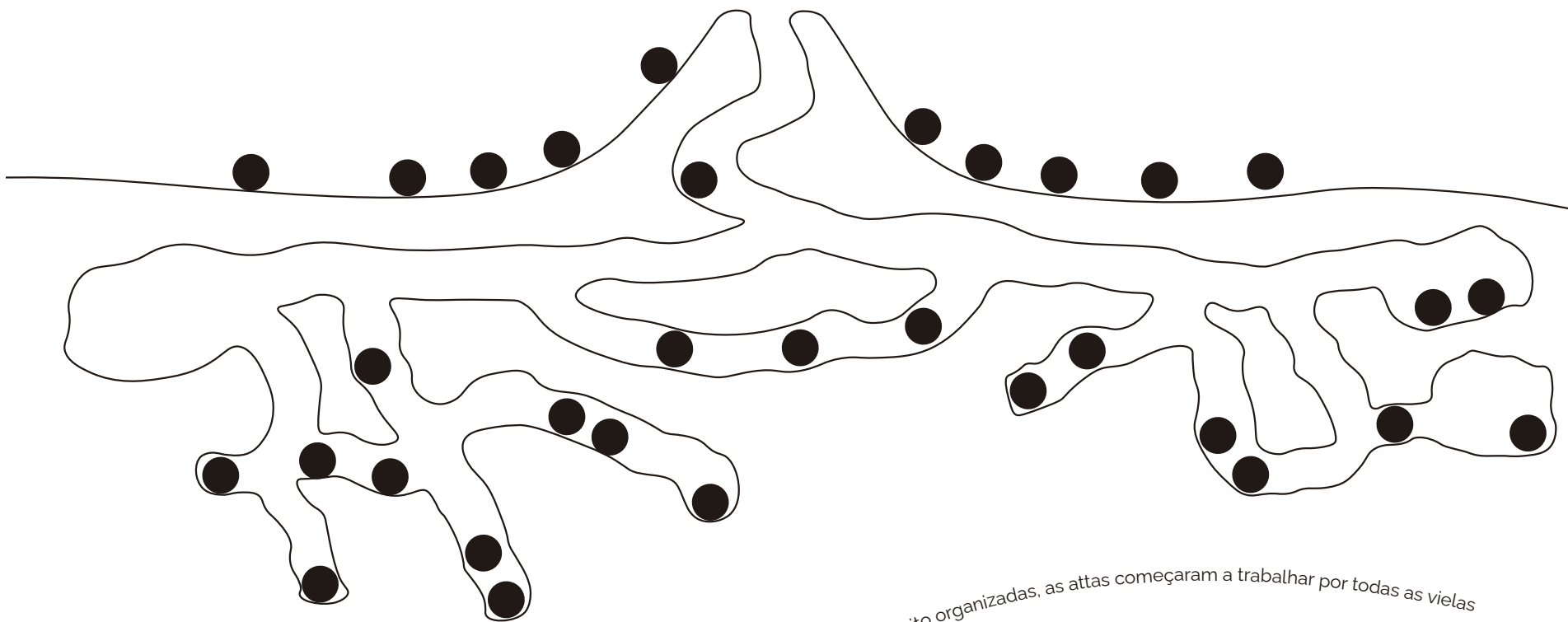






*e dividir as tarefas para a construção do grande buraco
foi o caminho mais certo.*



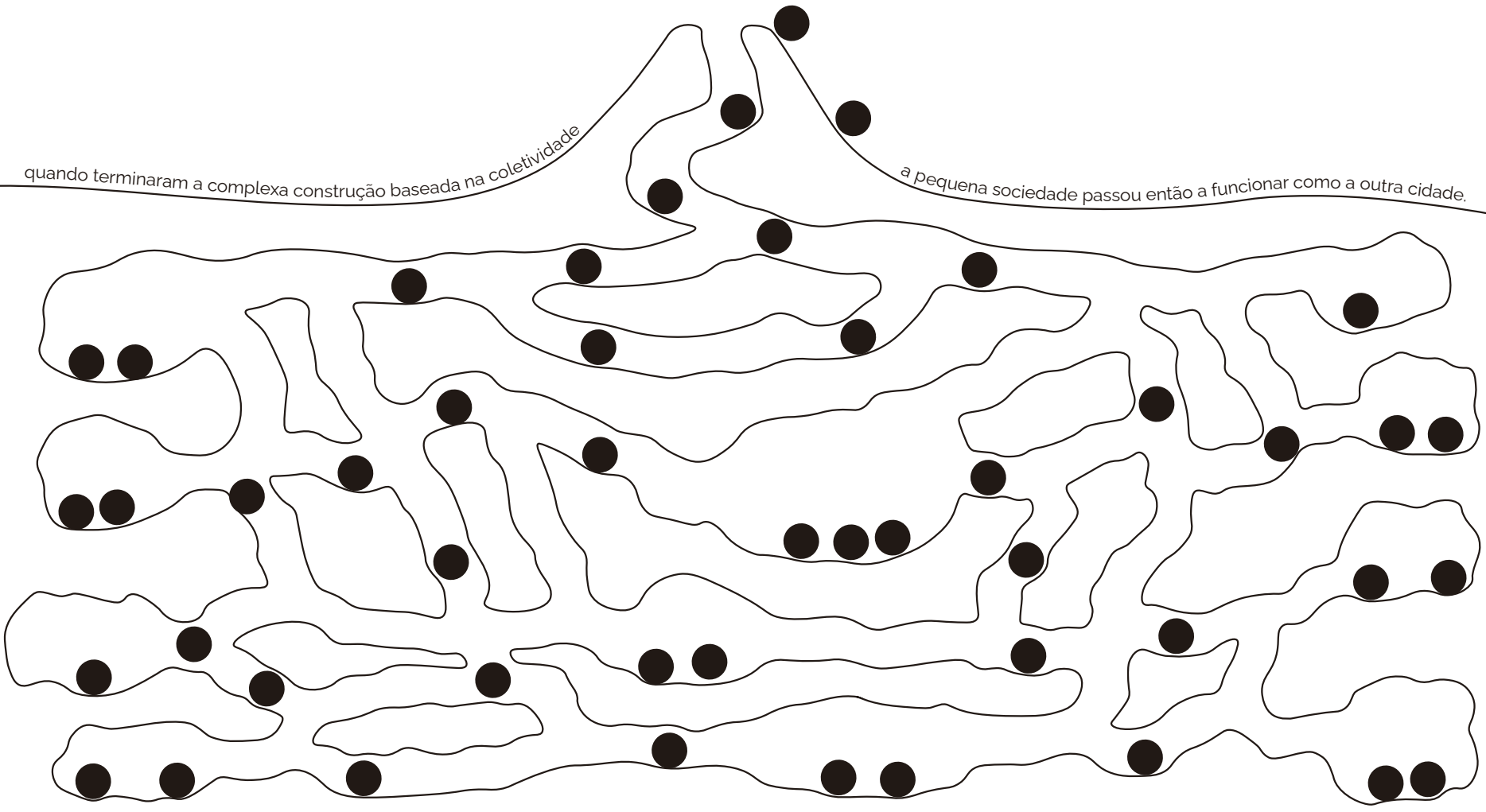


a ocupação daquela terra a cada dia se tornara mais vital para elas

e, muito organizadas, as attas começaram a trabalhar por todas as vielas

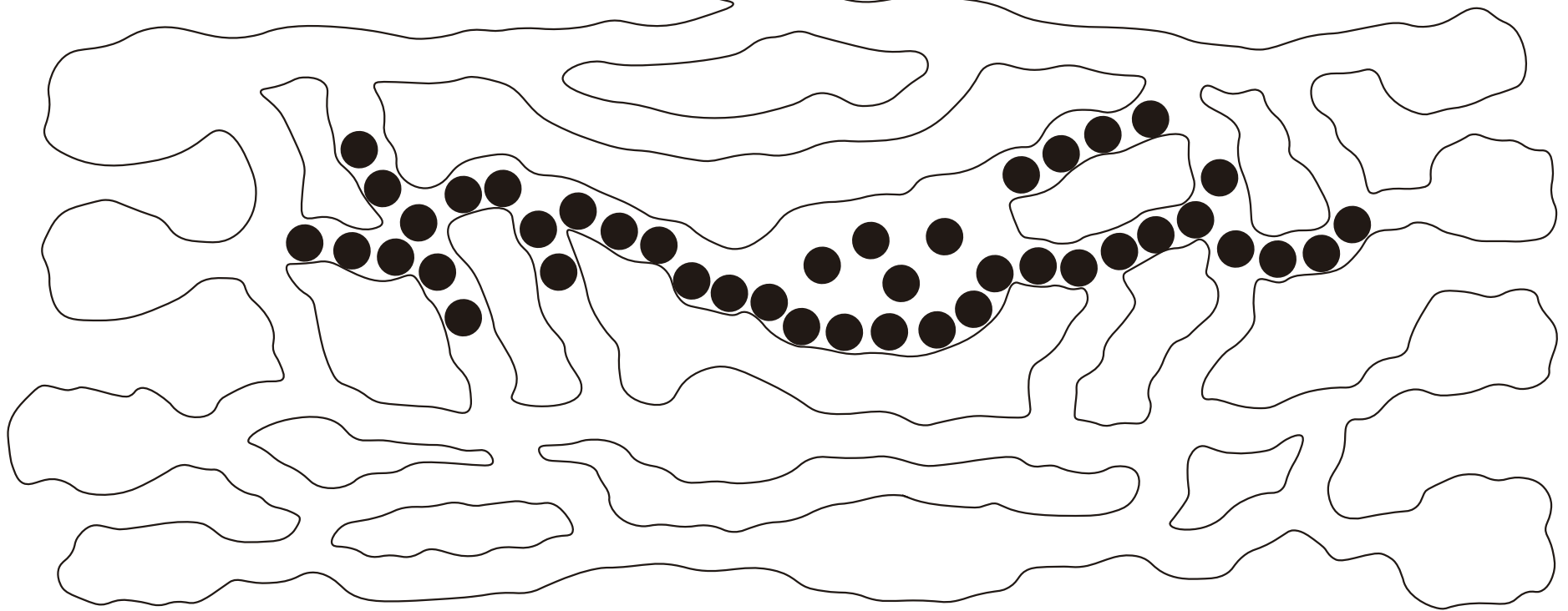
quando terminaram a complexa construção baseada na coletividade

a pequena sociedade passou então a funcionar como a outra cidade.



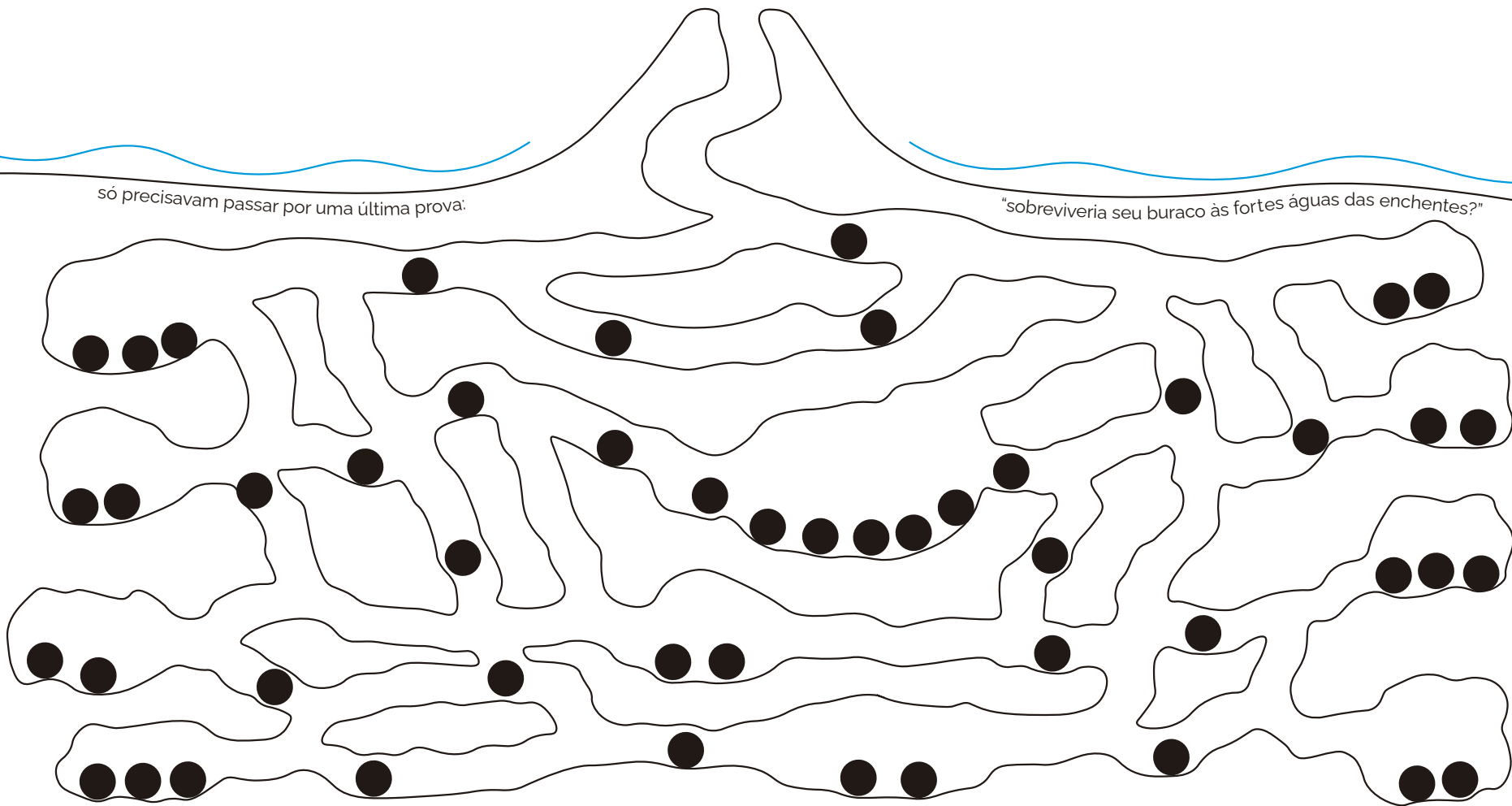
com moradia para todas as attas, na ocupação era só festividade

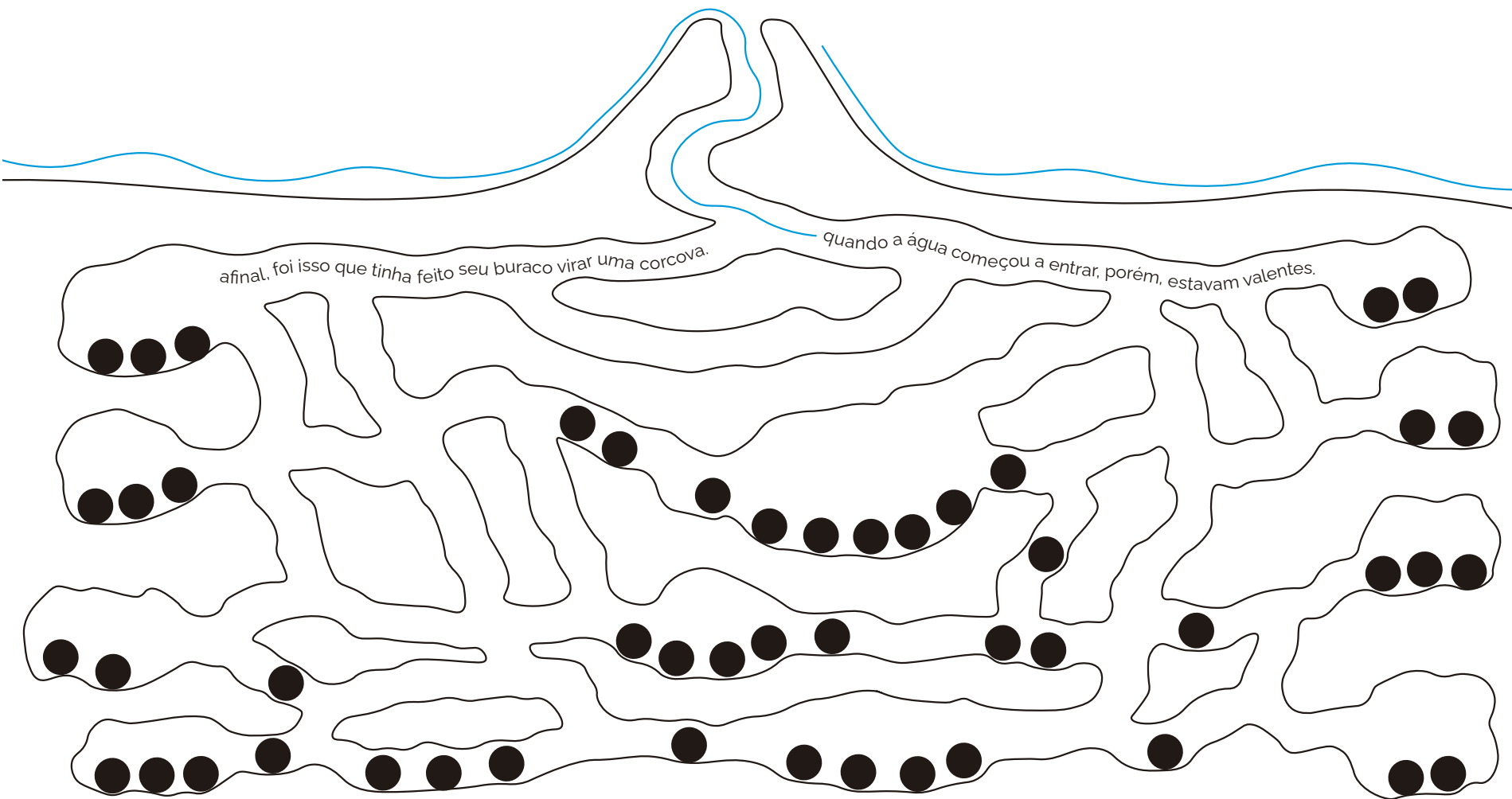
todos agradeciam as quatro primeiras por terem possibilitado a comunidade.



só precisavam passar por uma última prova:

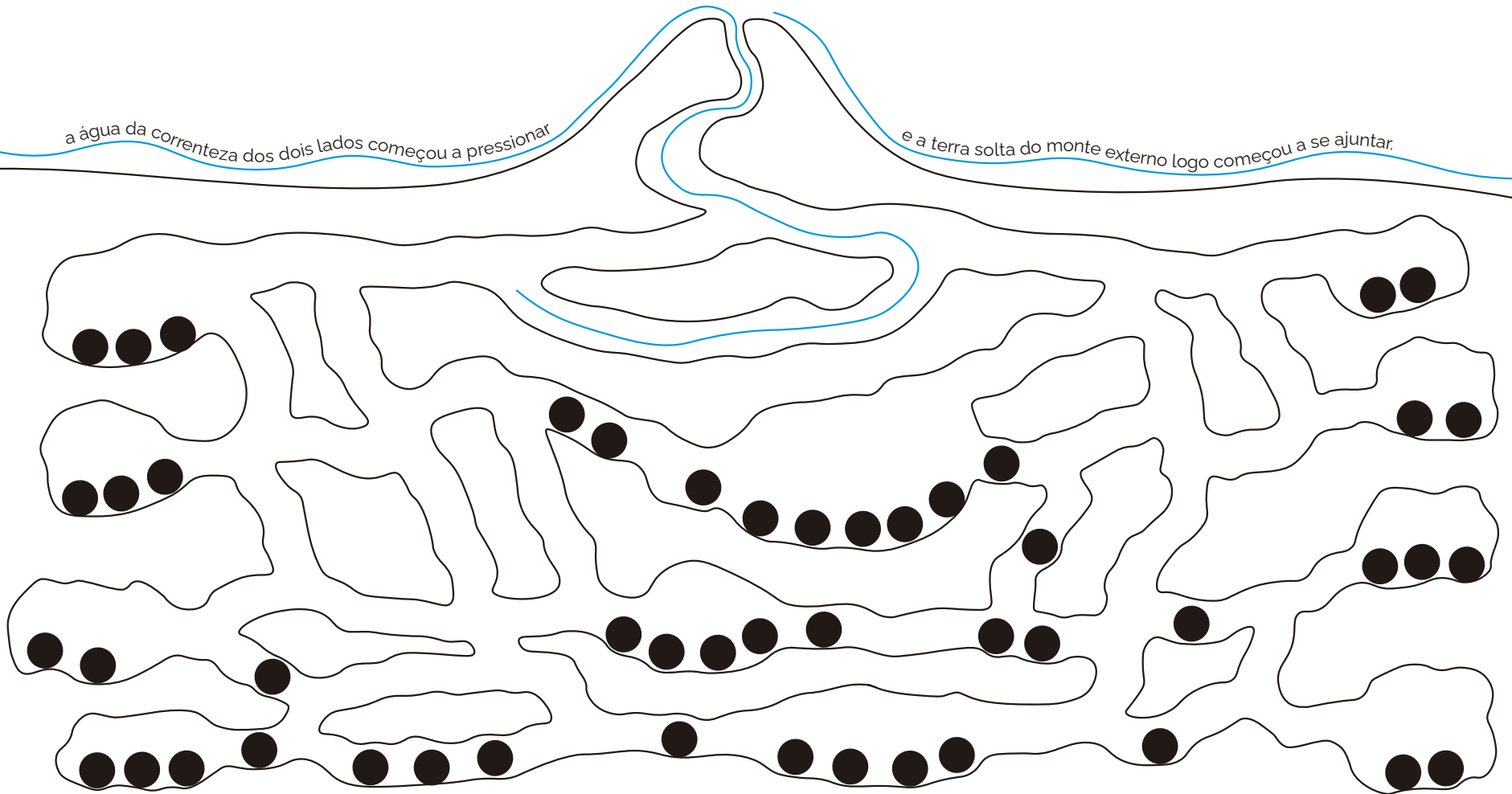
"sobreviveria seu buraco às fortes águas das enchentes?"





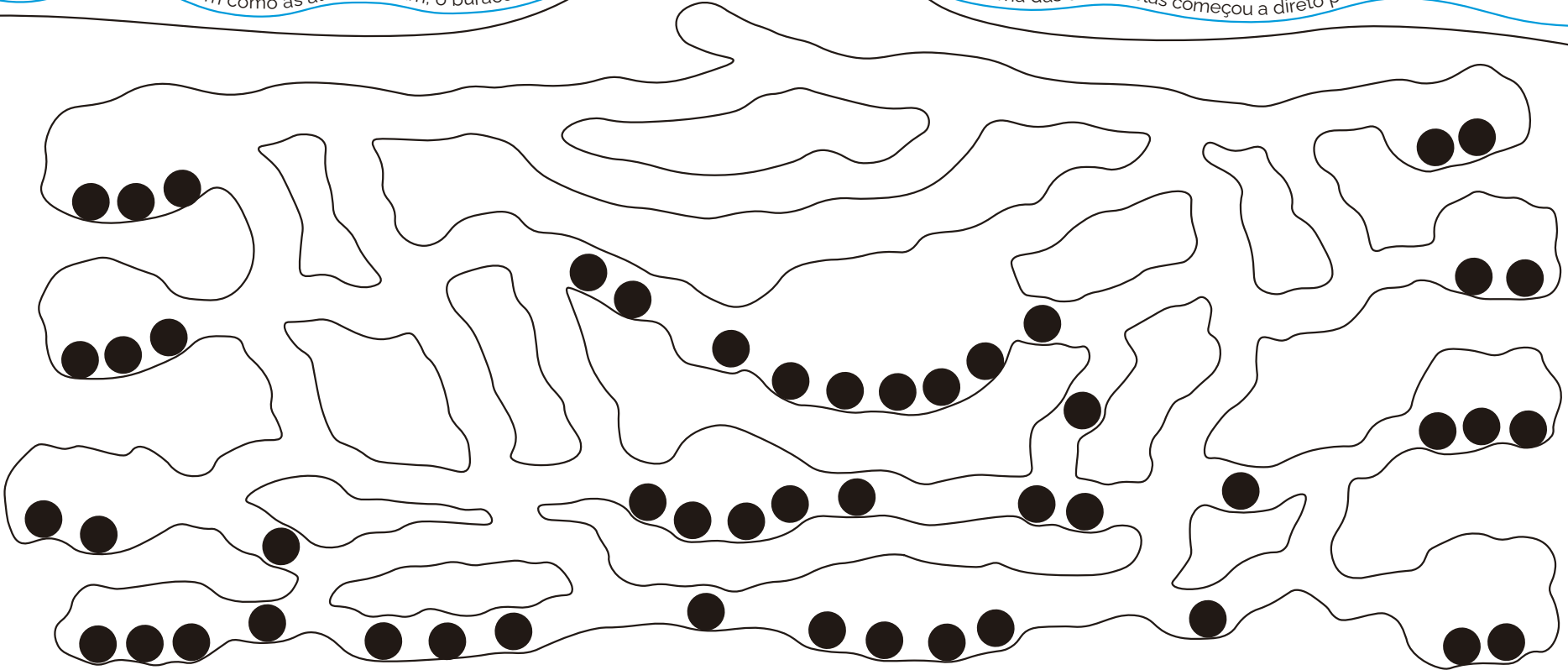
a água da correnteza dos dois lados começou a pressionar

e a terra solta do monte externo logo começou a se ajuntar.



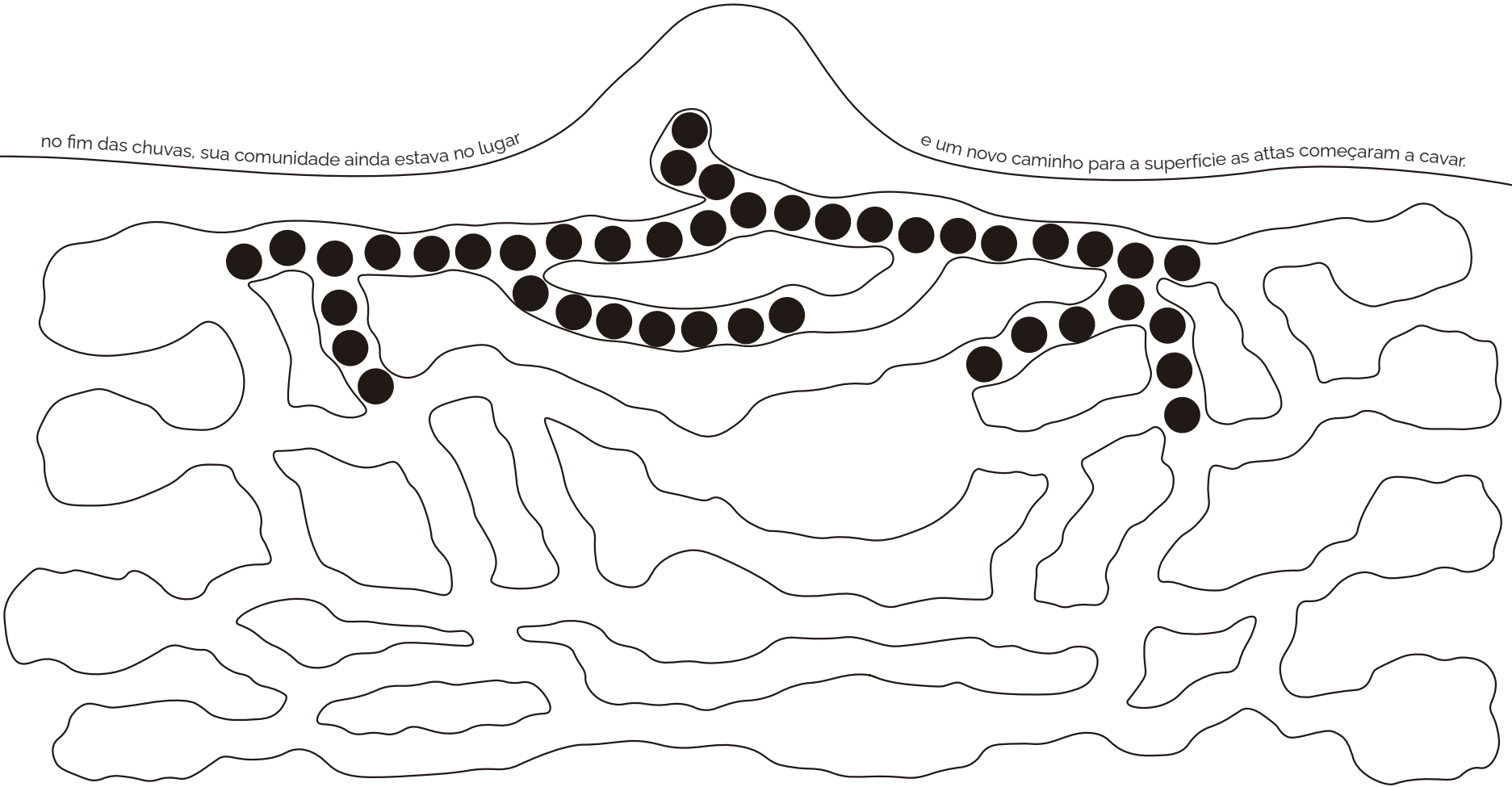
assim como as attas queriam, o buraco se pôs a fechar

e a água por cima das casas delas começou a direto passar.



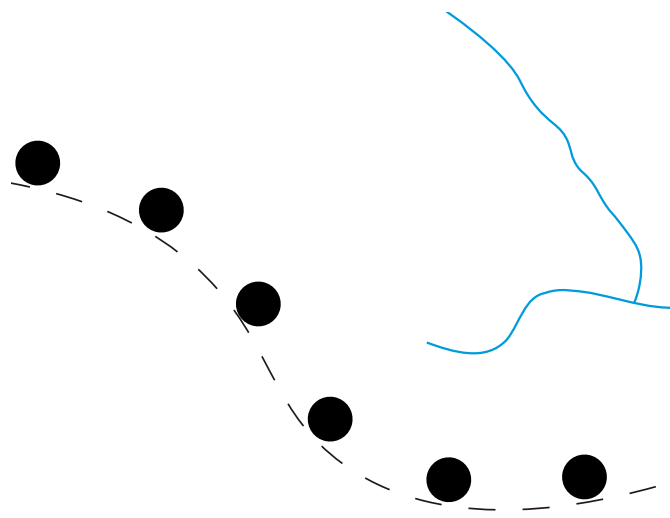
no fim das chuvas, sua comunidade ainda estava no lugar

e um novo caminho para a superfície as attas começaram a cavar.

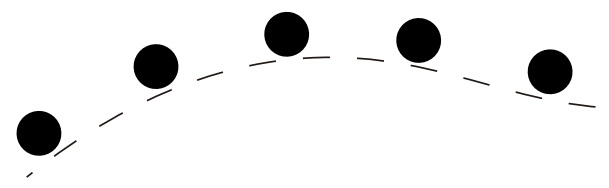
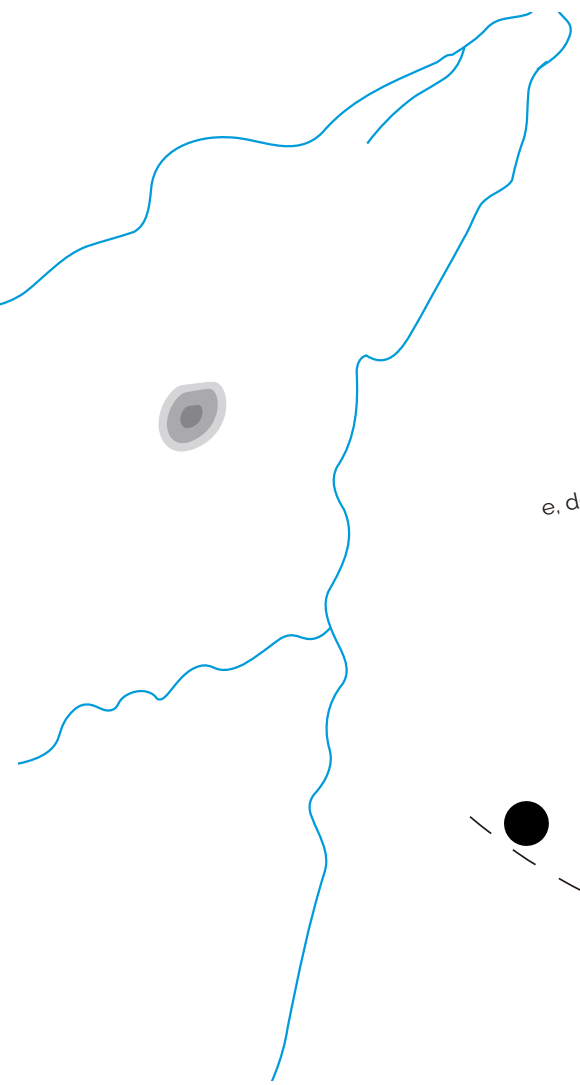
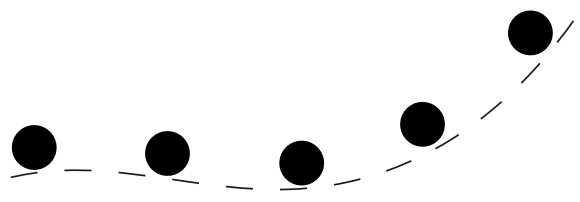


era mais um motivo para anna comemorar

de nunca ter desistido de naquele terreno vazio morar.

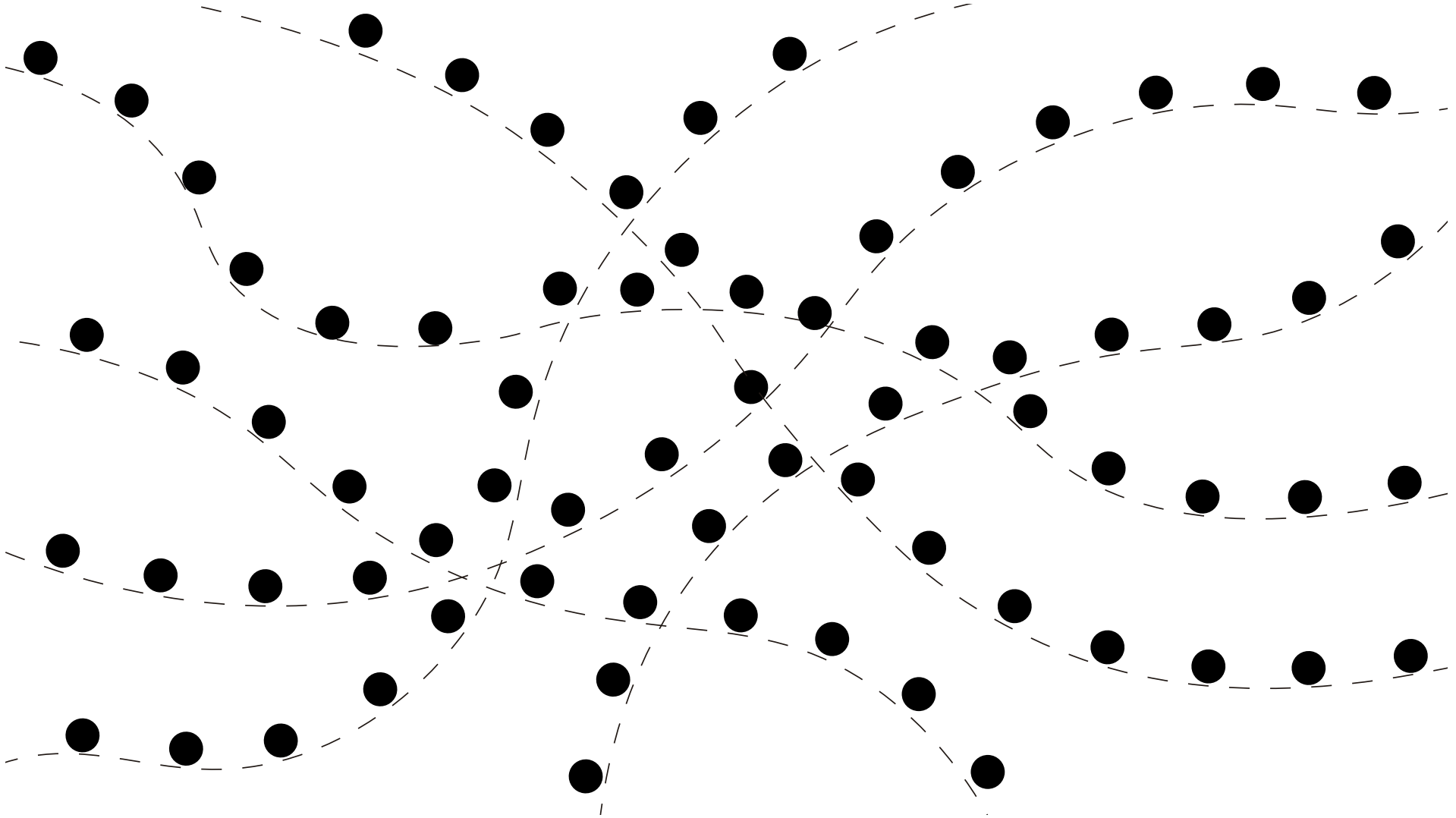


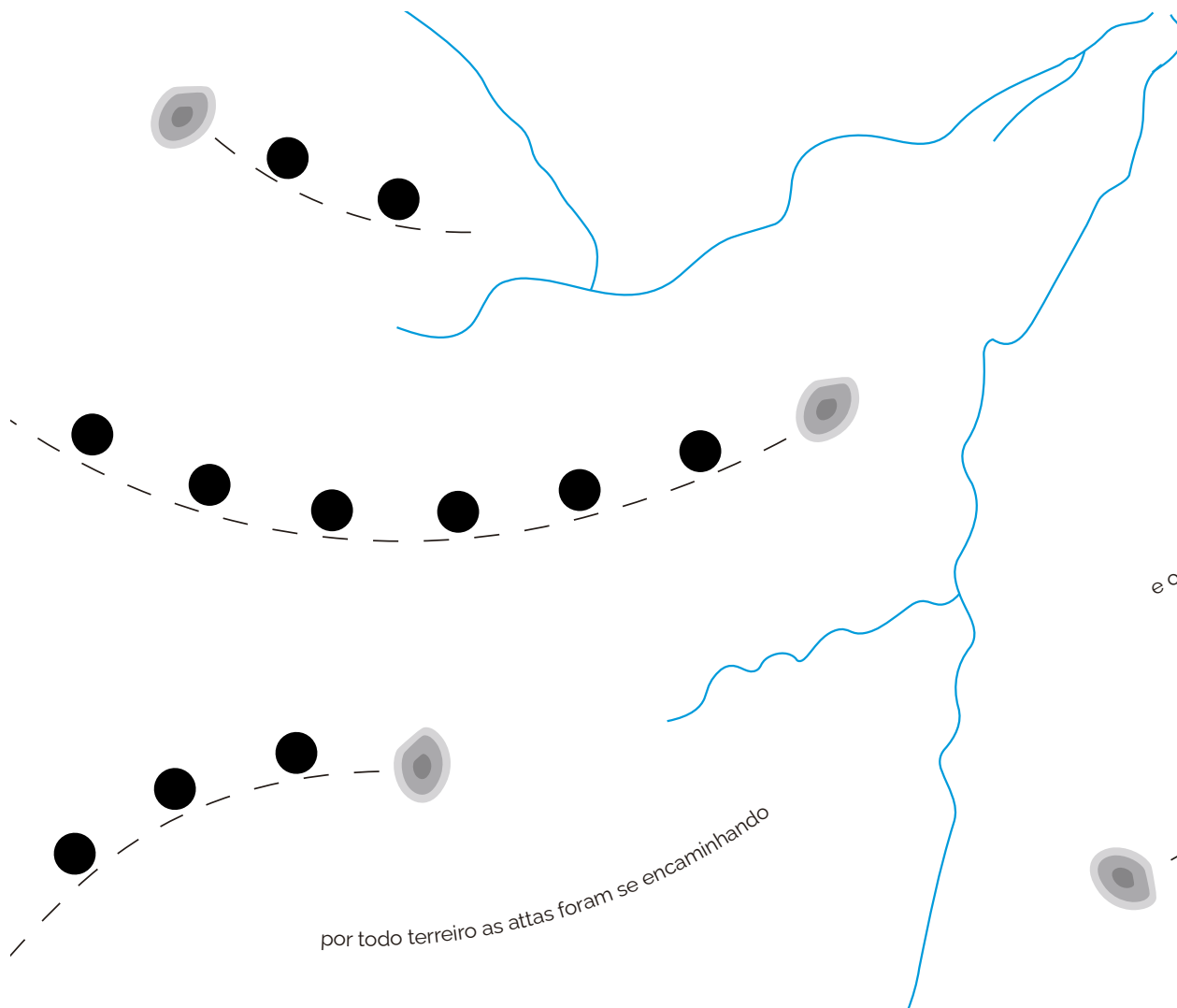
todo mundo a novidade logo saiu contando



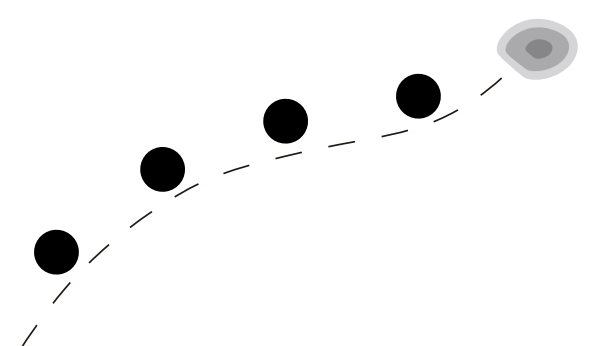
e, de repente, attas de outros lugares vieram se aconchegando



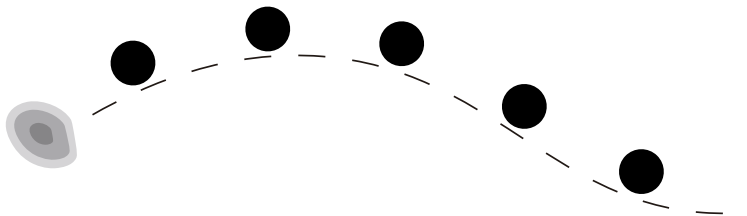


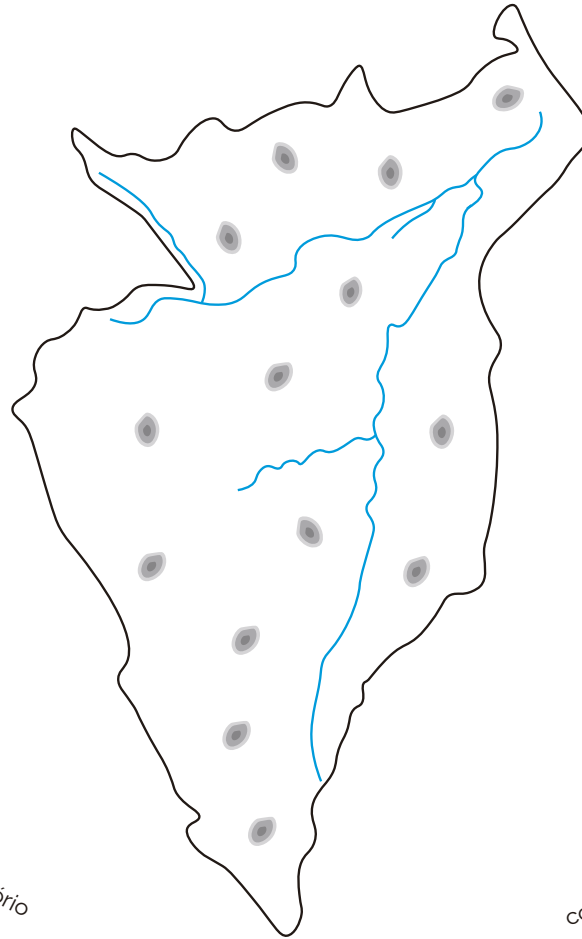


por todo terreiro as attas foram se encaminhando



e os buracos e vielas foram também só aumentando.

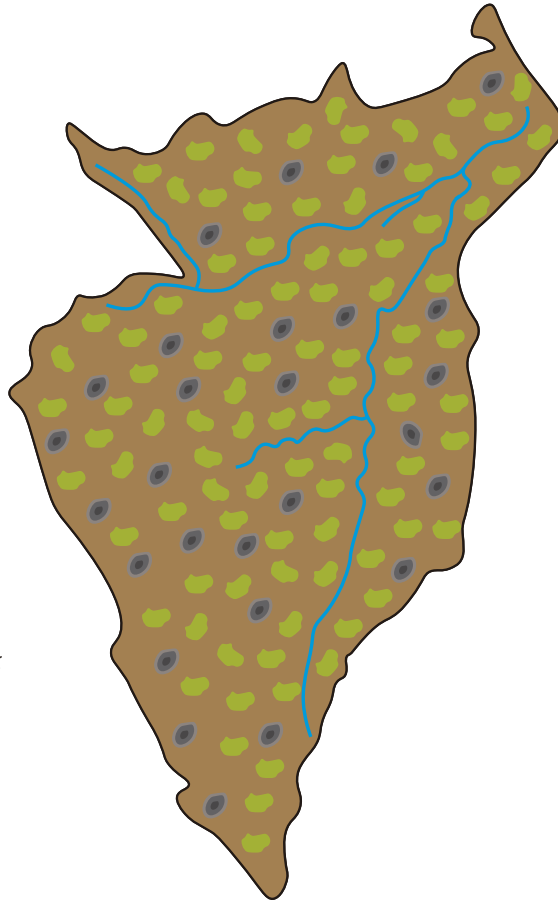




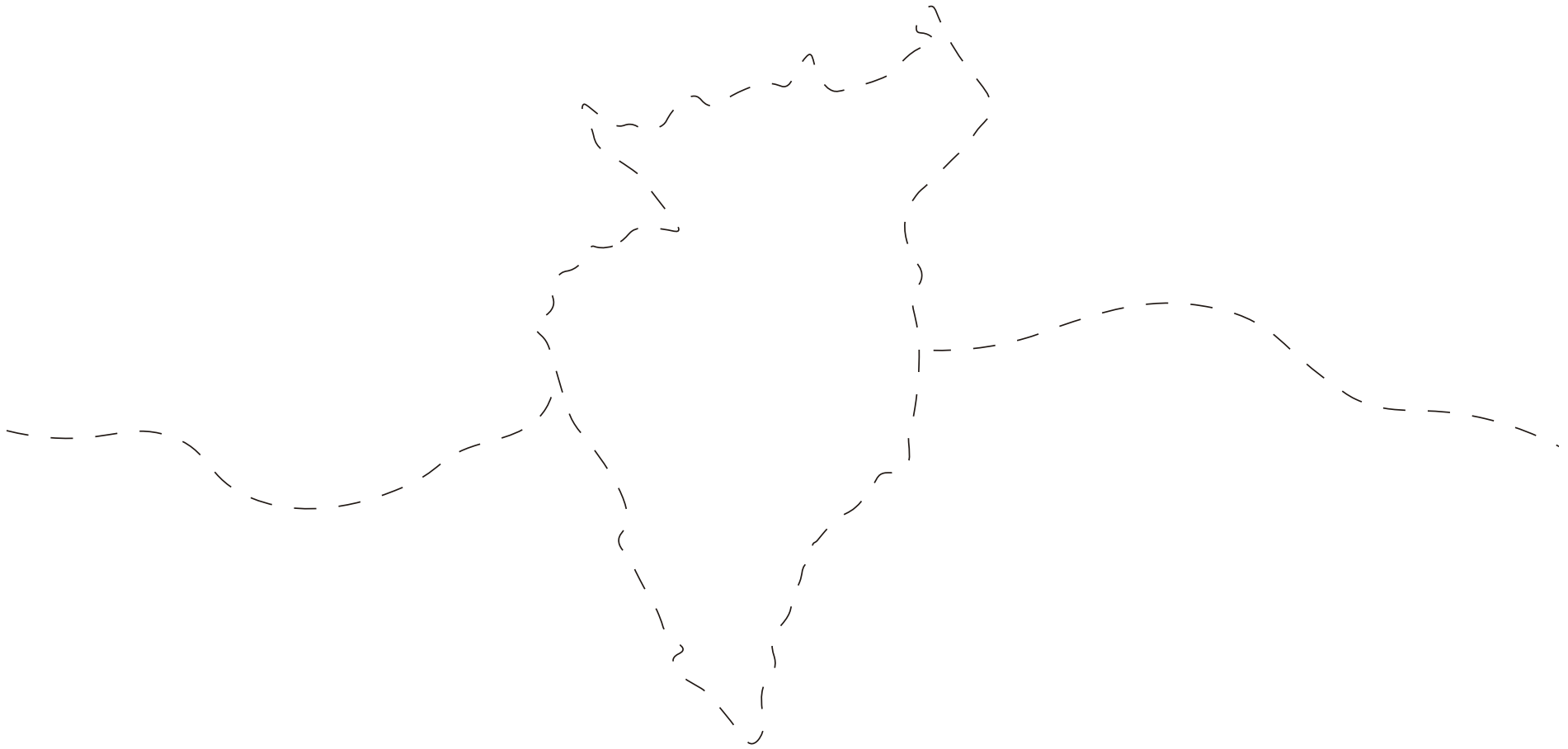
hoje se surpreende quem vê aquele lugar antes tão simplório

com as casas que se espalham por debaixo de todo o território.

e todas as attas que antes não tinham espaço para ficar



encontraram naquele pedaço de terra o significado de lar.



maria otto izzi aq da joão teresa maria augsto
 reman patricia
 mariaiana raumundo
 maria camila vanez
 amanda augsto Bruno
 rafael
 gabriela
 guilherme
 paulo barbara
 osvaldo
 rita osvaldo
 berenice rita osvaldo
 rita osvaldo
 carlos rita osvaldo
 dalva
 jose francisco

AT

concepção e ilustração

andriel felipe dias

texto

andriel felipe dias e gabriel santana

TA

tópicos em culturas em movimento

natureza política: rupturas, aproximações e figurações possíveis

universidade federal de minas gerais

2021

Linha do tempo Natureza Política

- data
- evento
- narrativa
- ator humano
- ator não humano



2015

junho

junho

PRIMEIRA VISITA À PAULO FREIRE

Surgimento do nome “Parque das Ocupações”

Marcela Brandão

Natacha Rena

Leonardo Péricles

Escola de Arquitetura UFMG

MLB

REDE VERDE

Articulação de grupos em uma rede de apoio mútuo, agregando e conectando ativistas, tanto na RMBH quanto em outras regiões do país

Poliana Souza

Leonardo Péricles

Coordenação da Ocupação Eliana Silva

MLB

Movimentos ambientais de Belo Horizonte e região



2016

fevereiro

março

EVENTO VAC: VERÃO DE ARTE CONTEMPORÂNEA

Pôr em prática a reflexão acerca do conflito entre os movimentos de luta pela moradia e de preservação do meio ambiente

“Natureza Urbana e a produção do comum”

Circuito às ocupações urbanas do Barreiro

Movimentos sociais com pautas diversas

VAC

PFLEX “PARQUE DAS OCUPAÇÕES DO BARREIRO”

O tema do parque foi levado para dentro da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Estudantes da Escola de Arquitetura da UFMG

Marcela Brandão

Moradores das Ocupações Eliana Silva e Paulo Freire

Mapeamentos coletivos

Maquete

Ícones

Escola de Arquitetura da UFMG

Barreiro

PFLEX



maio e junho

DESENVOLVIMENTO DO CADERNO DO PARQUE DAS OCUPAÇÕES

Compilação e reorganização de material produzido na disciplina

Ampliar o diálogo entre as propostas desenvolvidas pelos alunos

Professores e alunos

Projeto de extensão "Natureza Urbana"

Projeto de extensão "Artesanias do Comum"

Grupo Indisciplinar

Caderno do Parque das Ocupações

julho

PARQUE DAS OCUPAÇÕES NO CONGRESSO "CONTESTED CITIES"

● Parque das Ocupações tornou-se pauta ampliada no meio acadêmico, tendo sido tema de artigos em Congressos, como o Contested Cities, em Madri (Espanha), apresentado pela professora Marcela Brandão.

Marcela Brandão

Artigos

Congresso

Madri (Espanha)

setembro

PARQUE DAS OCUPAÇÕES NO ARQUISUR

● Parque das Ocupações foi tema de artigo no Congresso Arquisur, em Santiago (Chile), apresentado pela professora Luciana Bragança.

Luciana Bragança

Congresso

Santiago (Chile)

2017

janeiro



OFICINAS DE RÁDIO: EVENTO "MINHA QUEBRADA"

Vários dos adolescentes participaram do evento "Minha Quebrada", organizado pela UJR (União Juventude e Rebelião), onde puderam participar de atividades esportivas e culturais, bem como discutir sobre temas próprios da juventude.

Aproveitando a mobilização destes jovens, a coordenação do MLB resolveu retomar uma antiga ideia de se montar uma rádio comunitária na Ocupação Eliana Silva, a ser gerenciada por esses jovens. Diante disso, a coordenação do Programa Natureza Política, o projeto de pesquisa "Dispositivos de mobilização comunitária", e os projetos de extensão "Mídias Comunitárias" e "Diálogos" desenvolveram atividades voltadas para a implantação da rádio.



fevereiro

● PROJETO DO PARQUE FOI INSERIDO NA PAUTA DO SUBCOMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO ARRUDAS

● objetivo passou a ser não apenas a reflexão, mas também a consolidação da contranarrativa em construção, tendo como público alvo os técnicos vinculados ao poder público

Luciana Bragança
(coordenadora do projeto
"Natureza Urbana")

Cristiano Abelanur
(técnico da COPASA)

Subcomitê da
Bacia Hidrográfica de Arrudas



março

ENTREGA DO CADERNO DO PARQUE DAS OCUPAÇÕES

Após ter sido apresentado no Subcomitê, o caderno foi entregue à coordenação do MLB

Grupo Indisciplinar

Caderno do Parque das Ocupações

Coordenação do MLB



maio

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DA RÁDIO COMUNITÁRIA

A primeira frente ação visou a elaboração do projeto arquitetônico da sede da rádio comunitária da Eliana Silva

Jovens das Ocupações
Eliana Silva e Paulo Freire

Maquete do terreno

Referências arquitetônicas

Kit-mobiliário

Malha qualificada

Jogo de palavras

Projeto "Desembola na ideia"

PRÁXIS



maio

ACOMPANHAMENTO DE OFICINAS DE RÁDIO DO "DESEMBOLA NA IDEIA"

Promover, junto à formação técnica dos jovens, discussões sobre o direito à moradia e o papel dos movimentos de luta, a produção do espaço das ocupações e a ideia de pertencimento desses jovens

Jovens das ocupações
Eliana Silva e Paulo Freire

Maria Sealheiro (bolsista do projeto "Mídias Comunitárias")

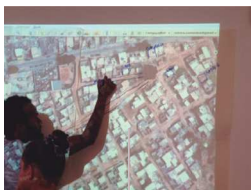
Projeto de extensão
"Mídias comunitárias na produção política do espaço"

Projeto "Desembola na ideia"

Plug Minas

PRÁXIS

Escola de Arquitetura da UFMG



maio

DINÂMICA DE MAPEAMENTO

Dando continuidade às oficinas do Desembola, dessa vez a dinâmica foi mapear a partir de imagem de satélite

Os participantes identificaram os principais acessos e lugares de referência das ocupações

Jovens das Ocupações
Eliana Silva e Paulo Freire

Maria Soalheiro (bolsista do projeto “Mídias Comunitárias”)

Imagem de satélite

Projeto “Desembola na ideia”

Grupo PRÁXIS



julho

VI BIENAL JOSÉ LUTZENBERGER

A participação no concurso acerca do tema: Comunidade solidária: uma abordagem sistêmica, permitiu levar o Parque das Ocupações para outro território de disputa de narrativas acerca de uma metodologia de projeto que busca potencializar experiências já presentes nos territórios

Discentes Caio Nepomuceno, Mayumi Amaral, Marcus Barbosa, Marília Pimenta, Miguel Veloso e Octávio Mendes

Marcela Brandão

Luciana Bragança

Concurso VI Bienal José Lutzenberger



agosto

DISCIPLINA COMUNICAÇÃO VISUAL: EDIFÍCIO E A CIDADE

Discutir o encontro entre os humanos e não-humanos e os seus encadeamentos na constituição da paisagem da cidade bem como de seus equipamentos, mobiliários e serviços

Discutir, apresentar e problematizar a comunicação visual como um importante campo da vida urbana e como ferramenta prospectiva e de informação do cotidiano

Alunos dos cursos de Design e de Arquitetura e Urbanismo da UFMG

Luciana Bragança

Sinalizações urbanas

PFLEX

Casas da Ocupação Paulo Freire



agosto

PFLEX ARQUITETURA DESOBEDEIENTE: MLBUS

Cartografar o território, mapear a produção de espaço engendrada por eles, ampliar repertório, levantar as habilidades de cada um, discutir possibilidades e construir os acordos necessários para a realização efetiva da reforma do ônibus doado pela VINA ao MLB

Estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG

Marcela Brandão

Moradores das Ocupações Eliana Silva e Paulo Freire

Funcionários da VINA

VINA

MLB

Unidade Popular pelo Socialismo (UP)

Ônibus



2018

outubro

fevereiro

novembro

novembro

REFORMA DO MLBUS

A alteração estética da carcaça do ônibus, proposta pelos alunos durante a disciplina de Pflex - MLBus, também foi aprovada pelos moradores das ocupações, mas só foi executada após o término da disciplina. Na semana de dia 24 de outubro, os bolsistas dos projetos de extensão e pesquisa da época se encarregaram dessa atividade

Ônibus

Equipe Natureza Política

Funcionários da VINA

ENTREGA DO MLBUS

Entrega do ônibus ao MLB em um café da manhã comemorativo

Junto com o ônibus, foi também entregue à comunidade o mobiliário desenvolvido na disciplina de curso de Design (ministrada pela professora Luciana Bragança no 2º semestre de 2017) para dar suporte às atividades educativas da biblioteca da Ocupação Eliana Silva e/ou às atividades itinerantes a serem realizadas através do ônibus

Moradores das Ocupações Eliana Silva e Paulo Freire

Lideranças

Representantes da VINA

Professores e estudantes da Escola de Arquitetura da UFMG

Ônibus

DINÂMICA PARA PREPARAÇÃO DO PLANTIO: RODA DE CONVERSA SOBRE O PLANTIO E A TOPOGRAFIA DO TERRENO DA OCUPAÇÃO COM APOIO DE UMA MAQUETE FÍSICA

Fomentar discussões sobre o plantio e sobre o cuidado com as árvores em contexto urbano

Mobilizar os moradores para o plantio de mudas a ser realizada na Ocupação Paulo Freire

Moradores das Ocupações Paulo Freire e Eliana Silva

Equipe Natureza Política (professoras Marcela Brandão e Luciana Bragança, bolsista Cyntia Ornelas)

Poliana Souza (Coordenação do MLB)

Cristiano Abdanur (COPASA)

Maquete do território

DINÂMICA PARA PREPARAÇÃO DO PLANTIO: OFICINA DE PRODUÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DAS MUDAS

Fomentar discussões sobre o plantio e sobre o cuidado com as árvores em contexto urbano

Mobilizar os moradores para o plantio de mudas a ser realizada na Ocupação Paulo Freire

Moradores das Ocupações Paulo Freire e Eliana Silva

Cristina Araújo (Designer)

Equipe Natureza Política (professoras Marcela Brandão e Luciana Bragança, bolsista Cyntia Ornelas)

Poliana Souza (Coordenação do MLB)

Cristiano Abdanur (COPASA)

Placas de identificação de mudas
Pirografia



novembro

DINÂMICA PARA PREPARAÇÃO DO PLANTIO: JOGO SOBRE O PLANTIO E CUIDADOS DAS ÁRVORES

Fomentar discussões sobre o plantio e sobre o cuidado com as árvores em contexto urbano

Mobilizar os moradores para o plantio de mudas a ser realizada na Ocupação Paulo Freire

Moradores das Ocupações Paulo Freire e Eliana Silva

Equipe Natureza Política (professoras Marcela Brandão e Luciana Bragança, bolsista Cyntia Ornelas)

Poliana Souza (Coordenação do MLB)

Cristiano Abdanur (COPASA)

Jogo de Plantio

VINA



novembro

PLANTIO DE MUDAS NO TERRITÓRIO

Realização do plantio de mudas no território a partir de insumos doados/adquiridos para/pelo projeto:

- \$2 mudas nativas doadas pela COPASA e pela Boi Rosado Ambiental;
- Terra vegetal e palhadas doadas pela Vina e pela COPASA;
- Proteções de tubo e tambor doadas pela Vina e pela COPASA;
- Sinalização;

Moradores da Ocupação Paulo Freire

Poliana Souza (Coordenação do MLB)

Cristiano Abdanur e equipe COPASA

Janine (Boi Rosado Ambiental)

Sabrina e Cristina Araujo (Vina - Departamento Socioambiental)

Equipe Natureza Política (professoras Marcela Brandão e Luciana Bragança, bolsista Cyntia Ornelas)

2019



março

REENTREGA DO MLBUS

Verificou-se que vários problemas mecânicos ocorridos em 2018 poderiam ser evitados se tivesse havido uma manutenção sistemática do veículo. Entendendo as dificuldades de movimento para efetivar essa manutenção, como também em fazer a gestão de uso do veículo, a VINA fez revisão mecânica com as devidas reparações que o veículo necessitava, para realizar uma nova entrega do ônibus

Moradores das Ocupações

Ônibus

VINA

Curso de logística

Curso profissionalizante de mecânica



março

ENTREVISTA PARA A TV UFMG SOBRE O PROJETO "PARQUE DAS OCUPAÇÕES"

Ideia da TV UFMG ao território

Equipe Natureza Política (professoras Marcela Brandão e Luciana Bragança, bolsista Cyntia Ornelas)

TV UFMG

Vale das Ocupações



abril

EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM PELA VINA

Ação de terraplanagem na última rua da Paulo Freire, realizada pela empresa parceira (Vina)

●cupação Paulo Freire

VINA



maio

VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE DRENAGEM

Verificação das possibilidades de drenagem na Paulo Freire

Marcela Brandão

Renato (Vina-diretoria)

●cupação Paulo Freire

VINA



julho

PLANTIO DE HORTA NA CRECHE "TIA CARMINHA"

Implantação de uma horta na creche Tia Carminha, uma demanda antiga das coordenadoras da creche

Para que essa ação não se configurasse como uma simples doação de mudas, buscou-se o envolvimento das cuidadoras, bem como das crianças que frequentam a creche

Crianças que frequentam a creche

Cuidadoras

●cupação Eliana Silva

Creche "Tia Carminha"

VINA

Equipe Natureza Política Horta

julho

REUNIÃO NA CRECHE "TIA CARMINHA" SOBRE O PARQUE DAS OCUPAÇÕES

Reunião realizada para alinhar os grupos de trabalho (universidade, empresa e movimento) e formular encaminhamentos para 2019.2

Acordou-se a criação de quatro grupos de trabalho para incrementar as atividades de campo: GT mobilização, GT urbanização (drenagem e pavimentação), GT arborização e GT reciclagem de resíduos

GT Mobilização

GT Urbanização

GT Arborização

GT Reciclagem de Resíduos



agosto

VISITA À OCUPAÇÃO PAULO FREIRE

Visita à Ocupação Paulo Freire para avaliar o estado das mudas plantadas em novembro de 2018

Constatou-se que algumas mudas tinham morrido, outras estavam disputando espaço com entulhos e materiais de obra, mas que muitas haviam sobrevivido e rescido bastante no intervalo de tempo de aproximadamente 10 meses

Equipe Natureza Política

Ocupação Paulo Freire

VINA



agosto

CINE RAIZ

A projeção de um curta, seguida de uma roda de conversa com o professor Emanuel Almeida, teve como intuito incentivar uma sensibilização junto aos moradores sobre a temática ambiental.

A VINA contribuiu com o fornecimento de ingredientes para a confecção de caldos, visando, inclusive, geração de renda para as cozinheiras da ocupação



agosto

VISITA AO JARDIM PRÓXIMO AO VALE DAS OCUPAÇÕES

Foi organizada, pela equipe da VINA, uma visita ao Jardim próximo às ocupações do Barreiro, no qual está acontecendo um processo de recuperação de nascentes e preservação da área verde

Jardim próximo ao Vale das Ocupações



setembro

TRILHA À ÁREA DE PRESERVAÇÃO LOCALIZADA ENTRE AS OCUPAÇÕES ELIANA SILVA E NELSON MANDELA

Identificação de um centro de tamanho e idade considerável

Localização de um poço de criação de peixes, já, inclusive, indicado por moradores na pesquisa "Jardins Possíveis"

Coleta de amostras da água das nascentes para análise laboratorial

Equipe Natureza Política

Sabrina (VINA)

GT Arborização

Nascentes

VINA



setembro

**GT RECICLAGEM:
PROJETO DE REFORMA DO
ESPAÇO DA COORDENAÇÃO
DA OCUPAÇÃO PAULO FREIRE**

Criação de fotomontagem da nova configuração espacial, na qual foram inseridas possibilidades de um mobiliário reciclado, parte dele já produzido pela empresa a partir de tambores e uniformes descartados

Moradores da Ocupação Paulo Freire

VINA

MLB

●cupação Paulo Freire

GT Reciclagem de Resíduos



dezembro

**ENTREVISTAS COM MORADORES
DA OCUPAÇÃO PAULO FREIRE**

Realização de entrevistas com moradores da Ocupação Paulo Freire a fim de levantar os jardins, hortas e pomares existentes no território

A entrevista foi semiestruturada, e buscou conhecer, entre outras questões: a relação dos moradores com seus espaços de cultivo, que tipo de plantas existem neles, se há possíveis articulações desses espaços com a comunidade em geral, e a relação entre os espaços de cultivo e a moradia

●sistas Matheus Coelho e Cintya Ornelas



2020

abril

**MUTIRÃO DE REFORMA DA
PRAÇA MARIELLE FRANCO**

Mutirão comunitário para reformar a praça rebatizada, no dia 14 de março de 2020, como Praça Marielle Franco, em homenagem à vereadora que foi defensora dos Direitos Humanos e das minorias, assassinada no dia 14 de março de 2018.

●s participantes do mutirão promoveram a limpeza e capina do local, e posteriormente realizaram plantios de mudas e pintura dos lugares de permanência

Extensionistas do programa Natureza Política - Luiz Eduardo e Luiza Guinho

Voluntários

Moradores do Vale das Ocupações

MLB

VINA



maio

**PRODUÇÃO DE MAQUETE
DO VALE DAS OCUPAÇÕES**

●s encontros para confeccioná-la aconteceram na oficina de maquetes do professor Tiago Castelo Branco, que acompanhou e orientou de perto todo o processo, assim como os funcionários da maquetaria

Saulo Maciel, Luiza Guinho, Luiz Eduardo, Beatriz Maria, Gabriela Gressi e Igor Colombo

Tiago Castelo Branco

Maquete

●ficina de maquetes



2021

fevereiro

maio

criação do Instagram natureza política

Utilizado como ferramenta de divulgação junto à comunidade externa, o Instagram do programa complementa o site e exerce a interação social de maneira mais dinâmica

Equipe do Programa
Natureza Política

Ferramenta - Rede social

disciplina de formação transversal natureza política

Refletir e construir um entendimento das relações entre natureza, cultura e política em territórios autôctonos sob conflitos socioambientais

No mês de junho, a disciplina teve continuidade, seguindo para um momento de produção audiovisual

Marcela Brandão

Luciana Bragança

Patrícia de Azevedo (EBA/UFMG)

Palestrantes de diversas áreas de conhecimento

Disciplina de Formação Transversal (UFMG)

Webinário

Produção audiovisual



natureza política

Jogo do plantio

Regras do jogo

1. Cada jogador escolhe duas CARTAS ROSA para saber onde deve chegar no tabuleiro.
2. Joga-se o dado e se cair na casa verde tira-se uma CARTA VERDE e na casa amarela uma CARTA AMARELA.
3. O jogador precisa jogar até chegar na sua primeira árvore e para ser liberado para chegar à sua segunda árvore precisa acumular dois cuidados.
- 4) Ganha quem desbloquear as duas árvores primeiro.

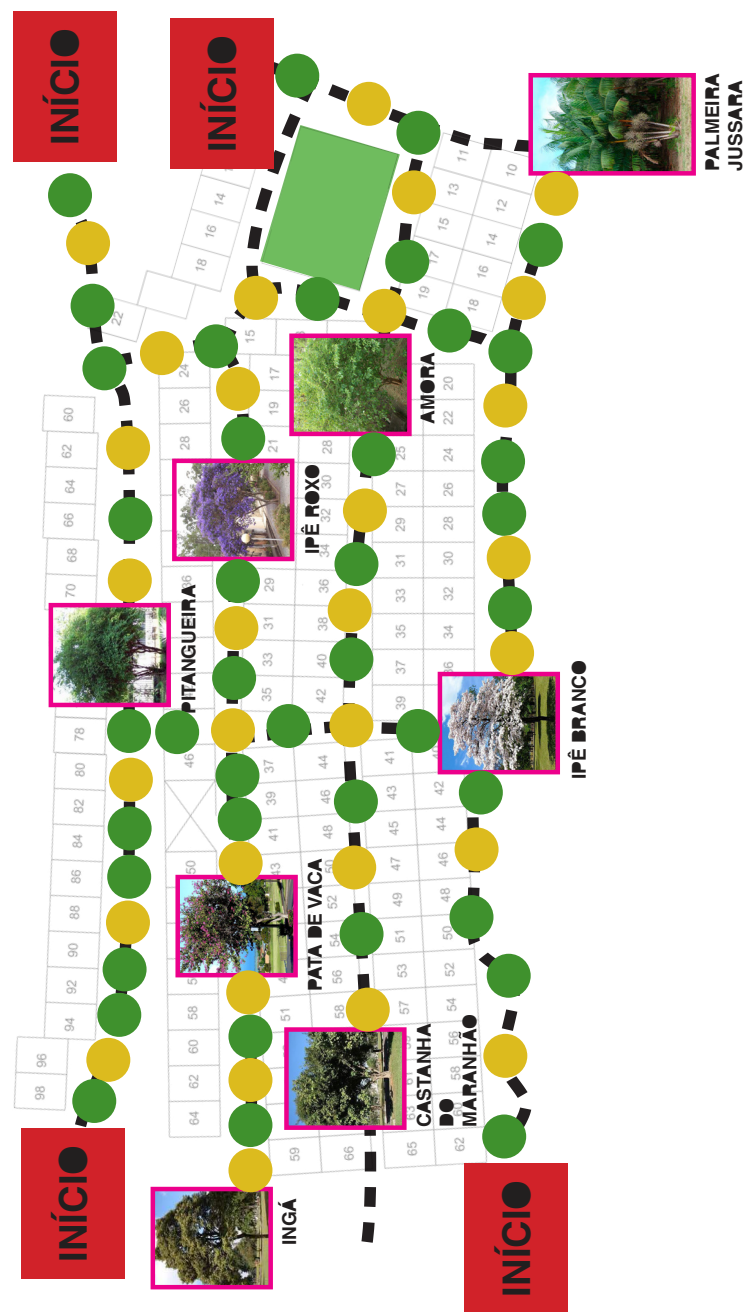
Cartas:

CARTA ROSA - ÁRVORE
8 unidades (espécies)









CARTA AZUL - CUIDADO
16 unidades (duas por árvore)

CARTA VERDE - DESAFIO
40 unidades (espaços do tabuleiro)






CARTA AMARELA- VOCÊ SABIA?
30 unidades (espaços do tabuleiro)













natureza política

				palmeira jussara
pitangueira	ipê roxo	ipê branco	ingá	
				
		castanha do maranhão		
pata de vaca	amora			
				





natureza política











situação	situação	situação	situação	situação
A vizinha usou os galhos como lenha para o fogão e a lenha e te convidou pra feijoadá.	Trouxeram as mesas do truco pra debaixo da árvore pra aproveitar a sombra.	As ruas ficaram mais bonitas depois que as árvores foram plantadas.	Os amigos se reuniram debaixo da árvore para tocar violão.	Você plantou flores perto das árvores e agora elas estão florescendo.
				
anê duas casas	anê duas casas	anê duas casas	anê uma casa	anê duas casas
situação	situação	situação	situação	situação
Os frutos das árvores atraem pássaros e micos, você gosta deles?	As mudas estão crescendo fortes e saudáveis.	Fale sobre as dificuldades de cuidar de uma árvore.	Você se esqueceu de regar as mudas e agora elas estão prestes a morrer. Peça ajuda aos seus vizinhos.	A muda não tinha proteção e algumas crianças quebraram os galhos enquanto brincavam.
				
ganhe um cuidado	anê uma casa	ganhe um cuidado	velte uma casa	velte uma casa

situação	situação	situação	situação	situação
Vai ter festa junina na ocupação e as bandeirinhas amarradas nas árvores deixaram a decoração mais bonita.	Estamos em época de amora e quando você foi pegar amora já não tinha mais nenhuma. E agora? Converse com seus amigos sobre isso.	Alguém parou o carro debaixo da sombra da árvore e as crianças não podem mais brincar.	Você viu lixo na árvore. Escolha um jogador para ir junto com você conversar com os vizinhos para não jogar lixo na árvore.	É sua semana de varrer as folhas da árvore.
				
anê duas casas	fique anê esta	se você tem carro: anê uma casa se você tem filhos: vete uma casa	os deis legaderes andam duas casas	ganhe um cuidado
situação	situação	situação	situação	situação
O parquinho agora está na sombra e as crianças brincam melhor.	Deixaram garrafas de cerveja embaixo da árvore depois do churrasco.	As crianças estavam soltando pipa e ela agarrou num galho.	Você colocou um banco debaixo da árvore e os vizinhos estão conversando muito alto do lado de fora.	Seus vizinhos queimaram lixo perto da árvore e ela acabou pegando fogo. Apague o fogo e converse com seus vizinhos.
				
anê duas casas	velte uma casa	velte uma casa	velte uma casa	velte quatro casas

situação	situação	situação	situação	situação
Tem "erva de passarinho" na árvore. O que fazer?	Pragas atacaram a árvore e ela precisa de cuidados.	Você e seus amigos queriam jogar volêi e penduraram a rede nas árvores.	Você está fazendo o churrasco de domingo debaixo da árvore. Tome cuidado com o fogo.	Você nunca provou ingá antes e agora a árvore de ingá da esquina está dando frutos.
				
ganhe um cuidado	ganhe um cuidado	anê uma casa	ganhe um cuidado	anê uma casa
situação	situação	situação	situação	situação
Está chovendo muito e os galhos da árvore estão caindo. Tire eles da rua.	Você plantou a árvore num lugar onde ela não atrapalha a entrada dos carros.	A casa ao lado está em reforma e o vizinho deixou os entulhos debaixo da árvore.	Uma chuva forte derrubou um galho da árvore no carro que estava parado.	Os passarinhos fizeram cocô no carro parado debaixo da árvore.
				
ganhe um cuidado	ganhe um cuidado	escolha alguém para veltar uma casa	velte uma casa	velte uma casa

situação	situação	situação	situação	situação
Você fez amigos ao dividir os cuidados da árvore.	As amoras que sobraram no pé de amora estão muito altas e você conversa com as crianças para terem cuidado ao subir na árvore.	Alguma árvore te lembra algo especial?	O ar da ocupação ficou mais fresco depois do plantio.	Você participou de todas as fases do plantio
ganhe um cuidado	ganhe um cuidado	ganhe um cuidado	ganhe um cuidado	ganhe um cuidado
situação	situação	situação	situação	situação
As vezes os frutos das árvores atraem morcegos. Cuidado.	Você plantou a árvore num lugar que atrapalha a rede elétrica.	Sua família fez um piquenique debaixo das árvores.	Seus filhos começaram a cuidar das árvores.	Você utiliza as frutas do parque para o café da tarde da sua família.
fique em pé está	valte uma casa	ganhe um cuidado	ganhe um cuidado	ganhe um cuidado

cuidado	cuidado	cuidado
 ADUBAR A ARVORE	 COLOCAR ESCORAS NAS MUDAS	 NÃO COLOCAR COISAS PESADAS
cuidado	cuidado	cuidado
 REGAR	 REGAR	 REGAR

cuidado	cuidado	cuidado	cuidado	cuidado
 REGAR	 CERCAR	 PODAR	 PLANTAR	 CUIDAR DAS PRAGAS
cuidado	cuidado	cuidado	cuidado	cuidado
 CUIDAR DOS ANIMAIS	 VARRER AS FOLHAS	 CATAR OS GALHOS	 NÃO FAZER QUEIMADAS	 NÃO CIMENTAR A BASE

você sabia?	você sabia?	você sabia?	você sabia?	você sabia?
A árvore Pata de Vaca é natural da Índia e da China <small>Fonte: www.portalaofrancisco.com.br</small>	Ipê, em tupi-guarani, significa "árvore de casca grossa". <small>Fonte: www.jardimdeflores.com.br</small>	O Ipê Roxo é o primeiro dos Ipês a florir no ano <small>Fonte: agenciaibrazil.etc.com.br</small>	O chá da folha de amora alivia cólicas menstruais <small>Fonte: site fortissima.com.br</small>	A amora combate a diabetes e o colesterol alto. <small>Fonte: site minhavidacom.br</small>
você sabia?	você sabia?	você sabia?	você sabia?	você sabia?
As folhas da pitangueira podem ser usadas para tratar diarreias e febre. <small>Fonte: https://www.greenme.com.br</small>	Banho de folha de pitanga equilibra a oleosidade da pele e do couro cabeludo <small>Fonte: https://www.greenme.com.br</small>	Castanha do Maranhão é uma planta nativa da Floresta Amazônica <small>Fonte: www.coisasdaroca.com</small>	Nos países da Ásia, a castanha do maranhão é conhecida como árvore-do-dinheiro. <small>Fonte: www.coisasdaroca.com</small>	Castanha do Maranhão pode ser consumida cozida ou torrada. <small>Fonte: www.coisasdaroca.com</small>

você sabia?	você sabia?	você sabia?	você sabia?	você sabia?
<p>Todas as árvores – mesmo as espécies de seca – precisam de ser regadas com frequência durante os primeiros anos após a sua plantação.</p> <p>Fonte: omeujardim.com</p>	<p>O nome do ingá é de origem tupi e significa "empapado, ensochado", por causa da sua polpa cremosa e branca.</p> <p>Fonte: www.coisasdaroca.com</p>	<p>No norte do país, o fruto da palmeira jussara é consumido em ruas e shoppings em diversas receitas.</p> <p>Fonte: ndonline.com.br</p>	<p>O ingá é usado na medicina popular para alívio de reumatismo, problemas intestinais, disenteria e dores de cabeça.</p> <p>Fonte: www.coisasdaroca.com</p>	<p>O ingá jovem deve ser regado dia sim, dia não.</p> <p>Fonte: www.meucantinhoverde.com</p>
você sabia?	você sabia?	você sabia?	você sabia?	você sabia?
<p>O ipê pode ser plantado em jardins</p> <p>Fonte: https://revisagoborural.globo.com</p>	<p>A pata-de-vaca dá flores entre agosto e outubro</p> <p>Fonte: http://minhasplantas.com.br</p>			





Rua
Liberdade

natureza
política

2021